**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MARIA ELISA NORONHA DE SÁ MÄDER

**CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE: A REPRESENTAÇÃO DA
NAÇÃO NOS TEXTOS DE SARMIENTO E
DO VISCONDE DO URUGUAI**

**NITERÓI - RIO DE JANEIRO
2006**

M181 Mäder, Maria Elisa Noronha de Sá.

Civilização e Barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai. / Maria Elisa Noronha de Sá Mäder. – 2006.

235 f.

Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense,
Departamento de História, 2006.

Bibliografia: f. 215-235.

1. Nação. 2. Identidade nacional. 3. Civilização. 4. Sarmiento, Domingo Faustino, 1811-1888. 5. Uruguai, Paulino José Soares de Sousa, Visconde de, 1807-1866. I. Pamplona, Marco Antonio Villela. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 320.54

MARIA ELISA NORONHA DE SÁ MÄDER

**CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE: A REPRESENTAÇÃO DA NAÇÃO
NOS TEXTOS DE SARMIENTO E
DO VISCONDE DO URUGUAI**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em agosto de 2006

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Ligia Coelho Prado
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro e UNIRIO

Profa. Maria de Fátima Silva Gouvêa
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Cecília da Silva Azevedo
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2006

*Para Renata, Mariana e Patricia,
os maiores presentes e amores da minha vida*

AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma pesquisa de doutorado representa bem mais do que o seu resultado material e visível que é a tese. Representa o resultado de um longo percurso – de reflexões iniciais que vemos amadurecer, de encontros intelectuais que nos fazem pensar, de curiosidades, dúvidas, desejos, de amigos, afetos, de solidão, de trocas, de perseverança e teimosia, enfim, de um somatório de coisas que, combinadas, como a vida, nos fazem chegar ao fim achando que valeu à pena. Muitas foram as pessoas que, cada uma à sua maneira, participaram comigo desta caminhada.

Agradeço, em primeiro lugar, a Marco Antonio Pamplona, meu orientador, pela riqueza das contribuições que pude obter ao longo desses anos com sua orientação e com nossa convivência profissional, que só fizeram aumentar a minha admiração; também agradeço o privilégio de poder acompanhar de perto seu grande interesse e o desenvolvimento de suas reflexões sobre a questão da nação nas Américas. A ele devo o meu entusiasmo e gosto não só por este tema, mas também pela história da América. Agradeço pela sua generosidade, saber, amizade, confiança e carinho.

Agradeço, especialmente, a Ilmar Rohloff de Mattos, que há muito tempo acompanha minha trajetória acadêmica e sempre será meu maior mestre. Devo a ele o início desta caminhada quando, sob sua orientação na dissertação de mestrado, primeiro me interessei pelos caminhos do sertão que depois me levaram ao pampa argentino e à idéia de apresentar o projeto que resultou nesta tese. Desde então, ele tem me indicado caminhos, leituras e partilhado comigo seu grande conhecimento sobre o Império do Brasil, trazendo valiosas colaborações para este trabalho. A responsabilidade pelas possíveis incorretas interpretações de suas idéias é inteiramente minha.

Aos amigos professores do Departamento de História da PUC-Rio, meus agradecimentos muito especiais. A Marcelo Gantus Jasmin, presente que a História me deu, agradeço sua presença tão importante em minha vida nesses quase trinta anos que nos conhecemos; a Selma Rinaldi de Mattos, amiga de todas as horas e parceira na aventura de enfrentar um doutorado nesta altura de nossas vidas; a Margarida de Sousa Neves, mestra e amiga que me acompanha desde os tempos da graduação e com quem muito aprendi sobre o ofício do historiador; a Ricardo Benzaquen de Araújo, que, com

sua inteligência brilhante, seu humor fino e sua amizade, sempre contribuiu com carinho e com dicas bibliográficas preciosas; a Berenice Cavalcante, também mestra, com a qual tenho tido o privilégio de conviver e aprender há tanto tempo; a Maria Gabriela C. Carvalho, Flavia Maria Eyler, Márcia de Almeida Gonçalves, Marcio Scalercio, Mauricio Parada, Luís Reznik, Eunícia Barros B. Fernandes, Ivana Stolze Lima, Marcos Guedes Veneu, Humberto Guatimosim Alvim, Luiz França Costa Lima, João Masao Kamita e Antonio Edmilson Rodrigues, pelo sorriso de sempre, pelas estimulantes trocas e pelo carinho e amizade que fazem da vida acadêmica também um lugar gostoso de estar. A Anair de Oliveira, Cleuza Ventura – que me conheceram nos tempos de graduação –, Cláudio Santiago de Araújo e Edna Maria Lima Timbó, pela convivência sempre tão prazerosa, amorosa e calorosa, por todos os “galhos quebrados” com paciência e carinho, agradeço de coração.

Aos meus alunos da PUC-Rio, com os quais tenho o privilégio de conviver e partilhar o prazer da sala de aula, o meu muito obrigada por me mostrarem todos os dias que eu fiz a escolha certa ao querer desde cedo ser professora. Agradeço especialmente aos alunos Rita Logeiro Süssekind, Gustavo de Andrade Durão, Cláudio Luís Quaresma Daflon e Maurício Adelino da Silva, bolsistas pesquisadores de Iniciação Científica da FAPERJ, com os quais partilhei grande parte das reflexões desenvolvidas aqui nesta pesquisa; e também aos meus orientandos e ex-orientandos Beatriz Andrade Silva, Simone Bernardo da Silva, Eduardo Rebutzi Filho, Marcos Abreu Leitão e Constança Toledo, por terem me acompanhado na paixão pela história da América.

Muitos foram os amigos que cruzaram comigo nestes anos, oferecendo-me a oportunidade de, com suas contribuições, desenvolver melhor este trabalho. Não poderia lembrar de todos, mas agradeço particularmente a Karina Roberta Vasquez, Fernando Luiz Vale Castro, Renato Petrocchi, Sérgio Nunes, Heloísa Meireles Gesteira, Moema Rezende Vergara, Kaori Kodama, Bernardo Ferreira, Beatriz Catão, Adriana de Resende Barreto Viana e Felipe Charbel. A Georgy Pontes Vieira de Aragão, Felipe Braga e Catarina Costa d’Amaral, queridos e especiais ex-alunos, obrigada pelo carinho de sempre. A Maria Alice Rezende de Carvalho, por ter sempre, mesmo quando longe da minha vida acadêmica, me incentivado e acreditado em meus projetos. A Otávio Leonídeo Ribeiro, amigo muito querido que a vida me deu a chance de recuperar, a minha admiração e o meu agradecimento pelas trocas afetivas e intelectuais que só uma amizade de tão longa data permitem. A Silvia Patuzzi, amiga e parceira, entre outras coisas, “na administração do pânico”, a minha profunda admiração pela sua inteligência

e admirável capacidade de trabalho e o meu agradecimento por tantos anos de tão boa convivência. A Rodrigo Bentes Monteiro, com quem tenho podido partilhar de uma amizade sincera, agradeço sua constante presença na minha vida profissional e afetiva, e seu exemplo de que é possível aliar rigor a sensibilidade. A Suzana Souza e Silva, Márcia Valladão e Lygia Maria Ventura Moura, com quem tive o privilégio de conviver durante tantos anos de trabalho e que se transformaram em grandes amigas, obrigada por ver sempre em vocês o brilho no olhar de quem gosta de ser professora. Agradeço ainda a Manoel Lelo Bellotto, Heloisa Bellotto, Jorge Myers, Don Doyle, Elias Palti, Bernardo Ricúpero, Maria Ligia Prado, Maria Helena Capelato e Modesto Florenzano, com os quais ao longo destes anos de pesquisa e estudo compartilhei dúvidas e encontrei preciosas orientações e sugestões.

Agradeço aos amigos e professores da Universidade Federal Fluminense, Ronaldo Vainfas, Ronald Raminelli, Luciano Raposo de A. Figueiredo e, em especial, a Norberto Osvaldo Ferreras, pelas importantes contribuições e sugestões feitas à época do Exame de Qualificação. Aos meus colegas do Núcleo de Pesquisas e Estudos em História Cultural (NUPEHC), especialmente Rachel Soihet, Martha Campos Abreu, Maria Fernanda Baptista Bicalho, Maria de Fátima Silva Gouvêa, Maria Regina Celestino de Almeida, Cecília da Silva Azevedo, Rebeca Gontijo Teixeira, Marcelo de Souza Magalhães, Ângela de Castro Gomes, Suely Gomes Costa e Luciana Mendes Galdelman, agradeço ter encontrado um espaço privilegiado de discussão, de trocas intelectuais e de oportunidades que, com certeza, colaboraram substancialmente para o amadurecimento deste trabalho. Agradeço também aos funcionários da secretaria da pós-graduação do Departamento de História da UFF, especialmente Joceli e Estela, pela atenção e paciência.

A João Feres Júnior, Ivo Coser, Luisa Rauter e Christian Lynch, do Grupo de Pesquisa de História das Idéias e Conceitos Políticos do Iuperj, onde encontrei um grupo estimulante de trabalho e discussão intelectual que muito contribuiu para o desenvolvimento das perspectivas teóricas e metodológicas que nortearam este trabalho.

Aos bibliotecários e atendentes do Gabinete Real Português de Leitura, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, agradeço a inestimável ajuda no trabalho de pesquisa documental.

Meu reconhecimento afetuoso à colaboração de Duda Costa, que, na leitura cuidadosa do texto, ajudou-me muito nos momentos de finalização da tese.

Aos amigos distantes do mundo acadêmico e aos meus familiares que sempre estiveram juntos no carinho, agradeço por renovarem a energia necessária para a concretização deste projeto. Ao meu pai que, com sua inteligência, iniciou-me na paixão pela História. Às minhas irmãs Patricia e Livia, pela certeza de um amor profundo com o qual podemos contar em todas as horas. À minha mãe, pelo seu infinito amor e por lembrar sempre que a vida deve ser celebrada. Às minhas filhas, Renata, Mariana e Patricia, essência e fruto muito amado da minha vida, agradeço a compreensão pelas horas de convívio “roubadas”. Ao Dida, que não desistiu de mim e continua sendo meu parceiro, meu esteio e minha alegria.

*“[...]para que pueda ser he de ser otro,
salir de mí, buscarme entre los otros,
los otros que no son si yo no existo,
los otros que me dan plena existencia”*

Octavio Paz

SUMÁRIO

Introdução.....	p. 12
Capítulo I - A civilização e a barbárie na construção de uma nova ordem política.....	p. 34
Capítulo II – Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação	p. 91
Capítulo III – Vencendo a barbárie: instruir, povoar, civilizar	p. 133
Conclusão.....	p. 208
Fontes de Investigação e Referências Bibliograficas	p. 215

RESUMO

Esta tese analisa a idéia de nação e identidade nacional nos textos de Domingo Faustino Sarmiento e Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, autores e atores privilegiados no processo de construção de seus respectivos Estados nacionais, a Argentina e o Brasil, na segunda metade do século XIX. Partindo do argumento central de que a dicotomia civilização/barbárie foi um dos eixos centrais da representação da nação nas Américas, analiso os diversos desdobramentos e significados próprios – políticos, espaciais, culturais e simbólicos –, que esses termos adquiriram nos projetos de nação formulados por esses autores, no que diz respeito à construção de uma nova ordem política nestes Estados recém independentes.

Palavras-chave: Nação, civilização, barbárie, identidade, república, Império, Brasil, Argentina.

ABSTRACT

This thesis examines the concepts of Nation and National Identity in the writings of Domingo Faustino Sarmiento and Paulino José Soares de Sousa, the Viscount of Uruguay, two authors who were privileged players in the construction processes of their respective National States – Argentina and Brazil – during the second half of the XIX century. Based on the core argument that the dichotomy between civilization and barbarity was one of the key factors for the representation of the nation in the Americas, I analyze the various outcomes and specific meanings – political, spatial, cultural and symbolic – that these terms acquired in the Nation Projects formulated by these authors, in terms of building up a new political order in these newly-independent States.

INTRODUÇÃO

“De eso se trata: de ser o no ser salvaje”

(Domingo Faustino Sarmiento¹)

A proposta desta pesquisa é analisar a idéia de nação nos textos de Domingo Faustino Sarmiento e Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, dois autores e atores privilegiados no processo de construção de seus respectivos Estados nacionais, a Argentina e o Brasil, em meados do século XIX. Naquele momento, suas atuações somavam-se às de outros personagens que buscavam legitimar esses Estados, mas adquiriram traços peculiares na medida em que elaboraram projetos que vão traduzir-se em imagens e ações e se impor ao conjunto dessas sociedades, ajudando-as a tomar consciência de suas individualidades como nações.

Ao tomarem posição no plano da ação política e tentarem responder por meio de seus escritos às questões concretas com as quais se defrontavam como membros da elite política dirigente, participavam de um processo que apresentava uma dupla dimensão: a de legitimação e consolidação daqueles Estados; e a de imaginação e construção de diferentes idéias de nação e identidade nacional.

Havia naquele momento pós-independência um contexto social, político e intelectual que exigia reflexões e respostas formuladas por intermédio da elaboração de textos que seriam logo transformados em intervenções e ações concretas desses autores no debate político da época, fazendo com que aquelas experiências históricas se tornassem únicas. O reconhecimento da singularidade e da importância dessas experiências torna imperioso que desloquemos a discussão sobre o nacionalismo da Europa para as Américas, tentando responder a algumas perguntas: como estas idéias foram apropriadas e resignificadas em um ambiente intelectual, cultural, político, econômico e social inteiramente diverso do europeu? O conceito de nação teve aqui um conteúdo mais político, artificial e moderno ou étnico e natural? Como pensar a questão da congruência entre Estado e nação na experiência americana?

¹ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*. 2ª ed. Barcelona: Biblioteca Ayacucho, 1985, p. 12.

Atualmente, muitos autores têm chamado a atenção para o perigo do anacronismo e de uma postura teleológica quando nos deparamos com a questão da nação e do nacionalismo nas Américas². O equívoco é pressupor a existência de um nacionalismo que teria precedido o processo de construção dos Estados nacionais, levando à crença de que a maioria das nações americanas já existia desde o momento da independência. Projeta-se sobre esse momento uma experiência política inexistente, baseada em um conceito também inexistente naquele período, ao menos nos vários sentidos de nacionalidade utilizados atualmente. Além disso, este enfoque tende a encobrir aspectos importantes do processo de formação dos Estados nacionais, tais como a emergência, no momento inicial da independência, de novas ou de já existentes entidades soberanas no âmbito de províncias ou de cidades, não necessariamente representantes de ideais nacionais.

No caso da análise do processo de construção do Estado nacional no Brasil, por exemplo, é preciso ter cautela para não cair na armadilha do anacronismo e tomar o momento da independência política como o do nascimento, após uma longa gestação, de uma “nação brasileira” já existente previamente. Segundo tal perspectiva, o Estado nacional centralizado em torno do Rio de Janeiro, o qual prevaleceu como projeto vencedor, seria um produto histórico natural e necessário, derivado de uma única e prévia idéia de nacionalidade. Em oposição a esta idéia, vários autores têm apontado para a multiplicidade de projetos, caminhos e possibilidades existentes na época da transição da ordem colonial para uma nova ordem política independente. Evaldo Cabral de Mello, por exemplo, critica em vários de seus textos uma forte tradição historiográfica da independência tributária do que ele chama de uma “tradição Saquarema”, para a qual “a história da nossa emancipação política reduz-se à da construção de um Estado unitário”. Diz ele:

Nesta perspectiva apologética, a unidade do Brasil foi concebida e realizada por alguns indivíduos dotados de grande descortínio político, que tiveram a felicidade de nascer no triângulo Rio – São Paulo – Minas e a quem a pátria ficou devendo o haverem-na salvo da

² Ver especialmente os artigos de José Carlos Chiaramonte, “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”, e Tamar Herzog, “Identidades modernas: Estado, comunidade e nação no império hispânico”. In: István Jancsó. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. Evaldo Cabral de Mello (organização e introdução). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Coleção Formadores do Brasil, São Paulo: Editora 34, 2001. Evaldo Cabral de Mello. *A outra Independência. O Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004. Evaldo Cabral de Mello. *Um Imenso Portugal*. São Paulo: Editora 34, 2002.

voracidade dos interesses provinciais, como se estes fossem por definição ilegítimos, e do gosto, digamos ibero-americanos, pela turbulência e agitação estéreis, como se Eusébio, Paulino ou Rodrigo Torres não fossem representantes de reivindicações tão regionais quanto as de Pernambuco, do Rio Grande do Sul ou do Pará.³

Para Evaldo Cabral, a fundação do Império do Brasil é ainda hoje uma história contada exclusivamente do ponto de vista do Rio de Janeiro, como o foi naquela época pelos publicistas que participaram do debate político da independência e que continuou depois contada por historiadores como Varnhagen, Oliveira Lima, Tobias Monteiro ou Otavio Tarquínio de Sousa, que reproduziram a versão original visando à maior glória ou da monarquia ou da unidade nacional⁴. Segundo essa visão “anti-Saquarema”, anacrônica é a própria idéia de “separatismo” usada para qualificar os movimentos ocorridos nas províncias durante o período imperial, pois parte do pressuposto da existência de um Estado nacional e de uma idéia de nação que ainda não estavam constituídos e nem representavam uma fatalidade histórica ou um destino inexorável⁵.

Outros autores também enfatizam a multiplicidade de identidades políticas existentes à época da independência, portadoras de concepções de Estado e nação muito diferentes, constituindo “projetos nacionais” diversos, em constante embate. Podemos afirmar, então, que o processo de formação do Estado nacional no Brasil foi marcado por constantes conflitos e envolveu tensas negociações, que conduziram à conciliação de interesses muitas vezes divergentes, com vistas à criação e à consolidação de um poder central e nacional. Lembremos que a realidade política herdada da Colônia, marcada pelo localismo, pela falta de tradição de um governo central e pela carência de laços que unissem fortemente as diferentes províncias entre si, estava bem distante de um ideal nacional que demorou muito a se constituir. Como aponta Sérgio Buarque de Holanda:

Não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América lusitana, dispersos pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começam a sentir-se unidos por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferenças que os separam, e a querer associar este sentimento ao desejo da emancipação

³ Evaldo Cabral de Mello (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, op. cit.*, p. 16.

⁴ Evaldo Cabral de Mello em *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824, op. cit.*, chama a atenção para o importante questionamento desta historiografia da independência Rio-centrista feito há cerca de quinze anos pelo historiador Roderick J. Barman, em sua obra *Brazil. The forging of a nation, 1798 – 1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

⁵ Sobre esta questão, ver também Gabriela Nunes Ferreira. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

política. No Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas.⁶

A partir dessas observações, algumas considerações de ordem metodológica podem fornecer um horizonte possível, eficaz e enriquecedor para permear o desenvolvimento das reflexões propostas neste trabalho. Primeiramente, como um caminho para evitar projeções de um tempo presente no passado, penso ser fundamental investigar os diversos significados das palavras, idéias e conceitos utilizados nos discursos políticos da época, como recursos significativos na elaboração e no reconhecimento daquelas identidades e na interpretação de suas trajetórias históricas. Assim, palavras como “nação”, “Estado”, “civilização”, “barbárie”, “ordem”, “revolução”, “centralização” e “federalismo” adquirem relevância, na medida em que expressam o vocabulário político corrente da época em toda sua diversidade, contradições e vicissitudes, revelando significados novos e próprios, em discursos específicos. Transformadas muitas delas em conceitos, vão permitir àqueles personagens, como Uruguai e Sarmiento, situarem-se no mundo em que viviam, atuarem sobre a realidade de forma concreta e atribuírem um sentido às suas vidas.

Assim, as narrativas da nação elaboradas por esses autores não devem ser lidas como reproduções exatas da realidade histórica em que viviam, mas como discursos construídos na tentativa de dar sentido e ordem a um conjunto de fatos por eles vividos, recolhidos e analisados. Há uma intencionalidade muito precisa nesses textos: eles seguem uma ordem de motivações em que os autores crêem firmemente e por meio da qual querem produzir efeitos; eles dialogam com outros autores e obras e foram escritos em contextos políticos determinados, para um público determinado. Daí a necessidade de recuperar a identidade histórica precisa desses textos, recriando a linguagem da época em que foram escritos, situando-os no seu campo específico de “ação” ou de atividade intelectual.

Evitar o anacronismo e efetivamente tentar compreender o significado da linguagem da época são procedimentos que nos ajudarão a responder à pergunta feita no início deste trabalho: se observamos a existência e o uso na linguagem política daquele tempo das idéias de Estado e nação, como os homens e mulheres que viveram a

⁶ Sérgio Buarque de Holanda. “A herança colonial – sua desagregação”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. 1º volume: O Processo de Emancipação. São Paulo: DIFEL, 1962, p. 9.

experiência da construção de uma nova ordem política nas Américas após as independências e ao longo do século XIX concebiam e empregavam esses termos?

A historiografia sobre o nacionalismo nas Américas esteve constantemente presa às balizas mais tradicionais da historiografia europeia que estruturaram e definiram o entendimento e os estudos sobre as nações e o nacionalismo de forma dicotômica, afirmando que a idéia de nação nas Américas foi desde o início utilizada como um conceito político, moderno, surgido no século XVIII, e destituído de qualquer idéia de etnicidade. Etnicidade entendida como a definem os chamados “primordialistas” que acreditam no caráter “natural” da nação, na existência prévia de atributos biológicos e culturais, como parentesco, língua, religião, costumes, território histórico, e outros, que dão sustentação ao sentimento de pertencimento comum e formariam, assim, a base do subsequente surgimento das nações e dos nacionalismos. Para eles, as identidades coletivas que tais características comuns geram não são inventadas, nem imaginadas, são simplesmente dadas, historicamente determinadas, e dependem de características prévias à formação de Estados.

Já na concepção moderna, ligada ao pensamento iluminista e à Revolução Francesa, a idéia de nação é pensada como um fenômeno político construído, como uma associação contratual e voluntária, baseada em uma escolha individual, de pertença a um dado Estado organizado. Os autores modernos acreditam, portanto, que o aparecimento das nações está relacionado ao surgimento e à consolidação do chamado Estado moderno⁷, baseados em uma convicção política que acentua a naturalidade da combinação “Estado-nação” e argumenta que o Estado e a nação foram forjados ao mesmo tempo e, portanto, as nações não prescindiam de Estados e vice-versa⁸.

Atualmente, há na historiografia sobre nacionalismo a predominância de uma abordagem interdisciplinar cuja perspectiva, mais próxima do último grupo citado acima, visa despojar o conceito de nação e nacionalidade de seu suposto caráter natural

⁷ José Carlos Chiaramonte, em seu artigo “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”, citado anteriormente, aponta para um generalizado equívoco com relação à datação do conceito político de nação relacionada à Revolução Francesa. Refere-se ao critério que faz datar desta última a aparição do conceito não étnico de nação que, diferentemente do sentido que possui no princípio das nacionalidades, concebe-a como um conjunto humano unido por vínculos políticos. Para o autor, “em realidade, muito antes da Revolução Francesa, o conceito de nação como referência a um grupo humano unido pelos vínculos de sua comunidade política havia aparecido em obras de ampla difusão nos ambientes culturais alemão e francês, assim como em autores políticos espanhóis” (p. 67). Ver também Eric J. Hobsbawm. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁸ Esta idéia está principalmente desenvolvida na obra de Ernest Gellner, *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1983, na qual ele defende a congruência entre Estado e nação, ao afirmar que o Estado é que constrói a nação. Gellner faz parte de um conjunto de autores que, nos anos 1980, pensaram a nação e o nacionalismo como provenientes do Estado e vinculados a princípios políticos.

para fixar-se no critério de sua artificialidade. São autores como Ernest Gellner, Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, Liah Greenfeld, entre outros, que pensam a nação como o resultado de uma construção histórica ou de uma invenção.

No entanto, Anthony Smith⁹ chama atenção para a precariedade dessas classificações dicotômicas ao demonstrar a existência em vários autores, especialmente os dos séculos XVIII e XIX, de uma tensão fundamental entre desejo coletivo e cultura recebida, entre leis contratuais e caráter e tradições nacionais herdadas, em suma, entre o que ele chama de “culturalismo historicista e orgânico” e “voluntarismo político”. Rousseau¹⁰, por exemplo, afirmava que para ser uma nação era necessário uma tradição cultural assim como a criação de uma estrutura política e acreditava ser possível e vital aperfeiçoar o caráter nacional de um povo por meio da legislação e da educação nacional. Em Herder¹¹ também se pode perceber esse dualismo, pois, apesar da importância que atribui à cultura, à língua e às experiências comuns de um grupo, existe na sua concepção de nação um elemento de vontade e de civilização. Na concepção absolutamente inovadora e revolucionária de Ernest Renan¹², que pensava a nação como uma construção, um produto histórico, e que se tornou o locus clássico da concepção política e voluntarista de nação, também é possível perceber uma tensão entre ideal político e determinismo cultural. Para ele, a nação é um princípio político e espiritual, constituída tanto pelo passado como pelo presente; o passado é a história e o presente é o fato tangível do consentimento. Por isso, “a existência de uma nação é um plebiscito cotidiano”¹³, é volitiva e subjetiva, mas também necessita de uma memória histórica e do culto aos ancestrais para cimentar o laço entre os cidadãos. Diz ele:

A nação é uma alma, um princípio espiritual. Constituem essa alma, esse princípio espiritual duas coisas que, para dizer a verdade, são uma só. Uma delas é a posse em comum de um rico legado de lembranças; a outra, o consentimento atual, o desejo de viver junto, a vontade de continuar a fazer valer a herança que recebemos, indivisa.¹⁴

Neste sentido, conclui Smith,

⁹ Anthony D. Smith. *The Nation in History. Historiographical Debates about Ethnicity and Nationalism*. Hanover: University Press of New England, 2000.

¹⁰ Jean Jacques Rousseau. *Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, Coleção Os Pensadores, vol. XXIV.

¹¹ Johann Gottfried Von Herder. “Reflections on the Philosophy of the History of Mankind”. In: Omar Dahbour e Micheline R. *The Nationalism Reader*. New Jersey: Humanities Press, 1995.

¹² Ernest Renan. “O que é uma nação?”. In: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidades em Guerra. Cadernos da Pós/Letras*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997.

¹³ *Ibidem*, p. 40.

¹⁴ *Ibidem*, p. 39.

[...] cada nacionalismo e todo conceito de nação é composto por diferentes elementos e dimensões, que nós escolhemos nomear como voluntaristas e orgânicos, cívicos e étnicos, primordiais e instrumentais. Nenhuma nação, nenhum nacionalismo, pode ser visto como puramente um ou outro, mesmo se em certos momentos um ou outro desses elementos predomine no conjunto dos componentes de uma identidade nacional. É a pluralidade de componentes que nós devemos reconhecer como partes inevitáveis do mundo político no qual vivemos.¹⁵

Voltemos então à rica história do nacionalismo nas Américas na qual tão bem se podem perceber as ambigüidades, tensões e inconsistências dos usos de concepções por vezes anacrônicas, simplistas e sectárias de nação. Se queremos verdadeiramente captar a maneira como estes termos eram utilizados pelos homens e mulheres que viveram naquela época, recuperar o significado que tinham naquelas experiências históricas, devemos dar lugar para as tensões, dualismos e ambigüidades que essas palavras apresentavam ao adquirirem novos sentidos em contextos tão diferenciados. Devemos reconhecer que a tradição advinda da Revolução Francesa que deu origem à concepção moderna de nação, que conciliou a doutrina da soberania popular com a noção política de nação e que atribuiu o surgimento de nações à existência prévia de nacionalidades que buscavam sua independência política, foi uma tendência muito forte na América Latina. Mas devemos ao mesmo tempo reconhecer as limitações dessas concepções históricas modernas de nação, com sua exagerada crença no poder da manipulação das massas pela elite, na sua falha em não levar em conta os aspectos simbólicos do nacionalismo, no seu eurocentrismo que teima em ignorar outras vivências históricas fora da Europa.

Tamar Herzog¹⁶, ao deslocar essa discussão para a América espanhola, afirma que a dicotomia entre comunidade construída, por um lado, e comunidade natural, por outro, foi largamente utilizada pela historiografia local. De um lado, há os historiadores que insistem na artificialidade das novas nações hispano-americanas, cuja existência, segundo eles, deveu-se a um esforço intencional das elites locais que, confrontadas com uma variedade de culturas, de interesses regionais e com a diversidade étnica, inventaram a nação como o único argumento capaz de ordenar a sociedade e garantir seu controle sobre ela. Do outro lado, estão os que afirmam o caráter natural e pré-moderno dessas nações, vendo-as como o resultado de entidades que já existiam durante

¹⁵ Anthony D. Smith, *op. cit.*, p. 25.

¹⁶ Tamar Herzog, *op. cit.*

o período colonial e, possivelmente, mesmo antes dele. A crítica da autora a esses debates é em relação à sua insistência em procurar a existência de nações no passado e a sua tendência a identificar as condições mínimas e os processos que permitiram o aparecimento das nações no presente. Esse seria um exemplo típico do anacronismo já mencionado, pois, ao sugerir tanto continuidades quanto rupturas, os historiadores fazem-no sempre aplicando categorias atuais para épocas anteriores, sem abandonar a tentativa de responder se as nações existiam ou não no passado, questão, para ela, completamente estranha àqueles contemporâneos.

José Carlos Chiaramonte, ao analisar o uso do conceito de nação durante o processo de construção das novas identidades políticas que se sucederam nas Américas ao colapso das metrópoles ibéricas, também vai chamar a atenção para uma tendência anacrônica da historiografia. Este anacronismo se manifesta, em parte, na dificuldade em reconhecer que na região do Prata, por exemplo, as primeiras décadas pós-independência foram marcadas pela coexistência conflitiva entre a soberania das cidades – os “pueblos” – e a tendência dos sucessivos governos centrais em buscar a organização de um Estado que, sob a liderança de Buenos Aires, conformaria uma única soberania rio-platense, que de maneira alguma existia previamente¹⁷. Um procedimento típico de uma historiografia liberal e romântica que fazia coincidir a construção do Estado que agora leva o nome de Argentina com uma não questionada preexistência daquela nação. Tendência anacrônica esta que também teima em recusar o critério dos fundamentos étnicos das nações americanas e somente enfatiza seu caráter de invenção. O que Chiaramonte propõe é pensar “o conceito de etnicidade – entendido de modo amplo, relativo não apenas à raça, mas também aos atributos culturais e sociais de um grupo humano”¹⁸ – como uma abordagem que propiciaria perceber as diferentes maneiras, próprias ao século XVIII e à primeira metade do XIX, de conceber o processo de formação das nações nas Américas. No entanto, alertando para o que chama de “risco da petição do princípio”, o autor observa que o problema que mais interessa não é o da peculiaridade étnica das nações, mas o do nexo que se estabelecerá mais tarde entre elas e o surgimento de Estados supostamente étnicos. Dizendo de outra maneira, o problema

¹⁷ José Carlos Chiaramonte. “El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX”. In: Marcello Carmagnani (coord.). *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica; El Colegio de México, 1993.

¹⁸ José Carlos Chiaramonte, “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”. In: *op. cit.*, p. 65.

fundamental é explicar por que a etnicidade se converterá, em certo momento, no fator de legitimação política do Estado contemporâneo.

Entendemos que nenhuma nação possui uma base étnica “natural”, pois só quando uma dada formação social se torna supostamente nacional suas populações são etnicizadas, isto é, são representadas no passado ou no futuro como se formassem uma comunidade natural, possuidora de uma identidade de origem, cultura e interesses que transcende condições sociais e individuais, criando o que podemos chamar de uma “eticidade fictícia”¹⁹.

Este parece ser um dos argumentos mais interessantes para ser desenvolvido nesta pesquisa. Sabemos que nas Américas, na passagem da ordem colonial para uma nova ordem política independente, estavam se constituindo, ao mesmo tempo, Estados, corpos políticos autônomos e diferentes idéias e projetos de nação. Em alguns momentos desse processo, a ênfase dos autores estudados e de seus projetos políticos estará na tarefa da construção e consolidação desses Estados. As ações políticas e textos desses autores estarão centrados, por exemplo, em torno da discussão do melhor tipo de governo ou da mais apropriada forma de organização política e administrativa, aproximando-os mais de uma concepção política e moderna de nação. Em outros momentos, a ênfase estará na formulação de concepções de nação mais centradas no seu caráter étnico, na existência prévia ou na criação de atributos culturais comuns e historicamente determinados, como língua, religião, costumes, território histórico e outros, que darão sustentação ao sentimento de identidade coletiva dessas comunidades e se converterão muitas vezes no fator de legitimação política desses Estados. Poderíamos acrescentar ainda que, quando a ênfase recai sobre a questão do Estado, o problema de pensar a ordem política aparece como central; quando o peso maior está na questão da nação, o discurso político traz à tona temas como a literatura, a história, a língua, os costumes, a influência da natureza, entre outros, como expressões da identidade étnica de uma determinada sociedade.

Nesse sentido, apesar de concordar que as diferentes concepções de nação formuladas por Uruguai e Sarmiento estavam fortemente conformadas, como para toda a elite letrada nas Américas, no momento após as independências, por um conceito político moderno de nação, elas não estavam destituídas e nem prescindiam de um

¹⁹ Esta idéia de “eticidade fictícia” está desenvolvida no artigo de Etienne Balibar, “The Nation Form: History and Ideology”. In: Geoff Eley e Ronald Grigor Suny (eds.) *Becoming national: a reader*. New York: Oxford University Press, 1996.

conteúdo étnico. Dizendo de outra maneira, é difícil negar que a mobilização política engendrada pela idéia de nação tenha se baseado, em grande parte, na busca por um certo tipo de identidade cultural, ao mesmo tempo em que esta identidade teve como referência básica, ao longo de sua formulação, a forma assumida pela organização política.

E, mais importante, seja enfatizando o problema do Estado, seja combinando as concepções política e étnica de nação, as idéias de civilização e barbárie estarão sempre presentes, permeando seus discursos e ações, aparecendo como eixos centrais da representação dos Estados nacionais americanos, ao longo do século XIX, firmando-se como elementos constitutivos de uma alteridade geradora de significados que ajuda a formar, negociar, legitimar e dar sentido às muitas maneiras como as nações serão imaginadas e constituídas.

Certamente, o conhecimento dos debates atuais acerca da questão do nacionalismo nas Américas pode, em uma perspectiva comparada, ajudar-nos a compreender melhor o processo de formação e o uso do conceito de nação no Brasil e na Argentina, no período que nos interessa – o da formação e consolidação do Império brasileiro e da República argentina –, nos escritos dos autores escolhidos, o Visconde do Uruguai e Domingo Faustino Sarmiento. Este trabalho, portanto, não procurará discutir a validade de diferentes definições prévias de nação, tampouco tentará propor outra, adotando uma posição que outorgaria existência real ao conceito, ao procurar distinguir os casos empíricos que se ajustariam a ele. Trabalhar com o conceito de nação coloca-nos, definitivamente, diante da dificuldade de lidar com a diversidade e as mutações de sentidos com os quais o termo era utilizado pelos homens no seu tempo, indagando por que e como o faziam e a que realidades e experiências o aplicavam. Dizendo de outra maneira, entendemos as idéias de nação e identidade nacional como um fazer-se, um processo ativo, como uma relação histórica, sempre encarnada em pessoas e contextos reais; como uma idéia que surge quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, herdadas ou partilhadas, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e de encontro a outros homens, cujos interesses diferem e, geralmente, opõem-se aos seus. Não há, assim, um único projeto de nação, mas projetos, e é o embate entre tais projetos que constrói uma idéia de nação que é plural, entendida como uma formação tanto cultural e simbólica, como política, econômica e social.

É necessário, de início, estabelecer uma delimitação temporal precisa para o trabalho em questão. O recorte para o Império do Brasil será o chamado “Tempo

Saquarema”²⁰, período que vai do “regresso conservador”, iniciado ainda no período regencial, por volta de 1837, até os anos 1860, momento da consolidação e apogeu do Império no Brasil, no qual Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, teve uma participação fundamental. Ele foi uma das principais figuras do núcleo mais importante do Partido Conservador, que tinha sua base na província do Rio de Janeiro. A denominação “Saquarema”²¹ tem origem por volta de 1845, quando os liberais ocupavam de novo o governo do Império, a província do Rio de Janeiro era presidida por Aureliano de Sousa Coutinho e um certo padre José de Cêa e Almeida exercia as funções de subdelegado de Polícia na vila de Saquarema. Com o objetivo de garantir a vitória nas eleições também naquela localidade, o padre teria expedido uma ordem na qual autorizava medidas de punição extremas a quem recusasse as listas do governo. Diz-se também que Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa, chefes conservadores, com muitos parentes e influência naquela vila onde eram proprietários de terras e escravos, teriam conseguido livrar seus protegidos dos desmandos daquela autoridade, e que, desde então, o nome Saquarema passou a ser dado aos protegidos deles. Muito rapidamente, a nova denominação foi estendida aos adeptos do Partido Conservador em todo o Império.

Não se pode deixar de relacionar a rápida difusão do termo à maneira como se apresentavam as forças constitutivas do Partido Conservador naquela conjuntura. Às vésperas do movimento liberal praieiro, os membros deste partido tendiam a uma coesão crescente em torno de um determinado projeto político para o Império, apesar dos interesses regionais sempre presentes. Sem dúvida, esta coesão facilitava a disseminação de uma denominação que não só a reforçava como também cumpria o papel de particularizar uma política, sobretudo porque na sua direção se destacavam os políticos fluminenses que a motivaram. Daí por diante, serão denominados Saquaremas sempre e antes de tudo os conservadores fluminenses, e se assim ocorreu foi porque eles tenderam a se apresentar organizados e a ser dirigidos pela “trindade Saquarema” formada por Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queirós. Uruguai pertencia, assim, ao conjunto dos dirigentes imperiais e integrava o círculo dos “mais próximos”, cujas trajetórias comuns lhes proporcionavam homogeneidade e força – todos possuíam educação superior, percorreram a carreira da magistratura, ocuparam

²⁰ A idéia de chamar este período de “Tempo Saquarema” foi retirada do título e das idéias desenvolvidas no livro de Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

²¹ *Ibidem*, p. 106-108.

importantes cargos na política e constituíram um estreito sistema de relações pessoais e sociais que possibilitaram a constituição de uma identidade entre os elementos desse grupo²².

Paulino José Soares de Sousa foi, assim, um típico representante da elite política imperial brasileira. Nascido em Paris em 1807, filho do médico José Antonio Soares de Sousa e de mãe francesa, veio para o Brasil em 1814. Em 1823, matriculou-se na Universidade de Coimbra, em Portugal, onde viveu até a eclosão da revolução liberal em 1828, quando voltou ao Brasil para concluir seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1832, um ano depois de formado, iniciou a carreira na magistratura como juiz e ouvidor da capital de São Paulo. Em 1833, ocupou o posto de intendente geral de polícia da Corte. Fez sua estréia na política dois anos mais tarde, como deputado provincial na província do Rio de Janeiro. No mesmo ano, foi nomeado presidente desta província, cargo que ocupou até 1840. Por essa época, Paulino casou-se com a integrante de uma família rica e influente da aristocracia rural fluminense, a quem pertencia também Rodrigues Torres, o futuro Visconde de Itaboraá, que iria compor com Uruguai e Eusébio de Queirós a já mencionada “trindade Saquarema”.

A partir daí, a carreira política de Paulino progrediu rapidamente. Durante o período regencial, em 1836, foi eleito deputado geral pela província do Rio de Janeiro. Já no Segundo Reinado, em 1841, assumiu a pasta da Justiça, tornando-se um dos principais mentores da centralização política e administrativa levada a cabo a partir de então. Ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros por duas vezes, em 1843 e, depois, de 1849 a 1853. No ano de 1849, tornou-se senador. Foi nomeado conselheiro de Estado nas seções de Justiça e Estrangeiros em 1853, e no ano seguinte recebeu o título de Visconde do Uruguai, em homenagem ao seu desempenho nos negócios do Prata. Nos últimos anos de sua vida, Uruguai foi duas vezes nomeado ministro plenipotenciário em missões no exterior; continuou atuando no Conselho de Estado e escreveu as obras

²² Ver, a esse respeito, Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema, op. cit.*, Ilmar Rohloff de Mattos. “O Lavrador e o construtor. O Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial”. In: Maria Emilia Prado (org.). *O Estado como Vocação. Idéias e Práticas Políticas no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999 e José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem: a Elite Política imperial*. Brasília: Ed. UNB, 2003. Segundo este último, uma das razões que podem explicar a posição da elite brasileira, ou pelo menos de sua fração mais influente durante a primeira metade do século XIX, é a homogeneidade de sua educação. Diferentemente das elites da parte espanhola da América, a grande maioria da elite brasileira havia estudado em Coimbra, pois não havia universidades na colônia. Além disso, esta elite era instruída dentro da tradição jurídica do despotismo ilustrado, boa parte possuía experiência administrativa em Portugal, no Brasil ou nas partes africanas e asiáticas do Império, se não eram também amigos dos tempos de Coimbra. Isso permitia às pessoas que formavam esse grupo, mesmo provenientes das mais distantes partes do país, possuírem uma visão política semelhante.

Ensaio sobre o Direito Administrativo, em 1862, e *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias do Brasil*, em 1865. Morreu em 1866.

É válido fazer uma retrospectiva e lembrar que, em 1831, com a abdicação de D. Pedro I, inaugurou-se formalmente no Brasil o chamado período regencial, que compreendeu os anos de 1831 a 1840, quando o país passou a ser governado por regentes escolhidos pela Assembléia Geral. Nos primeiros anos da Regência, foram aprovadas medidas que já vinham sendo anunciadas desde os anos finais de crise do governo de D. Pedro e que consagraram a autonomia local e provocaram mudanças importantes no sistema político-administrativo do Império. Dentre elas, destaca-se o Ato Adicional, aprovado em agosto de 1834, que reformava a Constituição de 1824. Por esta nova lei, aboliu-se o Conselho de Estado, estabeleceu-se a Regência Una, eletiva e temporária, e criaram-se as Assembléias Legislativas Provinciais, com amplas atribuições. Os anos que se seguiram à promulgação do Ato Adicional estão de fato entre os mais agitados da história do Império, com ameaças à unidade nacional pretendida pela Corte do Rio de Janeiro. Entre 1835 e 1838, várias rebeliões eclodiram em diferentes províncias, como a Cabanagem, no Pará; a Sabinada, na Bahia; a Balaiada, no Maranhão; e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul. O Ato Adicional representou, por isso, um divisor de águas com enorme impacto sobre a vida política do país, provocando um rearranjo das forças partidárias em torno da questão da descentralização e de seus efeitos. Os “regressistas”, grupo político do qual o Visconde do Uruguai fazia parte, levantarão a bandeira da necessidade de revisão da estrutura institucional, visando, segundo eles, o restabelecimento da autoridade e da ordem, contra a “anarquia” reinante e o “perigo da dissolução territorial do Império”. Suas propostas e ações constituirão a chamada “reação centralizadora”, concretizada sobretudo na Lei de Interpretação do Ato Adicional, de maio de 1840, que anula todas as conquistas anteriores. A partir daí, abriu-se um caminho que nos levou, em meados do século XIX, a uma estrutura política e administrativa bastante centralizada no Império do Brasil.

Importa salientar a relevância desse período, por ter sido nele que se originaram fundamentais redefinições de idéias, conceitos e programas que implicaram a construção de novos significados e procedimentos no campo da política. Daí a importância de procurar entender não só o sentido profundo das transformações ocorridas no plano político-administrativo, como, principalmente, analisar as motivações e intenções que levaram ao fortalecimento de algumas idéias ou a

importantes mudanças no pensamento político do Visconde do Uruguai, no que diz respeito às suas concepções de Estado e de nação, nesse momento de início do chamado regresso conservador e em diante, quando investiu na construção de um Estado nacional centralizado.

O paralelo com a Argentina corresponde ao período que vai do governo de Juan Manuel de Rosas na província de Buenos Aires, de 1835 a 1852, até os anos 1860, no qual Rosas, embora defendesse como forma de organização para a República argentina uma federação e consagrasse seu lema como federal, na prática encabeçou um regime absolutamente centralizador e autoritário. Esse foi um momento de grande atuação política de Sarmiento, primeiro na oposição ao governo de Rosas e, depois, na construção da nova ordem política implantada depois de sua queda.

Tendo declarado sua independência em 1810, a Argentina constituía, na década de 1830, uma frágil federação de províncias, dominada pelo governador de Buenos Aires, Rosas, que, a partir de 1835, estendeu seu poder por todo o território por meio de uma série de pactos arbitrados com os governadores e caudilhos das demais províncias do interior, sem, entretanto, apoiar-se na existência formal de um governo central.

A construção de um Estado destinado a tomar o lugar do Império espanhol na região do Prata mostrou-se excepcionalmente difícil e a história da Argentina nesses anos foi marcada por lutas civis intermitentes, polarizadas em torno de dois principais grupos políticos, os federalistas e os unitários, que levaram a um progressivo enfraquecimento da legitimidade da formal soberania da autoridade central desses governos.

Entre os federalistas, estavam Rosas e Facundo Quiroga, que tiveram, muitas vezes, posições nem sempre concordantes a respeito de alguns temas, como, por exemplo, a própria organização do Estado nacional. Enquanto Facundo, por exemplo, pensava ser necessária a elaboração de uma Constituição escrita e a criação de um Estado formal dentro do sistema federalista, Rosas tinha uma concepção mais organicista e pragmática, entendendo que cada província devia primeiro se organizar e se estabilizar, para então poder constituir-se uma federação formal.

Entre os unitários, que resistiam ao poder dos federalistas, estava Sarmiento. Os unitários defendiam um sistema de governo mais centralizado, que transformasse as províncias em simples distritos administrativos, como pode ser comprovado nas Constituições de 1819 e 1826. Eram um grupo minoritário e seu programa sustentava os princípios do liberalismo. Bernardino Rivadavia foi inicialmente o líder do grupo,

integrado por intelectuais provenientes, sobretudo, dos setores comerciais portenhos, que encontraram apoio em setores semelhantes do interior. Defendiam um plano de modernização e europeização baseado na liberdade de comércio e na existência de uma mão-de-obra capacitada e abundante. Procuraram criar um mercado nacional unificado por meio da unificação monetária, da nacionalização das rendas de alfândega, da federalização de Buenos Aires, da eliminação das alfândegas provinciais e da criação do Banco Nacional, programa concretizado durante a gestão de Rivadavia, anterior ao período de Rosas.

Como já foi dito, Rosas assumiu o governo de Buenos Aires pela segunda vez em 1835 com plenos poderes e passou a perseguir seus inimigos políticos com implacável determinação. Seus adversários representavam-no como a encarnação do mal, da arbitrariedade e da barbárie. Os liberais unitários que a ele se opunham defendiam a criação de um Estado “guiado pelas luzes da razão”, base para a elaboração de uma Constituição a ser seguida e respeitada, que poria fim às lutas internas que dilaceravam a República argentina. A violenta repressão por parte do regime rosista obrigou seus críticos a buscarem exílio no Chile ou no Uruguai, onde mantiveram viva, por meio de seus escritos, a oposição a Rosas. Este grupo de intelectuais e políticos exilados ficou conhecido como a *Geração de 37*, da qual faziam parte, entre outros, Juan Bautista Alberdi, Juan Maria Gutiérrez e Esteban Echeverría. Sarmiento, ainda que alguns anos mais novo que as figuras exponenciais desta *Geração*, pode ser considerado um de seus integrantes.

Esta geração de escritores, publicistas e homens do Estado constituiu na história argentina o primeiro movimento intelectual com um propósito de transformação cultural totalizador, centrado na necessidade de construir uma identidade nacional²³. Possuidores, no início, de uma coesão grupal e de um grau de institucionalização

²³ Sobre a *Geração de 37*, ver Jorge Myers. “La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas”. In: Noemí Goldman (org.). *Nueva Historia Argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. Tomo 3. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998. Ver também Tulio Halperín Donghi. *Una Nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Editores de América Latina, 1997; Tulio Halperín Donghi. *Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Editora Espasa Calpe Argentina S.A./Ariel, 1995; Hugo E. Biagini. *La Generación del Ochenta. Cultura y Política*. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1995; William H. Kattr. *La Generación de 1837*. Buenos Aires: Emecé, 2000; Nicolás Shumway. *La Invención de la Argentina. Historia de una Idea*. Buenos Aires: Emecé Editores S.A., 2002.

inusitados para a época e para a região, definiram-se como um “partido” literário e intelectual, que se imaginava com capacidade para substituir os autênticos partidos que até então disputavam o poder. Em toda obra desses escritores românticos de 1837, a nação aparecia como problema comum e central, questão tipicamente romântica e própria de um país novo, cuja tarefa principal era alcançar um conhecimento adequado de sua própria realidade, para assim poder definir sua identidade nacional. Além disso, por terem nascido quase todos eles entre 1805 e 1821, puderam conceber a si mesmos como filhos da Revolução de Maio, a quem era conferida uma missão providencial: o desenvolvimento e a implementação da segunda fase da revolução de independência, a renovação nas idéias que devia suceder a revolução pelas armas, e cujo sentido central seria definir a nova identidade nacional em termos de valores revolucionários. Assim, diferentemente dos insurgentes de 1810, os homens de 1837 mostravam uma grande confiança nas idéias, como um ponto de partida importante para reformar a Argentina.

Domingo Faustino Sarmiento nasceu em 1811, em San Juan, cidade situada ao pé da cordilheira, longe do litoral, na província argentina de Cuyo. Sua família era pobre e seus pais tinham uma modesta formação letrada, mas, mesmo assim, – como conta Sarmiento em *Recuerdos de Província*, seu livro autobiográfico – fizeram questão de colocá-lo na Escuela de la Pátria, criada logo após a independência. Ele ressalta com orgulho ter aprendido a ler sozinho e muito pequeno, associando sua condição de autodidata a alguns fatais acontecimentos históricos – nos quais os federalistas tiveram sempre um papel negativo relevante – que impediram a continuidade de seus estudos. Sua educação na infância restringiu-se àquela que lhe foi dispensada por religiosos, como o bispo Quiroga Sarmiento e o presbítero José de Oro, seu tio. Desta maneira, e diferentemente da maioria dos membros da geração romântica, Sarmiento não teve sua formação gestada no seio das instituições educativas rivadavianas, no Colégio de Ciências Morales primeiro, e na Universidade de Buenos Aires depois. Sarmiento viveu como uma marca de bastardia intelectual essa exclusão do círculo dessa minoria feliz cujos títulos estavam tão valorizados.

Isto não o impediu de construir uma visão nada modesta sobre sua pessoa e sua vida, na qual esta se ligava intrinsecamente à história da Argentina. Tanto ele como a República argentina tiveram que passar por enormes percalços, mas souberam superá-los e, invocando seus “elevados e nobres” destinos, seguiram seus caminhos, contribuindo para a civilização e o progresso. Dizia ele, em *Recuerdos*:

A la historia de la familia se sucede, como teatro de acción y atmósfera, la historia de la patria. [...] Pues que en mi vida tan destituida, tan contrariada, y, sin embargo, tan perseverante en la aspiración de un no sé qué elevado y noble, me parece ver retratarse esta pobre América del Sur, agitándose en su nada, haciendo esfuerzos supremos por desplegar las alas y lacerándose a cada tentativa contra los hierros de la jaula que la retiene encadenada.²⁴

Sarmiento chega à sua juventude convivendo com as penosas lutas civis que dividiam os argentinos. Nessa altura, os unitários que já haviam estado no poder com Rivadavia e elaborado a Constituição unitária de 1826 tinham sido derrubados pelos caudilhos federalistas. Sarmiento toma partido dos unitários e inicia seu envolvimento na guerra civil. Quando Facundo domina toda a província de Cuyo, em 1831, o comprometimento da família de Sarmiento com os unitários obriga-o, aos 20 anos, a partir para o seu primeiro exílio, no Chile. Em 1835, Facundo Quiroga é assassinado e é nesse momento que Rosas chega então ao poder em Buenos Aires pela segunda vez.

Em 1836, quando os tempos pareciam mais calmos, Sarmiento volta a San Juan, tornando-se logo uma figura de destaque na vida de sua cidade. Funda a *Sociedad Literaria*, consegue o apoio para a fundação de um colégio e cria também o primeiro semanário da cidade, *El Zonda*. Nesse período, forma-se sua personalidade intelectual, principalmente quando, em 1838, entra em contato com José Quiroga Rosas, portador das novas idéias do mundo literário e filosófico francês, que acabava de regressar à sua província natal, vindo de Buenos Aires, de onde trouxera a literatura que alimentara as idéias da *Geração de 37*. Sarmiento vai se identificar com as soluções que a geração romântica vai propor para superar a crise política e ideológica argentina, e que se encontrará, em grande parte, no texto “Dogma Socialista”, redigido em 1839 por Esteban Echeverría com a colaboração de Juan Bautista Alberdi. Esse texto tinha como objetivo proporcionar à classe ilustrada argentina um novo corpo doutrinário, capaz de devolver a esse grupo a unidade ideológica que tornaria possível, segundo eles, a unidade de ação indispensável para a conquista da hegemonia política perdida para os chefes federais. Unidade esta que permitiria retomar a tarefa iniciada nos dias da revolução contra a Espanha, que se resumia, para eles, em uma luta das “forças do bem contra as forças obscuras do eterno ontem que se obstinam na resistência”.

Novamente perseguido pelo envolvimento em uma conspiração unitária, os problemas políticos levam Sarmiento, em 1840, à prisão e depois a um novo exílio no

²⁴ Domingo Faustino Sarmiento. *Recuerdos de Provincia*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1979, p. 162-163.

Chile. Lá, foi aos poucos penetrando no mundo intelectual chileno, principalmente por meio da publicação de artigos no jornal *El Mercurio*, de Valparaíso. Foi nessa época que empreendeu uma de suas mais famosas polêmicas sobre lingüística e literatura, com o já famoso intelectual venezuelano, Andrés Bello. Assim, Sarmiento foi-se tornando uma das figuras mais importantes da vida intelectual chilena, conhecido principalmente pela sua atividade periodística. Em 1842, ele deixa a redação de *El Mercurio* e funda seu próprio jornal, *El Progreso*, o primeiro diário de Santiago. Foi nesse jornal que Sarmiento publicou, em 1845, primeiro na forma de um folhetim e só depois como livro, *Facundo o Civilización y Barbarie*, seu primeiro trabalho de envergadura e, para muitos, o mais importante de seus textos.

Em 1846, o governo chileno confia a Sarmiento uma missão de pesquisa sobre educação pública que lhe permite, durante três anos, percorrer França, Itália, Espanha, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e uma parte da América, permanecendo inclusive por dois meses no Rio de Janeiro. Dessas viagens, resultou a publicação, em 1849, de seu livro *Viajes en Europa, África y América*. Neste mesmo ano, publica *De la Educación Popular*, baseado nas informações oficiais apresentadas ao governo chileno após o seu regresso. Um ano depois, em 1850, publica sua autobiografia, *Recuerdos de Provincia*, à qual já nos referimos, considerada sua segunda obra capital. Publica também, neste mesmo ano, *Argirópolis*, ensaio de proposta de um programa de ação concreta para substituir a confederação rosista.

Nesse momento, no início dos anos 1850, começa a se formar uma coalizão de interesses internos e externos contra Rosas. Dentro da Argentina, o general Urquiza transforma sua província de Entre Rios no centro de uma aliança que compreendia a província de Corrientes, o Paraguai, o Império brasileiro e a sitiada Montevideu. Sarmiento abandona seu refúgio chileno para prestar seus serviços nessa guerra civil que se aproxima. Em 3 de fevereiro de 1852, participa da famosa batalha de Caseros, que derruba o governo de Rosas. Nesse mesmo mês, volta ao Brasil, onde se encontra com D. Pedro II, sendo por ele condecorado em Petrópolis. Logo depois, rompe com Urquiza e publica, no Rio de Janeiro, *Campaña en el Ejército Grande*. Neste livro, Sarmiento proclama sua dissidência com a nova ordem política que surge na Argentina, sob a influência de Urquiza, que ele julga demasiado parecida com a velha ordem dos caudilhos rosistas. Inicia, então, uma longa e intensa polêmica com seus antigos companheiros unitários, entre eles Alberdi, sobre os destinos que a nação Argentina deveria tomar a partir daí.

A guerra civil continua, na medida em que a legislatura de Buenos Aires rejeita nesse momento o acordo aprovado pelo resto das províncias. Alguns meses depois, os delegados das províncias, sem a presença de Buenos Aires, reúnem-se em Santa Fé, sancionam a Constituição nacional de 1853 e elegem como presidente Justo José Urquiza. Cria-se uma situação complicada e ambígua: por um lado, existia a Confederação Argentina, constituída por treze províncias que pretendiam formar a nação, havia uma Constituição nacional, um Congresso e um Poder Executivo; por outro lado, existia o estado de Buenos Aires, cuja situação era ambígua, pois não proclamava sua soberania nem sua independência, não dizia ser um Estado livre, mas também não estava integrado à Confederação. Em 1857, é assinado um novo Pacto, por meio do qual Buenos Aires passa a fazer parte da Confederação. Uma nova ruptura e novos enfrentamentos ocorrerão entre Buenos Aires e as províncias até a vitória de Mitre, em 1861, que concretizará a constituição de uma República argentina unificada formalmente.

Nesse meio tempo, em 1855, Sarmiento volta do Chile e passa a viver em Buenos Aires, onde segue a partir daí uma importante carreira política. Torna-se diretor do diário *El Nacional*, membro do Conselho Consultivo do Governo, chefe do Departamento de Escola e chefe do Estado Maior do Exército Reserva da província de Buenos Aires. Torna-se governador de San Juan em 1862 e entra em conflito com o caudilho da província de La Rioja. Mitre lhe dá a oportunidade de sair bem dessa situação, nomeando-o enviado extraordinário e ministro nos Estados Unidos. Sarmiento volta à Argentina apenas em 1868, quando é eleito senador e depois nomeado presidente, permanecendo no cargo até 1874. Morre em setembro de 1888.

Os dois autores em questão colocam-se, assim, como protagonistas nesses cenários, transformando-se em atores, mas com atuações distintas. Enquanto no período delimitado o Visconde do Uruguai exerceu um papel fundamental no governo, circulou por todas as esferas de poder – foi deputado e presidente da província do Rio de Janeiro, ministro da Justiça, ministro dos Negócios Estrangeiros, senador e membro do Conselho de Estado –, deixando sua marca em toda a organização política do Império como peça-chave na construção e consolidação do poder do Estado, Sarmiento, mesmo distante do poder nesse momento, participou da construção do Estado e da nação na Argentina, atuando na oposição. Uruguai foi, assim, durante quase toda a sua vida política, um homem da situação, vivia e conhecia muito bem a Corte e os meandros do poder. Já Sarmiento pode ser considerado um “outsider” não só por ter vivido grande parte de sua

vida exilado e na oposição política, como também por ser um homem do interior, que só vai conhecer Buenos Aires em 1855, e que escreveu seu livro *Facundo* sem nunca ter visitado esta cidade ou mesmo os pampas. Estas são considerações importantes, pois determinarão, em grande parte, a visão e os projetos de nação desses autores. A partir do reconhecimento do lugar de onde eles estão falando, poderemos perceber com mais clareza a intencionalidade, a força, o impacto e o alcance de seus textos e de suas ações políticas.

Outro dado que reforça essa proposta de delimitação temporal, em uma perspectiva comparativa, é o das “gerações”²⁵. Da mesma forma que Sarmiento, como já mencionado, fazia parte da chamada *Geração de 37*, que tinha um projeto de nação para a Argentina, o Visconde do Uruguai integrava a *geração de 1800-1833*, que sucedeu a geração dos fundadores do Império do Brasil e vai ser a responsável pela consolidação deste por meio do fortalecimento da instituição monárquica, da conservação da ordem escravocrata e da unidade territorial.

O recorte temporal proposto supõe também uma delimitação das fontes de pesquisa. Com relação à vasta obra de Sarmiento, a pesquisa estará concentrada na análise de alguns dos livros publicados no período delimitado: *Facundo o Civilización y Barbárie*, publicado em 1845, *Viajes en Europa, África y América* e *De la educación popular*, ambos de 1849, além de *Recuerdos de Provincia* e *Argirópolis*, publicados em 1850. Quanto ao Visconde do Uruguai, trabalharei essencialmente com seus *Relatórios como Presidente da Província do Rio de Janeiro*, de 1836 a 1840, os *Relatórios da*

²⁵ Mesmo ciente de todas as dificuldades que cercam o uso desta categoria para a análise histórica, ela pode e deve ser levada em consideração. Pensamos aqui a idéia de geração como um fato cultural derivado muitas vezes da auto-representação e da autoproclamação: o sentimento de pertencer – ou ter pertencido – a uma faixa etária com forte identidade diferencial. Além disso, a geração é também uma reconstrução do historiador que a classifica e rotula posteriormente. Conforme afirmam Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Machado (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 137: “Se por um lado, seguramente a geração-padrão não existe: em nenhum caso podemos distinguir nela uma estrutura cronologicamente invariável, que transcende as épocas e as nações; por outro, a geração é seguramente uma peça essencial da ‘engrenagem do tempo’, mas cuja importância pode variar conforme os setores estudados e os períodos abordados”. Karl Manhein, por sua vez, define geração nos seguintes termos: “o fenômeno social ‘geração’ não é nada mais do que uma forma particular de identidade na localização, agregando ‘grupos etários’ envolvidos num certo processo sócio-histórico”. Karl Manhein. *Essays in the Sociology of Knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul, 1952, p. 252. A unidade de uma geração, portanto, não é dada por uma ligação social que cria um grupo concreto, mas por uma vontade subjetiva que forma um elo entre seus membros. A família, a tribo, a seita são exemplos de grupos concretos, formados naturalmente (comunitariamente) ou deliberadamente (associativamente). Já a geração é similar à classe, por sua unidade ser dada pela sua localização na estrutura social. A classe forma-se a partir da posição de certos homens na estrutura econômica e política, enquanto a geração se define pelo lugar que ocupa na estrutura biológica, mesmo que, sociologicamente falando, não seja redutível a ela.

Repartição dos Negócios da Justiça, apresentados à Assembléia Geral Legislativa nos anos de 1841 e 1843, os *Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, apresentados à Assembléia Geral Legislativa nos anos 1850 e 1852; e também com seus livros: *Bases para melhor organização das Administrações Provinciais*, de 1858, *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, publicado em 1860, e *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias do Brasil*, de 1865.

Partindo então do argumento central de que a dicotomia civilização/barbárie pode ser considerada um dos eixos centrais da representação da nação nas Américas, procurarei analisar como o conceito de nação, em uma perspectiva comparada, foi sendo gestado, elaborado, concretizado e transformado nos textos e nas ações de Domingo Faustino Sarmiento e do Visconde do Uruguai, nos seus diferentes contextos e no embate com outras idéias e interlocutores de seu tempo. Devo salientar a importância de trabalhar aqui com uma proposta de história comparada. Neste campo, penso ser possível encontrar os caminhos que me possibilitarão identificar – para explicar e analisar – as semelhanças e, principalmente, as diferenças dessas experiências históricas, muitas vezes análogas, contemporâneas e próximas no espaço.

No primeiro capítulo, analiso os diversos significados e desdobramentos que os termos civilização e barbárie adquiriram nos projetos de nação formulados por esses autores, no que diz respeito à construção de uma nova ordem política para os Estados recém-independentes da Argentina e do Brasil. Enfatizando a questão do Estado, examino o entendimento de Sarmiento e Paulino quanto às diferentes formas de governo propostas – república e monarquia –, suas diversas concepções de ordem política e social e as diferentes formas de organização pensadas para esses Estados – o federalismo, o unitarismo e a centralização. O segundo capítulo enfoca o papel e a importância que Sarmiento e o Visconde do Uruguai atribuíam ao meio natural na constituição das características particulares e nacionais de um território, de um povo e de sua história. Nesse sentido, analiso o modo como, na elaboração de seus projetos de nação, as idéias de civilização e barbárie adquirem novos e diversos significados e aparecem recorrentemente expressas nas representações espaciais dicotômicas, pampa/cidade, sertão/litoral, utilizadas como instrumentos de análise privilegiados nas narrativas desses autores. Ao enfatizar o peso que a natureza teve no processo de construção das identidades nacionais nas Américas, pretendo mostrar como esta foi um elemento central na formulação de uma concepção de nação em que a etnicidade se converte em importante fator de legitimação política desses Estados. O terceiro capítulo,

“Vencendo a Barbárie”, analisa como Sarmiento e Uruguai pensaram a educação, a instrução pública e a questão da imigração como elementos centrais nos seus projetos civilizatórios de nação, na medida em que se apresentavam como caminhos para a eliminação e/ou transformação da barbárie em civilização, progresso e ordem.

CAPÍTULO I

A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM POLÍTICA

A idéia deste capítulo é estabelecer uma espécie de jogo comparativo que, ressaltando semelhanças e diferenças, permita recortar as diversas identidades políticas do Império do Brasil e da República argentina e com isso melhor compreender a constituição dos Estados e das nações latino-americanas no século XIX²⁶. Esse é também um jogo múltiplo, na medida em que pressupõe uma multiplicidade de caminhos e procedimentos para se estabelecer comparações: algumas vezes será necessário confrontar esses Estados nacionais, marcar as diferenças que existem entre eles; outras vezes será necessário minimizar estas diferenças, principalmente quando o olhar se dirigir para fora e eles forem confrontados com as nações européias ou mesmo com a jovem República norte-americana.

No caso dos autores escolhidos, seus projetos de nação trazem a marca de seu tempo, um tempo profundamente marcado pela idéia de civilização, entendida de forma plural, como um devir – um processo progressivo fundamental da história, e também como um estado final resultante desse processo. Associada à liberdade, aparece, principalmente, como um estado a ser alcançado por intermédio de uma ação a ser empreendida. A noção de civilização adquire nessa época uma autoridade e, em consequência, passa a exercer um poder mobilizador, suscitando o embate entre grupos políticos que se pretendem seus representantes e defensores, reivindicando, por isso, o monopólio de sua propagação. Ao tornar-se um valor incontestável, a civilização transformar-se-á em um critério por excelência que permite julgar e condenar a não-civilização, a barbárie.

É preciso tomar seu partido, adotar sua causa. Ela se torna motivo de exaltação para todos aqueles que respondem ao seu apelo; ou, inversamente, fundamenta uma condenação: tudo que não é a civilização, tudo que lhe resiste, tudo que a ameaça, fará figura de monstro ou de mal absoluto. [...] O que significa dizer que o serviço ou a defesa da civilização poderão, eventualmente, legitimar o recurso à violência. O anticivilizado, o bárbaro devem ser postos fora de condição de prejudicar, se não podem ser educados ou convertidos²⁷.

²⁶ A idéia de estabelecer um jogo comparativo foi retirada dos textos de Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*, op. cit.; e “Um ‘País Novo’: a formação da identidade brasileira e a visão da Argentina”. In: *A visão do Outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: Funag, 2000.

²⁷ Jean Starobinski. *As Máscaras da Civilização: Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 33.

O termo “civilização” é de criação e uso relativamente recentes em algumas das principais línguas européias, datando seu aparecimento apenas da segunda metade do século XVIII²⁸. A origem da palavra encontra-se no latim, *civitas*, e refere-se às qualidades de uma alma nobre e espiritualmente elevada, podendo também estar relacionada com a arte de governar a cidade. Desde o século XIII, termos afins, como “civildade” e “civil”, aparecem associados a idéias como urbanidade e sociabilidade. O verbo “civilizar”, seu particípio “civilizado”, o adjetivo “civil” e o substantivo “civildade” datam de antes do século XVI. No entanto, pela conotação que a palavra assumiu no século XVIII, ocasião de seu surgimento, ela parece identificar-se mais com o adjetivo latino *civilis*, que, pela sua proximidade com a congênera *civilitas*, indica um ser cultivado, polido, afável, cortês e refinado, ou seja, o oposto do rústico, do campesino.

De forma mais ampla, “civilização” está associada ao processo ativo de “civilizar” e traz consigo a idéia de autodomínio, policiamento. Na verdade, parte-se do termo medieval “cortesia”, *courtoisie*, relacionado com a maneira de comportar-se na corte, para o conceito mais interno e ético de “civildade”, *civilité*. Em um sentido mais profundo, o controle dos impulsos por parte da razão, expresso pelo termo “civildade”, não deixa de ter afinidade com o controle dos nobres por parte do rei, os dois fenômenos tendo a sociedade de corte como lócus privilegiado. Segundo Norbert Elias²⁹, desde o Renascimento, com a idéia de *civilité*, gênese do termo *civilisation*, as elites de várias cidades européias buscaram desenvolver códigos de conduta e

²⁸ Sobre o conceito de civilização, ver: Lucien Febvre et al. *Civilisation – le mot et l'idée*. Paris: La Renaissance du Livre, 1930; Pin den Boer. “Civilization: Comparing Concepts and Identities”. *Contributions to the History of Concepts*. Vol. 1, nº 1. Rio de Janeiro: IUPERJ, março 2005; Norbert Elias. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994; Jean Starobinski. *As Máscaras da Civilização*, *op. cit.*; Émile Benveniste. “Civilización. Contribución a la historia de la palabra”. In: *Problemas de Lingüística General*. México: Siglo Veinteuno Editores, 1974; Fernand Braudel. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989; André Nunes de Azevedo. *Da Monarquia à República: Um Estudo dos Conceitos de Civilização e Progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003; Leopoldo Zea. *Discurso desde la marginación y la barbarie*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. Ver também os dicionários: Martin Alonso. *Enciclopédia del Idioma*. Madrid: Aguillar, 1982; Albert Duzal et al. *Dictionnaire étimologique de la langue française*. Paris: Larousse, 1993; Pedro Felipe Monlau. *Diccionario etimológico de la lengua castellana*. Buenos Aires: Librería Ateneo, 1946; J. A. Simpson e E. S. P. Weisner. *The Oxford English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1989; Ernest Weekley. *A concise Etymological Dictionary of Modern English*. London: Secker & Warburg, 1952; Antônio G. Cunha. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982; José Pedro Machado. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

²⁹ Norbert Elias, *O Processo Civilizador*, *op. cit.*, p. 65-213.

comportamento a serem observados. Por exemplo, os hábitos à mesa, como não comer sem talheres, ou comportamentos de expressão corporal, como a postura adequada durante uma conversação, foram desenvolvidos, a fim de ajustar os comportamentos a um conjunto de práticas que eram percebidas como sendo de “bom tom”. Assim, *civilité* significava polimento, compreensão e execução de uma regra de conduta que, na Europa do século XVI, identificava aquele que a praticava como sendo um indivíduo civilizado – *civilisé*³⁰. Já *civiliser* indicava a ação de polir, de adequar alguém a um padrão de comportamento definido. Portanto, a significação das palavras *civilité*, *civiliser* e *civilisé*, as quais deram origem ao termo *civilisation*, remetem à idéia de uma formalidade, de um código social expresso em condutas previamente delineadas em face de algumas situações.

Deve-se dizer ainda que o conceito de “civilização” tem também, originalmente, um sentido jurídico, o de julgamento que torna civil um processo criminal, acepção que sobreviverá pelo menos até o fim do século XVIII. Segundo Jean Starobinski³¹, o conceito moderno de civilização surge somente em meados do século XVIII, no contexto de afirmação e expansão das idéias iluministas. Este termo se relaciona a uma série de idéias típicas do Iluminismo, como a idéia de progresso material e de desenvolvimento da História. Na França, apesar de poder ser encontrada em escritos anteriores de autores como Honoré de Mirabeau, Robert Turgot, Denis Diderot, entre outros, a palavra *civilisation* só se impõe a partir da Revolução Francesa, sendo incorporada ao *Dictionnaire de l'Académie* em 1798. Com a Revolução Francesa, a idéia de “civilização” passa a identificar-se com os valores sagrados da Revolução e, em consequência, passa-se igualmente a reivindicar para a França, país da Revolução, o privilégio de ser a vanguarda da civilização³². Esta identificação seguirá ao longo de todo o século XIX, sendo particularmente presente na América³³.

³⁰ O termo *civilité* remonta a 1530, com Erasmo de Roterdã, em seu livro *De civilitate morum puerilium – Da civilidade em crianças*, destinado à educação infantil. No século XVII, em 1690, a palavra *civilité* já figurava no *Dictionnaire Universel de Furetière*, juntamente com *civil*, *civilisé* e *civiliser*. Neste, o verbete *civilité* aparece como “maneira honesta, doce e polida de agir, de conversar junto”. Segundo Lucien Febvre, *civilité* relaciona-se à idéia de cortesia, que indicaria mais a internalização de valores, elementos do espírito, do que *civilité*, que conotaria menos um desenvolvimento do espírito e mais uma forma externa, a observação de um conjunto de normas de conduta e comportamento, códigos de um grupo da sociedade, daqueles que vivenciavam a sociedade da corte. Lucien Febvre. “Civilisation. Évolution d’un mot et d’un groupe d’idéés”. In: _____ et al. *Civilisation – le mot et l’idée*, *op. cit.*

³¹ Jean Starobinski. *As Máscaras da Civilização*, *op. cit.* O primeiro dicionário que assinala a palavra civilização em seu sentido “moderno” é o *Dicionário Universal* (Trévoux) de 1771.

³² Segundo Lucien Febvre, o vocábulo *civilisation* teria tido sua primeira aparição em um texto impresso no ano de 1766. No entanto, o termo já poderia figurar em um manuscrito em torno do ano de 1752, visto que, anos depois de 1766, Dupont de Nemours utiliza-o quando publica as obras do grande fisiocrata que

De maneira mais ampla,

[...] o termo “civilização” pode expressar a consciência que o ocidente tem de si mesmo. Sua maneira de autoperceber-se, de pensar-se como agente privilegiado de um desenvolvimento histórico que conduziria a um mundo sempre melhor, governado pela razão e seu movimento de expansão. A própria idéia de movimento é característica à idéia de civilização, pois esta era entendida como um processo dotado de movimento firme e constante que se traduz em diversas formas destinadas sempre à superação. A percepção da civilização como processo é típica da própria consciência histórica desenvolvida na Europa do século XVIII, que impulsionou o historicismo³⁴.

É esse aspecto da idéia de civilização que vai aproximá-la da idéia de progresso, suscitando uma imbricação que nasce no século XVIII e se estende de modo generalizado mais fortemente ao longo do século XIX. Os primeiros a relacionarem civilização a progresso, nível mais elevado de desenvolvimento humano, são os iluministas escoceses Adam Ferguson e Adam Smith em *Ensaio sobre a história da sociedade civil*, de 1767, e *A riqueza das nações*, de 1776.

Além da idéia de movimento, “civilização” remete também à idéia de ação, que figura na própria constituição morfológica da palavra. Segundo Jean Starobinski, foi comum no século XVIII o surgimento de palavras com o sufixo “ação”, designador da idéia de uma ação, como por exemplo, “centralização”, “municipalização”, “democratização” etc. Esse século do Iluminismo foi o século da ação: ação política das massas na Revolução Francesa, ação intelectual dos pensadores engajados no processo de mudanças políticas, ação presumida da história etc. Neste sentido, é compreensível que “civilização” passe a constituir, portanto, a ação de civilizar, de dotar de civilidade aqueles que são bárbaros, rudes, campesinos e que, supostamente, necessitariam de tal ação. O sufixo –ação obriga a pensar em um agente que pode confundir-se com a própria ação, tornando-a autônoma, pode remeter a um fator determinante – para

fora seu mestre. Contudo, a data levantada por Febvre está longe do consenso entre os pesquisadores. Moras e Émile Benveniste afirmam que a primeira aparição do termo remontaria a 1756, na obra *Ami des Hommes* ou *Traité de la Population*, de autoria do Marquês de Mirabeau, pai do célebre revolucionário. Mirabeau escreveria ainda, em 1760, uma outra obra, *Théorie de l'impôt*, na qual a palavra voltaria a aparecer. Fernand Braudel afirma que a palavra civilização, no seu sentido moderno, já poderia ser encontrada em 1752, em um escrito de Turgot sobre a história universal, que ele não publicou, o *Discours sur l'histoire universelle*. No entanto, corrobora a posição de Benveniste quando este afirma que o primeiro texto impresso publicado que contém o termo é *Ami des Hommes*, que data de 1756.

³³ Deve-se ressaltar que houve na apropriação pós-revolucionária da palavra civilização, uma inversão de significados imputada por parte dos adversários da Revolução. O exemplo disso pode ser dado, desde o fim de 1790, por Edmund Burke, para quem a civilização se confunde com os valores tradicionais da religião e da cavalaria – precisamente aqueles que o pensamento revolucionário reprovava como grosseiros e bárbaros.

³⁴ André Nunes de Azevedo, *Da Monarquia à República*, op. cit., p. 31.

Mirabeau a religião; para Rousseau, a perfectibilidade; para outros, as Luzes –, pode pluralizar-se e repartir-se em fatores múltiplos, pode ser um imprevisto ou um processo coletivo ininterrupto com o qual a humanidade inteira se teria comprometido desde as suas origens.

O conceito de civilização também pode remeter à idéia de conclusão de uma ação e/ou de um movimento, de estágio final de um processo. Daí podermos afirmar que a idéia de civilização manteve e conferiu movimento ao ideal de enquadramento do comportamento humano, tornando-o uma necessidade histórica, parte fundamental de um processo que o século XIX entendeu como uma evolução, como uma melhoria constante.

A idéia de civilização também se encontra relacionada à idéia de desenvolvimento material, seja no âmbito da técnica ou da vida econômica. Ela foi associada ao desenvolvimento do comércio, da indústria e da tecnologia. Nesta concepção, civilização aparece como decorrência do progresso entendido como desenvolvimento material – técnico e econômico. Embora esta forma de pensar a civilização tenha ganhado força na segunda metade do século XIX, sobretudo após 1870, com o advento da chamada Segunda Revolução Industrial, ela surgiu no setecentos, com os Fisiocratas e economistas liberais.

No entanto, a idéia de civilização, para além da referência ao desenvolvimento material, poderia também significar simplesmente desenvolvimento, progresso. Quem melhor expressa este entrelaçamento da idéia de civilização com a de progresso é Guizot. Em 1828, ele ofereceu um curso na Sorbonne que recebeu o nome de “La civilization en Europe” e, em 1829, um outro, “La civilisation en France”. Guizot acreditava que a civilização era algo que poderia ser descrito por intermédio da investigação do historiador e que poderia ser narrada em uma História Geral, pois acreditava que havia uma História Geral da civilização a ser apreendida. Na sua visão, existiam várias civilizações, mas acima delas se colocava a civilização – no singular – como entidade una. Esta desenvolveria um movimento meta-histórico, no qual uma das civilizações encontrar-se-ia em um estágio, cada uma delas apresentaria um nível de progresso da civilização, mais ou menos próximo do ideal de perfectibilidade que a palavra aplicada no singular designava para Guizot. Para o historiador francês, “a idéia do progresso, do desenvolvimento, parece ser a idéia fundamental contida sob a palavra

civilização”³⁵. Portanto, a civilização traduz o movimento histórico de desenvolvimento progressivo dos povos, sobretudo dos povos europeus. Para o intelectual francês, “civilização”, entendida no singular, resulta fundamentalmente do aperfeiçoamento de dois aspectos de uma sociedade: do desenvolvimento da atividade social e da atividade intelectual. Neste sentido, para chegar à perfeição de uma civilização, uma sociedade deveria aprimorar, ao longo dos tempos, sua estrutura social e o nível intelectual de seus membros.

Como já foi dito, a palavra civilização tem uma importante relação filológica com a idéia de cidade, pois deriva do latim *civilitas*, que tem como uma de suas traduções “a arte de governar as cidades”. No século XVII, em 1694, Frutière apresenta no seu dicionário o termo “civilidade” como “maneira honrada, suave e gentil de atuar e conversar em grupo” e finaliza dizendo que “só os camponeses, a gente grosseira, carece de civilidade”³⁶. No século XVIII, no qual sabemos que *civilisation* significou comportamento, polimento, polícia, Le Bret designa *policé* como “a ordem pública de cada cidade”³⁷. Da mesma forma, para o Marquês de Mirabeau, que escreveu *Ami des Hommes*, a palavra também se relaciona à urbanidade, aos hábitos urbanos, a *policé* e às regras de convivência necessárias à vida no aglomerado humano característico das cidades. Ou seja, “civilização” e “civilidade” são as palavras que se apresentam em contraposição ao campo, definindo-se como própria das cidades. Podemos afirmar, portanto, que, no século XVIII, civilizar-se também poderia significar urbanizar-se, adquirir urbanidade. No século XIX, a referência à cidade continuou acompanhando a palavra civilização. Segundo Fernand Braudel, o sinal exterior mais evidente que orientou a designação de determinadas sociedades como civilizações foi, justamente, a existência de cidades em seu seio³⁸. Assim, além de serem o espaço privilegiado para o desenvolvimento da urbanidade, da polidez, da democracia, da cultura e da ciência, indicadores de uma civilização, as cidades também se consagraram como espaço por excelência do progresso.

A partir de meados do século XVIII, a palavra civilização penetra rapidamente em outras línguas européias, sendo traduzida para o italiano *civilizzazione*, o espanhol

³⁵ François Guizot. *Civilisation en Europe*. Paris, 1828, p. 15 *apud* Lucien Febvre, *Civilisation – le mot et l'idée*, *op. cit.*, p. 35.

³⁶ Jean Starobinski, *As Máscaras da Civilização*, *op. cit.*, p. 15.

³⁷ Lucien Febvre, *Civilisation – le mot et l'idée*, *op. cit.*, p. 11.

³⁸ Fernand Braudel, *Gramática das Civilizações*, *op. cit.*, p. 38.

civilización, o alemão *zivilization*³⁹, o sueco e o dinamarquês. Durante o século XIX, nas colônias fora da Europa, na África, Ásia e América, o conceito de civilização vai desempenhar um papel-chave no discurso do imperialismo, tendo sido usado primeiramente pelos colonialistas para afirmar sua suposta superioridade e legitimar sua ação colonizadora.

Na região do Prata, os termos civilização e barbárie aparecem no debate político desde o início do século XIX. Na época do Vice-Reinado, estas palavras já eram utilizadas nas páginas dos primeiros periódicos lançados em Buenos Aires, e a dicotomia civilização/barbárie aparece pela primeira vez, em 1827, no jornal *Mensajero Argentino*. Entre os membros da *Geração de 37*, era comum a utilização desses termos, principalmente da idéia de civilização. No trecho do *Dogma Socialista* que fala sobre a “emancipação do espírito americano”, por exemplo, Esteban Echeverría afirma que esta emancipação só será conseguida repudiando a herança espanhola e concentrando esforços no sentido de constituir uma sociabilidade americana composta de todos os elementos da civilização: o elemento político, o filosófico, o científico, o artístico e o industrial. Um ano após a fundação do *Salón Universitario*, Alberdi falará em civilização e barbárie e, em seu *Fragmento Preliminar al Estudio del Derecho*, relaciona civilização e consciência nacional, ao afirmar: “Un pueblo es civilizado únicamente cuando se basta a si mismo, cuando posee la teoría y la fórmula de su vida, la ley de su desarrollo. Luego no es independiente, sino cuando es civilizado”⁴⁰. Também a segunda palavra simbólica da Asociación de la Joven Generación Argentina será progresso, definido como “civilizarse o encaminar la acción de todas sus fuerzas al logro de su bienestar”. Sarmiento, como veremos, informado pelas teorias européias da época, constrói todo o *Facundo* com base nas idéias de civilização e barbárie, praticamente enquadrando as demais questões nessa antinomia fundamental. Na

³⁹ Na língua e cultura alemãs, a palavra *zivilisation* insere-se de maneira distinta, com outro *status*, com menor projeção e importância no âmbito da cultura local. A palavra que mais se aproximaria do sentido da palavra francesa *civilisation*, seria *kultur*, que designa o desenvolvimento do espírito, da cultura das coisas próprias deste, da atividade estética e intelectual, que também aparece no século XVIII. O termo *kultur* também se encontrava associado ao Romantismo alemão. Intelectuais germânicos, como Goethe e Alexander Von Humboldt, pensavam a palavra como acúmulo de tradições, costumes e conhecimentos próprios a um povo em particular, ou seja, a cultura de uma comunidade afim, para além de uma sociedade determinada. Assim, distintamente do termo *zivilisation* – que é perpassado pelo universalismo iluminista e que apresenta uma idéia de movimento que tende a eliminar a diferença entre os povos –, a palavra *kultur* tende a afirmar estas diferenças, ressaltando o que é próprio em cada povo, o que germina em cada comunidade, sem nenhuma referência à inexorabilidade de algum movimento.

⁴⁰ Juan Bautista Alberdi. *Fragmento Preliminar al Estudio del Derecho*. Buenos Aires: Hachette, 1955, p. 52 *apud* José Carlos Chiaramonte. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800 – 1846)*. Argentina: Compañía Editora Espasa Calpe, 1997, p. 631.

Introdução desse livro, ele afirma sua crença na civilização e no progresso como leis da humanidade, como idéias fecundas e interesses novos que, no final, triunfarão “sobre as tradições envelhecidas, os hábitos ignorantes e as preocupações estacionárias”. Mas é antes disso, em um artigo no *El Mercurio* de 7 de outubro de 1842, que Sarmiento propõe pela primeira vez a antítese civilização/barbárie para interpretar o processo histórico argentino.

No Brasil, a utilização mais geral da palavra “civilização” só acontece nas primeiras décadas do século XIX, e chega aqui, como na língua portuguesa, por meio de fontes francesas. Na primeira edição do Dicionário Moraes⁴¹, de 1789, que modifica e acrescenta o Dicionário do Padre Rafael Bluteau, de 1726, não aparece o verbete “civilização”, somente termos correlatos, como “civil”, “cível” e “civildade”, que se encontram na origem da palavra. Estes termos, assim como “polícia”, “urbano” e “urbanidade”, apresentam uma significativa relação semântica, todos se referindo a urbanizar como uma ação de civilizar, de tornar o indivíduo civil, polido, com um código de procedimentos já conhecidos e, portanto, mais controlável. Nas 2ª e 3ª edições do Dicionário Moraes, a palavra “civilização” também não aparece, e a definição do termo “civildade” é a mesma, apenas com um pequeno acréscimo no seu final que reforça o caráter urbano da idéia de civildade, colocando-a em oposição à rusticidade, esta entendida como grosseria.

A palavra “civilização” aparece pela primeira vez em um dicionário da Língua Portuguesa em 1831, na 4ª edição do Moraes, editado em Lisboa. Este fato parece estar diretamente relacionado ao crescimento do ideário liberal em Portugal, que ganhou força com a eclosão da Revolução do Porto em agosto de 1820. Nessa edição, o texto explicativo do verbete “civilização” aparece de forma bem concisa, como: “o ato de civilizar; o estado do povo civilizado”⁴². Na primeira parte do verbete, a explicação “o ato de civilizar” indica a ação de tornar civil, que significa, nesse contexto, fazer respeitar a ordem social baseada na lei e na urbanidade, mais como regra de polidez; a segunda parte, “o estado do povo civilizado”, não indica somente uma ação ou um movimento, mas também o que se supunha ser um estágio de superioridade moral, de organização social, política, cultural e material que um determinado povo alcançou em

⁴¹ Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da Lingua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, Reformado e Acrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

⁴² *Idem*. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

seu movimento progressivo de aperfeiçoamento. O estado do povo civilizado referia-se sem dúvida, nesta época, aos povos cristãos da Europa.

A 5ª edição do Dicionário Moraes, de 1844, foi editada a pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no delicado contexto político da centralização levada a cabo pelos conservadores Saquaremas, com o intuito de cobrir as novas modificações léxicas e semânticas que estavam ocorrendo no Brasil. A definição de civilização permanece a mesma, mas chama a atenção nessa edição algumas adições interessantes e o surgimento de alguns neologismos. O verbete “civilizado”⁴³, por exemplo, aparece como:

[...] diz-se de um povo, quando tendo deixado os costumes bárbaros se governam por leis. Policiado quando pela obediência às leis tem adquirido o hábito das virtudes sociais. E polido quando em suas ações mostra elegância, urbanidade e gosto. A civilização estabelece-se pelas leis que formarão os bons costumes. E estes aperfeiçoarão as leis e policarão os povos. A polidez segue-se depois⁴⁴.

Nota-se aí a insistência na utilização da palavra “leis”, o que poderia expressar o projeto de centralização política nas mãos da Coroa e de sua elite dirigente Saquarema, que, visando manter seus monopólios fundamentais, tornava imperioso um respeito rigoroso às leis e às instituições que se constituíam naquele contexto no qual estouravam revoltas populares e de setores dissidentes da elite, como veremos adiante.

Os verbetes “civilização”, “civildade”, “civilizado” e “civilisar” não apresentam na 6ª edição do Dicionário Moraes diferenças de significado em relação à edição anterior. A única novidade é o surgimento do verbete “civilizador”, que aparece como: “que civiliza, ilustra, promove a instrução e pole os costumes de um povo”⁴⁵. A palavra “civilizador” vem personificar a ação de civilizar, que obriga a existência de um agente civilizador, que, no caso do Brasil daquela época, era o Estado imperial sob a direção Saquarema.

Estas longas observações sobre o conceito de civilização são necessárias quando nos propomos a pensar a questão do nacionalismo nas Américas, pois, como dissemos, a farta e recorrente utilização da dicotomia civilização/barbárie no discurso político americano permite-nos levantar a hipótese de que tal dicotomia foi um dos eixos

⁴³ As palavras “civilizado”, “civilisar” e “civilizador” estão aqui grafadas como aparecem no original.

⁴⁴ *Idem. Dicionario da Lingua Portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1844.

⁴⁵ *Idem. Dicionario da Lingua Portuguesa*. 6ª ed. Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1858.

centrais da representação da nação nas Américas no século XIX. Daí a importância de investigar alguns dos diversos significados e desdobramentos que esses termos adquiriram nesses novos e diferenciados contextos, constituindo-se esse um dos objetivos deste trabalho.

Trata-se, portanto, como dissemos, de um jogo comparativo que enfatizará muitas vezes as semelhanças: tanto Sarmiento quanto o Visconde do Uruguai, como homens de seu tempo, tomarão a civilização como valor e critério fundamental na elaboração de seus projetos de nação. Na tentativa de recortar e definir aquelas novas identidades, formularão projetos civilizatórios, voltando-se tanto para a Europa “cultura e civilizada” ou mesmo para os Estados Unidos, em busca de modelos que acabarão traduzindo, reescrevendo e reinventando em seus escritos, como também com um olhar voltado para dentro da própria América, vista por eles, em parte, como ainda bárbara. Esse movimento permitirá a estas novas nações se reconhecerem e se fazerem reconhecer como membros de uma comunidade maior, o “mundo civilizado”, animado pelo ideal do progresso, do qual já faziam parte as nações européias. Passavam a reconhecer-se, assim, como depositárias de uma certa unidade cultural com o mundo civilizado, tornando-se também filhas da Ilustração, condição para se obter um lugar nele.

Nesse processo de aproximação com o mundo civilizado, chegava-se a algumas exagerações em comum: da mesma maneira que se dizia que o Império brasileiro fora “predestinado pela Providência para ser o centro das transações comerciais de todo o mundo civilizado”⁴⁶, Sarmiento refere-se à Argentina como a “Tebas do Prata”, que virá a ocupar “el rango elevado que le toca entre las naciones del Nuevo Mundo”⁴⁷. Isso reafirmava a crença na civilização como um estágio a ser alcançado em um futuro previsível para aquelas nascentes nações, mas só alcançável por meio da concretização daqueles projetos civilizatórios.

Esse é também um jogo que nos levará, outras vezes, a enfatizar as diferenças. Por um lado, as diferenças entre a América e as nações européias: acreditava-se que aqui havia uma sociedade diferente daquelas da Europa pela sua tendência à desagregação e pela ausência de leis ou de regras de organização, traduzidas quase sempre como barbárie. No caso da nação argentina, por exemplo, Sarmiento observa

⁴⁶ J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe. *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*. 2ª ed. Paris, 1863, p. VII-XIII *apud* Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*, *op. cit.*

⁴⁷ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, *op. cit.*, p. 9.

que, da relação do homem do campo com sua geografia, viria “el predominio de la fuerza brutal, la preponderancia del más fuerte, la autoridad sin límites y sin responsabilidad de los que mandan, la justicia administrada sin formas y sin debates”⁴⁸. O campo e o homem que lá vive aparecem assim identificados à barbárie, à desordem social e política, pois, “fáltale la ciudad, el municipio, la asociación íntima, y, por tanto, fáltale la base de todo desarrollo social; no estando reunidos los estancieros, no tienen necesidades públicas que satisfacer, en una palabra, no hay *res publica*”⁴⁹. Também o Visconde do Uruguai participava dessa crença ao afirmar: “No interior de muitas de nossas Províncias vivem os seus habitantes separados uns dos outros e das povoações por grandes distâncias, cobertas de matas e serras em um certo estado de independência, e fora do alcance da ação do governo e das autoridades”⁵⁰. Daí a justificativa da necessidade de uma ação que pudesse transformar essa barbárie em civilização, tarefa essa que os setores letrados, do qual Sarmiento e Uruguai faziam parte, acreditavam ser sua.

Começamos então a analisar mais detalhadamente seus projetos de nação. Em termos políticos, a idéia de nação nos textos do Visconde do Uruguai esteve sempre e profundamente identificada à idéia de Império. Sabemos quanto os construtores do Império brasileiro se esforçaram em associar o traço que mais os diferenciava do resto da América – sua forma de governo monárquica, seu caráter hereditário e suas instituições políticas – à civilização, à estabilidade, à ordem e, principalmente, à garantia da manutenção de uma suposta unidade territorial e de uma continuidade. A experiência que o Visconde do Uruguai acumulara na condução dos negócios platinos contribuíra para reafirmar o seu pensamento a respeito do lugar que o Império do Brasil deveria ocupar no conjunto das “nações civilizadas”, em que se destacavam a Inglaterra e a França. Nas “Instruções” entregues a Ponte Ribeiro, datadas de 1º de março de 1851, ele dizia que a política do governo imperial era uma política liberal e civilizadora, enquanto a de Rosas era uma política retrógrada, tirânica e de barbarismo⁵¹. A construção desse discurso que identificava a defesa da ordem e da civilização com o Império brasileiro, em oposição à barbárie e ao caudilhismo das repúblicas vizinhas,

⁴⁸ *Ibidem*, p. 27.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 31.

⁵⁰ Paulino José Soares de Souza. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça do anno de 1840 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na sessão ordinaria de 1841, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1841.

⁵¹ Ilmar Rohloff de Mattos. “O Lavrador e o Construtor. O Visconde do Uruguai e a Construção do Estado Imperial”, *op. cit.*, p. 214.

fazia-o caminhar em uma dupla direção: para se aproximar do mundo civilizado, afastava-se e diferenciava-se cada vez mais do resto da América.

E qual era essa concepção de império? A partir de 1827, com a consolidação de uma oposição mais forte e sistemática a D. Pedro I, ocorre uma transformação fundamental nesta concepção, quando o Império deixa de estar referido a uma concepção dinástica e passa a ser pensado como equivalente a um Estado, a uma nação. A emancipação política em 1822 implicou o início da construção de um Estado, de um corpo político autônomo, imaginado como nacional, demonstrando a típica associação que o nacionalismo do século XIX criou entre Estado e nação. Acreditava-se que a cada Estado deveria corresponder uma nação, entendida como um conjunto de indivíduos juridicamente livres. Nessa nova concepção nacional que substitui a concepção dinástica anterior⁵², o Império do Brasil experimentará uma concretização diversa das experiências imperiais anteriores, na medida em que será entendido como limitado no espaço, correspondendo a um Estado, que por sua vez corresponde a um território, que é limitado e que deverá ser preenchido por cidadãos/brasileiros.

Nessa nova aceção de império, o exercício da soberania não será mais um atributo do monarca ou do chefe de Estado, mas da nação, ou seja, da coletividade formada por novas condições de pacto entre os homens. Isso implicará também uma nova concepção de territorialidade, na qual o território deixa de ser considerado como patrimônio pessoal do monarca e passa a ser tanto o suporte físico de existência do Estado como da nação, ou, dizendo de outra forma, o território sobre o qual o Estado exerce sua soberania nacional⁵³. Como afirma Hobsbawm, “a equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território,

⁵² Refiro-me aqui a uma concepção clássica de império, conformada por uma concepção dinástica ao mesmo tempo propiciadora e legitimadora de uma organização hegemônica que transcendia os quadros étnicos ou políticos naturais, não necessariamente contínuos no espaço, e que tinha o seu sentido definido por uma tendência para um certo tipo de dominação universal, pela pretensão a um domínio ilimitado em três dimensões: espacial, temporal e ideológica. A respeito dessa concepção, ver Michel Chartier. “Impérios”. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 14. *Estado – Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989; e Michael Hardt e Antonio Negri. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁵³ Esta questão da relação entre Estado, nação e território está muito bem desenvolvida no livro de João Paulo G. Pimenta. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata 1808-1828*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002. Ele chama a atenção para o risco de um outro tipo de anacronismo quando se pensa nessa questão do território nacional. Da mesma forma que muitas vezes foi tomada como já existindo no período colonial uma nação “brasileira” em gestação, o território também oferece na mesma linha argumentativa um sedutor ingrediente: pensando ser possível estabelecer uma coincidência entre os territórios do “Brasil colônia” e do “Brasil independente”, uma boa parte da historiografia brasileira encarregou-se de conferir também ao território nacional uma existência ou configuração pré-nacional embrionária.

pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais”⁵⁴. Por isso, na Constituição de 1824, o império será definido como a associação política de todos os cidadãos, identificados como aqueles que haviam nascido no território do Brasil, ou os que eram portugueses, mas residiam no Brasil na época da independência, explicitando, assim, uma relação direta entre cidadania e território⁵⁵.

Durante o Primeiro Reinado e a partir da abdicação, a associação entre Império do Brasil e nação brasileira não deixará de se expandir, buscando-se sempre referir a noção de Império a uma concepção nacional. A trajetória da construção dessa nova associação foi longa e complicada, pressupondo a construção do Estado Imperial, por ser esta a condição necessária à existência da nação⁵⁶. O que nos leva a concluir que, no caso do Brasil, houve uma congruência entre Estado e nação, reafirmando, nesse aspecto, a adoção da concepção política e moderna de nação tão propalada pelo nacionalismo do século XIX.

Evaldo Cabral de Mello afirma que o Brasil se fez Império antes de se fazer nação⁵⁷. Ele observa que, no contexto internacional da época, nosso processo de independência foi algo aberrante não só pelo regime monárquico que adotou, mas também em virtude da forma imperial que tomou o Estado brasileiro em uma conjuntura que já se mostrava claramente desfavorável às construções imperiais, após a derrota do Império napoleônico. Ao tentar responder por que o Brasil adquiriu sua independência sob a forma de império e não de reino, como o era desde 1815, Evaldo Cabral diz ser a idéia de império uma velha aspiração que remonta aos cronistas do século XVI – que a utilizavam no sentido que Tácito dera ao Império romano, de “largos domínios” sobre diferentes espaços –, e que, no decurso do século XVIII, ganha relevo na imaginação de alguns homens de Estado lusitanos, como D. Luís da Cunha, que formula a concepção de Império luso-brasileiro.

Mas o autor chama a atenção para o equívoco da aceitação passiva da idéia vendida pela historiografia sobre o reinado de D. João VI no Brasil, segundo a qual o

⁵⁴ Eric Hobsbawm. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, *op. cit.*, p. 32.

⁵⁵ Só um determinado conjunto de cidadãos brasileiros tinha direito à representação política, o dos cidadãos ativos. Havia uma igualdade jurídica entre os cidadãos, mas havia uma desigualdade econômica entre eles. A sociedade civil era formada por cidadãos que tinham os mesmos direitos civis (todos tinham o atributo da liberdade); dentro desse conjunto da sociedade civil, havia a sociedade política, delimitada pelos atributos econômicos (a propriedade), estes eram os cidadãos ativos.

⁵⁶ Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*, *op. cit.*; e *Idem*. “Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. Texto apresentado no Seminário Internacional Independência do Brasil: história e historiografia, São Paulo, 2004.

⁵⁷ Evaldo Cabral de Mello. *Um imenso Portugal*, *op. cit.*, p. 24-61.

príncipe regente teria criado o grande Império luso-brasileiro há tanto sonhado pelos estadistas da metrópole. Mais uma vez, Evaldo Cabral critica os pressupostos da “ideologia saquarema” dominante no Segundo Reinado, que creditou ao período joanino o haver lançado os alicerces da ordem monárquica consolidada pelos seus descendentes. Para ele, na realidade, a construção imperial não passou de figura de retórica, com que a Coroa bragantina procurou desfazer a péssima impressão causada na Europa pela súbita vinda da família real para a colônia americana, “apresentando-a como uma medida de alto descortínio destinada a habilitar Portugal a retemperar-se no Novo Mundo para regressar ao Velho na condição de primeira ordem”⁵⁸. Além disso, o autor diz que, mesmo depois da promoção do Brasil ao estatuto de Reino Unido em 1815, a concepção imperial limitou-se a ser a duplicação no Rio de Janeiro do aparato estatal que ficara em Lisboa. Não teria havido, por parte dos colaboradores que cercavam o monarca, a percepção de que a criação do novo Império exigiria adaptar a concepção herdada dos antigos estadistas portugueses de Império luso-brasileiro às circunstâncias bem diversas daquele começo do século XIX, atualizando-a. Realizada a Independência, a concepção do Império luso-brasileiro voltará à tona em 1823-1824, na esteira dos acontecimentos políticos que envolveram a sucessão do trono português. Não aparece nesta análise de Evaldo Cabral a importante e posterior transformação da concepção de império a que nos referimos, iniciada nos anos finais de crise do governo de D. Pedro I, quando o Império deixa de estar referido a uma concepção dinástica e passa a ser pensado como equivalente a um Estado, a uma nação. Ocorre aí uma concretização diversa das experiências imperiais anteriores analisadas por ele, mas que, por ser a partilhada por Paulino José Soares de Sousa, é a que nos interessa examinar.

Podemos dizer ainda que, no Brasil, a Coroa preencheu uma função simbólica, confundindo-se com a figura do imperador que concretizava também a idéia de Império. Essa identificação, resultado de uma longa trajetória iniciada com a crise do sistema colonial, no final do século XVIII, ganhou novo impulso com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, com as propostas de criação de um “Império americano”, e pareceu tomar forma em 1815 com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido. Com a independência em 1822, fracassa a proposta de uma monarquia dual, mas consolida-se a

⁵⁸ *Ibidem*, p. 46.

idéia de Império, quando D. Pedro recebe o título de imperador do novo Império americano, e nessa condição pode afirmar sua autoridade sobre as províncias⁵⁹.

Segundo Ilmar Mattos⁶⁰, para os homens que compunham o Partido Brasileiro na época da independência e que estavam centrados no Rio de Janeiro, o império era visto como uma herança não só pela manutenção da forma imperial e do nome Império do Brasil, como também pela associação a um território cuja essência estava ligada à idéia de unidade e de expansão. Só que no caso do Império do Brasil essa expansão deverá ficar limitada, em termos espaciais, para dentro do território, devido, principalmente, às limitações impostas pelo Império britânico ao projeto de “novo império”: inicialmente por meio do Tratado de Aliança e Amizade de 1810, que estabelecia que só as colônias portuguesas na África poderiam suprir o Brasil de escravos; e depois, no momento do reconhecimento externo da independência, quando o papel da diplomacia britânica foi fundamental e esta exigirá a expulsão do novo império das terras africanas, colocando um freio à crescente presença do Reino do Brasil no continente africano, frustrando o plano de tornar Angola independente e incorporá-la ao Império do Brasil para que este mantivesse sua fonte de abastecimento de mão-de-obra escrava⁶¹. Há ainda a questão da Província Cisplatina, na qual a diplomacia britânica intermediou a paz entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1828, por meio da criação da República Oriental do Uruguai.

A contenção do expansionismo pelas pressões do Império britânico teria provocado, assim, uma mudança na concepção política do Império do Brasil, pois, impedidos de estender seu domínio territorial, seja em direção ao Prata, seja em direção à costa africana, restou aos construtores desse Império um único espaço sobre o qual se expandir: tomar posse efetiva de seu território, incorporando-o pelo exercício de uma hegemonia política. Assim, esse processo de “expansão para dentro” pode ser compreendido em parte, e primeiramente, como sendo espacial, iniciando-se com a chamada Guerra de Independência, por meio da qual o Rio de Janeiro vai combater a

⁵⁹ Sobre a elaboração da imagem do imperador como instrumento político e de legitimidade, vinculada à fundação da nova nacionalidade e à afirmação do novo Estado monárquico, ver o interessante estudo de Iara Lis Carvalho Souza. *Pátria Coroada. O Brasil como Corpo Político Autônomo. 1780 – 1831*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

⁶⁰ Ilmar Rohloff de Mattos. “Do Império do Brasil ao Império do Brasil”. In: *Estudos em Homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 727-736.

⁶¹ Na negociação com a Inglaterra para o reconhecimento da Independência do Império do Brasil (1826), as autoridades brasileiras comprometiam-se a extinguir o tráfico de escravos africanos no prazo de três anos. Objeto de penosas negociações e tentativas de prorrogação, o tráfico foi legalmente banido pelo governo brasileiro pela lei de 7 de novembro de 1831. Esta questão será mais bem desenvolvida no terceiro capítulo desta tese.

reação do Partido Português à independência nas demais províncias do Brasil (Bahia, Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Província Cisplatina), submetendo-as. Tal expansão está ligada à idéia de unidade que, nesse momento, insistia em se apresentar quase que exclusivamente sob o aspecto da manutenção de um território, como condição para conter em sua integridade o novo corpo político em construção.

Contudo,

[...] o triunfo das forças imperiais não representava apenas a expulsão das tropas fiéis às Cortes portuguesas das províncias conflagradas; a Guerra de Independência significava também a primeira tentativa de expansão do Império do Brasil, com o objetivo de ligar aquelas províncias a um projeto político gestado no Rio de Janeiro, de modo que compartilhassem uma identidade política diversa – *brasileiros*⁶².

Nesse sentido, essa “expansão para dentro”, a partir do Rio de Janeiro, não foi só espacial, foi também uma expansão do que era ser brasileiro, o que implicava uma expansão de formas culturais e identitárias gestadas na corte, mas que se pretendiam nacionais, como, por exemplo, a língua, a literatura ou o sistema escolar. A expansão para dentro, tanto espacial, quanto política e cultural, prolongar-se-á ao longo da primeira metade do século XIX, agora como um movimento do centro (Rio de Janeiro) *versus* províncias. “Nesta ótica, a idéia de Império se sobrepunha às ameaças republicanas, servindo como um compromisso entre a soberania popular e os direitos da realeza”⁶³. Assim, mesmo com o espírito transformador que caracterizou o período Regencial, o princípio monárquico manteve-se vivo no Brasil e, com a antecipação da maioria, o imperador e a idéia de Império voltaram a se reunir.

A partir desse último momento e com toda intensidade, a idéia de Império esteve associada à garantia de uma unidade e de uma continuidade – a unidade de um território que se confunde com a de um corpo político. Um território organizado sob a forma de províncias, entendidas não como unidades distintas ou federadas, mas como circunscrições territoriais, unidades locais de uma mesma unidade geral, como território vencido, submetido a um governo central. A divisão do território devendo

⁶² Ilmar Rohloff de Mattos. “Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”, *op. cit.*, p. 16.

⁶³ *Idem. O Tempo Saquarema, op. cit.*, p. 82.

circunscrever-se apenas à uma dimensão administrativa, esvaziada de qualquer substância política⁶⁴.

Na verdade, podemos dizer que a independência não fora capaz de gerar automaticamente uma unidade, nem do ponto de vista das relações entre as diversas províncias que constituíam o Império do Brasil, nem do ponto de vista de uma concepção moderna de nação constituída por indivíduos livres e iguais perante a lei e partícipes de uma mesma comunidade imaginada. Isso porque a idéia de nação então formulada se referia a uma sociedade de base escravista cujas diferenças e hierarquizações existentes entre a boa sociedade, a plebe e os escravos eram construídas a partir dos atributos primários de liberdade e propriedade, e matizadas por critérios raciais e culturais, que punham em xeque o conceito moderno de nação. Tratava-se de um corpo político autônomo que se representava, como seu território, uno e indivisível, mas que contrastava vivamente com uma grande heterogeneidade “física e civil” que caracterizava aquela sociedade: ao lado da boa sociedade, constituída pelos grandes proprietários, e dos escravos, havia ainda um enorme contingente de homens livres e pobres. Assim, a construção de uma identidade nacional, como já foi dito, será uma longa e difícil tarefa empreendida por meio das tentativas de concretização de determinados projetos políticos que terão a clara finalidade de legitimar aqueles nascentes Estados, baseando-os em uma suposta unidade nacional e territorial preexistente, referidas à ação de uma autoridade única e centralizada, caso, certamente, do projeto político do Visconde do Uruguai.

Fica clara, no *Ensaio Sobre o Direito Administrativo*, a visão que o Visconde do Uruguai tem sobre o papel do imperador e sua identificação com a nação e com a idéia de império, quando analisa suas atribuições e defende o Poder Moderador. Ele insiste na distinção entre Poder Executivo, de um lado, e Poder Moderador, de outro. O imperador era ao mesmo tempo chefe do Poder Executivo, chefe supremo da nação e seu primeiro representante; e é nesse segundo papel de chefe e representante da nação que D. Pedro exercia, privativamente, o Poder Moderador – poder conservador, situado acima dos demais Poderes:

⁶⁴ Sobre esta questão do território nacional, ver Demétrio Magnoli. “O Estado em busca do seu território”. In: István Jancsó. *Brasil: Formação do estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003; e *Idem*. *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil. 1808-1912*. São Paulo: Unesp, 1997.

Pela natureza e fins dos atos que é chamado a exercer, convém que as atribuições do poder Moderador residam privativamente no chefe supremo do Estado, que é permanente, desapaixonado ou mais imparcial, mais desinteressado nas lutas, até mesmo porque é inviolável⁶⁵.

Ele afirma que o Poder Moderador, como todos os poderes políticos, é uma delegação da nação, na medida em que D. Pedro I ofereceu a Constituição “às observações dos povos deste Império, para serem elas depois presentes a uma nova Assembléia Constituinte, aonde requereram os mesmos povos, juntos em Câmaras, que ela fosse jurada e executada, aprovando-a”⁶⁶.

Quanto às atribuições do imperador, Uruguai procura demonstrar que a doutrina “o rei reina e não governa” presente na experiência da monarquia inglesa não se aplica ao Brasil e à sua Constituição. Aqui, ao contrário, o imperador reina, governa e administra, afirmação que não implicava a negação da independência dos poderes políticos inscritos na Constituição de 1824, mas sim o reconhecimento da existência de uma hierarquia entre eles – o Poder Moderador e o Poder Executivo adquirindo um papel fundamental na constituição de um governo forte e centralizado que mantivesse a unidade da nação. Ao imperador cabia manter um olhar vigilante sobre a sociedade, para garantir sua coesão e ordem, o que pressupunha, para Uruguai, a centralização, e o que garantiria também a propagação e a vitória da civilização.

Os sempre vigilantes olhos do Imperador eram a condição para o triunfo da Ordem, possibilitando a difusão da Civilização; o triunfo da Civilização era a condição para a difusão dos valores de uma Ordem. Sob o olhar dominante e vigilante do Poder, o Progresso era a Conservação⁶⁷.

Para Sarmiento, a nação estava identificada à idéia de república e, no momento político aqui delimitado, o que concretizava para ele a república na Argentina não era nem um projeto político, nem um Estado, nem um território unificado, nem um conjunto de indivíduos que se pensassem como uma nação, mas sim um homem: Rosas. Ao escrever sobre a ascensão de Rosas ao poder em 1835, diz:

⁶⁵ Visconde do Uruguai. *Ensaio Sobre o Direito Administrativo*. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 343.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 355.

⁶⁷ Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*, *op. cit.*, p. 216.

En la República Argentina no es un Consejo el que se ha apoderado así, de la autoridad suprema: es un hombre, y un hombre bien indigno. Encargado, temporalmente, de las Relaciones Exteriores, depones, fusilas, asesinas a los gobernadores de las provincias que le hicieron el encargo. Revestido de la Suma del Poder público, en 1835, por solo cinco años, en 1845 está revestido aún de aquel poder. Y nadie sería, hoy, tan candoroso, para esperar que lo deje, ni que el pueblo se atreva a pedirselo⁶⁸.

Permitindo-nos pensar em um contraste com o Brasil, pergunta Sarmiento: “Cómo encarnar en una República que no conoció reyes jamás, la idea de la *personalidad de gobierno*?”⁶⁹.

No capítulo XV, intitulado “Presente y Porvenir”, Sarmiento destrincha os meandros do governo instituído por Rosas, tentando mostrar como este organizou um governo centralizado, autoritário e, à maneira dele, unitário:

Existía antes de él y de Quiroga, el espíritu federal en las provincias, en las ciudades, en los federales y en los unitarios mismos; él lo extingue, y organiza en provecho suyo, el sistema unitario que Rivadavia quería en provecho de todos. Hoy, todos esos caudillos del interior, degradados, envilecidos, tiemblan de desagradarlo y no respiran sin su consentimiento. La idea de los unitarios está realizada; sólo está de más el tirano; el día que un buen Gobierno se establezca, hallará las resistencias locales vencidas y todo dispuesto para la unión⁷⁰.

É importante dizer que, obviamente, o republicanismo na América hispânica não foi um movimento homogêneo, tendo tido características muito diversas que originaram diferentes concepções de república, ao longo do processo de construção dos novos Estados. Na região do Prata, que mais nos interessa, o republicanismo é anterior aos movimentos de independência, tendo sido usado pelos *criollos* integrantes dos cabildos, ainda no final do período colonial. Estes consideravam os cabildos como “repúblicas”, entendidas como pequenos estados controlados pelos cidadãos. José Carlos Chiaramonte mostra-nos como, durante a primeira fase da Independência, no movimento de maio de 1810, com a prática do *cabildo abierto* em Buenos Aires, esta concepção republicana foi mantida. Interessante notar que estas idéias de república não se contrapunham à monarquia. Tanto a “república” dos *criollos* quanto o cabildo de Buenos Aires não estavam separados do Império espanhol, e sabemos que a proclamação de independência em 1810 foi feita em nome do rei Fernando VII, deposto por Napoleão. Provavelmente, estavam influenciados por Rousseau, para quem uma “república” não era uma forma de governo, mas sim todo o governo considerado

⁶⁸ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, op.cit., p. 205-206.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 207.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 234.

legítimo de acordo com a vontade geral e com as leis, expressas pela soberania do povo. Somente com o rompimento definitivo com a Espanha, em 1816, no Congresso de Tucumán, durante os calorosos debates sobre a forma de governo que deveria ser adotada, é que a república passa a ser contraposta ao regime monárquico. Daí em diante, a discussão sobre a natureza da república e sua forma federal ou unitária vai predominar nos debates sobre a nova nação que estava se formando e nas tentativas de elaboração das Constituições de 1819 e 1826.

Com a ascensão de Rosas ao poder, em 1829, abre-se um período de intensa discussão política sobre o significado da república que envolveu rosistas e anti-rosistas. Segundo Jorge Myers, em seu livro *Orden y Virtud*⁷¹, o discurso rosista foi essencialmente republicano, e as relações entre este discurso e as práticas concretas do governo que o produzia foram bem mais complexas do que se pensa. Este se constituiu a partir de uma certa continuidade com o republicanismo da época de Rivadavia, mas adquiriu características muito próprias que, apesar de suas contradições e ambigüidades, sempre foi pensado por seus artífices como organizado ao redor de um único programa de governo. Segundo o autor, o discurso republicano de Rosas constituía-se de quatro pontos principais: um “agrarismo republicano” que valorizava a vida rural e o homem do campo como “salvadores da república” e que associava a figura de Rosas a este mundo agrário, buscando, para isso, referências tanto na República romana quanto em uma tradição existente naquela região desde os tempos coloniais; a associação de uma imagem “catilinária”, invocando a figura do conspirador anti-republicano, para designar os opositores e dissidentes do regime, com o objetivo de obter um amplo apoio popular; a elaboração de um discurso “americanista”, baseado tanto em elementos clássico-republicanos, como em elementos nativistas, dando continuidade a um processo de constituição de uma identidade política americana associada ao republicanismo, iniciado desde os tempos da independência; e, por fim, uma articulação sistemática entre as noções de “virtude” e o conceito romano de ditadura, utilizada para justificar os poderes especiais conferidos a Rosas e a defesa da ordem republicana rosista tida como aquela que impediria o retorno ao regime colonial.

Sarmiento certamente se incluía entre os opositores de Rosas que integraram a já referida *Geração de 37*. Seus integrantes utilizavam com freqüência a expressão

⁷¹ Jorge Myers. *Orden y Virtud. El discurso republicano en el régimen rosista*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

“República argentina”, não mais designando um cabildo, uma municipalidade, uma província ou um conjunto de províncias. A partir deles, a idéia de república passou a estar relacionada e referida à idéia de nação, não sendo por acaso o fato de estes se caracterizarem como os verdadeiros fundadores da nacionalidade argentina. Longe de um republicanismo, o regime de Rosas era caracterizado por eles como sendo uma “reação do passado”, um retorno ao poder dos representantes do “antigo regime” legado pela Espanha, que tentavam derrotar a renovação almejada pelos “revolucionários de maio”. Os “verdadeiros republicanos” seriam, então, os aliados e a própria *Geração de 37*, que, diferentemente daqueles que os precederam, saberiam, a partir de uma correta avaliação da realidade concreta, fazer triunfar, no futuro, a “revolução republicana” e a civilização.

Segundo Natalio Botana⁷², na concepção republicana de Sarmiento coexistiam três tendências: uma tradição liberal de república; uma concepção de república forte capaz de concentrar o poder no Estado; e a antiga idéia de república inspirada no humanismo cívico, que enfatizava a virtude cívica dos cidadãos dedicados ao bem público. Suas idéias de república foram perpassadas por tantas questões e vicissitudes quanto o momento político e suas circunstâncias o sugeriram. Sarmiento estava inteiramente a par dos debates sobre a natureza do regime republicano ocorridos principalmente na França e nos Estados Unidos durante os séculos XVIII e XIX, e vai aplicar sua visão à situação da Argentina.

Iniciada no século XVIII, a discussão concernente ao significado da república estava dividida entre aqueles que defendiam noções de liberdade individual protegida por fortes garantias e os que acreditavam no antigo ideal de uma comunidade de cidadãos fundada na igualdade, no sacrifício pelo bem comum e na educação dirigida pela autoridade pública. Tanto na França revolucionária quanto na França restauradora, duas visões antagônicas de liberdade competiam: aquela da nostalgia da antiga idéia de liberdade que se esforçava em recriar um cidadão ativo no sentido clássico; e a dos modernos defensores da liberdade cujos princípios eram o individualismo, limitações do poder e, por conseguinte, do regime constitucional. Essa dicotomia entre direitos individuais que geram uma espontânea ordem e o desejo de criar um cidadão iluminado

⁷² Natalio R. Botana. *La Tradición Republicana. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997; *Idem*. “Sarmiento and Political Order: Liberty, Power, and Virtue”. In: Tulio Halperin Donghi (org.). *Sarmiento. Author of a Nation*. Berkeley: University of California Press, 1994.

por meio da educação pública percorreu grande parte da história das idéias no século XIX, gerando, de um lado, a noção de uma república garantidora da liberdade e, de outro, a noção de uma república programática que colocasse limitações ao exercício do poder. Apesar de ter sido o discurso francês que forneceu o arquétipo para esse debate, não é menos verdade que a retórica norte-americana da primeira metade do século pós-independência refletiu alternativas similares e teve também forte influência nas Américas.

As diversas correntes da tradição republicana apontadas por Botana encontraram na Argentina um complicado terreno. A metáfora do deserto, usada frequentemente naquela época, transcendeu a imagem geográfica para salientar a fragilidade das primeiras experiências republicanas que pavimentaram o caminho para a anarquia e o despotismo. Muitos, como Sarmiento, falavam de um período de construção inicial, dirigido pelos líderes da independência e pelos legisladores unitários, logo substituído pela desilusão e fracasso. Como uma tragédia em vários atos, as décadas que correram de 1810 até a aparição do *Facundo*, em 1845, condensavam a longa história da civilização. A revolução de trinta anos tornava visível, para Sarmiento, o regresso simultâneo, sobre o cenário argentino, do antigo regime aristocrático e da corrupção da pólis clássica, da invasão dos bárbaros e do nascimento do despotismo. Para os homens que viveram aquela experiência partilhando desse ponto de vista, a república certamente tinha perdido legitimidade e, mais ainda, perdido basicamente poder e autoridade. Assim como a terra devastada pelos caudilhos, a distante República do Rio da Prata prevista por esse tipo de imaginação histórica também era um espaço vazio, vista como uma mera república em potencial, inscrita em projetos escritos fracassados e em governos efêmeros. A procura por uma necessária conjunção entre a república e o poder legítimo foi, segundo Botana, uma obsessão que acompanhou Sarmiento da sua adolescência até sua morte.

No que diz respeito à concepção liberal de república, podemos dizer que Sarmiento se via lutando contra a ditadura de Rosas em nome de uma liberdade que tinha muitas faces. A liberdade, para ele, não emergiria de forças externas, mas sim das “convulsiones internas que desgarran las entrañas de um noble pueblo”⁷³. Tais liberdades, como liberdade de pensamento, de culto, de expressão, de locomoção, de

⁷³ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, op. cit., p. 7.

opinião etc., apresentadas na conclusão do *Facundo*, resultariam naturalmente do fim do governo de Rosas. Observemos, por exemplo, as seguintes passagens.

Porque *él* ha destruido las garantías que en los pueblos cristianos aseguran la vida y la propiedad de los ciudadanos, *el Nuevo Gobierno* restablecerá las formas representativas y asegurará, para siempre, los derechos que todo hombre tiene de no ser perturbado en el libre ejercicio de sus facultades intelectuales y de su actividad⁷⁴.

Ou:

Porque *él* ha gritado durante quince años “Mueran los salvajes unitarios” haciendo creer que un Gobierno tiene derecho de matar a los que no piensen como él, marcando a toda una nación, con un letrero y una cinta, para que se crea que el que lleva la *marca* piensa, como le mandan, a azotes, pensar, *el Nuevo Gobierno* respetará las opiniones diversas, porque las opiniones no son hechos ni delitos, y porque Dios nos ha dado una razón que nos distingue de las bestias, libre para juzgar a nuestro libre arbitrio⁷⁵.

Assim, a primeira representação intelectual da ordem política republicana idealizada por Sarmiento aparece formulada no *Facundo*. Nele, a dicotomia civilização/barbárie é apresentada como sua principal linha de argumentação, em uma tentativa original de aplicar diversas teorias políticas ao entendimento da realidade histórica em que vivia, empreendendo uma verdadeira viagem ao interior daquela nascente nação. Os personagens aparecem classificados em dois elementos em luta – a cidade e o campo – que sentem e sofrem como arquétipos humanos que assumem os nomes de Bernardino Rivadavia, Facundo Quiroga ou Juan Manoel de Rosas. Cada um desses personagens manifesta sua força ou deixa sua visão utópica amoldar-se a um cenário no qual várias cidades aparecem em sucessão: a cidade aristocrática dos tempos coloniais; a cidade da independência que se tornou a cidade unitária; a cidade de Rosas, sede da tirania urbana; e, no horizonte, a possível cidade de uma república consolidada que iria emergir com a derrota do despotismo.

Segundo Natalio Botana, a conversão em Sarmiento de uma ordem primitiva para um regime político que realça a dignidade humana passa pela idéia de que não importa quão redundante pareça, mas para limitar o poder é necessário que o poder exista. Essa era a distância que Sarmiento via entre a utopia de Rivadavia e de seus partidários unitários daquele tempo e o projeto mais realista elaborado por ele e pelos

⁷⁴ *Ibidem*, p. 239, grifo no original.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 240, grifo no original.

homens de 1837. Naquele primeiro momento, o racionalismo do legislador de Buenos Aires ignorou o mundo secreto dos caudilhos que subjogou as cidades coloniais onde a elite *criolla* havia forjado o processo de independência. O resultado foi que, enquanto a legitimidade daquela nova república se concretizava nas cidades, o colossal espaço do deserto que a circundava continha outra forma de governo que era a sua negação extrema; ao passo que na fugaz República de 1820 a igualdade significava que o povo participava da virtude do legislador, na sociedade bárbara a igualdade era a voluntária subordinação dos seguidores a um mando indiscutível. Esse fenômeno não nasceu de uma convenção particular, mas do efeito espontâneo de um agregado humano que desconhecia as regras elementares de sociabilidade e cuja ordem estava animada pelo princípio do medo que se propagava entre o instinto egoísta de seus habitantes. Em um segundo momento, a nova geração passou a reconhecer a combinação da cidade com o campo não só como positiva, mas como a necessária condição para construir uma identidade nacional sob o signo da civilização.

Foi necessária uma viagem ao exterior, passando pela América, Europa, África e chegando aos Estados Unidos em 1846, para que uma certa concepção de liberdade e de república emergisse com fervor e entusiasmo em Sarmiento. Em seu livro *Viajes*, ele confessa sua desilusão com a Europa e confirma sua firme convicção no modelo político norte-americano de república federal e descentralizado – e também em uma sociedade aberta na qual imigrantes e capital podiam fluir e onde garantias civis naturalmente abriam caminho para o progresso. Pode-se estabelecer uma importante relação entre a viagem de Sarmiento aos Estados Unidos e a de Tocqueville, quinze anos antes. Nas regiões do Rio da Prata e do Chile, os publicistas tenderão a interpretar a experiência republicana e a democracia nos Estados Unidos, por meio da narrativa de Tocqueville e de outros, como Michel Chevalier, autor das *Lettres sur l'Amérique du Nord* (1836), intelectuais que, no espírito de Montesquieu e Saint-Simon, exploraram a natureza da igualdade e do destino da sociedade industrial naquela terra.

Além disso, tanto Sarmiento quanto Tocqueville realizaram viagens como membros de comissões governamentais dos governos chileno e francês, respectivamente. Tocqueville foi enviado para estudar o sistema penitenciário norte-americano e Sarmiento para conhecer o sistema educacional. Cada um deles, como resultado dessas experiências, escreveu trabalhos importantes – *A Democracia na América*, que se tornou uma obra clássica, e *Viajes*, que, mesmo não alcançando o mesmo *status*, partilhou dessa mesma ambição. Em seus esforços para entender o

presente, Sarmiento e Tocqueville questionaram o futuro, tendo como horizonte as promessas oferecidas pela liberdade humana quando ela encontra a novidade da democracia.

A admiração de Sarmiento pela democracia norte-americana veio, em grande parte, de sua desilusão com a Europa. Antes de desembarcar nos Estados Unidos, Sarmiento já via a Europa como “un terreno minado hondamente por los elementos de una de las mas terribles convulsiones que han ajitado la mente de los pueblos”⁷⁶, e pontificou que a sociedade européia estava condenada a oscilar entre a revolução e a reação. A desgastada legitimidade dos governos europeus, ainda afetados pela revolução iniciada em 1789, era composta por um heterogêneo e dividido estado social. Desde o momento em que lá chegou e se viu rodeado de mendigos e indigentes, a Europa mostrou-se para Sarmiento palco de enormes contrastes, tornando-se, em muitos aspectos, um modelo de cultura violentamente solapado pela desigualdade. Escreveu ele nessa época: “Eh! la Europa! triste mezcla de grandeza y de abyeccion, de saber y de embrutecimiento a la vez, sublime y sucio receptáculo de todo lo que al hombre eleva o le tiene degradado, reyes y lacayos, monumentos y lazaretos, opulencia y vida salvaje!”⁷⁷.

Seu desdém pela liberdade aristocrática européia que tentava articular desigualdade com liberdade era tão intenso quanto sua desconfiança em relação aos extremos revolucionários e reacionários. Sarmiento sente-se desapontado e solitário porque não consegue encontrar um modelo político eficiente na Europa. A Espanha parecia-lhe uma calamidade; as cidades italianas, um mosaico onde o tempo parecia ter parado; a Prússia, nada mais do que um exemplo pontual de administração da educação pública; a Suíça, uma república desfigurada por seus particularismos e sua tradição feudal. Quanto à França, a solução centralista oferecida pelo liberalismo doutrinário desde a Revolução de 1830 parecia, para ele, um caminho que levaria ao fracasso. Além disso, um modelo político como o francês, baseado em uma monarquia frágil e em um eleitorado deformado pelo voto censitário, parecia-lhe escandaloso.

A chegada de Sarmiento aos Estados Unidos representou o início de um compromisso com um republicanismo do futuro. Antes disso, Sarmiento, como Tocqueville, via a república como pouco mais que uma ficção da pré-história da

⁷⁶ *Idem. Viajes por Europa, África y América. 1845-1847.* Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997, p. 5.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 86.

modernidade. As pequenas cidades de Tucídedes e Maquiavel não representavam um modelo relevante; a revolução republicana havia sucumbido na França; em Buenos Aires, a república unitária havia sido comprometida por seus erros e ilusões; e, finalmente, no Chile, o governo de Manuel Montt havia dado origem a uma experiência republicana aristocrática. Nos Estados Unidos, Sarmiento via uma outra experiência bem diferente e positiva, na medida em que ali se concretizavam princípios e realidades aparentemente incompatíveis: um espaço ilimitado, uma numerosa população, igualdade social e liberdade econômica, um grande mercado, um vasto número de centros públicos de iniciativa e controle e, como traços mais importantes, a descentralização federal, a liberdade política e a educação; isso tudo mesmo considerando a existência da escravidão, com relação à qual ele se posiciona vagamente no livro *Viajes*. Era como se a república se apresentasse pela primeira vez como uma possibilidade histórica, tão distante dos sonhos iniciais como das combinações entre a liberdade civil e os velhos privilégios das monarquias européias, como uma democracia que sabia conjugar a igualdade com a liberdade, distanciando-se aqui de Tocqueville⁷⁸.

Quando Rosas é derrubado em 1852, Sarmiento rompe com Urquiza e regressa ao Chile, quando publica *Campaña en el Ejército Grande aliado de Sud América*, proclamando sua dissidência com o novo regime. Tinha agora de enfrentar o enorme desafio de participar da construção de uma nova ordem política. Suas idéias sobre os Estados Unidos permearão grande parte de suas reflexões e aparecem nessa época com muita força em alguns de seus escritos, como *Argirópolis* e *Comentários de la Constitución*, elaborados como respostas às propostas feitas por Alberdi em *Bases* e em *Estúdios sobre la constitución argentina*.

Em *Argirópolis*, encontra-se o mais sustentado uso dos Estados Unidos como modelo de referência para a Argentina na obra de Sarmiento. Nele, enquanto ataca Rosas, esboça um programa para uma Argentina pós-rosista. Dedicado a Juan José de Urquiza, o caudilho progressista de Entre Rios que substituirá Rosas, *Argirópolis* reformula temas que já estavam no *Facundo*: a necessidade de desregular a navegação

⁷⁸ Segundo Natalio R. Botana. *La Tradición Republicana*, *op. cit.*, a democracia era para Tocqueville o único lugar, imposto por uma inevitável tendência, onde se podia resgatar, sob outras formas, o velho sentido da liberdade aristocrática. Para Sarmiento, não havia resgate possível porque, desde esse momento, o passado deixou de ser, nele mesmo, motivo de pesar. Tocqueville viveu sempre em tensão entre a liberdade aristocrática, condenada pela igualdade e seu irremediável desaparecimento, e a liberdade democrática que podia sucumbir sob o despotismo igualitário. Para Sarmiento, que havia descoberto a democracia, essa vivência era, ao contrário, uma forte negação de seu passado, a afirmação de uma só história – aquela que tem por base as liberdades anglicanas – nascida da divisão do mundo pela reforma protestante.

dos rios, a defesa do livre-comércio, da constituição de melhores escolas, o incentivo à imigração, entre outros. *Argirópolis* também afirma que a Argentina está destinada a ser os Estados Unidos da América do Sul, que deveria incluir o Uruguai e o Paraguai e defende que a capital fosse localizada em um lugar mais central do território. Essas idéias representam, para Botana, um primeiro liberalismo de Sarmiento, que vai se expressar nos debates constitucionais que se seguem.

Essa nova viagem pelos caminhos do poder, em que a teoria terá que se deparar com a prática colocará em conflito duas concepções que combateram sem trégua na consciência de Sarmiento, provocadas pela violência e pela guerra. Um Sarmiento que em 1853 sonhava em transplantar para a Argentina a república de Tocqueville – espelho da virtude contida no município – e outro Sarmiento, combatente das lutas civis, disposto a impor ordem e estado de sítio, organizador de um exército de oficiais profissionais e que vinte anos mais tarde justificará a existência de uma república forte.

A emergência do liberalismo na Argentina ocorreu em um tempo de continuada guerra civil e a contradição entre uma teoria baseada na participação pacífica de cidadãos no estabelecimento de governos locais, associações e escolas e a realidade argentina de combates incessantes, fragmentação regional e resistência dos caudilhos nunca foi resolvida durante a vida de Sarmiento. Ele se perguntava agora se o pacto republicano havia mudado seu significado e intuía que por trás da metáfora do contrato social, que tinha a legitimidade desejada por ele, havia a necessidade de um governo forte. Autoridade, como ele havia escrito no *Facundo*, implicava consentimento público, mas essa voluntária aquiescência estava demorando a chegar. A guerra civil continua por muito tempo depois da queda de Rosas, e Sarmiento, que acreditava que essa luta era um fator constante na história da Argentina, vai empreender esforços para erradicá-la. É nessa perspectiva que se expressa a concepção de Sarmiento de uma república forte capaz de concentrar o poder no Estado.

Tendo como base essas idéias, é que mais tarde, quando se torna presidente, em 1868, Sarmiento recorrerá a estados de exceção e à intervenção federal, instituirá a profissionalização militar subordinada à constituição e ao presidente. Inevitavelmente, ao final de sua presidência em 1874, o Estado que ele havia moldado e fez surgir se tornou muito mais centralizado e bastante afastado do modelo que ele havia projetado vinte anos antes, sob a influência de Tocqueville. Além disso, novos exemplos ocorridos naquela época pareciam dar suporte a seus mais recentes pontos de vista – o

governo federal dos Estados Unidos ganhara a Guerra Civil e a Terceira República estabelecera suas bases na França após a Comuna de 1870.

Para Botana, a administração de Sarmiento pode ser vista no contexto daqueles governos fundadores que consolidaram liberdades individuais e as regras da lei em um clima de violência civil. Nele, o poder não foi construído para fugir da anarquia a qualquer custo, mas para garantir a autonomia individual. A república concretizada por ele pode ter parecido forte no enfrentamento dos desafios para constituir a autoridade, mas o fato é que havia uma forte restrição às paixões dos líderes reguladores: a legitimidade de uma ordem constitucional.

Segundo esse autor, a dicotomia entre uma “república das liberdades *versus* uma república do poder constitucional” não parece ser suficiente para explicar a concepção de Sarmiento. A pergunta parecia ser a mesma de dois séculos atrás: qual a natureza do indivíduo em uma república? É a antiga liberdade da pólis, ou a moderna liberdade, que persegue garantias legais para proteger os direitos essenciais dos cidadãos? Sarmiento decididamente não tendeu para nenhuma das duas concepções, mas sempre abraçou o velho sonho de uma república mais igualitária de cidadãos. O projeto consistia em implantar uma república capaz de instilar virtude em seus membros por meio da educação pública e do exercício da liberdade política. Assim, a república era também, para ele, uma forma de governo que educava.

Com essas palavras, Sarmiento colocava na educação pública o ponto de partida para criar uma república de cidadãos:

Una fuerte unidad nacional sin tradiciones, sin historia, y entre individuos venidos de todos los puntos de la tierra, no puede formarse sino por una fuerte educación común que amalgame las razas, las tradiciones de esos pueblos en el sentimiento de los intereses, del porvenir y de la gloria de la nueva patria⁷⁹.

Como o deserto, a cidadania era para ele um território a semear. Uma vez constituída a ordem geral, após a queda de Rosas, havia que se dar forma a esse inexistente cidadão. Natalio Botana cita o trecho de um Informe apresentado por Sarmiento ao Conselho Universitário do Chile em 1856, para mostrar a estreita relação que existia para ele entre educação, cidadania e virtude:

⁷⁹ Domingo Faustino Sarmiento. *Viajes por Europa, África y América, op.cit.*, p. 397; p. 489 *apud* Natalio Botana, *La Tradición Republicana, op. cit.*, p. 320.

Em um governo como o nosso, no qual o povo é o poder soberano, no qual a lei da terra é o desejo do povo, cujos desejos são abertos e diretamente expressos, e no qual cada ato do governo pode ser propriamente chamado de um ato do povo, é essencial que todos os indivíduos sejam educados. Eles devem possuir inteligência e virtude; inteligência para perceber o que é certo; virtude para fazer o que é certo. Nossa república, alguém poderia então dizer é fundada na inteligência e na virtude. Por isso Montesquieu disse apropriadamente que em uma república todo o poder da educação é necessário⁸⁰.

As idéias de Sarmiento sobre as condições de vida em uma república perpassavam ainda outros tópicos: o significado da cidade e da municipalidade como centros de liberdade política; a organização e igualdade na educação; a questão da propriedade agrícola no desenvolvimento dos hábitos de autonomia e associação; as ameaças que pairavam sobre uma nação de imigrantes quando a recém-chegada população, ignorante de seus deveres como cidadãos, tomava parte somente na vida civil. O cidadão argentino que Sarmiento queria moldar era um cidadão ativo que podia discernir o bem comum, pegar em armas quando a nação requeresse, e, algumas vezes, participar, deliberar e decidir pelo interesse do povo. A liberdade política não era, para Sarmiento, um processo gradual, espontâneo e vagaroso, mas sim um ato deliberado de legisladores e líderes. Sob seu ponto de vista, a república era uma instituição para a criação de cidadãos. Era também a garantia para a liberdade e para esforços programáticos; uma pacífica organização ao serviço da cidadania e da nação.

Nesse sentido, agia como um parente distante dos humanistas do Renascimento quando acreditava que a virtude cívica redimia e purificava. A república do humanismo cívico, que envolve tanto capacidades quanto o estabelecimento da civilização do mundo letrado, representou o último esforço de Sarmiento para transformar a sociedade civil em uma comunidade política. Claramente, ao falar em liberdade, poder e virtude combinados, por meio de uma educação para todos, ele enfatizava a dimensão cívica da república. Mas, concluindo e recuperando a idéia inicial de que na concepção de república de Sarmiento conviveram três tendências, diz Botana: “em suas análises finais, o velho Sarmiento deve ter realizado que com as suas ações ele conseguiu trazer juntamente o ato criativo do indivíduo, o coercitivo poder do Estado e a habilidade da cidadania”⁸¹.

⁸⁰ *Idem. Educacion Comun. Memoria presentada al Consejo Universitario de Chile sobre estas cuestiones* (1856). In: *Obras Completas*, vol. 12, p. 272 *apud* Natalio Botana. “Sarmiento and Political Order: Liberty, Power, and Virtue”, *op. cit.*, p. 111. A citação está em inglês no artigo, por isso foi traduzida aqui para o português.

⁸¹ Natalio R. Botana. “Sarmiento and Political Order: Liberty, Power, and Virtue”, *op. cit.*, p. 112-113.

Estabelecida inicialmente a relação entre a idéia de nação no Visconde do Uruguai e o Império, entre a forma de governo republicana e a idéia de nação em Sarmiento, algumas hipóteses podem ser levantadas e desenvolvidas a partir daqui.

No momento delimitado pelo recorte temporal dessa pesquisa, representado principalmente pela sua obra maior, *Facundo*, o projeto de nação idealizado por Sarmiento parece estar mais centrado na idéia de civilização do que na idéia de ordem. Para ele, primeiro era preciso eliminar a barbárie, representada pelo governo Rosas, trazer a nação argentina de volta para o caminho da civilização, para depois impor uma ordem e uma unidade política, administrativa e territorial. Escreve Sarmiento:

Tal es la obra que nos queda por realizar en la República Argentina. Puede ser que tantos bienes no se obtengan de pronto, y que, después de una subversión tan radical como la que ha obrado Rosas, cueste, todavía, un año o más de oscilaciones, el hacer entrar la sociedad en sus verdaderos quicios.⁸²

Ou ainda: “Ni creo imposible, que a la caída de Rosas se suceda inmediatamente el orden”⁸³.

O governo de Rosas representava então, para Sarmiento, um desvio no caminho da nação Argentina para a civilização, revelando a face mais bárbara daquela República. Diz ele: “bajo su funesta impulsión nos alejamos, más y más, cada dia, y vamos a pasos agigantados, retrocediendo a la barbarie, a la desmoralización y a la pobreza”⁸⁴.

O programa que Sarmiento propunha para ser adotado pela Argentina após a queda de Rosas era calcado nos pressupostos da doutrina liberal e indicava que tal governo deveria ser, em parte, a continuação do governo unitário de Rivadavia (1826-1827), interrompido pelas “trevas e barbárie” do período rosista. Os exilados políticos assumiriam um papel central e governariam o país, organizando a educação, incentivando a imigração, construindo uma nova ordem política e social, que promoveria o desenvolvimento econômico que a Argentina tanto necessitava e que a colocaria de volta no caminho do progresso e da civilização.

No que diz respeito ao projeto político de nação idealizado pelo Visconde do Uruguai, para aquele momento específico da história do Império, quando se vivia sob as ameaças descentralizadoras das rebeliões provinciais e das agitações da plebe, a idéia de

⁸² Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, op. cit., p. 240.

⁸³ *Ibidem*, p. 241.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 240.

ordem parecia ser mais central do que a de civilização. Segundo ele, só se alcançaria a civilização com a adoção de uma ordem que garantisse a unidade territorial, a escravidão, a propriedade, enfim, os interesses da boa sociedade. Civilizar significava, então, generalizar o princípio da ordem estendendo o raio de ação da autoridade. Dizia ele em seu Relatório como ministro da Justiça, em 1841:

Desde o ano de 1832 até agora, sempre coube aos meus antecessores a desagradável tarefa de anunciar à Assembléia Geral Legislativa o aparecimento de novos tumultos e comoções em várias de nossas Províncias, ou a continuação e desenvolvimento dos que já tinham aparecido [...] E nada há nisso que admire; os elementos que lhes deram causa não se extinguiram com eles; continuaram a fermentar, e fermentam ainda; produziram, e ainda podem produzir grandes males; se uma legislação mais forte e severa, executada por uma política firme, vigorosa, e perseverante, ajudada de meios fortes e convenientes, não conseguir sufocar o espírito de anarquia e desordem que tem feito aparecer em diversos pontos do Império as cenas de devastação que os tem assolado⁸⁵.

Para o Visconde do Uruguai, também teria ocorrido na história do Brasil, durante as Regências, um desvio de seu caminho em direção à civilização. Associando o período regencial a um espírito revolucionário, que teria levado a nação à desordem, ele dizia ser necessário “empregar todos os meios para salvar o país do espírito revolucionário, porque este produz a anarquia, e a anarquia destrói, mata a liberdade, a qual somente pode prosperar com a ordem”⁸⁶. Daí ser possível entender o papel fundamental por ele desempenhado no Regresso Conservador, quando, por intermédio da elaboração e adoção de uma série de medidas centralizadoras – a interpretação do Ato Adicional, em 1840, a reforma do Código do Processo Criminal e a Lei do Conselho de Estado, em 1841 –, acreditava estar trazendo a nação brasileira de volta para o caminho da ordem, do progresso e da civilização.

É importante ressaltar que não se trata apenas de privilegiar a civilização ou a ordem, mas, principalmente, de especificar as distintas concepções de ordem desses autores. Dizendo de outra maneira, ambos pretendem construir nações inseridas em um modelo de civilização, e para isso elaboram projetos civilizatórios, mas os meios para se chegar a esse fim e as suas noções de ordem são muitas vezes diversos.

Para Uruguai, a idéia de ordem estava estreitamente relacionada à centralização política e administrativa, tema diretamente relacionado com a organização do poder do

⁸⁵ Paulino José Soares de Souza. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça do anno de 1840 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na sessão ordinaria de 1841, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa, op. cit., p. 3.*

⁸⁶ *Apud* Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema, op. cit., p. 155.*

Estado. Na centralização, ele via a condição necessária para manter não só a ordem social, mas também para manter a monarquia (“Em uma palavra, sem a centralização não haveria Império”⁸⁷) e a unidade física do território (“Sem a centralização como ligar o sul e o norte do Império, quando tantas dessemelhanças se dão nos climas, territórios, espírito, interesses, comércio, produtos e estado social?”⁸⁸).

Segundo Ilmar Mattos, para Paulino,

[...] a Ordem era a condição para a existência da Liberdade, o princípio da Autoridade sendo a condição para a existência do princípio da Liberdade. E a condição para a existência e manutenção da Ordem residia na relação assimétrica entre o Poder Executivo e a Câmara dos Deputados; na prevalência da Soberania Nacional em relação à Soberania popular; em uma distribuição desigual do aparelho de Estado pelo espaço territorial do Império; e na direção exercida por aqueles que ocupavam o governo do Estado na consolidação de uma Monarquia centralizada⁸⁹.

Note-se que, em seus textos, Uruguai fala em soberania nacional, entendendo-a a partir da idéia de que é a boa sociedade – isto é, o povo – que é soberana. Os componentes da boa sociedade compõem o mundo do governo e atuam no espaço do Estado e da casa. Formam uma sociedade marcada por um sentimento aristocrático, que atribuía aos escravos a competência para trabalhar, ocupando, por isso, o mundo do trabalho e reservando para si a competência específica de governar. Os mundos do trabalho e do governo constituem o mundo da ordem, complementados pelo mundo da desordem, constituído pelos homens livres e pobres, a plebe, que atua no espaço da rua⁹⁰. Somente os membros dessa boa sociedade, componentes tanto do mundo do governo quanto do mundo da ordem, serão considerados como cidadãos ativos nessa nova nação que está se constituindo. A defesa desta ordem social, que implica a manutenção destas hierarquias e papéis e, principalmente, da escravidão, é, portanto, uma das principais tarefas da boa sociedade e de seu projeto de nação.

Trata-se, portanto, de uma ordem política e social que, para Uruguai, não ocorreria naturalmente, mas que resultaria da ação política coordenada e da expansão da capacidade regulatória do governo do Estado, por meio da criação de um aparato administrativo subordinado a um comando único. Diz o autor:

⁸⁷ Visconde do Uruguai. *Ensaio Sobre o Direito Administrativo*, op. cit., p. 440.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 439.

⁸⁹ Ilmar Rohloff de Mattos. “O Lavrador e o construtor. O Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial”, op. cit., p. 206-207.

⁹⁰ Estas idéias estão mais bem desenvolvidas em Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*, op. cit.

Para estes e outros casos semelhantes são indispensáveis medidas extraordinárias, porque não basta a ação ordinária das leis para destruir um estado tão tirânico e tão violento, e que é inteiramente excepcional. Muito se deve esperar do tempo e da civilização, mas a sua ação é lenta, e aqueles males não podem esperar somente dela o urgente e indispensável remédio.⁹¹

No caso do Império do Brasil, isto implicava o reconhecimento de uma hierarquia entre os Poderes – o Moderador e o Executivo –, que teriam um papel fundamental na constituição de um poder forte e centralizado e também no estabelecimento de relações bem definidas entre os poderes políticos e o poder administrativo.

Em seu livro *Ensaio Sobre o Direito Administrativo*, Uruguai apresenta sua visão sobre poder político e poder administrativo: o poder político divide-se em Poder Executivo e Câmaras Legislativas. O Poder Executivo, por sua vez, atua de duas maneiras distintas – como “Poder Executivo puro, político ou governamental”, com funções de iniciativa e direção geral, e como “poder administrativo”, com a atribuição de, por meio de uma rede de agentes, pôr em ação o pensamento do governo. Se Uruguai estabelece essa distinção entre poder governamental e poder administrativo, também insiste na inter-relação existente entre esses dois componentes do Poder Executivo, pois: “A administração é portanto a ação vital do poder político e o seu indispensável complemento. O poder político é a cabeça, a administração é o braço”⁹².

Como observou Ilmar Mattos⁹³, para o Visconde do Uruguai, a liberdade política e a felicidade de uma nação resultavam do correto exercício do poder administrativo, influência em parte da leitura de autores que pensavam a administração como um elemento fundamental para a construção de um Estado forte. Como Tocqueville, em *A Democracia na América*, Uruguai distinguia duas formas de centralização: uma política ou governamental, que consistia em concentrar em um mesmo lugar ou na mesma pessoa o poder de dirigir os interesses que são comuns a todas as partes da nação; e outra administrativa, que concentraria o poder de dirigir os interesses particulares de cada parte da nação. A administração e a política deveriam estar ligadas de maneira que uma organização política sólida e duradoura repousasse na centralização. Assim,

⁹¹ Paulino José Soares de Souza. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça do anno de 1842 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na 1ª sessão da 5ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843.

⁹² Visconde do Uruguai. *Ensaio Sobre o Direito Administrativo*, *op. cit.*, p. 91.

⁹³ Ilmar Rohloff de Mattos. “O Lavrador e o construtor. O Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial”, *op. cit.*

quando a centralização administrativa aparecia unida à centralização política ou governamental, esta última adquiria uma força muito grande. Ao mesmo tempo, era importante que o poder político e o poder administrativo permanecessem distintos, “pois assim podia-se pôr em relevo o caráter apolítico atribuído ao Poder Administrativo, permitindo-lhe ser o elemento de conservação e progresso acima das disputas políticas e das agitações revolucionárias que atingiam o Poder Político”⁹⁴.

Esta acentuação do poder administrativo e da defesa da centralização se fazia acompanhar de uma desqualificação da política, sobretudo da política partidária, sempre associada às paixões e interesses locais: “Deram as passadas eleições ocasião a que aparecessem nessa província, bem como em muitas outras, notáveis excessos, nascidos da irritação dos partidos, que para triunfar recorreram à força, chegando ao ponto de derramar sangue”⁹⁵. Transparece não só em seus Relatórios, como no texto do *Ensaio*, a valorização do aparato administrativo, visto como terreno da neutralidade e da eficácia, em contraposição à esfera política, presa fácil das parcialidades e facções, pois sujeita a conveniências pessoais e políticas sempre passageiras. Assim, é no terreno administrativo que, para ele, residem as garantias dos cidadãos contra o arbítrio inerente ao campo político.

Tal concepção de ordem, marcada pela centralização, resultava, ainda, em grande parte, da consideração das “circunstâncias do país, da educação, hábitos e caráter nacionais”; da sua topografia, extensão; das divisões territoriais; da dispersão da população; da dificuldade de comunicações; do pequeno número de homens habilitados para a gerência dos negócios nas localidades; e da pequena integração econômica entre as províncias. Ao seguir esse procedimento, o Visconde do Uruguai reconhecia o condicionamento sociológico das leis e da política e a necessidade de abandonar o modelo de outras experiências políticas, principalmente aquelas descentralizadoras inspiradas nos modelos inglês e norte-americano. Afirmava ele:

A hierarquia administrativa existe em maior ou menor grau na França, na Espanha, na Bélgica, em Portugal, no Brasil e em geral entre todos os povos que não são da raça anglo-saxônica, e entre os quais, por não estarem preparados pela educação e hábitos, não é exequível o *self-government* completamente⁹⁶.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 211.

⁹⁵ Paulino José Soares de Souza. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça do anno de 1840 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na sessão ordinaria de 1841, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa*, op. cit., p. 13.

⁹⁶ Visconde do Uruguai. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, p. 495.

Ele toma, assim, o nosso “caráter nacional”, entendido, principalmente, como falta de tradição de autogoverno e carência de educação cívica do povo, como o elemento explicativo central de toda a sua argumentação e análise, no que diz respeito às suas concepções de Estado e de nação. Outro exemplo disso pode ser encontrado na expressiva passagem que se segue:

Quando uma nação tem instituições administrativas conformes com os bons princípios, úteis, protetoras, arraigadas nos hábitos da população, os novos governos, dada uma mudança política, servem-se delas; apenas modificam uma ou outra base, um ou outro princípio, mas não as destroem, nem podem destruir. Servem contudo de garantias. Quando o país não tem essas instituições, ou as tem mal concebidas, mal assentadas, mal desenvolvidas, cada mudança política traz completa mudança administrativa, e o arbítrio revolucionário não encontra empecilho algum. Tais são as repúblicas hispano-americanas. Tem organização política constantemente mutável. Quase não têm organização administrativa. Tudo é precário e depende do arbítrio dos chefes das revoluções⁹⁷.

Interessante ressaltar a sua visão negativa das novas nações hispano-americanas, que têm suas repúblicas identificadas não só à falta de tradições, costumes e instituições sólidas, mas também à desorganização, à desordem, às “paixões” e à instabilidade.

Sendo o tema da ordem prioritário para Uruguai, ele condenava veementemente as revoltas nas províncias, associando-as aos “horrores friamente perpetrados pela barbaridade, pela lascívia, pela vingança e por outras paixões alheias à política”⁹⁸ pois, afinal, naqueles sertões, rebelava-se

[...] uma massa enorme de homens ferozes, sem moral, sem religião e sem instrução alguma, eivados de todos os vícios da barbaridade! [...] Nem o sexo, nem a idade, nem a propriedade, nada respeitaram! Parece que era sua missão apagar até os últimos vestígios da nossa civilização nascente!⁹⁹

Chama a atenção o fato de ele usar palavras como “revolta”, “rebelião”, “sedição”, empregadas na classificação do Código Criminal de 1830 para se referir aos movimentos políticos que eclodiram nas províncias naquele período, com a clara intenção de desqualificá-los e não percebê-los como projetos alternativos.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 92.

⁹⁸ Paulino José Soares de Souza. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça do anno de 1840 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na sessão ordinaria de 1841, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa*, op. cit., p. 9.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 9.

Deve-se salientar, aqui, as diferentes maneiras como essas revoltas eram percebidas e tratadas por ele. No caso das revoltas ocorridas durante o período regencial, na Bahia, Maranhão, Piauí e Grão-Pará, elas formavam um conjunto no qual a plebe, o “povo miúdo”, aparece como agente importante e, por isso, foram vistas como as expressões vivas da “desordem”, da selvageria e da barbárie. Sobre a rebelião na Província do Grão-Pará, ele escreve:

A pacificação porém dessa Província nunca se poderá dizer completa enquanto os indivíduos que compuseram as massas que a devastaram não forem inteiramente dispersos, e por uma bem dirigida sujeição não contraírem o hábito da subordinação e do trabalho, perdido o da ociosidade, e feroz licença em que tem vivido¹⁰⁰.

Em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, é o povo – como a boa sociedade se reconhecia – que se rebela, mas nem por isso essas revoltas deveriam ser tratadas com menos vigor. Sobre a Farrroupilha, diz Paulino:

De todas as sedições que têm rebentado no Império, é sem dúvida a do Rio Grande do Sul, pelo seu caráter, pelos sacrifícios enormes que nos tem custado, pela sua duração, e pelas suas terríveis conseqüências, a mais séria, e a mais complicada [...]. Convencido por uma tão dolorosa experiência o governo imperial de que somente o poderia fazer triunfar na Província do Rio Grande do Sul aquela política, que se apoiasse em medidas rápidas e vigorosas, resolveu pelo Decreto nº 68 de 29 de março próximo passado, que nos será presente suspender provisoriamente, e pelo espaço de um ano, algumas das formalidades que garantem a liberdade individual¹⁰¹.

Além disso, existiam nessas províncias identidades próprias muito fortes geradas durante a colonização. Assim, se os dirigentes Saquaremas queriam efetivamente impor seu projeto de nação sobre todo o território do Império do Brasil, deveriam efetivar duas ações: primeiro, impor a ordem aos escravos e à plebe dessas províncias; segundo, quebrar as identidades coletivas locais herdadas do período colonial e construir uma identidade que deveria ser nacional, o que implicaria a utilização de instrumentos de força e de convencimento. Por isso, a imposição do unitarismo e da centralização vai de encontro às propostas federativas do Rio Grande do Sul ou às confederativas de Pernambuco, que queriam assim garantir alguma autonomia dentro do Império.

A aprovação das leis do Regresso motivou a eclosão de novas revoltas em São Paulo e Minas Gerais, em 1842, também condenadas por Uruguai. Nesse momento, ele

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 6.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 4.

já ocupava o cargo de ministro da Justiça, e seus relatórios são uma preciosa fonte para percebermos como esta experiência foi vivida por ele de maneira diferenciada no tempo, mas sempre de forma dramática. Em seu relatório como ministro da Justiça, de 1841, refere-se à necessidade de combater sobretudo a desordem civil, a anarquia, a impunidade. O alvo principal é a plebe, considerada como bárbara, e o remédio proposto era o aperfeiçoamento da polícia e da justiça, concretizado na reforma do Código do Processo Criminal. Já em 1842, seu relatório fala de uma desordem entre grupos da elite e não da plebe, o que exigia não mais uma organização policial, mas sim uma organização política e administrativa. Afirmava ele:

Aconselhados por uma decepção dolorosa era preciso abandonar a marcha que tínhamos seguido, e que muito contribuía para anarquizar o país, e chamar sobre ele as comoções, as desordens, e a impunidade que há mais de dez anos o flagelam. Era urgente rever as nossas leis regulamentares, emendá-las segundo os conselhos da experiência, e armar o Poder com os meios indispensáveis para emancipar-se da tutela das facções e das desencontradas exigências das influências das localidades. Era preciso adotar uma política larga que fazendo calar as vozes mesquinhas das influências locais, e de interesses particulares, desse lugar a que somente pudesse ser ouvida a da Razão Nacional, única e verdadeira indicadora do pensamento e necessidades públicas¹⁰².

O remédio consistia também no fortalecimento do Executivo, através da reforma do Ato Adicional que reduziu o poder das Assembléias Provinciais e reintroduziu o Conselho de Estado. Uruguai advertia:

A anarquia está por ora comprimida, não sufocada. Ela ainda tem vida e pode para o futuro renovar a luta aberta se não for aproveitada a vitória para fortalecer o Poder, que é o mais forte elemento de ordem, e que pode ser fortalecido sem prejuízo, e antes com mais segurança para a liberdade bem entendida, e para as garantias reais do cidadão¹⁰³.

Nessas circunstâncias, para Uruguai, o Estado também podia ser fator de garantia da liberdade contra o arbítrio particular. O poder distante do Estado era não só menos despótico que o mais próximo, como podia ser um elemento de ordem e civilização, de garantia de direitos por meio da aplicação de uma justiça independente dos poderes locais e do arbítrio das lutas políticas das localidades.

Aqui é possível estabelecer uma proximidade entre estas idéias de Uruguai e uma das concepções de república de Sarmiento, aquela que muitas vezes, por força das

¹⁰² *Idem. Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça do anno de 1842 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na 1ª sessão da 5ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa, op. cit., p. 3.*

¹⁰³ *Ibidem*, p. 24.

circunstâncias, fez com que ele acreditasse na necessidade da implantação de uma república forte, capaz de concentrar o poder no Estado. Também Sarmiento em alguns momentos de sua vida política, combatente das intensas e constantes lutas civis que marcaram a construção da República argentina, viu-se diante do dilema do reforço da autoridade e da imposição da ordem como garantidores da liberdade. Autoridade, como ele havia escrito no *Facundo*, implicava consentimento público, mas diante das lutas continuadas, que pareciam ser uma marca daquela nova nação, ele oscilava entre as concepções de uma república cívica, uma república liberal e uma república forte. Lembremos a observação de Natalio Botana de que, para Sarmiento, a transformação de uma ordem primitiva e bárbara para um regime político como a república passava pela idéia de que para limitar o poder era necessário que o poder existisse. E mais, foi a falta desse poder nas experiências de governo anteriores que havia permitido, segundo o diagnóstico de Sarmiento, que o mundo dos caudilhos, da barbárie e do pampa tivesse subjogado a civilização e a república das cidades. Como para Uruguai, um dos remédios para a reversão de tal quadro foi, para Sarmiento, o fortalecimento do Estado. É certo que esta parece ter sido uma tendência mais forte no final da sua vida, próxima dos anos de sua presidência, quando ele já se via distante das idéias e do tempo em que escreveu o *Facundo*.

Interessante notar como o cargo de ministro da Justiça ocupado por Paulino José Soares de Sousa, de 1841 a 1842, concentrava nele atribuições que tinham um caráter altamente centralizador. Este nomeava e destituía desde o ministro do Supremo Tribunal de Justiça até o guarda da prisão, em todo o território nacional. O juiz de paz eleito, poderoso durante o período regencial, perde nessa época boa parte de suas funções em favor dos delegados de polícia nomeados pelo ministro. Para Uruguai, a eleição do juiz de paz representava, por exemplo, a implantação da impunidade no país, na medida em que ela dependia dos poderes e facções locais. Cabia ainda ao ministro da Justiça nomear a todos os comandantes e oficiais da Guarda Nacional, principal órgão mantenedor da ordem pública. A manutenção da ordem interna conferia neste tempo ao titular da pasta da Justiça um lugar destacado. A ele também competia lidar com questões referentes à propriedade da terra, à força de trabalho, e dividir com o titular da pasta do Império as decisões sobre a distribuição de honrarias, a organização das eleições e o controle da imprensa.

Na década de 1850, quando Paulino José Soares de Sousa se tornou ministro dos Negócios Estrangeiros, a situação interna do Império do Brasil era muito diferente

daquela de dez anos antes. O projeto de um Estado centralizado já se havia consolidado e as questões externas, como o problema da extinção do tráfico de escravos e a política de Rosas no Prata, passam para primeiro plano. Iniciava-se aí um novo momento na construção da nação no Brasil. Em 1855, Uruguai viaja para a Europa, ocasião em que irá viver, segundo ele próprio afirma no *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, escrito em 1862, uma das experiências mais marcantes de sua vida: “O que tive ocasião de observar e estudar [na viagem à Europa] produziu uma grande revolução nas minhas idéias e modo de encarar as coisas”¹⁰⁴. José Murilo de Carvalho, na Introdução ao volume sobre o Visconde do Uruguai, da *Coleção Formadores do Brasil*¹⁰⁵, faz uma análise das profundas transformações que teriam se operado nas convicções e idéias de Uruguai. Segundo ele, Paulino teria derivado da experiência européia algumas premissas que José Murilo chama de metodológicas: “A primeira delas era que o problema central da organização de um governo legítimo, isto é, o equilíbrio entre ordem e liberdade, não era exclusivo do Brasil; ele foi ou estava sendo, enfrentado por muitos outros países”¹⁰⁶, e cabia ao governo brasileiro tomar conhecimento dessas experiências para delas tirar proveito; a segunda era que comparar não significava copiar, e cada país deveria enfrentar e resolver seus problemas de acordo com sua história, suas tradições, seus costumes, sua cultura, sua educação cívica e seu caráter nacional; a terceira era que a lei não pode tudo quando se trata de reformar a sociedade, ela depende da base social que a sustenta. Junto a essas premissas, Uruguai absorveu alguns pontos substantivos, derivados do confronto entre as experiências francesa e anglo-americana, e inspirou-se nas suas reflexões políticas, sobretudo em Tocqueville e Guizot.

No preâmbulo do *Ensaio*, Uruguai afirma que o que mais o impressionou na França e na Inglaterra não foi sua riqueza material, mas sim o bom funcionamento da administração, o que para ele pareceu muito importante, pois se dizia convencido de que “se a liberdade política é essencial para a felicidade de uma nação, boas instituições administrativas apropriadas às suas circunstâncias e convenientemente desenvolvidas não o são menos. Aquela sem estas não pode produzir bons resultados”¹⁰⁷. Na primeira parte, em que discute o direito administrativo, o autor dá suas impressões positivas

¹⁰⁴ Visconde do Uruguai. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, op. cit., p. 67.

¹⁰⁵ José Murilo de Carvalho (org.). *Visconde do Uruguai*, op. cit.

¹⁰⁶ Introdução de José Murilo de Carvalho ao *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Visconde do Uruguai*, op. cit., p. 30.

¹⁰⁷ Visconde do Uruguai. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, op. cit., p. 67.

sobre a Inglaterra e a França neste aspecto. Diz que tanto na França, por meio de uma burocracia muito centralizada, eficiente e controlada por tribunais administrativos, quanto na Inglaterra, por intermédio de uma grande descentralização administrativa embutida no *self-government* e controlada diretamente pelo povo, o governo chega até o cidadão via administração. Já no Brasil, a administração não leva o Estado até o cidadão, nem o cidadão até o Estado, porque é muito centralizada, ineficiente e politizada. No capítulo sobre a centralização, Uruguai também contrasta os sistemas francês, que aproxima o governo do povo por meio da administração, e inglês, que entrega o governo ao povo pela descentralização, para argumentar que o Brasil copiou mal os dois modelos. Do sistema centralizado francês, deduziu ainda que o Estado central não era impedimento para as liberdades civis, pois o cidadão francês tinha seus direitos garantidos e usufruía os benefícios do serviço público; do sistema norte-americano, aprendeu que as liberdades políticas só estavam garantidas pelo *self-government*.

Segundo Uruguai, durante as Regências o Brasil tentara ampliar o autogoverno sob a inspiração das instituições norte-americanas, resultando no caos que ameaçou a própria existência da nação. Dizia ele: “Quem há aí que possa contestar que a continuação desse estado de completa desorganização e anarquia social, à qual davam o nome de liberdade, traria por fim a dissolução do Império?”¹⁰⁸ Por outro lado, a “reação centralizadora” de que ele fora um dos principais autores também pode ter sido excessiva, pois teria copiado em alguns aspectos, de maneira inadequada, o demasiado centralismo político e administrativo da França, restringindo exageradamente a ação das províncias e, sobretudo, das localidades. Para José Murilo de Carvalho, há aí uma clara autocrítica que aponta para uma conclusão de caráter propositivo¹⁰⁹. Dados, de um lado, a inadequação do país ao autogoverno de estilo norte-americano e, de outro, a convicção da superioridade desse modelo como forma de governo, como fonte de educação cívica, de virtudes públicas e de liberdade, a resposta é manter a centralização política, mas promover lentamente a descentralização administrativa, melhorar a qualidade do governo provincial e, sobretudo, introduzir aos poucos o autogoverno na gestão municipal. Nesse sentido, afirma Uruguai:

¹⁰⁸ José Murilo de Carvalho (org.). *Visconde do Uruguai, op. cit.*, p. 460.

¹⁰⁹ *Ibidem*, Introdução.

Nos países nos quais ainda não estão difundidos em todas as classes da sociedade aqueles hábitos de ordem e legalidade, únicos que podem colocar as liberdades públicas fora do alcance das invasões do poder, dos caprichos da multidão e dos botes dos ambiciosos, e que não estão portanto devidamente habilitados para o *self-government*, é preciso começar a introduzi-lo pouco a pouco, e sujeitar esses ensaios a uma certa tutela e a certos corretivos. [...] É preciso ir educando o povo, habituando-o pouco a pouco a gerir seus negócios¹¹⁰.

Mais uma vez, na esteira de Tocqueville, Uruguai exalta as liberdades municipais como a fonte maior de liberdade do povo:

É contudo na municipalidade que reside a força dos povos livres. As instituições municipais são para a liberdade o que as escolas primárias são para a ciência; põem a liberdade ao alcance do povo, fazem com que aprecie o seu gozo tranqüilo e habituem-no a servir-se dela. Sem instituições municipais pode uma nação dar-se um governo livre, mas não tem o espírito da liberdade¹¹¹.

O município – não a província, que ele considera uma unidade mais administrativa do que política – constitui a verdadeira “escola de educação cívica”. Ele sugere a criação dos “agentes administrativos”, auxiliares dos presidentes de província que estenderiam, assim, o raio de ação do poder central aos municípios; e a nomeação, pelo governo imperial, dos conselhos administrativos, que viriam, por sua vez, auxiliar os presidentes de província e julgar em primeira instância questões contenciosas. Esse tipo de descentralização, que tornasse mais efetivo o poder municipal, permitiria ao governo ir transferindo aos poucos poderes e atribuições para que as pessoas fossem se acostumando ao exercício da autoridade com liberdade e consolidando a liberdade com ordem. Ao referir-se aos meios apontados por Tocqueville para diminuir a força da autoridade em uma nação, escreve Uruguai:

Há um segundo modo de diminuir a força da autoridade, e consiste, não em despojar a sociedade, não em despojar a autoridade de alguns dos seus direitos, não em paralisar seus esforços, mas sim em distribuir o uso das suas forças por diferentes funcionários, dando a cada um todo o poder necessário para levar a efeito o que a lei lhe incumba. Foi este o meio de que se serviram a Inglaterra e os Estados Unidos. Torna ação da autoridade menos irresistível, menos perigosa, mas não a destrói¹¹².

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 491-492.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 492.

¹¹² *Ibidem*, p. 468.

Gabriela Nunes Ferreira¹¹³, ao analisar a “revisão” empreendida pelo Visconde em seu último livro, em torno do grau de centralização do Império, aponta para os limites dessa mudança. Para ela, as motivações que o levaram à defesa da maior liberdade municipal, no caso brasileiro, são fruto de uma visão pragmática na qual o que importava era evitar que os interesses “encastelados” nas províncias dominassem a vida política local, formando uma rede de poder e lealdade que escapasse ao controle do governo geral.

Podemos dizer que, em meados do século XIX, com o Império consolidado e a hegemonia Saquarema afirmada, o tema da ordem passará a segundo plano, sendo suplantado pelo da necessidade de difusão da civilização. Partindo da crença de que o poder político de alguma maneira molda a nação, para Paulino a centralização político-administrativa teria tido também esse objetivo, abrindo caminho para a civilização:

As causas e agentes da centralização são intelectuais e morais, religiosos, governamentais, administrativos, físicos e materiais. Tais são nas sociedades modernas a imprensa, a instrução pública, o Culto, a guarda nacional, o Exército, o Orçamento, a Dívida Pública, o Supremo Tribunal de Justiça, o Tesouro Nacional, as Câmaras Legislativas, o Conselho de Estado, as estradas gerais, a navegação a vapor, os Telégrafos elétricos, os caminhos de ferro, etc.¹¹⁴.

No plano socioeconômico, as décadas de 1850 e 1860 foram períodos de grandes progressos materiais. Iniciava-se um tempo de modernização, conseqüência da extinção do tráfico de escravos, em 1850, que deixara disponível um grande volume de capitais que se dirigiu para o comércio, a manufatura, a expansão da rede de transportes e do sistema bancário. Tempo também no qual o novo pólo agroexportador de café do “oeste paulista” começava a dar sinais de dinamismo, contribuindo para tornar a economia mais complexa. Essas mudanças repercutiram também no nível da organização do Estado que, já consolidado, poderia agora ser capacitado para fazer frente ao processo de modernização em curso. A criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1860, por exemplo, refletiu essa nova realidade. O livro do Visconde do Uruguai, *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias*, publicado em 1865, no qual defende uma menor concentração administrativa, demonstra sua percepção das

¹¹³ Gabriela Nunes Ferreira. *Centralização e descentralização no Império. O debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.

¹¹⁴ *Apud* Ilmar Rohloff de Mattos. “O Lavrador e o construtor. O Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial”, *op. cit.*, p. 215.

transformações ocorridas nesse contexto, mas sem abandonar a crença de que o Estado – entenda-se, o governo central – devia manter as rédeas da economia.

Para o Visconde do Uruguai, a missão do Estado consistia, fundamentalmente, em existir. A existência do Estado, impondo ordem ao conjunto do território nacional, submetendo o privatismo local ao poder público nacional e, é claro, sustentando os interesses da classe economicamente dominante – este era, em si, o maior avanço rumo à “civilização”. Assim, mesmo na crítica de 1865 à excessiva centralização vigente, Uruguai não abriu mão de determinados preceitos que estavam na base do poder do Estado: organização policial e judiciária centralizada, sistema tributário favorável ao governo central, e extensão do poder central até o nível municipal, limitando o poder intermediário das províncias. Embora sustentando que o povo brasileiro não estava pronto para o *self-government*, ele não se dedicou à formulação de qualquer política governamental tendente a superar esse atraso. Dedicou-se, sim, ao fortalecimento do Estado nos planos interno e externo.¹¹⁵

A civilização devia se estender a partir de agora não só para dentro da nação, por meio, principalmente, da construção de uma língua, de uma literatura, de uma educação e de uma história nacionais, mas também para fora. O mesmo homem que dez anos antes, ocupando a pasta da Justiça, falava em levar a autoridade do governo ao interior do país para acabar com a “barbárie dos sertões”, agora, como ministro dos Negócios Estrangeiros, voltava-se para fora do país, para a “barbárie dos outros”, afirmando ser necessário lutar contra a opressão dos ditadores sobre os povos vizinhos. É nesse contexto que devemos pensar a inserção do Império brasileiro nas questões do Prata, na década de 1850.

Voltemos ao nosso jogo comparativo que, ao ressaltar semelhanças e diferenças, torna-se, muitas vezes, como vimos, um jogo de inversões. Se, para o Brasil, o “Tempo Saquarema”, na perspectiva do Visconde do Uruguai, representou um tempo de avanços no caminho do progresso e da civilização, a partir da imposição de uma determinada ordem política, para a Argentina, segundo Sarmiento, os anos de Rosas significaram uma caminhada na direção inversa, pois foram, como já dito, anos de avanço da barbárie sobre a civilização.

Para Sarmiento, a noção de ordem política veio primeiro como uma representação intelectual de civilização e só mais tarde vai tornar-se um instrumento de legislação e governo. As condições físicas e geográficas da República argentina determinariam em grande parte a sua concepção de ordem e o tipo de organização político-administrativa que a nação deveria ter. Diz ele:

¹¹⁵ Gabriela Nunes Ferreira. *Centralização e descentralização no Império*, op. cit., p. 165.

[...] hay una organización del suelo, tan central y unitaria en aquel país, que aunque Rosas hubiera gritado de buena fe, “*Federación o muerte!*”, habría concluido por el sistema unitario que hoy ha establecido. Nosotros, empero, queríamos la unidad en la civilización y en la libertad, y nos ha dado la unidad en la barbarie y en la esclavitud. Pero otro tiempo vendrá en que las cosas entren en su cauce ordinario¹¹⁶.

Para ele, portanto, o unitarismo deveria se impor seguindo uma tendência natural do território argentino, onde “predomina una facción general, uniforme y constante” no que diz respeito à vegetação, ao clima e ao relevo plano, tornando-se elementos de unidade para a nação, fazendo a República argentina “una e indivisible”¹¹⁷.

Algumas considerações importantes devem ser feitas sobre o conceito de federalismo e como ele era entendido no contexto argentino da primeira metade do século XIX, para melhor situar o posicionamento de Sarmiento a favor do unitarismo e compreender como ele o concebeu ao longo de sua vida política. Entre 1810 e 1853, o conjunto de povos que compunham a futura República argentina carecia de um texto constitucional e de uma estrutura estatal permanente. Nesse período, o chamado federalismo argentino era um conjunto de tendências políticas doutrinariamente pouco definidas, que produziu no máximo, sobre a base de um pacto, uma débil confederação vigente entre 1831 e 1853. No curso dos vinte anos entre a chamada Revolução de Maio (1810) e o Pacto Federal de 1831, reuniram-se quatro assembléias com fins constituintes (1813, 1816-1819, 1824-1826 e 1828), das quais só duas produziram textos constitucionais logo invalidados pela reação negativa das províncias federais ao caráter unitário do Estado que delineavam. Antes de 1831, existiram diversos governos centrais cuja natureza e substrato estatal são ainda objeto de discussão. Foram quase todos governos constituídos em Buenos Aires como soluções provisórias destinadas a durar até que se reunisse a Assembléia Constituinte que definiria e organizaria o novo Estado. O fracasso dessas experiências fez com que perdurasse o que se chamou de uma contraditória “provisoriedade permanente”, que dificultou muito a definição da natureza da organização política rio-platense subsequente a 1810. Posteriormente ao fracasso da experiência unitária rivadaviana de 1826, o cenário político rio-platense permaneceu limitado à existência de estados provinciais que, em 1831, sob o governo de Rosas, empreenderam uma precária e instável formalização de suas relações no “Pacto Federal” que também teve um caráter “provisório e permanente”.

¹¹⁶ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, op. cit., p. 25-26.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 26.

Uma historiografia mais atualizada vem fazendo uma revisão do governo de Rosas e reconhecendo nele a existência de um programa, de um conjunto de práticas políticas e de um discurso que imprimiram uma certa unidade a todo o período de sua hegemonia, marcado pela imperiosa necessidade de se construir um novo centro de autoridade pós-revolucionária e de se elaborar uma nova expressão jurídico-institucional mais de acordo com as novas realidades de poder no Rio da Prata. Para esta historiografia, a questão do federalismo representou o tema mais importante, mas também o mais intricado e o mais ambíguo do discurso republicano rosista¹¹⁸. Primeiramente, o sistema conceitual e o campo retórico por intermédio dos quais o conceito de federação havia sido elaborado até então nem sempre coincidiam com os imperativos ideológicos do republicanismo rosista. Havia também um visível paradoxo de um discurso político que enfatizava obsessivamente a autonomia dos governos provinciais individuais, enquanto simultaneamente operava uma centralização mais brutal que qualquer outra já experimentada desde o domínio espanhol.

O federalismo de Rosas baseava-se em uma concepção da política que era pragmática e circunstancial por excelência: antes que ensaiar uma defesa da forma federal de governo sobre algum fundamento teórico, pareceu justificar sua opção exclusivamente em função do que era politicamente factível, dado que esta opção era, para ele, ditada pela vontade do povo e apresentava-se também como a única que podia funcionar como um eficaz instrumento de domesticação das paixões. Neste sentido, pode-se dizer que o federalismo de Rosas se sustentava em uma concepção essencialmente republicana que enfatizava a relação entre as paixões e a virtude, esta última vista como agente disciplinador. Acreditava-se, assim, que a devolução de sua soberania às partes constitutivas do Estado argentino – as províncias – e o conseqüente desempenho concreto das tarefas de governo neste nível representavam o único mecanismo pelo qual se poderiam submeter eficazmente as paixões e assim constituir um corpo de cidadãos virtuosos, invertendo desta maneira os argumentos rivadavianos a favor de uma forte autoridade central. Por fim, relacionada ao muitas vezes paradoxal discurso rosista de ordem, a conformação do sistema federal deveria ser garantida, a nível nacional, mediante o uso da força e da coerção, e concretizada nos diversos pactos interprovinciais e não sobre a base consensual de algum documento constitucional.

¹¹⁸ Ver, especialmente, Jorge Myers. *Orden y Virtud, op. cit.*, 1995.

No capítulo “Sociabilidad” do *Facundo*, Sarmiento apresenta sua concepção de federalismo naquele momento de intensa oposição às práticas políticas do rosismo. Começa chamando de federalismo a todo estado de transição que existe após as revoluções e a conseqüente mudança da autoridade política que elas engendram. Exemplifica denominando “federação da Espanha” a experiência vivida após a deposição de Fernando VII, quando a autoridade deixa de estar centrada nas mãos daquele monarca e as Juntas Provinciais se reúnem negando a autoridade aos que governam em nome do rei; quando esta notícia chega à América e esta se separa da Espanha, dividindo-se em várias partes, ocorre a “federação da América”; ao surgimento de quatro Estados separados – Bolívia, Paraguai, Banda Oriental e República Argentina, após a independência do Vice-Reinado do Prata, ele chama de “federação do Vice-Reinado”; e a divisão da República Argentina em províncias, não por meio das antigas Intendências, mas pelas cidades, teria se constituído em uma “federação das cidades”. Daí conclui, em mais um exemplo da força da sua retórica política, que com isso ele não quer dizer que a palavra federação signifique separação, mas sim, dada a separação prévia, que ela expressa a união de partes distintas. É clara a sua intenção de dar à idéia de federalismo um cunho negativo, associando-a à ausência de autoridade, fundada para ele “en el asentimiento indeliberado que una nación da a un hecho permanente”¹¹⁹.

Ao contrário de Rosas, Sarmiento afirma que a República argentina está geograficamente constituída para ser sempre unitária e se refere a Rivadavia como o “más conocedor de las necesidades del país”, por ter aconselhado aos povos que se unissem sob as leis de uma Constituição comum e que se nacionalizasse o porto de Buenos Aires. Mas, pela sua lógica, esse prognóstico falhou, e Buenos Aires e toda a República acabaram dominadas pela barbárie de Rosas e de seu partido federal. Guardando as devidas especificidades de suas experiências históricas, aqui Sarmiento parece se aproximar do Visconde do Uruguai. Poderia-se pensar em uma aproximação entre as idéias de unitarismo e a de centralização, identificadas à ordem, e entre as suas visões negativas acerca do federalismo e da descentralização, relacionando-as à idéia de separação, de desordem, de falta de autoridade.

Em geral, na historiografia argentina, o conjunto dessas experiências políticas da primeira metade do século XIX tem sido visto como dividido em duas partes: uma

¹¹⁹ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, op. cit., p. 113.

primeira, dominada pelo conflito em torno da organização de Estado a adotar, especialmente o conflito entre unitários e federalistas; e uma posterior, marcada pelo triunfo do federalismo. A discussão sobre a natureza dos partidos em luta na primeira dessas etapas ocupou a maior parte da atenção dos historiadores que não se aprofundaram muito na adequação dos rótulos iniciais aos reais objetivos perseguidos, de maneira que o chamado federalismo argentino continua ainda hoje designando tendências e atores políticos que muitas vezes pouco tinham que ver com o significado do termo na bibliografia jurídico-política da época. Com relação ao segundo período, iniciado em 1831, o descaso em estabelecer a diferença entre o triunfante confederacionismo que surgiu na realidade e a noção mais teórica que se tinha do federalismo e que estava em mutação contribuiu para obscurecer a compreensão não só dessa etapa, mas também de todo o federalismo argentino do século XIX.

Segundo José Carlos Chiaramonte¹²⁰, as preocupações que têm predominado no tratamento desse tema indicam que a história do federalismo argentino continuou pagando tributo ao grande incômodo com o qual se julgava a existência de “uma débil nacionalidade argentina”, inquietação que predominou na vida política e cultural da segunda metade do século XIX, e levou à cristalização de deformações em torno do tratamento do tema do federalismo argentino que merecem, para ele, algumas considerações.

A primeira delas diz respeito ao próprio uso do vocábulo “argentino” no final do período colonial e durante os primeiros tempos da independência. Como foi demonstrado por Ángel Rosenblat¹²¹, o vocábulo “argentino” designava naquela época

¹²⁰ José Carlos Chiaramonte. “El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX”, *op. cit.*

¹²¹ Ángel Rosenblat. *Argentina. Historia de un nombre*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1949. Segundo este autor, o adjetivo “argentina” aparece pela primeira vez em 1602, quando Martín del Barco Centenera escreve “Argentina y conquista del Río de la Plata, con otros acaecimientos de los Reinos del Perú, Tucumán y Estado del Brasil”. Em seus versos, argentina é uma forma latinizada de se fazer referência à região do Prata. O uso ocorre também em documentos latinos, mas com pouca frequência. Há, pois, duas correntes: uma poética em espanhol, outra eclesiástica em latim. Ambas convergem, na segunda metade do século XVIII, na prosa espanhola. Os poetas das invasões inglesas e, sobretudo, os da revolução generalizam seu uso. O substantivo “Argentina” começa, por sua vez, a ser utilizado a partir de 1801, nas páginas do primeiro periódico do país, o *Telégrafo Argentino*. No entanto, no início do século XIX, Argentina é apenas uma alusão à hinterlândia de Buenos Aires. Progressivamente, amplia-se a referência para o território banhado pelo Rio da Prata, ou seja, as províncias do litoral, excluindo as do interior. Argentina era, dessa forma, um termo utilizado por escritores portenhos para falar da região que julgavam devesse ser dominada pelo comércio e pecuária de Buenos Aires. Somente com Rivadavia, em 1826, começa a aparecer com frequência nos discursos do Congresso e nos decretos o nome de nação argentina ou de República argentina. Quando é sancionada a Constituição unitária, que ironicamente nunca entrou em vigor, aparece também a identificação e a combinação, que persiste até hoje, de República argentina. É com a geração romântica que o sentimento de unidade nacional, que passa por muitas transformações, será definitivamente unido ao nome Argentina.

somente os portenhos, isto é, os habitantes de Buenos Aires, mas na historiografia argentina este foi geralmente interpretado, de maneira anacrônica, com seu alcance territorial nacional atual. Para Chiaramonte, o esquecimento desse significado lingüístico, derivado da tendência a postular uma nacionalidade argentina como já existente desde 1810, condicionará a equivocada interpretação das primeiras manifestações de autonomia locais rio-platenses. Além disso, o uso da expressão “Rio da Prata” no nome do primeiro esboço de Estado rio-platense (Províncias Unidas do Rio da Prata) referia-se também a Buenos Aires em sua qualidade de antiga capital do “reino”, quer dizer, em virtude da persistência de parte do ordenamento do vice-reino. A referência é útil porque nos permite compreender que os usos do termo “Argentina” e da expressão “Rio da Prata” – que costumam ser interpretados em referência a uma primeira conformação da futura República argentina nascida por uma decisão compartilhada pelas distintas províncias rio-platenses – tinham em realidade outro significado: o de designar o primeiro esboço de Estado nacional rio-platense, que, gerado pelos homens de Buenos Aires, considerava todo o território do antigo vice-reino como dependente dessa cidade.

O outro equívoco corresponde ao conceito de federalismo e deriva também, segundo Chiaramonte, da tendência anteriormente assinalada de postular a existência de uma nacionalidade argentina já nos primeiros momentos de vida independente. A necessidade de supor que já existia entre os protagonistas desse processo – cidades, caudilhos, províncias – a consciência de uma nacionalidade argentina e o desejo de um Estado nacional unificado facilitou o esquecimento da distinção entre confederação e Estado federal, ao identificar sob a comum denominação de federalismo, apropriada somente para referir-se ao processo de criação do Estado federal de 1853, as anteriores tendências confederativas que predominaram na primeira metade do século, e ainda as iniciais manifestações de autonomismo em várias cidades rio-platenses.

Essa observação é importante porque, se consideramos que aquilo que pretendiam, por exemplo, as denominadas “províncias” rio-platenses até 1831 era uma confederação – como a que surgirá do Pacto Federal de 1853 – e não um Estado federal, então não resta alternativa que não seja considerá-las como Estados independentes e soberanos, e não como províncias de alguma nação ou Estado preexistente. É assim notável que esse critério de direito político que distingue os conceitos de federação e confederação não impeça que se continue englobando as políticas antimonarquistas e antiunitárias posteriores à independência, sob a comum denominação de federalismo. A

confusão procede da peculiaridade da linguagem da época, pois, como se sabe, até a aparição do Estado federal norte-americano, com a Constituição da Filadélfia, a literatura política entendia por federalismo somente a união federal. A solução de compromisso do presidencialismo norte-americano, algo não previsto em doutrina alguma, com sua justaposição entre uma soberania nacional e as soberanias dos estados, não correspondia ao que a doutrina política entendia então por federalismo enquanto forma de Estado oposta à de unidade. Assim, os tratadistas políticos anteriores à Constituição da Filadélfia chamavam de federalismo as formas de união tais como a Liga Aquéia ou a Confederação Helvética. Esse uso se prolongará bastante durante o século XIX. Mais ainda, os autores norte-americanos que publicaram *O Federalista* utilizam o termo federalismo para referir-se à forma confederativa, e não o usam para a solução que estão propondo e que é o que hoje se denomina federalismo; usam para isto expressões como “governo nacional” ou “Estado consolidado”. De modo que, se observamos as definições do que é uma confederação, como o faz *O Federalista* seguindo Montesquieu, atentaremos melhor para isso que nos é ocultado pelo costume de unir, na história argentina, a noção de confederação com a de província; pois o que une uma confederação são estados independentes, não províncias. E isso é mais congruente com o que ocorreu em 1831, quando se organizou uma confederação, porque ela foi formada por representantes de estados independentes.

Mas essa não é a única derivação do equívoco que rodeia o conceito de federalismo na historiografia argentina. Chiaramonte¹²² fala que também se produziu o fenômeno de um deslocamento de sentido, que fez com que a noção de federalismo estivesse sempre referida a fenômenos de dissociação política, enquanto na bibliografia política da qual deriva ela esteja associada ao inverso, a processos de unificação. A partir dessa perspectiva que leva a identificar descentralização e federalismo, na historiografia argentina todas as tendências à autonomia são consideradas federais. Além disso, identifica-se como tais fenômenos diversos que vão do simples pacto entre duas províncias à Confederação rio-platense.

O momento culminante do federalismo argentino na primeira metade do século XIX ocorre em 1831, quando se subscreve o Pacto Federal, documento que constituirá o fundamento contratual da chamada Confederação Argentina, que durará até o Acordo de San Nicolas, de 1852. Esse Pacto surgiu primeiro como tratado constitutivo de uma liga

¹²² José Carlos Chiaramonte. “El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX”, *op. cit.*

das províncias litorâneas, sendo posteriormente subscrito pelo resto das províncias argentinas e ratificado como “lei fundamental da República” no texto desse Acordo, sendo mais tarde invocado implicitamente na menção dos “pactos preexistentes” no preâmbulo da Constituição de 1853. O Pacto formula uma aliança que se concebe a si mesma como provisória e reconhece a liberdade e independência de cada uma das províncias signatárias, que reservam para si praticamente todo o exercício da soberania com escassa delegação de poderes. Dado que o objetivo de convocar o Congresso Constituinte foi bloqueado pela oposição de Buenos Aires, o Pacto Federal deu lugar, na verdade, a uma tênue organização confederativa, que se conservou até a Constituição de 1853.

O problema em reconhecer o caráter de confederação desse pacto está situado em grande parte na dificuldade de precisar quais eram as partes confederadas, que no caso eram denominadas “províncias”. Chama a atenção o fato de se falar de uma confederação (reunião de estados independentes) criada por “províncias”, por definição partes de outro estado que as engloba. Assim, na medida em que se tende a considerar as províncias como partes de uma nação preexistente, interpreta-se o termo como parte integrante de um falso binômio província/nação argentina. A confusão é inevitável se não percebemos a peculiaridade de um vocábulo que na época reunia em si a ressonância do velho termo da administração estatal espanhola e a intencionalidade que lhe deram os transitórios governos centrais dos primeiros anos de vida independente, referindo-o naquele momento a uma união política em alguma forma de um novo Estado. Tratava-se, por isso, de um momento de mutação e de resignificação do conceito.

Assim, a antiga preeminência da cidade foi cedendo lugar à emergência de um novo protagonista político: a província autônoma, que não era mais um prolongamento nem da antiga província de intendência – divisão administrativa bourbônica –, nem de sua reformulação nos momentos iniciais do período independente, mas sim uma ampliação do papel político das cidades soberanas ao ponto de configurar um Estado independente, com um novo regime representativo. Interessante ressaltar como o conceito de província é pensado na experiência argentina de maneira diversa de sua concepção na organização política unitária do Império brasileiro.

Chiaramonte, em sua análise, diz ser possível interpretar que a debilidade das províncias litorâneas e interiores ante a tenaz negativa da Buenos Aires de Rosas de constituir um país formalmente unido reflete tanto o poderio dessa província como a

escassa possibilidade de transcender o autonomismo das demais. Vetado o caminho para rever a natureza da relação confederativa estabelecida em 1831, fortaleceu-se a tendência de Buenos Aires ao exercício da soberania em tudo o que concernia à representação exterior, ao mesmo tempo em que crescia sua influência sobre a maioria dos governos provinciais.

É lugar comum na historiografia argentina assinalar que a organização constitucional do país, a partir de 1853, é produto da política anterior de pactos, entre os quais se sobressai o de 1831. Para Chiaramonte, ao contrário, foi a negação do que se expressava na política de pactos que tornou possível o aparecimento do Estado federal argentino nascido em 1853. Além disso, apesar de muitas vezes se ter interpretado o predomínio de Buenos Aires e de Rosas como uma forma de processo de unificação nacional, parece a ele mais adequado considerar que o que na verdade a história do período mostra é o crescente poderio bonaerense e a paulatina submissão da maioria das demais províncias, e não que esse predomínio tivesse se convertido na base de uma real organização nacional – expressão que na historiografia argentina designa a formação do Estado federal. No decorrer de um processo que resultou naturalmente em uma confederação, Buenos Aires converteu-se em uma das principais bases para o exercício da soberania dos demais estados rio-platenses. Paradoxalmente, se havia algo que tornava mais forte a necessidade de alguma forma de arranjo imediato da questão nacional, era a existência mesma de Buenos Aires com o grau de excepcionalidade que a caracterizava. A localização geográfica que lhe dava o controle do comércio exterior e da navegação interior, mais os recursos econômicos de que dispunha e a cultura política que concentrava, a par de terem sido motivo de discórdia para o conjunto rio-platense, foram também seu principal fator de união. Pois, para concretizar as pretensões das demais províncias, era necessário suprimir os privilégios que Buenos Aires desfrutava, o que só era possível incorporando-a a uma organização nacional que arbitrasse os diferentes interesses.

Em 1852, os mesmos protagonistas desse processo dão lugar ao nascimento de um Estado federal. Com a queda de Rosas, as províncias confederadas foram convocadas para uma reunião a fim de acordar a nova organização constitucional do país. A reunião ocorreu na cidade de San Nicolas, em meados de 1852, e seu resultado foi o famoso Acordo de San Nicolas, que fixava as bases para constituir a nação argentina e esboçava uma solução mais próxima de um Estado federal que de uma confederação, originando o que muitos chamam de um federalismo liberal. Iniciava-se

aí uma nova fase na história da construção do Estado nacional argentino, na qual a questão da ordem tornar-se-á central.

Se até então a questão da civilização era prioritária para Sarmiento, a queda de Rosas traz para primeiro plano a preocupação com a ordem política. É no interior do debate que ocorreu entre os anos 1840 e 1860 que parte da oposição a Rosas que estava no exílio, os membros da chamada *Geração de 37*, entre eles Alberdi e Sarmiento, vão elaborar suas concepções acerca do federalismo, imprimindo novos significados ao termo. A partir do modelo norte-americano, vão se distanciar dos preceitos dos antigos unitários, passando a aceitar o federalismo a partir de uma noção que tendia a uma maior unidade nacional, sob o signo da conciliação entre as duas grandes tendências do passado: os unitários e os federalistas.

A Constituição que o Congresso de Santa Fé sancionou em 1853 despertou em muitos aspectos a oposição de Sarmiento. A sua identificação com a causa portenha teve, entre os anos 1853 e 1860, uma derivação teórica que acabou fazendo com que ele deixasse de lado algumas das conclusões formuladas no *Facundo*. Nesta obra, Sarmiento havia esboçado uma solução institucional que, em suas grandes linhas, pretendia superar o conflito entre ilustração e caudilhismo. Para o Sarmiento de *Facundo*, a questão da ordem, além de ser secundária, sobreviria naturalmente, a partir do momento em que o caminho da civilização fosse retomado. Dizia ele:

[...] dadas estas dos bases, seguridad de la vida y de la propiedad, la forma de gobierno, la organización política del Estado, la dará el tiempo, los acontecimientos, las circunstancias. [...] la Constitución de la República se hará sin sentir, de sí misma, sin que nadie se lo haya propuesto. Unitaria, federal, mixta, ella ha de salir de los hechos consumados¹²³.

Contudo, no contexto posterior à queda de Rosas, quando Sarmiento enfrentou Alberdi na polêmica sobre a Constituição recém ditada, seu enfoque se modifica até o ponto de recomendar um ortodoxo transplante institucional da Constituição da Filadélfia, tal qual a expunham os textos mais federalistas, no sentido norte-americano da palavra.

Seu texto *Comentarios de la Constitución*, pretendia completar a imagem dos Estados Unidos que ele havia elaborado sete anos antes em *Viajes*, quando formulou uma visão do mundo norte-americana marcada pelos costumes igualitários e por um grande progresso material. Nos *Comentarios* tentou reproduzir, sem maior distância

¹²³ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, op. cit., p. 240-241.

crítica, aquele contorno institucional, formado por municípios e províncias autônomas, onde diariamente se aperfeiçoava a liberdade política. Para o Sarmiento desse tempo, o federalismo significava uma mudança radical. Naquele momento, não havia para ele concessão alguma para com o passado, e ele vai buscar na experiência norte-americana as instituições capazes de eliminar a herança colonial. À “monarquização” do Poder Executivo, Sarmiento oporá a figura de um presidente republicano; adiante da centralização do poder no governo federal e de seu correlato, as oligarquias alocadas nas províncias, ele recomendará nacionalizar o imigrante, difundir a educação gratuita, semear em cada província a vida municipal, distribuir a propriedade rural e promover a agricultura. Segundo Sarmiento, a forte divisão entre habitantes estrangeiros dedicados a transformar a sociedade civil e uma oligarquia *criolla* que detinha o poder político propiciava conseqüências pouco recompensadoras para o federalismo republicano. Era necessário oferecer aos recém-chegados uma comunidade política na qual compartilhassem bens públicos, programas de educação comum e obrigatória e políticas agrícolas de fronteiras abertas, que dessem acesso à propriedade da terra.

Pero el elemento principal de orden y moralización que la República Argentina cuenta hoy, es la inmigración europea, que de suyo, y en despecho de la falta de seguridad que le ofrece, se agolpa, de día en día, en el Plata, y se hubiera un Gobierno capaz de dirigir su movimiento, bastaría, por sí sola, a sanar en diez años, no más, todas las heridas que han hecho a la patria, los bandidos, desde Facundo hasta Rosas, que la han dominado¹²⁴.

Também para Sarmiento, ao contrário do que queria Alberdi, a sede do governo federal não deveria se localizar na cidade de Buenos Aires. Como nos Estados Unidos, esse distrito federal, símbolo de um compromisso entre estados que não reconheciam a supremacia de nenhum, devia instalar-se em um lugar neutro, semelhante ao que, pouco tempo antes, ele havia evocado em seu livro *Argirópolis*.

Sarmiento passa a ser então um apaixonado defensor de uma ação pública ativa, localizada nos municípios e províncias, como meio para corrigir os destinos de uma república federal destituída de valores públicos, com seus melhores habitantes, os imigrantes, ameaçados de viver ao ritmo dos interesses particulares. Sua visão se modifica, a ordem não adviria mais naturalmente, havia, pois, que trabalhar logo e muito com os olhos postos nas instituições como agentes imprescindíveis de uma transformação tão necessária quanto urgente. Agora, para ter uma verdadeira

¹²⁴ *Ibidem*, p. 242.

constituição republicana, não bastariam os cimentos das cidades históricas que ele descreveu no *Facundo*. Era necessário fundar cidades de novo cunho que reagrupassem os habitantes em pequenas localidades e em um espaço urbano, síntese do tipo social que a ordem republicana reclamava. Em outras palavras: haveria que se outorgar ata de fundação ao município, forma jurídica da cidade sarmentina, reflexo da aldeia norte-americana de *Viajes*.

Assim, se para Uruguai a ordem é condição para a existência da civilização, e a sua concepção de ordem está estritamente relacionada à existência de um Estado centralizado que possa exercer corretamente seu poder administrativo e seu poder político, para Sarmiento, neste momento da história argentina, a idéia de ordem está submetida à civilização e relacionada a uma ordem republicana que exalta a liberdade e a virtude. De toda forma, os dois autores tratavam de dar novos significados a idéias e conceitos que iam sendo construídos a partir das suas específicas, diversas e, às vezes, semelhantes experiências históricas.

Podemos concluir este capítulo que se propôs a pensar a construção de uma nova ordem política na Argentina e no Brasil, por meio da análise das idéias de Domingo Faustino Sarmiento e do Visconde do Uruguai, utilizando-nos de algumas imagens apresentadas por esse autor/ator argentino em seu livro *Facundo*. É interessante notar como ele propõe o jogo comparativo dos contrários, das diferenças, das semelhanças e das inversões como o caminho para o reconhecimento de uma identidade nova e particular não só na Argentina, como na própria América. Na Introdução do *Facundo*, ele diz que a República Argentina era a parte da América hispânica que mais chamava a atenção das nações européias que não poucas vezes se viram atraídas “como por uma vorágine, a acercarse al centro en que remolinean elementos tan contrarios”¹²⁵. Lamenta a falta de um Tocqueville para a história da América do Sul e em particular para a Argentina,

[...] que, premunido del conocimiento de las teorías sociales, como el viajero científico de barómetros, octantes y brújulas, viniera a penetrar en el interior de nuestra vida política, como en un campo vastísimo y aún no explorado ni descrito por la ciencia, y revelase a la Europa, a la Francia, tan ávida de fases nuevas en la vida de las diversas porciones de la humanidad, *este nuevo modo de ser, que no tiene antecedentes bien marcados y conocidos*¹²⁶.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 9-10, grifo meu.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 10, grifo meu.

Aqui se ressalta o novo, a diferença. Assim, diz ele, “habría revelado a los ojos atónitos de la Europa, *un mundo nuevo en política*” e então, “se habría podido aclarar un poco el problema de la España, esa rezagada a la Europa”¹²⁷.

O que deve ser destacado aqui primeiramente é a inversão do lugar e da hierarquia que os elementos de comparação ocupam. Não se trata somente de olhar para a Europa, como era comum, para nela buscar os modelos para a construção das nações americanas, mas destacar a possibilidade de olhar para a “Espanha americana” para poder compreender a Espanha européia, e, mais importante, para poder compreender a própria América. Uma América que tem algo de novo e diferente, podendo por isso ser chamada de “*um novo mundo em política*”, e que, ao mesmo tempo, tem algo de comum com o velho mundo civilizado, pois pode ser chamada de “Espanha americana”. Mesmo sabendo que a Espanha para ele não se encaixava no modelo das nações civilizadas da Europa, há algo de muito interessante na proposta de Sarmiento. Existe algo que é próprio da América, que lhe dá originalidade e que deve ser incorporado ao projeto de nação. Isso fica bem claro quando ele se refere ao que seriam os traços fundamentais que poderiam explicar “o mistério da luta obstinada que despedaça” a República Argentina: a existência de elementos distintos e contrários que se chocam, a configuração do terreno que engendra hábitos, as tradições espanholas expressas pela Inquisição e pelo absolutismo que deixaram suas marcas no que ele já chama de uma consciência nacional, a influência de idéias opostas que transtornaram o mundo político, a convivência da barbárie indígena com a civilização européia, a democracia e a igualdade consagradas pela revolução de 1810.

Na mesma Introdução, Sarmiento dá indícios do que seria para ele a marca desse “*mundo novo em política*”: “una lucha ingenua, franca y primitiva entre los últimos progresos del espíritu humano y los rudimentos de la vida salvaje, entre las ciudades populosas y los bosques sombríos”¹²⁸, melhor dizendo, um mundo marcado pela luta entre a civilização e a barbárie. Mas esta barbárie não deveria ser vista, segundo ele, como algo fatal, forçoso, natural e lógico, ou como um traço, uma maneira de ser de um povo que se colocaria como algo irreversível. A barbárie trazia em si os elementos que possibilitavam a sua transformação em civilização. Por isso Sarmiento pergunta:

¹²⁷ *Ibidem*, p. 10.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 10.

“Después de la Europa, hay otro mundo cristiano *civilizable* y *desierto* que la América?”¹²⁹.

Aí mais uma vez observamos a utilização da dicotomia civilização/barbárie no discurso político americano, permitindo-nos junto com as idéias aqui desenvolvidas comprovar a hipótese de que esse foi um dos eixos centrais da representação da nação nas Américas no século XIX. Existia aqui uma barbárie que poderia ser pensada em dois níveis: de um lado, como algo inevitável, próprio, característico, determinante; de outro, no nível do factível, que pressupõe a possibilidade da intervenção política, capaz de transformar esta barbárie em civilização. Tratava-se, assim, de autores que elaboraram projetos que traziam em si a marca de seu tempo – a civilização como valor maior – e que se transformaram em atores na medida em que suas ações vão se impor ao conjunto dessas sociedades, ajudando-as a tomar consciência de suas individualidades como nações. Tratava-se, enfim, de imaginar e construir nações que iriam povoar o bárbaro deserto americano, criando um “novo mundo em política”.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 13, grifo meu.

CAPÍTULO II

CIVILIZAÇÃO, BARBÁRIE E AS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS DA NAÇÃO

“Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-lá de todo”.

(Machado de Assis¹³⁰)

Sarmiento e o Visconde do Uruguai, como a maioria dos intelectuais do século XIX, atribuíam grande importância à natureza na constituição das características particulares e nacionais de um território, de um povo e de sua história. Nesse sentido, na elaboração de seus projetos de nação, as idéias de civilização e barbárie vão adquirir novos e diversos significados relacionados à natureza e aparecerão recorrentemente expressas em representações espaciais dicotômicas como pampa/cidade, na Argentina, sertão/litoral, no Brasil. Essas imagens serão amplamente utilizadas como instrumentos de análise privilegiados no pensamento, nos discursos e nas ações desses autores, e, por isso, torna-se fundamental investigar seus vários significados e desdobramentos.

Na nossa perspectiva,

[...] a natureza pode ser entendida como um objeto sobre o qual se elaboram representações que carregam visões de mundo e contribuem para a elaboração de imagens e idéias que vão compor repertórios diversos, entre eles, os constitutivos da identidade de um território e de uma nação.¹³¹

Ao enfatizar aqui o peso que o meio natural teve no processo de construção das identidades nacionais nas Américas, também pretendo mostrar como esse foi um elemento central na formulação de uma concepção de nação, em que a etnicidade se converte em importante fator de legitimação desses Estados.

¹³⁰ Machado de Assis. *Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade*. In: *Obra Completa*. Volume III. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1973.

¹³¹ Maria Ligia Prado. *América Latina no Século XIX. Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: EdUSP, 1999, p. 180.

No caso das nascentes nações americanas, essa relação entre o meio natural e a idéia de nação teve um peso ainda maior, pois esteve apoiada e encontrou legitimidade na antiga e constante referência à pujança da natureza e à grandiosidade do território nas Américas – elementos que lhe conferiram ora positividade, ora negatividade, mas sempre singularidade¹³² –, presentes desde muito tempo nas narrativas de cronistas, viajantes e naturalistas sobre o Novo Mundo, nos relatos dos missionários e outros escritos, agora lidos através das lentes da tradição romântica como importantes instrumentos de afirmação nacional.

Sabemos o quanto a literatura romântica e a história se utilizarão, na tarefa de construir a nação por meio da escrita, da identificação entre nação e natureza como traços diferenciais dessas novas identidades diante da Europa, projetando para elas algumas vezes um futuro repleto de grandeza, com possibilidades ilimitadas, outras um futuro marcado por desafios e dificuldades ligadas às limitações impostas por essa mesma natureza selvagem e bárbara¹³³. Nessa perspectiva, a natureza grandiosa, intocada e enigmática do território americano, vista ora com um sinal positivo, ora com um sinal negativo, parecia prever a emergência de nações marcadas pela originalidade neste espaço. Podemos afirmar que a elaboração de uma representação da natureza como elemento individualizante, produtor de características específicas, capaz de construir unidades autônomas e particulares no cenário das nações, começou a ocorrer muito antes do período das independências nas Américas.

Os antigos descritores da natureza americana, como Gonzalo Fernández de Oviedo, Padre Acosta, Herrera, Padre Cobo, entre outros, nos séculos XVI e XVII, já

¹³² Sobre isto, ver o trabalho de Antonello Gerbi. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, no qual são apresentadas as polêmicas entre os que procuraram denegrir a imagem da América, afirmando a inferioridade de sua natureza, e aqueles que replicaram esse argumento, não aceitando tais acusações.

¹³³ Inúmeros são os trabalhos que exploram a relação entre natureza e construção de uma nacionalidade inseridos nos debates acerca da questão do Romantismo literário. Neste sentido, seria fundamental para o Romantismo brasileiro a análise das obras de Ferdinand Denis, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Ferdinand Wolf, Santiago Nunes Ribeiro, Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar e muitos outros. Como este não é o caminho escolhido aqui para desenvolver esta relação, não o desenvolveremos. Para tal, ver especialmente Luiz Costa Lima. “Natureza e história nos trópicos”. In: *O controle do imaginário. Razão e imaginação no Ocidente*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; Antonio Candido. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos*. 4ª ed. São Paulo, 1971; e Antonio Candido. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002. Para o Romantismo argentino, ver, além do próprio Sarmiento, Esteban Echeverría, Juan Maria Gutierrez, Juan Bautista Alberdi, entre outros autores de época. Há também toda uma tradição de uma literatura gauchesca que vai marcar profundamente esta discussão na Argentina. Para tal, ver Hilário Ascabusi, Bartolomé Hidalgo e o próprio Echeverría, entre outros.

havia registrado com detalhes as muitas peculiaridades físicas do chamado Novo Mundo, e as numerosas diferenças entre os animais e a vegetação da América e os da Europa. Eles já deixavam antever a famosa polêmica sobre a América que irá se instalar dos dois lados do Atlântico, em diversos planos e por um longo tempo, por meio da formulação de teorias gerais. Nesta polêmica iniciada de maneira marcadamente detratora por Buffon, em meados do século XVIII, continuada em grande parte pelos escritos de De Pauw e intensificada com as respostas de seus interlocutores, já se evidencia “a tendência do século a interpretar como uma relação rígida, necessária, causal, o nexu orgânico entre o vivente e o natural, a criatura e o ambiente”¹³⁴.

É Georges-Louis Leclerc Buffon quem primeiro formula como teoria a tese da “debilidade” ou “imaturidade” das Américas, ao apresentar a idéia de que as espécies animais existentes no Novo Mundo fossem selvagens ou domésticas, eram diferentes e, em muitos casos, inferiores ou mais frágeis que as do Velho Mundo. Isto era, na sua visão, conseqüência da natureza americana, que se mostrava hostil ao desenvolvimento dos animais e também, em parte, dos homens, já que estes não puderam dominá-la, submetendo-a e revertendo-a em seu benefício. A América, de ambiente úmido e frio, prolífica em animais pequenos e débeis, e privada de grandes feras, apresentava aos olhos do naturalista todos os sintomas de uma repugnante debilidade orgânica. Na sua *Histoire naturelle de l’homme*, Buffon adotou a teoria climática de Montesquieu, classificando e inserindo o homem em um modelo eurocêntrico e hierárquico de climas temperados. A Europa e partes da Ásia estariam localizadas em uma área ideal de clima mais temperado, habitada por isso, por “povos civilizados”; já o Novo Mundo teria a maior parte de suas terras habitadas localizadas na zona tórrida, o que propiciaria toda a sorte de desvios negativos quanto a um modelo de natureza.

Cornelius de Pauw, mais radical que Buffon, nas suas *Recherches philosophiques sur les Américains*, estende esta tese ao homem americano, apresentando-o não como imaturo, mas como degenerado, fruto da maldição de uma natureza fraca e corrompida e de uma história de catástrofes. Acreditando na ação depravadora dos trópicos, ele reduz os americanos a povos inferiores e sem história, impossibilitados de sair do estado selvagem.

Estas provocativas teses de De Pauw suscitaram de imediato uma série de discussões que tomaram a forma de réplicas e contra-réplicas dos mais variados

¹³⁴ Antonello Gerbi. *O Novo Mundo, op. cit.*, p. 40.

interlocutores. Na Europa, pronunciaram-se os apologistas do bom selvagem e da natureza grandiosa e virgem, acompanhados dos que valorizavam as antigas civilizações pré-colombianas e também de geógrafos e naturalistas que rejeitavam uma visão tão negativa da América. O próprio Buffon, diante do extremismo das posições de De Pauw, retifica suas primeiras explicações degenerativas e, em *Époques de la nature*, publicado em 1777, escreve que a América é um mundo jovem e em muitos aspectos imaturo, mas não degenerado, negando a degeneração do homem do Novo Mundo e limitando as imperfeições produzidas pelo clima aos animais da América do Sul.

É importante observar que Buffon e seus seguidores, apesar de falarem em imaturidade e degeneração do continente americano, estavam inovando ao adotar um conceito evolutivo da natureza, fazendo submergir a natureza na história, sugerindo um possível desenvolvimento desta, que era inteiramente novo na história desse conceito. Até então, seguindo a tradição bíblica e aristotélica, faltava aos historiadores antigos e aos primeiros naturalistas da América a idéia de evolução na sua concepção de natureza, pois acreditavam na fixidez das espécies, na imobilidade da natureza ou na sua variabilidade como algo despregado por completo no espaço, algo no qual não aparecia de modo algum “o tácito, infinito andar do tempo”. No novo conceito que surge em meados do século XVIII, a natureza converte-se em algo vivo, fluido e cambiante, fruto de uma ampla liberdade de crítica à obra de Deus, que agora não parecia mais perfeita em todas as suas partes. Apesar dos qualificativos degeneradores e negativos aplicados à América, eles deixavam a salvo o futuro ou, pelo menos, quando insistiam na irreparável degeneração da natureza americana, projetavam um raio de luz sobre o mais remoto passado do continente¹³⁵. O simples reconhecimento da diversidade da natureza americana já rompia com a antiga e pacífica unidade da natureza, permitindo uma nova definição e, por conseguinte, uma nova lógica na leitura das coisas naturais. Reconhecimento este definitivo também para captar a nova realidade, dominá-la e enquadrá-la no mundo mental conhecido.

Em uma segunda fase desta polêmica, iniciada após as retificações de Buffon e marcada pela idéia de civilização, a Europa das Luzes

[...] em sua decisiva tomada de consciência de si própria como civilização nova e característica, com uma missão universal e não mais apenas e simplesmente cristã, dava-se conta da

¹³⁵ Estas reflexões estão desenvolvidas em Antonello Gerbi. “Introdução”. In: *La Naturaleza de Las Indias Nuevas. De Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

necessidade de enquadrar em seus esquemas aquele mundo transoceânico que ela havia retirado das trevas, do qual dera uma primeira e sumária impressão, que quase não possuía relações exceto com a própria Europa e que, depois de haver desfeito as ilusões de seus primeiros apologistas do século XVI, parecia novamente oferecer paradigmas exemplares de vida e promessas de futuro esplêndido¹³⁶.

O interessante é que, ao tentar responder ao afinado espírito crítico e ao agudo orgulho europeísta que sugeriam uma visão negativa da natureza, dos animais e dos habitantes da América, ganhou força uma outra visão do continente americano que, ao vê-lo como “filho da Europa”, tentava integrá-lo à marcha inexorável da história do ocidente em direção ao progresso e à civilização, justificando, assim, a missão civilizadora que a Europa arrogava para si. À América podia assim ser confiada uma missão ideal: como herdeira da Europa, poderia vir a constituir-se em uma síntese que ajudaria a dar razão à existência de todas as partes do mundo, tornando este mundo pensável e inteligível¹³⁷.

Muitos foram, de outra parte, os que tentaram destruir a tese da inferioridade da América, repetida e difundida por naturalistas, historiadores, cientistas e geógrafos de grande fama. Para isso, foi preciso bem mais que os não muito consistentes esforços levados a cabo até então; foi necessário invocar a palavra da Ciência que ganhava espaços cada vez maiores, conferindo credibilidade a essas interpretações e dando ao discurso científico voz de autoridade para explicar a natureza e a sociedade. Na América do Norte, já havia, desde a independência, uma forte reação à enganosa condenação buffoniana. Os naturalistas dos Estados Unidos partem da certeza de que os componentes de sua “matéria”, os animais, plantas, minerais e homens eram tão dignos de estudo e tão relevantes quanto quaisquer outros do mundo. Mais do que isso, os defensores da natureza norte-americana dedicaram-se à tarefa de provar que, em muitos aspectos, o Novo Mundo era superior ao Velho. E é assim que, ao longo do século XIX, nos Estados Unidos, a sua natureza selvagem, intocada, grandiosa, enigmática, encarnada na idéia de *wildernes*, será valorada positivamente, corroborando a idéia de que a Divina Providência havia elegido aquela terra, tornando-a singular e permitindo prever ali a emergência de uma grande e promissora nação¹³⁸.

¹³⁶ *Idem. O Novo Mundo, op. cit.*, p. 132.

¹³⁷ Relacionado a esta idéia, ver o interessante conceito de Extremo-Occidente aplicado à América por Alain Rouquié. *O Extremo-Occidente. Introdução à América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

¹³⁸ Sobre a relação entre natureza e nação norte-americana, ver: Maria Ligia Prado. “Natureza e Identidade Nacional nas Américas”. In: *América Latina no Século XIX, op. cit.*; Antonello Gerbi. *O Novo Mundo, op. cit.*; Mary Louise Pratt. *Imperial Eyes, Travel Writing and Transculturation*. Nova York:

Na América hispânica, importantes vozes também se levantaram para combater as teorias detratoras do continente e de seus homens. Desde antes da independência, ainda no século XVIII, os jesuítas, expulsos pela Coroa espanhola em 1767, iniciaram esta defesa. Mas é na Europa que a América encontrará nesse período um defensor de grande estatura científica: o viajante naturalista Alexander Von Humboldt, que terá grande influência entre os homens letrados do continente. Ao visitar a América para estudar o problema das relações entre as criaturas vivas e o ambiente natural, acaba não só arrebatado pela natureza dos trópicos, que considera generosa e exuberante, como também vai exaltar o clima, os animais domésticos e as espécies selvagens como mais vigorosas que as do Velho Mundo. Sua viagem pela América do Sul, México, Estados Unidos e Cuba durou de 1799 a 1804, mas a publicação de seus escritos divulgando seus resultados prolongou-se por décadas, tendo a redação definitiva do *Reise in die Aequinocial-Gegenden des neuen Continents* sido publicada em 1859, ano de sua morte. Ele combate a tese de Buffon da imaturidade do continente, dando como provas científicas o fato de naturalistas terem encontrado aqui na América fósseis de antiguidade indiscutível¹³⁹. Reafirma em seus textos sua convicção sobre a substancial identidade natural de todos os homens, de alto a baixo, em toda a escala da civilização, negando explicitamente a suposição de que existam raças humanas superiores e inferiores. Além disso, sugere no homem civilizado uma dúvida sutil sobre o valor da civilização e seus trunfos tão difundidos, insinuando a precariedade de seus progressos. Escreve ele:

Célebres escritores, mais chocados pelos contrastes que pela harmonia da natureza, dedicaram-se a pintar a América inteira como um lugar pantanoso, adverso à multiplicação dos animais, recentemente habitado por hordas tão pouco civilizadas como os habitantes dos mares do sul. Nas investigações históricas sobre os americanos, um ceticismo absoluto havia substituído uma crítica sadia [...] parecia que o dever de um filósofo era negar tudo aquilo que fora observado pelos missionários.¹⁴⁰

Routledge, 1992; Henry Nash Smith. *Virgen Land. The American West as Symbol and Myth*. Cambridge: Harvard University, 1950; Albert Weinberg. *Manifest Destiny. A Study of National Expansionism in American History*. Baltimore: Johns Hopkins, 1935.

¹³⁹ No Brasil, por exemplo, houve uma importante polêmica que se pode acompanhar por meio de artigos publicados na *Revista Brasileira*, envolvendo o Imperador D. Pedro II e dois naturalistas, o francês Wiener e o alemão Rath, sobre os sambaquis de Santos. Sobre a relação entre as pesquisas com estes sambaquis e a construção de uma memória da ciência nacional, ver Moema de Rezende Vergara. *A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio, agosto de 2003.

¹⁴⁰ A. Von Humboldt. *Vues des cordillères et monuments des peuples indigènes de l'Amérique (1810)*. Paris, 1816, p. 10-11 *apud* Antonello Gerbi. *O Novo Mundo, op. cit.*, p. 313.

As críticas de Humboldt às teorias de Buffon e De Pauw indicam uma ruptura com a imagem negativa da América veiculada pela Ilustração. Seus escritos seriam um bom exemplo de como a história natural, imbuída do estatuto da cientificidade, poderia conferir uma certa identidade a um país ou região, ressaltando suas singularidades e identificando um ser original, distinto e autônomo. Este vínculo entre ciências naturais, geografia e discursos constitutivos de especificidades nacionais aparece claramente nos *Ensaio Políticos* de Humboldt. Além disso, deve-se ressaltar como, após a independência, os escritos deste naturalista vão marcar o pensamento político e cultural nas ex-colônias hispânicas, desde Bolívar, que ele conhece em Paris, passando pelo chileno Andrés Bello, até o próprio Sarmiento, que cita Humboldt em várias das epígrafes de seu livro *Facundo*.

Com os movimentos de independência e os desafios de construir as nascentes nações do continente, esta polêmica é retomada, ampliada e atualizada com grande interesse e paixão, não só na Europa, mas também no interior da própria América, adquirindo novos contornos e, principalmente, sendo transferida para os debates em torno da formulação dos diversos projetos nacionais em curso. É possível perceber uma reação hostil e irada às teses detratoras de Buffon e De Pauw, apesar de não ter sido formulado nenhum *corpus* doutrinário em oposição a elas¹⁴¹. Em cada uma das repúblicas nascentes, “ergue-se pelo menos uma voz a revidar os vitupérios do ‘prussiano’ e anunciar glórias presentes e futuras, virtudes de ignoto fulgor e destinos de grandeza incomensurável”¹⁴². Também no Brasil a teoria climática de Montesquieu, as teses de Buffon e De Pauw foram debatidas e muitas vezes refutadas por nomes como Azeredo Coutinho, Gonçalves de Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro, Silvio Romero e Araripe Junior.

Como afirma Antonello Gerbi, o europeu desprezava o *criollo*, mas o *criollo*, ressentido, exaltava-se no entusiasmo por sua terra. O sentimento de patriotismo destes nascia assim, como legítima reação à visão européia da América e sobre pressupostos naturalistas de apego ao “país”, mais à terra que às tradições, “como orgulho telúrico

¹⁴¹ Exemplos dessas obras em que foram contestadas as idéias sobre a degeneração das espécies, da natureza e do homem do Novo Mundo são: as *Cartas Mexicanas*, do padre Moxó, a *Historia antigua de México*, de Francisco Clavirejo e as *Observaciones sobre el clima de Lima*, de Hipólito Unánue. Neste sentido, foram também fundadas na América hispânica sociedades que estudavam agricultura e mineração, e publicavam periódicos científicos, como por exemplo o *Mercúrio Peruano*, de 1791 a 1795, em Lima, ou o *Seminario del Reino de la Nueva Granada*, editado em Quito pelo naturalista Francisco de Caldas a partir de 1808.

¹⁴² Antonello Gerbi. *O Novo Mundo*, op. cit., p. 223.

americano”¹⁴³. O orgulho americano nascia como louvor das qualidades físicas da natureza do continente, e não como exaltação de uma herança histórica ou de uma antiguidade mítica relativa ao passado pré-colombiano. Se os americanos não podiam vangloriar-se de seu passado, seja o colonial ou o mais remoto das comunidades e das grandes civilizações indígenas, identificado ao atraso e inconciliável com as novas idéias de civilização e progresso, eles podiam sim exaltar a natureza americana, repleta de atributos positivos, fecunda, vigorosa, fresca e viçosa, que parecia prometer e garantir um futuro ilimitado. “A natureza deixou de ser espaço de contemplação estética ou de projeção filosófica, para se tornar solo que integra e dá identidade às matrizes étnicas e culturais, lançadas aos trópicos pela história universal”¹⁴⁴.

A hipótese desenvolvida por Marco Antonio Pamplona, em seu artigo “Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil”¹⁴⁵, segue essa idéia ao afirmar que a exaltação da natureza nas Américas pode ter substituído o papel que a tradição e a herança desempenhariam no processo de legitimação dessas novas identidades. Concordando com esta hipótese, podemos afirmar que os construtores destas novas nações americanas não podiam e não queriam, neste momento, vangloriar-se de seu passado, fosse o passado colonial dos últimos séculos – identificado ao obscurantismo, ao atraso, o oposto do progresso e das luzes da época –, fosse o passado mais remoto de vida tribal e das dinastias indígenas, ambos inconciliáveis com as novas idéias de humanismo, tolerância e liberdade civil. Por isso, vão vangloriar-se e buscar legitimidade não em uma herança histórica ou em uma antiguidade mítica, mas no vigor fecundo da natureza circundante, vigorosa, exuberante, que parecia prometer generosamente, ou mesmo garantir um desenvolvimento futuro ilimitado. É importante ressaltar que este argumento é válido para a América ibérica, com exceção das regiões andina e da Meso-América, onde a presença dos Impérios asteca, incaico e maia muitas vezes deu subsídios para o aparecimento de identidades alternativas que vão buscar legitimidade neste passado. Este argumento será reforçado ainda pela exaltação da indiscutível opulência do Novo Mundo em metais preciosos: a abundância de ouro e prata encontrada aqui parecia um

¹⁴³ *Ibidem*, p. 151.

¹⁴⁴ Roberto Ventura. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870 - 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 43.

¹⁴⁵ Marco Antonio Pamplona. “Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n° 32, 2003, p. 3-31.

argumento irrefutável em favor da benignidade da terra e também uma promessa de fecundidade em toda sorte de talentos e campos do espírito.

Neste contexto, enquanto imaginavam suas nações, os latino-americanos parecem ter sempre oscilado entre o culto à razão e o culto à tradição em seus escritos, acabando por exaltar os dois ao mesmo tempo. Segundo Marco Antonio Pamplona, esses intelectuais, de um lado, expressavam sua admiração pelos princípios estruturais abstratos e racionais da nova ordem política surgida no século XVIII, que os teria ajudado a forjar uma desejada unidade entre a idéia de comunidade política em formação e a idéia de nação. Essa ligação acentuava o mito de uma necessária congruência entre Estado e nação, típica do que chamamos de um conceito político e moderno de nação, como vimos no primeiro capítulo, e era percebida como positiva por todos aqueles que abandonavam a condição colonial nesse momento. De outro lado, louvavam a tradição. E porque havia também para eles a inevitabilidade da fascinação advinda da natureza, caberia a esta permanecer por muito tempo cumprindo as funções da tradição e do legado histórico e étnico. Descrita como exótica, a natureza tornou-se, assim, símbolo da particularidade histórica de um lugar e de um povo, base para a construção de uma positiva afirmação nacional.

Muitos podem ser os caminhos para pensar e explicar a relação entre elementos da natureza e a idéia de nação na construção das identidades nacionais na América Latina no século XIX. Mas é no texto de Anthony Smith, “Comemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales”¹⁴⁶, que encontramos uma das mais interessantes e originais reflexões sobre esta relação. Ele inicia o artigo com um comentário geral sobre como o conceito de identidade nacional tem sido objeto de um intenso debate nos últimos anos, por meio do qual a teoria crítica tem tratado de dismantelar o legado conceitual e as tradições, e demonstrar apenas a índole imaginada, inventada e híbrida dessas identidades. O autor critica essas últimas análises, dizendo que, nelas, as qualidades especificamente nacionais dessas identidades não são postas em relevo e a idéia de nação permanece definida em termos imprecisos. Para Smith, isto se deve, em grande parte, ao fato de que “sistematicamente omite-se a apreciação das dimensões históricas e os fundamentos

¹⁴⁶ Anthony D. Smith. “Comemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales”. *Revista Mexicana de Sociología*, año LX, nº 1, 1998.

étnicos das comunidades e das identidades nacionais, assim como o modo pelo qual o passado étnico contribui para conformar e inspirar o presente nacional”¹⁴⁷.

Ele se propõe a oferecer uma outra abordagem para o problema da identidade nacional, sustentando que a identidade de uma nação deriva tanto da reserva de mitos e lembranças comuns, como da natureza histórica da terra natal que a nação ocupa. Esses seriam os traços particulares, o que ele chama de legado étnico da nação. Smith define então identidade nacional como

[...] a reprodução, transmissão e reinterpretação constante do conjunto de valores, símbolos, lembranças e mitos compartilhados, que compõem o legado étnico característico das nações, assim como a identificação dos indivíduos com esse legado particular e sua reserva de lembranças, mitos, símbolos e valores¹⁴⁸.

Acentuando a natureza mutável das identidades nacionais, Smith vai explorar em seu texto algumas dimensões sociais e culturais, por meio das quais se transmitem as identidades nacionais, reinterpretam-se e reconstituem-se as sucessivas gerações, constituindo o que ele chama de “mapas cognoscitivos”, mediante os quais se conforma a pátria ou a nação e se lhe outorga sentido.

A partir daí, o autor desenvolve o argumento que pode nos trazer um novo olhar sobre o papel que a natureza desempenhou na construção das identidades nacionais latino-americanas no século XIX. Ele afirma que todo conceito de identidade nacional se baseia no processo de assimilar, delimitar e reinterpretar uma terra natal autêntica que una os ancestrais com os vivos e com os que estão para nascer. E diz que isso pode ser realizado de diversas maneiras: conferindo caráter histórico aos sítios naturais, por meio de um processo no qual montanhas, rios, lagos, vales etc. passam a ser considerados peculiaridades da comunidade, desempenhando uma função intrínseca na vida deste grupo; naturalizando lugares e monumentos históricos, fazendo com que túmulos, castelos, abadias, altares e templos convertam-se em parte fundamental dos conceitos emergentes de “terra natal”; consagrando seus sítios históricos, convertendo-os em altares e objetos de peregrinação, exemplo do caso de altares de santos nacionais como o da Virgem de Guadalupe, no México, o de Santiago de Compostela, na Espanha, particularmente eficazes na criação da idéia de comunidades eleitas e que ocupam porções distintas e consagradas da terra. Contudo, diz ele,

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 62.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 63.

[...] talvez o meio mais eficaz de traçar mapas cognoscitivos da terra natal, consista em conferir um caráter étnico aos panoramas. Quer dizer, dirigir às paisagens parte da comunidade, convertê-las em propriedades e expressões de um povo. Em consequência, se reconhecem e tratam como algo único. Convertem-se em ‘panoramas étnicos’ únicos, com os quais seu caráter distintivo expressa o da comunidade¹⁴⁹.

Este seria, segundo ele, o caso dos Alpes suíços, exaltados pelos poetas e aquarelistas do final do século XVIII, dos bosques finlandeses evocados pela música de Sibelius ou das solitárias estepes da Rússia descritas pelos artistas e viajantes russos.

Smith propõe-se com esse argumento a complementar a análise de Benedict Anderson¹⁵⁰ que sustenta que os cartógrafos ocidentais, os elaboradores de censos e os colonialistas demarcaram territórios e povos, e traçaram mapas na África e no sul da Ásia, onde antes não os havia. Isso indica, primeiramente, que os elementos cognoscitivos de “elaboração de mapas da terra natal” podem encontrar-se em períodos pré-nacionalistas, e que os nacionalistas modernos se apropriam deles para seus fins, que são mais políticos; e, segundo, e mais importante, indica que a definição das fronteiras políticas requer que elas sejam complementadas com o apego popular e com a significação histórica.

Dá a necessidade da elaboração de discursos geográficos capazes de produzir representações coletivas do território, entendidas como âmbito de realização da nação. Se toda nação necessita de identidade e territorialidade, a legitimação do Estado-nação como caso particular supõe a necessidade da elaboração de um discurso sobre o sentido do território e do porquê do pertencimento dos indivíduos ao âmbito de uma determinada extensão geográfica. Como resultado disso, surge uma espécie de simbologia patriótica que contribui para “naturalizar” a representação territorial, por intermédio de um tipo de personificação mitológica das características físicas e potenciais da pátria. A construção desta simbologia patriótica coloca duas questões: a identificação do território com uma forma e a necessidade de sua interpretação simbólica. Poderíamos ainda dizer que uma das condições para que o território se

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 65.

¹⁵⁰ Benedict Anderson. “Census, Map, Museum”. In: *Imagined Communities*. London: Verso, 1991.

converta em material de produção de representações identitárias é a socialização da iconografia, que torna evidentes as relações entre mapa, território e nação¹⁵¹.

No caso da Argentina, por exemplo, sabemos que a constituição do país como território legítimo, com o contorno atual, foi muito tardia, e que os litígios de fronteira com os países limítrofes se resolveram, em muitos casos, sem um conhecimento sequer aproximado dos conteúdos que esses limites definiam. Deste modo, portanto, só no final do século XIX, se puderam traçar cartografias completas do mapa do país. A incorporação tardia da região da Patagônia, por exemplo, contribuiu para a solidificação da idéia de “um país triangular”, com uma “inclinação natural”, possuidor de uma convergência hidrográfica em direção a Buenos Aires, sua cidade vértice.

Neste sentido, é significativa a descrição dos limites territoriais que Sarmiento faz da República argentina, no parágrafo inicial do primeiro capítulo do *Facundo*. Ele começa procurando inserir este território em um contexto maior continental – “El continente americano termina al sur en una punta en cuya extremidad se forma el Estrecho de Magallanes. Al oeste y a corta distancia del Pacífico se extienden, paralelos a la costa, los Andes chilenos”¹⁵² – para depois delimitar seus contornos geográficos específicos, também a partir da enumeração de uma espécie de limites “naturais”, dado pelos rios, oceanos e montanhas: “La tierra que queda al oriente de aquella cadena de montañas, y al occidente del Atlántico, siguiendo el Río de la Plata hacia el interior por el Uruguay arriba, es el territorio que se llamó Provincias Unidas del Río de la Plata”¹⁵³. No final da frase, passa a falar deste território não mais somente como realidade geográfica e física, mas como uma realidade política: “[território] en el que aún se derrama sangre por denominarlo República Argentina o Confederación Argentina”¹⁵⁴.

Voltando ao argumento de Anthony Smith sobre a necessidade de traçar mapas cognoscitivos da terra natal conferindo um caráter étnico aos panoramas, pode-se dizer que tal argumento também nos permite recuperar e fazer uma nova leitura de importantes e recorrentes idéias formuladas por inúmeros pensadores dos séculos XVIII e XIX, não apenas americanos, mas também europeus, que concebiam a influência da natureza como fator de explicação para a história de uma nação e para a constituição de particulares identidades nacionais. Montesquieu, Michelet, Tocqueville e Herder, por

¹⁵¹ Adrián Gorelik. “Mapas de identidad. La imaginación territorial en el ensayo de interpretación nacional: de Ezequiel Martínez Estrada a Bernardo Canal Feijóo”. In: *Prismas. Revista de Historia Intelectual*, nº 5. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2001.

¹⁵² Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, *op.cit.*, p. 23.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 23.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 23.

exemplo, indicaram e cuidaram de descrever em suas obras a presença do meio natural, da geografia, como elemento determinante em relação ao homem e suas formas de organização política, constituindo uma larga tradição que explica o homem e sua cultura a partir de sua condição geográfica.

Montesquieu, nos livros XIV ao XX do *Espírito das Leis*, desenvolve sua famosa teoria do “clima” e suas conseqüências. Apresenta de início sua idéia geral de que o caráter do espírito e as paixões do coração são extremamente diferentes nos diversos climas, e que as leis devem ser relativas à diferença dessas paixões e desses caracteres. Ao definir o que seria o “espírito geral”, escreve:

Muitas coisas governam os homens: o clima, a religião, as leis, as máximas do governo, os exemplos das coisas passadas, os costumes, as maneiras, resultando disso um espírito geral. À medida que, em cada nação, uma dessas causas age com mais força, as demais lhe cedem outro tanto¹⁵⁵.

Esta tendência será retomada mais tarde por Montesquieu ao estabelecer relações constantes e deterministas entre clima e usos e costumes, entre “natureza do terreno” e “leis políticas”. Daí ele constrói uma teoria geral do clima, que tem, como centro, a natureza e as instituições políticas da Europa, que produz uma hierarquia do espaço natural e social, em que os climas temperados e a monarquia constitucional aparecem como *justa medida* entre os pólos extremos: os climas tórridos ou glaciais, e a república ou o despotismo oriental. Da mesma forma, na visão deste filósofo, a escravidão, a poligamia, a tendência à servidão e ao despotismo resultavam da apatia geral própria dos habitantes dos climas quentes, em que o calor traria o relaxamento das fibras nervosas. Com isso, o indivíduo perderia toda a força e vitalidade e seu espírito ficaria abatido, entregue à preguiça e à ausência de curiosidade. Pode-se notar aí a existência de uma tensão, pois, apesar de criticar o despotismo como forma política de escravidão e defender a existência de uma igualdade natural entre os homens, cuja imagem utópica são os povos “livres” da América, seu modelo climático justifica a escravidão nas sociedades extra-europeias a partir da existência de determinadas condições ambientais.

Michelet afirma, no capítulo IV de *Le Peuple*, que toda nação é moldada pela história e pela natureza, e que desta última derivaria o território, lugar ou corpo

¹⁵⁵ Montesquieu. *Do Espírito das Leis*. Volume XXI. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 274.

necessário para abrigar a alma de um povo: “a alma de um povo deve se assentar num lugar [...] se harmonizar a uma determinada natureza, como vos diria as sete colinas para a pequena Roma, ou para nossa França, o mar e o Reno, os Alpes e os Pirineus; estes são nossas sete colinas”¹⁵⁶. Aqui se pode perceber um bom exemplo do que Smith chama de conferir um caráter étnico às paisagens, convertendo-as em propriedades e expressões de um povo. Michelet diz ainda que as nacionalidades correm o risco de desaparecer “se se ignorar a natureza, esquecer que os caracteres nacionais não derivam somente de nossos caprichos, mas estão profundamente fundados na influência do clima, da alimentação, das produções naturais de um país”¹⁵⁷.

Herder, em *Reflections on the Philosophy of the History of Mankind*, também acentua essa ligação, ao afirmar:

Em primeiro lugar, é óbvio porque as pessoas modeladas pelo seu país estão tão apegadas ao solo e tão inseparáveis dele. A constituição de seu corpo, seu modo de vida, seus prazeres e ocupações as quais eles foram acostumados desde a infância, e todo o círculo de suas idéias é climático. Prive-os de seu país e você os privará de tudo¹⁵⁸.

É bastante conhecida a análise que Tocqueville faz das principais causas que levaram a se pensar a república democrática nos Estados Unidos como proveniente das leis, dos hábitos e dos costumes e também “da situação particular e acidental em que a Providência colocou os americanos”¹⁵⁹. Entre esta última, destaca “a escolha do próprio país que os americanos habitam. Seus pais deram-lhes o amor à igualdade e à liberdade, mas foi Deus mesmo que, entregando-lhes um continente ilimitado, concedeu-lhes os meios de permanecerem por muito tempo iguais e livres”¹⁶⁰, pois:

Tudo é extraordinário nos americanos, seu estado social como suas leis. Contudo, o que é mais extraordinário é o solo que os suporta [...]. Ela [a natureza] apresenta, como nos primeiros dias da criação, rios cuja fonte não seca, verdes e úmidas solidões, campos ilimitados que o arado do lavrador ainda não revolveu. Nesse estado, ela não se oferece mais ao homem isolado, ignorante e bárbaro das primeiras idades, mas ao homem já senhor dos mais importantes segredos da natureza, unido a seus semelhantes e instruído por uma experiência de cinquenta séculos¹⁶¹.

¹⁵⁶ Jules Michelet. *Le Peuple*. Paris: Editions D’Aujourd’hui, 1977 [1846], p. 309.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 308.

¹⁵⁸ Johann Gottfried Von Herder. “Reflections on the Philosophy of the History of Mankind”, *op. cit.*, p. 51.

¹⁵⁹ Alexis de Tocqueville. *A Democracia na América. Livro I. Leis e Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 325.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 328.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 328-329.

As referências à América do Sul resumem-se a breves trechos no Livro 1 de *A Democracia na América*, nos capítulos em que discute a configuração exterior da América do Norte, a natureza e as características originais de seu processo de colonização. Tocqueville compara as duas Américas, estabelecendo uma correspondência entre o primado da inteligência e a América do Norte, de um lado, e o império dos sentidos como marca constitutiva da América do Sul, de outro. Além disso, em suas reflexões sobre a grandeza dos norte-americanos, ele chama a atenção para a provável supremacia destes em todo o continente, em razão de seu grau de civilização e do seu potencial na atividade comercial. Por esses motivos, “os últimos filhos da civilização”, como o autor designou os sul-americanos, cresceriam, de certo modo, para o proveito dos anglo-americanos. De qualquer forma, Tocqueville não achava que a América do Sul estava condenada à barbárie, pois ela era cristã como os norte-americanos, tinha as mesmas leis, os mesmos costumes, encerrava os mesmos germes das civilizações que se desenvolveram no seio das nações européias e, mais importante, tinha o exemplo dos Estados Unidos a seguir.

Esses autores certamente eram conhecidos por Sarmiento e Uruguai e muitos aparecem citados em suas obras demonstrando a grande influência que tiveram sobre eles. Na Introdução do *Facundo*, ao se propor a desvendar o enigma da organização política da República argentina, Sarmiento escreve uma significativa passagem que mostra a importância que para ele a natureza tinha na constituição de uma nação e das características de seu povo:

Necesítase, empero, para desatar este nudo que no ha podido cortar la espada, estudiar prolijamente las vueltas y revueltas de los hilos que lo forman, y buscar en los antecedentes nacionales, en la fisionomía del suelo, en las costumbres y tradiciones populares, los puntos e que están pegados.¹⁶²

Ao descrever, no primeiro capítulo, a parte habitada daquele país, divide-o em três fisionomias distintas: o Chaco ao norte, o pampa e a selva no centro, e o pampa ao sul, “que imprimen a la población condiciones diversas, según la manera como tiene que entenderse con la naturaleza que la rodea”¹⁶³. Também o Visconde do Uruguai, ao desenvolver o argumento de que “a centralização e a descentralização dependem muito

¹⁶² Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, op. cit., p. 9.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 24.

das circunstâncias do país, da educação, hábitos e caráter nacionais”¹⁶⁴, escreve sobre a experiência francesa:

A França é sem dúvida o país mais vigorosamente centralizado da Europa. Não deve ela porém essa centralização somente às suas instituições. Deve-se à agregação do seu território, à sua posição geográfica e às suas circunstâncias topográficas. Não a dividem rios imensos, montanhas ou desertos. Não há talvez país que mais se preste à facilidade de comunicações.¹⁶⁵

Todavia, é importante ir além e perceber a leitura dessas idéias entre nossos intelectuais, não como meras reproduções, mas sim como apropriações muito particulares que lhes conferiam novos significados e valores, em novos contextos. No caso dos novos Estados nacionais latino-americanos, recém libertados da sua condição colonial, a natureza identificava-se ao território que era definido para servir *a priori*, como o lócus para o escopo da “nação imaginada” e como o espaço privilegiado e singular para a concretização da soberania política desses novos Estados.

Com base nessas observações e, principalmente, no já citado argumento de Anthony Smith, começamos mostrando como a presença da imagem do pampa, no *Facundo*, de Sarmiento, pode ser tomada como exemplo de apropriação étnica da paisagem e de construção e difusão de mapas cognoscitivos da terra natal de uma comunidade histórica particular, no caso, a nação argentina.

É significativo que Sarmiento inicie seu livro *Facundo* com um capítulo denominado “Aspecto físico de la Republica Argentina y caracteres, habitos e ideas que engendra”, e que a epígrafe deste capítulo se refira exatamente ao pampa e seja de autoria de um viajante¹⁶⁶ que, como dissemos, com seus relatos, ajudava a construir uma espécie de discurso científico que naquela época assumia voz de autoridade para explicar a natureza e a sociedade. Fica claro, neste livro, como Sarmiento tenta estabelecer uma relação estreita entre seu texto e o discurso de diversos viajantes, cientistas e naturalistas, cujos nomes e trechos ele menciona e usa como epígrafes a todo momento. Sua intenção era não só imprimir autoridade a seu discurso, como servir de modelo e dar a ele legitimidade como autor, dada a enorme influência que a literatura

¹⁶⁴ Visconde do Uruguai. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, *op. cit.*, p. 426.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 438.

¹⁶⁶ “L’étendue des pampas est si prodigieuse, qu’au nord elles sont bornées par des bosquets de palmiers, et au midi par des neiges éternelles”. Epígrafe de autoria de Francis Bond Head, um dos viajantes ingleses que escreveram inúmeras obras de descrição da natureza da região do Prata, neste caso se trata de seu livro *Rough notes taken during some journey across the Pampas and among the Andes*, publicado em 1826.

de viagem tinha naquela época para o entendimento dos processos políticos que ocorriam nas realidades descritas por ela¹⁶⁷. Utilizando-se assim de referências comuns aos homens de ciência e demais letrados do século XIX, Sarmiento inscreve-se entre aqueles que acreditavam que a ênfase dada pela história natural às singularidades da natureza

[...] oferecia as bases para a constituição de um ser americano distinto, original e autônomo. Dessa maneira, as diferenças com a Europa precisavam ser guardadas, pois eram a originalidade e especificidade da América do Sul, e mais precisamente da Argentina, que lhe conferiam interesse primordial¹⁶⁸.

Por um lado, é possível perceber a forte relação que existe para ele entre natureza e destino nacional por um viés positivo, pois se trata de uma paisagem que pode reservar um grande destino e um lugar especial para a nação argentina entre as nações civilizadas. Sarmiento refere-se à Argentina como a “Tebas do Prata”, que virá a ocupar “el rango elevado que le toca entre las naciones del Nuevo Mundo”¹⁶⁹. Mas, para isso, essa paisagem tem que ser domada, especialmente a cruel e rude geografia do pampa, que parece ter tido na prosa argentina o mesmo papel que a tradição nos escritos românticos europeus. Por outro lado, essa originalidade dada pelas características naturais aparece também no *Facundo*, profundamente marcada por uma leitura negativa que parece central e constante no reconhecimento dessa identidade: a grandeza desse território estava relacionada também à dispersão de seu povoamento, à existência de grandes espaços vazios, levando-o a um tema dominante no discurso sobre as nascentes nações americanas: o deserto.

A primeira descrição da paisagem feita por Sarmiento no *Facundo* a associa à idéia de imensidão, de deserto, a partir de algumas de suas características: a imensa vastidão do território e o vazio populacional nesta área:

El mal que aqueja a la República Argentina es la extensión: el desierto la rodea por todas partes, y se le insinúa en las entrañas; la soledad, el despoblado sin una habitación humana, son, por lo general, los límites incuestionables entre unas y otras provincias. Allí, la inmensidad por todas partes: inmensa la llanura, inmensos los bosques, inmensos los ríos, el horizonte siempre

¹⁶⁷ Sobre a influência da literatura de viagem na história e na literatura latino-americana, ver o interessante artigo de Roberto González Echeverría. “A lost world rediscovered: Sarmiento’s *Facundo*”. In: Tulio Halperín Donghi (org.). *Sarmiento. Author of a Nation, op. cit.*, 1994.

¹⁶⁸ Maria Ligia Prado. “Introdução”. In: Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo. Civilização e Barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 36.

¹⁶⁹ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie, op.cit.*, p. 9.

incierto, siempre confundiéndose con la tierra, entre celajes y vapores tenues, que no dejan, en la lejana perspectiva, señalar el punto en que el mundo acaba y principia el cielo¹⁷⁰.

Ao referir-se ao pampa, diz ser este, “la imagen del mar en la tierra, la tierra como en el mapa; la tierra aguardando todavía que se la mande producir las plantas y toda a clase de simiente”¹⁷¹, associando-o também a idéia de vazio, de deserto.

Interessante notar como, para Sarmiento, as planícies enormes e pouco habitadas que dominam a fisionomia interior da Argentina imprimem uma certa “tintura asiática” à vida intelectual do país. Ele aponta similitudes entre os pampas e as planícies do Tigre e Eufrates, entre as tropas de carretas solitárias que cruzam os descampados argentinos e as caravanas de camelos que se dirigem a Bagdá ou Esmirna. Por exemplo, o chefe de uma ou de outra tem que guiar seu grupo com mão de ferro e não pode ter sua autoridade contestada. Dessa forma, tanto no Oriente quanto na Argentina, “empieza a establecerse por estas peculiaridades, el predominio de la fuerza brutal, la preponderancia del más fuerte, la autoridad sin límites y sin responsabilidad de los que mandan, la justicia administrada sin formas y sin debates”¹⁷². Lembremos que Humboldt, que tanta influência parece ter tido sobre Sarmiento, também faz semelhantes aproximações quando descreve a paisagem das estepes da Europa e da Rússia como semelhante à das regiões desérticas da América do Sul, incluindo os pampas. Ele também destaca a singularidade da natureza americana e relaciona a existência das estepes sem rebanhos com uma tendência ao despotismo.

A representação da América como deserto, como vazio, é antiga e parece ter sido a base para o desenvolvimento das representações espaciais dicotômicas que, a partir da associação das imagens do pampa e do sertão ao vazio, ao deserto e à barbárie, e das cidades e do litoral à civilização, construía uma certa intencionalidade nos discursos e informavam as ações que iriam constituir aquelas nascentes nações. A utilização da idéia de deserto remete-nos também a outros significados importantes, tais como: a falta de governo, de leis, de religião, de educação, de população, de luzes, enfim, de tudo que representava para esses intelectuais as idéias de ordem e civilização. Sabemos, porém, que em meados do século XIX tais áreas não estavam vazias, mas sim povoadas por índios, negros, mestiços; estavam “cheias” de “outros”, que, por não serem considerados, tornavam-se, para esses intelectuais, áreas naturalmente vazias,

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 23.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 24.

¹⁷² *Ibidem*, p. 27.

justificando a sua ocupação ou o seu preenchimento com o “nós” ou com os “nossos iguais”. Como já foi dito, é a partir dessa argumentação, da identificação dessas áreas com a barbárie e da necessidade de eliminá-las ou transformá-las, para que pudessem ser inseridas em um modelo de civilização, que os intelectuais da cidade letrada do século XIX, entre eles Sarmiento e Paulino, vão encontrar a justificativa para sua atuação.

Sarmiento afirma que no território da Argentina predomina um “aspecto geral, uniforme e constante” da paisagem que o faz parecer uma imensa planície. Como um viajante naturalista, descreve a terra coberta com a luxuriosa e colossal vegetação dos trópicos, e a superfície da terra geralmente plana e unida, não sendo suficiente para interromper esta continuidade sem limites as serras de San Luís e Córdoba, no centro, e algumas ramificações avançadas dos Andes, ao norte. Ele vê nesta paisagem a existência de um elemento de unidade para a nação que justificaria sua organização político-administrativa unitária, tal qual ele defendia, estabelecendo assim uma relação direta entre as características naturais e as instituições sociais e políticas que o país deveria ter. Diz Sarmiento: “La República Argentina es una e indivisible”¹⁷³. Ou, ainda,

[...] hay una organización del suelo, tan central y unitaria en aquel país, que aunque Rosas hubiera gritado de buena fé: ‘Federación o muerte!’, habría concluido por el sistema unitario que hoy ha establecido. Nosotros, empero, queríamos la unidad en la civilización y en la libertad, y se nos ha dado la unidad en la barbarie y en la esclavitud¹⁷⁴.

Nas citações acima, aparecem alguns aspectos que devem ser destacados e recuperados, pois me parecem dos mais ricos para serem trabalhados na nossa análise sobre a idéia de nação no *Facundo* a partir de suas representações espaciais. Primeiramente, como já foi indicado, há a possibilidade de se estabelecer uma estreita identificação entre a imagem espacial do pampa e a idéia de um “mapa cognoscitivo da terra natal de uma comunidade histórica”¹⁷⁵; em segundo lugar, salientar que esta construção se dá sempre a partir da oposição das imagens do pampa com as imagens também míticas das cidades; e, em terceiro, perceber os desdobramentos desta oposição na idéia de civilização/barbárie e os diversos significados que isto engendra.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 26.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 25-26.

¹⁷⁵ Expressão de Anthony Smith. “Comemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales”, *op. cit.*

Sarmiento, como numerosos intelectuais latino-americanos que desde a independência estiveram preocupados com a construção da nacionalidade inserida em um modelo de civilização, ao elaborar seu projeto civilizatório viu-se diante de um dilema: para ele, a parte civilizada de seus novos Estados eram as cidades, europeizadas, com suas elites cultas e letradas, enquanto aquela parte que geralmente marcava a sua especificidade e diferença em relação à Europa era a atrasada, semi-selvagem, violenta, “incivilizada” dos pampas. Herança, como vimos anteriormente, recebida desde a Antiguidade clássica, que já opunha campo e cidade, aos tempos da Renascença, quando a cidade era sinônimo de civilização e civilidade e o campo de rudeza, rusticidade e selvageria, até o Iluminismo. Desta forma, as cidades aparecem sempre associadas à idéia de civilização, de progresso, significando, sobretudo, admitir ser a cidade o lócus natural para o exercício da política. Nesse sentido, escreve Sarmiento: “La ciudad es el centro de la civilización argentina, española, europea; allí están los talleres de las artes, las tiendas del comercio, las escuelas y colegios, los juzgados, todo lo que caracteriza, en fin, a los pueblos cultos”¹⁷⁶. Já o pampa aparece quase sempre associado à idéia de deserto, de barbárie, de selvageria, de ausência de ordem e de governo. E, mais importante, este deserto circunda as cidades, reduzindo-as a pequenos “oásis de civilização”.

No *Facundo*, ele propõe, como uma lei universal, que as instituições associadas à civilização estavam concentradas nas cidades, e que estes centros deveriam promover o estímulo para a modernização do restante do país. De maneira um tanto simplista, Sarmiento contrasta as cidades européias da Renascença às do período feudal, ao afirmar que não havia e nem poderia haver vida pública durante a época medieval, porque os senhores feudais viviam em um relativo isolamento. Ele argumenta que a sociedade renascentista só foi capaz de alcançar um respeitável nível de cultura quando o centro do poder político e militar mudou do campo para as cidades. Segundo William Katri¹⁷⁷, depois de sua viagem para a Europa e Estados Unidos, esta imagem da experiência urbana sofre uma significativa mudança. Na França e na Prússia, Sarmiento se impressiona com os milhares de trabalhadores urbanos que vagam miseráveis pelas cidades. Na sua mente, surge então uma imagem contraditória dos centros urbanos europeus: eles eram tanto o lugar da grandeza e do progresso, quanto da abjeção, onde

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 29.

¹⁷⁷ William H. Katri. “Rereading *Viajes*: Race, Identity, and National Destiny”. In: Tulio Halperín Donghi (org.). *Sarmiento. Author of a Nation*, op. cit.

os mais sublimes e os mais miseráveis atributos da humanidade conviviam lado a lado. Ele realiza também que a oposição entre uma suposta civilização das cidades européias *versus* a barbárie do campo na América não se mostrava mais tão clara e possível. Contudo, em vez de questionar a utilidade e a validade dessa sua esquemática dualidade, ele simplesmente altera seu conteúdo. Desse tempo em diante, segundo este autor, Sarmiento vai passar a defender a pequena cidade ou a vila como o centro do progresso e da civilização. Para tal, muito vai contribuir a experiência de sua viagem pelos Estados Unidos.

De qualquer maneira, podemos afirmar que, na sua perspectiva, as cidades deveriam realizar a vitória da civilização sobre a barbárie e a institucionalização da vida política do país. Sua interpretação sobre a tomada do poder por Rosas baseava-se em uma leitura da história da Argentina que via as guerras de revolução se desenrolando em duas fases: a primeira, considerada de forma positiva,

[...] consistia na luta das cidades contra a opressão espanhola, em favor da liberdade que levara ao desenvolvimento da civilização; a segunda – negativa – mostrava a luta dos caudilhos contra as cidades, cuja vitória significou o domínio da barbárie representada por Facundo e Rosas¹⁷⁸.

Pode-se pôr em relevo aqui a preponderância que Buenos Aires tinha, para Sarmiento, entre todas as cidades, como centro irradiador de civilização na República argentina. Sobre isso ele observa:

Buenos Aires está llamada a ser, un día, la ciudad más gigantesca de ambas Américas. Bajo un clima benigno, señora de la navegación de cien ríos que fluyen a sus pies, reclinada muellemente sobre un inmenso territorio, y con trece provincias interiores que no conocen otra salida para sus productos [...]. Ella sola, en la vasta extensión argentina, está en contacto con las naciones europeas¹⁷⁹.

Note-se que, entre os elementos apontados, que tornam Buenos Aires o centro da civilização, está a sua proximidade com a civilizada Europa, o que faz dela a “porta para dentro e para fora”, e a sua localização geográfica privilegiada na embocadura do Rio da Prata, situando-a entre “dois grandes mares”: os pampas e o Rio da Prata. Mas, na continuação dessa citação, “ella sola explota las ventajas del comercio extranjero; ella

¹⁷⁸ Maria Ligia Prado. “Introdução”. In: Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo. Civilização e Barbárie*, *op. cit.*, p. 28.

¹⁷⁹ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, *op. cit.*, p. 25.

sola tiene poder y rentas”¹⁸⁰, já se pode perceber uma visão mais crítica que Sarmiento terá com relação ao papel de Buenos Aires na futura organização política da República do Prata, presente sobretudo em seu livro *Argirópolis*. Sabemos que ao longo de sua vida ele assinalou como uma das causas para as divisões internas da Argentina o desequilíbrio de riquezas públicas e privadas entre Buenos Aires, centro do comércio com a Europa e dona da aduana, e as demais províncias. Daí a sua defesa, junto com outros integrantes da *Geração de 37*, da livre navegação dos rios para os barcos de todas as bandeiras, em oposição ao monopólio do comércio exterior exercido pelo porto de Buenos Aires. Essa seria uma das maneiras de favorecer as províncias do interior, tornando suas economias independentes daquela província.

Não se pode esquecer também o fato de Buenos Aires ter liderado a resistência aos ingleses, quando da invasão em 1806, despertando, segundo Sarmiento, um sentimento de autonomia e poder que desencadeou os movimentos revolucionários de independência em 1810. A este chamado responderam as cidades do interior e as campanhas pastoris, ajudando a formar os primeiros exércitos que iriam lutar contra as forças militares espanholas. Diz ele: “Buenos Aires es un niño que vence a un gigante, se infatúa, se cree un héroe y se aventura a cosas mayores”¹⁸¹. Mas, se Buenos Aires liderou e foi vitoriosa nesta primeira guerra contra os espanhóis, ela perdeu a segunda guerra contra os caudilhos e foi dominada pela barbárie de Rosas. Apesar disso, Sarmiento acredita que “Buenos Aires es tan poderosa en elementos de civilización europea, que concluirá al fin con educar a Rosas y contener sus instintos sanguinarios y bárbaros”¹⁸².

Segundo Adrián Gorelik¹⁸³, existem pelo menos duas Buenos Aires em Sarmiento. A primeira é a do *Facundo*, a cidade litoral, porto e porta, que através do Prata se abre à Europa como um dispositivo de transferência modernizadora para todo o país e o continente, de suas mercadorias, suas gentes e suas idéias. Esta é a representação que Sarmiento recolhe do imaginário revolucionário: a excentricidade de Buenos Aires no sistema urbano e econômico hispano-americano havia permitido a ela desenvolver-se à margem, impregnando-se da áurea ilustrada libertadora que simplesmente devia agora fluir para o interior, invertendo a tendência pela qual todos os

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 25.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 109.

¹⁸² *Ibidem*, p. 68.

¹⁸³ Adrián Gorelik. *Miradas sobre Buenos Aires: historia cultural y crítica urbana*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

rios desembocam no estuário que a cidade domina. Buenos Aires encarna nesta representação a Europa moderna, e é desse influxo europeu, quer dizer, não espanhol, que ela adquire uma temporalidade própria trazendo para o “novo” continente sua qualidade mais própria: o futuro.

Mas sabe-se que quando Sarmiento escreveu o *Facundo* ele ainda não conhecia Buenos Aires. Chegará a ela depois de viajar pelo mundo, e a primeira coisa que o surpreenderá é o espetáculo de uma sociedade homogeneamente heterogênea, que se destaca, para ele, da segmentada sociedade latino-americana, e que não lembra a velha Europa, mas sim a democrática sociedade norte-americana. É aí então, uma vez instalado na cidade, a partir de 1855, que aparece a segunda Buenos Aires de Sarmiento. Ele vai descobrir o escandaloso contraste entre essa sociedade moderna e homogênea e uma estrutura urbana e institucional tradicional, colonial, de ruas estreitas e sujas que, como uma prisão, contém a sociedade e não a deixa respirar.

Por esta razão, Buenos Aires cidade se lhe revela como um vestido antigo que a Buenos Aires sociedade deve deixar para trás para desenvolver-se amplamente. Assim surge o ideal da “cidade nova”, como dispositivo capaz de trocar aquele círculo vicioso em virtuoso; uma cidade que devia formar-se longe e fora da cidade tradicional, em torno de um grande parque, como as cidades da Nova Inglaterra.¹⁸⁴

A Buenos Aires européia é assim, agora, a Buenos Aires do atraso, já não importa se francês ou espanhol.

Outra interessante visão de Buenos Aires é a que Sarmiento constrói no *Facundo* em oposição à cidade de Córdoba. Ambas cidades existem na mesma temporalidade presente, mas são descritas como representando realidades separadas por séculos. Buenos Aires será sempre a promessa do cumprimento de sua vocação para ser o centro da civilização argentina, lugar do progresso, do futuro, da realização da nação moderna republicana, mesmo quando desviada deste seu caminho. Ela liderou e realizou a grande obra da revolução de independência; por ela circulavam as idéias revolucionárias de Rousseau, Mably, Montesquieu, Raynal, Bentham e Adam Smith, entre tantos outros; ela se encarregou da tarefa de elaborar a primeira Constituição. Por causa de seu grande contato com os europeus, operou-se nela o que Sarmiento chama de um processo radical de “desespañolización” e de “europeificación”. Córdoba, por sua vez, é admirada por sua fisionomia, que difere daquela regular de quase todas as cidades americanas com

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 76.

suas ruas cortadas em ângulos retos, e pela sua beleza. Ela está edificada em um curto e limitado espaço e, por causa de suas inúmeras torres e cúpulas e de seus numerosos e magníficos templos, tem toda a aparência de uma cidade européia. Além disso, é lá que se localiza uma das mais importantes e antigas universidades da América. Ao mesmo tempo, esta cidade traz sempre com ela a lembrança do passado colonial e encarna a herança espanhola que Sarmiento tanto despreza. Sua arquitetura, seus monumentos, assim como seu espírito e suas idéias, são o tempo todo caracterizados como medievais. “El espíritu de Córdoba hasta 1829 es monacal y escolástico”¹⁸⁵, diz Sarmiento, fazendo-a encarnar um lugar de resistência a todas as novas idéias ilustradas. Sarmiento conclui que estas duas cidades, Córdoba e Buenos Aires, representavam, respectivamente, dois partidos distintos e antagônicos: um retrógrado e conservador, outro revolucionário e progressista, os quais se alimentavam de idéias extraídas de fontes distintas e, portanto, mostravam-se civilizadas de modo diverso¹⁸⁶. Córdoba, diz ele, é “española por educación literaria y religiosa, estacionaria y hostil a las inovaciones revolucionarias”; já Buenos Aires é “todo novedad, todo revolución y movimiento”¹⁸⁷.

Sarmiento, como outros intelectuais de sua época, também vê os rios, um outro elemento da natureza, como “fluidos vivificantes de uma nação”, como condutores da civilização. Ele assinala a existência na Argentina de uma aglomeração de rios navegáveis, “que al este se dan cita de todos los rumbos del horizonte, para reunirse en el Plata”¹⁸⁸, como um traço notável da fisionomia deste país, que poderia ser fonte de seu engrandecimento, poder e riqueza. Prova disso é o fato de que estão situadas na sua embocadura duas cidades: Montevideú e Buenos Aires, sendo esta última uma das maiores e mais desenvolvidas das cidades americanas. Mas ele ressalta também como esse elemento natural positivo foi aproveitado negativamente, ao comentar a postura do homem do campo diante dele: “el favor más grande que la Providencia depara a un pueblo” foi desdenhado pelo homem dos pampas, o gaúcho, que viu nele “más bien, un obstáculo opuesto a sus movimientos, que el medio más poderoso de facilitarlos”¹⁸⁹,

¹⁸⁵ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, *op. cit.*, p. 107.

¹⁸⁶ Toda uma historiografia herdeira desta oposição construída por Sarmiento entre Buenos Aires e Córdoba é amplamente criticada por José Carlos Chiaramonte, que ressalta a importância de Córdoba, advinda principalmente de sua universidade, na difusão das idéias jusnaturalistas que foram resgatadas, desde o início, pela Juntas Governativas durante as discussões políticas da época da independência.

¹⁸⁷ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, *op. cit.*, p. 113.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 24.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 24.

herança dos colonizadores espanhóis, a quem não foi dado, segundo Sarmiento, “el instinto de la navegación que poseen en tan alto grado los sajones del norte”¹⁹⁰.

A livre navegação dos rios da bacia do Prata foi uma das principais bandeiras políticas sustentadas pela *Geração de 37*. Sarmiento inclusive colocou como subtítulo de sua obra *Argirópolis*, de 1850, as palavras “navegação e imigração”. A livre navegação dos rios foi defendida tanto pelas províncias litorais de Santa Fé, Entre Rios e Corrientes, quanto por países americanos, como o Paraguai, e europeus, como França e Inglaterra, motivados por interesses diversos que provocaram inúmeros conflitos. Rosas defendeu sempre a limitação do comércio exterior ao porto de Buenos Aires, e durante o conflito armado com a França e Inglaterra se negou sistematicamente a considerar propostas de paz que não reconhecessem os rios Paraná e Uruguai como pertencentes à Confederação Argentina. A França e a Inglaterra viam nos rios da bacia do Prata uma via barata para chegar com suas mercadorias ao interior do território, ganhando o acesso a mercados praticamente virgens. Já o Paraguai, vivendo o isolamento imposto por Rodríguez de Francia, precisava da livre navegação do rio Paraná para ter um acesso ao oceano Atlântico. Desde 1845, o presidente Carlos Antonio López reclama a Rosas o reconhecimento de sua independência e a livre navegação. A negativa de Rosas leva-o a se aliar à província de Corrientes, em 11 de novembro de 1845, contra o governo de Buenos Aires. Entre as províncias do litoral, foi Corrientes que, desde 1830, encabeçou a reivindicação da livre navegação junto com a adoção de uma política protecionista para certos produtos nacionais. Esta questão, sem dúvida, marcou profundamente as difíceis relações e a dependência dessas províncias com Buenos Aires, além de ter também envolvido interesses externos. Sobre a importância dessa questão, afirmou Sarmiento: “La cuestión de la libre navegación de los ríos que desembocan en el Plata es hoy una cuestión europea, americana y argentina”¹⁹¹.

Da tentativa de domínio do homem sobre essa paisagem muitas vezes hostil, selvagem e cruel do pampa, brotavam também, para Sarmiento, a originalidade e a especificidade do povo argentino. E, sem dúvida, o tipo que melhor encarna o que há de mais original neste povo é o gaúcho, com seus caracteres “indómitos y altivos, que

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 24.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 235.

nacen de esta lucha del hombre aislado, con la naturaleza salvaje, del racional, con el bruto”¹⁹², demonstrando toda a ambigüidade e tensão presentes no seu texto.

Para entender esta afirmativa, é necessário ultrapassar as análises rápidas e superficiais do *Facundo*, que só vêem as imagens do gaúcho identificadas a valores negativos e, portanto, como um elemento social que deveria desaparecer. Uma leitura mais cuidadosa e atenta nos permite perceber as sutilezas de sua análise e uma certa positividade e orgulho, presentes neste tipo que encarna, em grande parte, a nação imaginada por Sarmiento e que, portanto, pode e deve ser, em parte, incorporado a ela. Leiamos com atenção esta passagem:

Este hábito de triunfar de las resistencias, de mostrarse siempre superior a la naturaleza, desafiarla y vencerla, desenvuelve prodigiosamente el sentimiento de la importancia individual y de la superioridad. Los argentinos, de cualquier clase que sean, civilizados o ignorantes, tienen una alta conciencia de su valer como nación; todos los demás pueblos americanos les echan en cara esta vanidad, y se muestran ofendidos de su presunción y arrogancia.¹⁹³

Percebe-se aí uma valorização do gaúcho, apesar de considerá-lo bárbaro, pelo fato de ele ser um elemento que é capaz de domar a natureza hostil do pampa.

No capítulo II do *Facundo*, intitulado, “Originalidad y caracteres argentinos”, encontramos a descrição de representativas imagens associadas ao gaúcho. Depois de lembrar as marcas negativas que a vida pastoril impôs para a organização política, para o triunfo da civilização e para a riqueza, Sarmiento aponta para a face original e positiva deste legado:

[...] no puede, por otra parte, negarse que esta situación tiene su costado poético, y faces dignas de la pluma del romancista [...] es el que resultará de la descripción de las grandiosas escenas naturales, y, sobre todo, de la lucha entre la civilización europea y la barbarie indígena, entre la inteligencia y la materia: lucha imponente en América, y que da lugar a escenas tan peculiares, tan características y *tan fuera del círculo de ideas en que se ha educado el espíritu europeo*, porque los resortes dramáticos se vuelven desconocidos fuera del país donde se toman, los usos sorprendentes, y originales los caracteres¹⁹⁴.

Essa passagem nos faz lembrar aquela comentada na conclusão do primeiro capítulo, na qual Sarmiento referia-se ao surgimento, na América, de “um novo mundo em política”. Tratava-se, como já dito, de discursos que traziam em si a marca de seu

¹⁹² *Ibidem*, p. 33.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 33.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 39, grifo meu.

tempo – a civilização como valor maior – e que se transformaram em ações na medida em que se impuseram ao conjunto dessas sociedades, ajudando-as a tomar consciência de suas individualidades como nações. Tratava-se enfim, de imaginar e construir nações que iriam “povoar o bárbaro deserto americano”, criando não só um novo mundo em política, como também um novo homem americano com seus costumes, idéias e culturas próprias.

Na história da Argentina, chama a atenção a recorrência com que autores clássicos se utilizaram dessas imagens espaciais, especialmente do pampa, como recursos significativos para o reconhecimento de sua identidade nacional e para a interpretação de sua história. Existe na Argentina uma poesia, assim como uma literatura, gauchesca de grande tradição que fundamenta uma certa identidade: a poesia de Bartolomé Hidalgo; Hilário Ascasubi; Esteban Echeverría, com seu famoso poema *La Cautiva*; o *Martín Fierro* de José Hernandez; Ezequiel Martínez-Estrada, por exemplo. Em todos eles, o pampa, com seus “índios selvagens e seus bárbaros gaúchos”, aparece como uma imagem muito forte, carregada de significados e também ambígua, porque identificada muitas vezes a valores negativos como a idéia de deserto, de barbárie, de vazio, de imensidão e solidão, mas também capaz de expressar uma certa positividade, na medida em que dessa mesma paisagem brotavam a originalidade e a especificidade do povo argentino, reforçando nossa argumentação.

Assim, recuperando uma larga tradição, Sarmiento refere-se à presença da natureza, principalmente dos pampas e de seus gaúchos na literatura e na poesia argentinas, ressaltando agora seu papel na narração da nação:

[...] existe, pues, un fondo de poesía que nace de los accidentes naturales del país y de las costumbres excepcionales que engendra. La poesía, para despertarse [...], necesita el espectáculo de lo bello, del poder terrible, de la inmensidad, de la extensión, de lo vago, de lo incomprensible, porque sólo donde acaba lo palpable y vulgar, empiezan las mentiras de la imaginación, el mundo ideal.¹⁹⁵

No que se refere ao povo argentino, ele diz que o simples e constante olhar deste sobre o horizonte incerto, imenso, indefinido e vago, tanto o afasta, quanto o fascina, assaltando-o de temores e incertezas fantásticas, e de sonhos que o preocupam desperto, o que já se constitui, por si, em poesia. Disso resulta, segundo Sarmiento, “que el

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 40.

pueblo argentino es poeta por carácter, por naturaleza”¹⁹⁶. Ele produz tanto a poesia culta, a poesia da cidade, como também a poesia popular do gaúcho, enfim, produz uma literatura e uma poesia particulares e nacionais.

Podemos voltar agora ao texto de Anthony Smith, quando ele nos fala da importância para a constituição de um sentimento de identidade nacional, da existência de “espaços poéticos” com os quais se identificar. Para esse autor, o que constitui uma pátria, por oposição a um território nacional, é o que as pessoas investem nela como significados e emoções. Criar um sentido de identidade nacional onde não havia exige mais que cartografia, censos e administração colonial, pois um autêntico “mapa cognoscitivo” da terra natal também é uma organização do espaço da experiência histórica e dos sentimentos de seus povoadores. Tais mapas proporcionam uma identidade cultural coletiva mediante a localização e o apego dos habitantes aos sítios naturais, históricos, sagrados e étnicos que consideram seus, e aos que, por sua vez, sentem pertencer, o que cria um sentimento da poesia das paisagens especiais ou “poéticas”, que, de fato, são étnicas e históricas. Os espaços poéticos, como o pampa, para os argentinos,

[...] contém fortes cargas de sentimento coletivo e de significado, procedentes da associação histórica e da familiaridade étnica. Cada um de seus membros pode, e o faz com frequência, identificar-se com estes sítios e espaços que, por sua vez, consciente e inconscientemente, dão forma a seu sentido de identificação com os espaços poéticos e panoramas étnicos onde se localizam. De modo que uma comunidade que obtém grande parte de seu caráter dos panoramas poéticos com que se identificam seus membros acredita estar situada em um terreno especial, e suas gerações sucessivas chegam a apegar-se a uma porção específica da terra, que identificam como “própria” para sempre, como lugar aonde seu destino único terá lugar¹⁹⁷.

É como um espaço poético que propomos que sejam lidas as imagens construídas por Sarmiento para falar do pampa. Certamente, em sua narrativa, ele ultrapassa a sua descrição física e o investe de significados e emoções que ajudam a construir um sentido de identidade nacional não só entre seus habitantes, os gaúchos, mas entre todos os membros dessa particular comunidade imaginada, que com ele também vão se identificar. É dessa paisagem poética e dos gaúchos que saem os caracteres argentinos descritos por Sarmiento no *Facundo*: o rastreador, o vaqueano, o gaúcho mau e o cantor. Esses seriam alguns “tipos originais”, que teriam, segundo ele, a

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 41.

¹⁹⁷ Anthony D. Smith. “Comemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales”, *op. cit.*, p. 66.

peculiaridade de revelar os costumes nacionais, “sin lo cual es imposible comprender nuestros personajes políticos, ni el carácter primordial y americano de la sangrienta lucha que despedaza a la República Argentina”¹⁹⁸.

Seria valioso observar ainda como Sarmiento usa o mesmo argumento da influência da paisagem física na configuração das ações humanas e no seu destino para falar sobre o personagem histórico central de sua obra, Facundo Quiroga:

Pero Facundo, en relación con la fisonomía de la naturaleza grandiosamente salvaje que prevalece en la inmensa extensión de la República Argentina; Facundo, expresión fiel de una manera de ser de un pueblo, de sus preocupaciones e instintos [...] Facundo, en fin, como el espejo en que se reflejan, en dimensiones colosales, las creencias, las necesidades, preocupaciones y hábitos de una nación en una época dada de su historia.¹⁹⁹

Este personagem, representando a barbárie, encarna uma determinada natureza e um povo:

La naturaleza campestre, colonial y bárbara, cambióse en esta metamorfosis en arte, en sistema y en política regular capaz de presentarse a la faz del mundo, como el modo de ser de un *pueblo encarnado en un hombre*, que ha aspirado a tomar los aires de un genio que domina los acontecimientos, los hombres y las cosas²⁰⁰.

Facundo é, portanto, o filho de um clima histórico e geográfico determinado, o pampa, largamente dominado pelos gaúchos, e a vida de Facundo Quiroga só interessa enquanto nela se revela a índole secreta da Argentina bárbara. Assim, para Sarmiento, no destino de um caudilho, em uma peripécia qualquer desse destino, está já presente, e inteiro, o ordenado mundo em que este destino ou estas peripécias se integram.

Passemos agora para a análise da relação entre elementos da natureza e construção da idéia de nação nos textos do Visconde do Uruguai. Ele também acreditava que a ênfase que a história natural conferia às singularidades da natureza oferecia as bases para a constituição de um ser americano distinto e autônomo. Em seu livro *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, Paulino chama a atenção para a importância das características naturais do território na organização e na divisão política, administrativa e judiciária de um país. Segundo ele, é o território que determina a concentração da população e a riqueza das diferentes regiões, constituindo-se, por

¹⁹⁸ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, op. cit., p. 50.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 16.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 9.

isso, em um elemento-chave nesta organização. Igualmente reconhece como marcas de nossa identidade a grandeza do território, a dispersão de seu povoamento, a existência de grandes espaços vazios, levando-o também ao tema do deserto: “A dispersão da população, dispersão cuja tendência é, na palavra de um escritor americano, barbarizadora, é um dos maiores obstáculos com que temos de lutar, na organização das nossas divisões políticas, administrativas e judiciárias”²⁰¹.

Ele observa que, nos tempos coloniais, a população, atraída pela mineração, dirigiu-se para o interior, mas que naquele momento ela tendia a refluir para o litoral para ficar mais próxima dos portos pelos quais eram exportadas as maiores riquezas do país. Isso explicaria, para ele, o atraso das províncias do interior, com suas populações “decadentes ou estacionárias”²⁰², que apresentavam dificuldades para se fixarem. Apontava ainda como causas para a dispersão da população o sistema de exploração agrícola que levava a um rápido esgotamento do solo; o incipiente sistema de estradas que dificultava a formação de núcleos e as comunicações; e o Ato Adicional que deu às Assembléias Provinciais a competência para legislar sobre as divisões civil, judiciária e eclesiástica das províncias, tornando-as, assim, vulneráveis aos interesses e influências locais. Para remediar tais problemas, critica as propostas que sugerem a criação de circunscrições territoriais inspiradas no modelo norte-americano. Sugere a necessidade de se fazer uma nova divisão territorial, reorganizando, em harmonia com ela, a atual organização administrativa do Império.

O Visconde do Uruguai se utilizará amplamente de representações espaciais – o sertão e o litoral – para construir seu projeto de nação, da mesma forma que Sarmiento utilizou as imagens do pampa e das cidades para a Argentina. Mas são as diferenças entre os usos que estes autores fizeram destas representações que devem ser aqui ressaltadas. Para Paulino, a parte civilizada dessa nova nação era o litoral, onde se localizavam suas cidades, com suas elites cultas e letradas, que cultivavam o ordem e a propriedade, enquanto aquela parte que geralmente marcava a sua especificidade e diferença em relação à Europa estava fortemente associada ao sertão, era atrasada, semi-selvagem, violenta, “incivilizada”, vazia de população, de ordem e de governo. Escreve ele: “No interior de muitas de nossas Províncias vivem os seus habitantes separados uns dos outros e das povoações por grandes distâncias, cobertas de matas e serras em um certo estado de independência, e fora do alcance da ação do governo, e das

²⁰¹ Visconde do Uruguai. *Ensaio sobre o Direito Administrativo, op. cit.*, p. 117.

²⁰² *Ibidem*, p. 118.

autoridades”²⁰³. Lembrando muito Sarmiento, Uruguai assinala aqui a forte associação entre a dispersão de uma população por áreas rurais, a inexistência de vínculos fundados no interesse comum e a carência de civilização, apontando para uma relação positiva entre povoamento e civilização. Mas, como vimos no primeiro capítulo, as suas distintas concepções de ordem política vão levar a diferentes entendimentos dessa questão. Para Uruguai, a dispersão da população, o vazio e suas conseqüências negativas devem estar inseridos na perspectiva da necessidade da centralização da administração que propiciaria um maior controle político. A civilização só adviria com a implantação de uma ordem centralizada que mantivesse a liberdade com autoridade. Civilizar significava, então, para ele, generalizar o princípio da ordem estendendo o raio de ação da autoridade, expandindo a capacidade regulatória do governo do Estado, por meio da criação de um aparato administrativo subordinado a um comando único.

Note-se que, no Brasil, a idéia de sertão ultrapassa sua dimensão espacial e aparece recorrentemente nos textos, desde os tempos coloniais, em oposição ao litoral, e associada a valores negativos como: deserto, lugar de barbárie, do inculto, da seca, da aridez, da fome, do vazio, da violência, entre outros. Basta percorrer a literatura ou a historiografia para constatar a relevância do sertão como tema. Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, para citar apenas os mais conhecidos, contribuíram para a construção de algumas dessas imagens do sertão tão vivas entre nós. É no recorrente uso destas representações espaciais que podemos encontrar também aqui o que Anthony Smith chama de “mapas cognoscitivos”, mediante os quais se conforma uma certa idéia de nação e se lhe outorga sentido. Lembremos que, segundo este autor, o meio mais eficaz de traçar mapas cognoscitivos da terra natal consiste em conferir um caráter étnico aos panoramas, quer dizer, dirigir às paisagens parte da comunidade, convertendo-as em expressões de um povo.

O sertão para Uruguai pode ser tomado como exemplo de apropriação étnica da paisagem e de construção e difusão de mapas cognoscitivos da terra natal de uma comunidade histórica, no caso, a nação conformada no seu projeto de Império do Brasil. Neste sentido, faz-se necessário recuperar as várias representações, significados e usos do sertão que aparecem nos textos de Paulino, para que possamos perceber as

²⁰³ Paulino José Soares de Souza. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça do anno de 1840 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na sessão ordinaria de 1841, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa, op. cit., p. 19.*

semelhanças e, principalmente, as diferenças na construção desses mapas cognoscitivos que conformam as distintas nações imaginadas por nossos autores. De início, podemos dizer que o sertão aparece nos discursos do Visconde do Uruguai não como um espaço poético, como o pampa para Sarmiento, mas apenas como um espaço de representações que propiciam o surgimento de imagens carregadas de significados e valores sempre negativos e relacionados ao vazio, à idéia de deserto, à falta de governo, de leis, de religião, de educação, de população, de luzes, enfim, de tudo que representasse a ordem e a civilização.

E é da constante associação do sertão com estas imagens negativas que ele deriva seus argumentos sobre a necessidade e utilidade da centralização como instrumento civilizador desses espaços e elemento principal da sua concepção de ordem política, como vimos anteriormente no primeiro capítulo. Olhando para os pontos do território mais distantes da Corte, ele afirmava, em defesa da centralização, que:

É certo que o poder central administra melhor as localidades quando estas são ignorantes e semibárbaras e aquele ilustrado; quando aquele é ativo e estas inertes; e quando as mesmas localidades se acham divididas por paixões e parcialidades odientas, que tornam impossível uma administração justa e regular. Então, a ação do poder central, que está mais alto e mais longe, que tem mais peso e é mais imparcial, oferece mais garantias²⁰⁴.

No caso do Brasil, é importante ressaltar o fato de a oposição espacial mais recorrentemente utilizada ser entre o sertão e o litoral. Isso não exclui a oposição com as cidades, apenas reforça o fato de nossas principais cidades, por terem entre suas funções principais serem cidades portuárias, estarem localizadas no litoral. O Relatório de Paulino José Soares de Sousa como ministro da Justiça, de 1841, confirma o uso desta oposição:

Essa população que não participa dos poucos benefícios da nossa nascente civilização, falta de qualquer instrução moral e religiosa, porque não há aí quem lhe subministre, imbuída de perigosas idéias de uma mal entendida liberdade, desconhece a força das leis, e zomba da fraqueza das autoridades, todas as vezes que vão de encontro aos seus caprichos. Constitui ela, assim, uma parte distinta da sociedade do nosso litoral e de muitas de nossas povoações e distritos, e principalmente por costumes bárbaros, por atos de ferocidade, e crimes horríveis se caracteriza²⁰⁵.

²⁰⁴ Visconde do Uruguai. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, op. cit., p. 437.

²⁰⁵ Paulino José Soares de Souza. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça do anno de 1840 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na sessão ordinaria de 1841, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa*, op. cit., p. 19.

Outra imagem interessante associada ao sertão como lugar da barbárie, é a de um espaço que não está submetido a uma atividade econômica regular e no qual seus habitantes não estão inseridos no mundo do trabalho, o que, conseqüentemente, torna-os mais vulneráveis à influência de ódios e paixões. Por isso, Paulino José Soares de Sousa, no seu Relatório como Ministro da Justiça, em 1841, propõe como uma das medidas para ajudar na repressão ao movimento que eclodiu na província do Grão-Pará a introdução, nessas regiões, “do hábito da subordinação, e do trabalho, perdido o da ociosidade, e feroz licença em que tem vivido”²⁰⁶. A idéia dele é a de que a disciplina conseguida pela sujeição ao trabalho iria atuar como um remédio contra esse ambiente do interior contaminado pela ausência de regras e ordem.

Deslocando os significados do sertão mais uma vez para o campo da política, o artigo de Ivo Coser²⁰⁷ ressalta a relação entre predomínio dos interesses pessoais e particulares e estes espaços do interior, chamados algumas vezes, por Paulino José, de “pequenas localidades”. Nos seus Relatórios, tanto de Presidente da Província quanto de Ministro da Justiça, Paulino José alertava para o fato de que, nas pequenas localidades, os partidos que competiam pelos cargos não eram políticos, mas de famílias e influências locais, constituindo-se, por isso, muito mais como facções políticas.

Nas pequenas povoações divididas por intrigas de família e outras causas puramente locais, quase sempre a autoridade que não está por um lado, está d’outro. A arma da responsabilidade, e da suspensão com que a lei armou o governo, para manter a ordem, e chamar ao dever as autoridades subalternas, e em muitos casos inútil inteiramente, porque tem ele de confiar o seu uso, para conter os excessos, a aqueles mesmos que os cometerão ou ajudaram a cometer. [...] Assim o governo que se serve de semelhante arma no meio das facções, qualquer que seja a sua importância, é freqüentemente delas escarnecido²⁰⁸.

No *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, de 1860, ele retoma esta idéia ao escrever que a luta política nas localidades não se dava em torno de princípios, mas apenas com o intuito de ocupar os cargos públicos para perseguir os adversários. Desta forma, Paulino mobilizava uma distinção entre partido e facção, existente no debate político brasileiro desde o final do Primeiro Reinado. Os partidos organizados em torno

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 7.

²⁰⁷ Ivo Coser. “Civilização e Sertão no pensamento social do século XIX”. *Caderno CRH*. Salvador, vol. 18, nº 44, 2005, p. 241.

²⁰⁸ Paulino José Soares de Souza. *Relatorio do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª Legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1839 a 1840*. 2ª ed. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1851, p. 2.

de princípios e vigiados por uma opinião pública constituíam um fato que ocorria apenas nas regiões civilizadas, ou seja, nos maiores centros urbanos do Império, especialmente na Corte. Nas regiões marcadas pela barbárie, no sertão, os grupos políticos constituíam-se em facções, que se organizavam longe dos olhos da sociedade, em busca do controle dos cargos públicos, com o único objetivo de perseguir o grupo rival.

Decorre daí a idéia do sertão como o lugar da impunidade, da ausência de leis. Ao referir-se à violência que imperava no interior das províncias do Império, em seu relatório de 1841, Paulino queixa-se da falta de segurança, da fraqueza da Guarda Nacional e do deplorável estado em que se acha a administração da Justiça, para afirmar: “E infelizmente uma quase constante impunidade em muitos lugares do Império, vai apagando no espírito da população a diferença, que a Moral, a Religião, e as Leis, tem estabelecido entre os crimes e as ações ordinárias”²⁰⁹. Ele chega a enumerar as causas disso: a fraca organização da polícia; a inaptidão, a negligência, a sobrecarga e a curta duração das funções dos Juízes de Paz; a falta de meios e a dificuldade para a execução das diligências da Justiça; o estado deplorável em que se encontra a Guarda Nacional nas províncias; a falta de qualificação e a conseqüente incapacidade dos Oficiais de Justiça; a falta de prisões e a sua pouca segurança; a incerteza da imposição das penas e a falta ou ineficácia da proteção das leis, estas últimas relacionadas a críticas contundentes ao Código do Processo Criminal.

Trata-se, assim, de espaços onde imperam homens prepotentes que, fortalecidos pelas suas relações familiares, somente reconhecem como lei a sua vontade e que, para se tornarem temidos, lançam mão do uso da violência. O diagnóstico do ministro da Justiça é bastante grave: “A audácia das facções, e a impunidade que nos contamina são cancos que já começam a minar os órgãos vitais da nossa Sociedade, e ai dela, se o mal não for a tempo e com vigor atalhado!”²¹⁰. E o remédio proposto é um governo centralizado e forte, que seja capaz de impor a lei, a ordem, garanta a segurança e a propriedade dos cidadãos do Império e que chegue até os recônditos mais distantes deste tão vasto país.

Assim como Sarmiento pensa em trazer para o campo da política os procedimentos da ciência moderna ou o comportamento dos viajantes e naturalistas da

²⁰⁹ *Idem. Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça do anno de 1840 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na sessão ordinária de 1841, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa, op. cit., p. 15.*

²¹⁰ *Ibidem, p. 18.*

era moderna, para ajudar a destrinchar o enigma da vida política argentina, Paulino também parece acreditar nisso para resolver alguns dos males que imperam nos sertões do Império. Leiamos com atenção esta sua observação:

Ponto é pois averiguado por homens de abalizado merecimento que muito convém introduzir quanto possível, na Ciência da Legislação, o método severo e exato porque procedem as naturais e físicas; chamar a atenção sobre os fatos, colhê-los, coordená-los, e derramar o seu conhecimento, até mesmo para combater a declamação, o vago, e falto de positivo, com que nos vastos domínios de imaginações, otimistas tanto a Ciência Social tem sido desvairada com grave prejuízo da humanidade²¹¹.

Ambos parecem crer que os instrumentos utilizados pelas ciências naturais para descrever e decifrar a natureza – sejam os conhecimentos das teorias sociais, os barômetros, octantes e bússolas, como diz Sarmiento, ou os trabalhos de coletas de dados para Paulino – podem ser entendidos como equivalentes a um método para explicar a sociedade.

Mais do que isso, para o futuro Visconde do Uruguai, um defensor da centralização política e administrativa como o principal caminho para a manutenção da ordem e do bom governo, o conhecimento e a posse de dados precisos eram fundamentais. Ele mesmo se pergunta: “Se nos negócios os mais simples da vida é indispensável ordem, método, e sistema, quanto não deve ser necessário nos da administração pública necessariamente complicada?”²¹² E responde que só a posse de dados precisos e sua posterior classificação, análise e comparação, permitirá formar juízos corretos e seguros, base para a adoção de medidas que poderão ser adotadas sobre toda a nação. Ilmar Mattos²¹³ lembra que a Paulino coube, por exemplo, determinar a realização do primeiro recenseamento da província do Rio de Janeiro, em 1840. Nele, procurou-se, por meio do recurso às informações estatísticas, conhecer a população para que, tendo como referência o estabelecimento de uma relação entre extensão do território/população reduzida, por uma parte, e ausência de civilização/desordem, por outra, fosse possível mapear os indivíduos promotores da desordem, assim como os meios para melhor controlá-los e circunscrevê-los.

²¹¹ *Ibidem*, p. 25. Este mesmo parágrafo aparece no seu *Relatorio do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª Legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1839 a 1840, op. cit.*, p. 2.

²¹² *Relatorio do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª Legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1839 a 1840, op. cit.*, p. 10.

²¹³ Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema, op. cit.*, p. 268.

Ao tratar da população que vive no sertão, Paulino José diz que esta não poderia ser chamada de uma população de homens livres ou de cidadãos de um Império constitucional. Vivendo em um mundo sem leis, sem governo, sem ordem, no qual imperavam os interesses particulares, as facções e a violência, esta população deveria ser comparada a “um complexo de pequenos feudos, onde há Senhores e Vassalos, e onde as Autoridades Policiais e Criminais são em tudo deles dependentes”. O mais grave para Paulino José é que estes homens viviam à margem da ação do Estado. Atenemos para a oposição que intencionalmente Uruguai estabelece entre as idéias de vassalo e cidadão. O vassalo é aquele que estabelece um vínculo com o Senhor, recebendo dele honra e benefícios em troca da prestação de serviços e da obediência. A relação aqui é de dependência pessoal e de subordinação à vontade do Senhor, o que caracterizaria uma relação antagônica à do cidadão para com o Estado que o protege por meio da aplicação de um conjunto de leis iguais para todos e assegurada pela Constituição, típica de governos civilizados²¹⁴.

Ele acreditava que o fato da população do sertão, do interior, distinguir-se pela barbárie, e a do litoral, pela civilização, devia-se em grande parte às facilidades de contatos desta última com as nações civilizadas da Europa, propiciadas pela sua maior proximidade geográfica com as mesmas. Se o contato entre o litoral e as cidades americanas com a Europa era facilitado, o mesmo não acontecia no contato entre o sertão e o litoral, pois se levava muito mais tempo para ir do Rio de Janeiro ao interior do Mato Grosso, do que para ir do Rio de Janeiro à outra capital provincial litorânea ou para a Europa. Com certeza, foi o conhecimento de uma longa tradição e a leitura dos iluministas europeus que permitiu ao Visconde do Uruguai, assim como a Sarmiento, como já vimos, estabelecer esta associação entre civilização e espaço urbano.

Um outro elemento que deve ainda ser destacado em uma perspectiva comparada é o da afirmação da preponderância do Rio de Janeiro como centro de civilização no Império brasileiro, assim como o demonstramos para Buenos Aires em relação à República argentina idealizada por Sarmiento. Para o Visconde do Uruguai, o Rio de Janeiro era o centro irradiador da civilização e, como tal, deveria ter seus interesses reconhecidos como os interesses de todo o Império. Sua localização geográfica contribuía para tal. Possuía duas “portas”, uma para o sertão, isto é, para o interior, e outra para o mundo exterior, principalmente para a Europa, constituindo-se na

²¹⁴ Esta idéia está desenvolvida também no artigo de Ivo Coser. “Civilização e Sertão no pensamento social do século XIX”, *op. cit.*

“ponte” entre esses dois mundos. A capital do Império e principal porto do país era o centro administrativo, mercantil, financeiro, político e cultural. Nela, cultivava-se o café, produto mais importante da nossa agricultura de exportação e fonte de civilização. No Relatório de Presidente da Província, de 1838, Paulino afirma ter o café se tornado, naquela época, o principal produto de exportação da província, sendo este cultivo responsável pela transformação dos “sertões outrora incultos, ermos e cobertos de matas virgens” em áreas povoadas e cobertas de estabelecimentos rurais e, portanto, civilizadas.

O fato de o café ter se tornado na década de 1830 o maior produto de exportação, e ser o Rio de Janeiro seu maior produtor, favoreceu grandemente a opção centralizadora adotada pela elite imperial²¹⁵. A centralização política na cidade do Rio de Janeiro teria coincidido, assim, com uma grande concentração da riqueza nessa província, e não impressiona que os principais defensores do centralismo estivessem na burocracia central e entre os grandes cafeicultores e comerciantes do Rio de Janeiro, apoiados pelos setores vinculados ao comércio externo nas outras províncias.

Ao Rio de Janeiro cabia, segundo Paulino, a imposição da ordem política imperial centralizada que afastaria a anarquia e a desordem. Não nos esqueçamos que Paulino José Soares de Sousa foi presidente dessa província de 1836 a 1840, testando medidas e avaliando ações que buscou mais tarde estender à administração geral, sempre com a finalidade última de consolidar a ordem e estender a civilização ao Império. No capítulo sobre a centralização de seu livro *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, ele demonstra a sua crença de que uma capital pode ser o mais poderoso instrumento de centralização, mas reconhece que nossas províncias nem sempre seguiam o Rio de Janeiro e que havia “em algumas uma tendência para olhá-lo com desconfiança e ciúme”²¹⁶.

Tornava-se fundamental, por isso, na concepção de Paulino, manter a segurança e a tranqüilidade pública naquela província para que ela servisse de exemplo para todas as outras províncias do Império:

²¹⁵ José Murilo de Carvalho. “Federalismo e Centralização no Império Brasileiro: história e argumento”. In: Marcello Carmagnani (coord.). *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica; El Colégio de México, 1993.

²¹⁶ Visconde do Uruguai. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, op. cit., p. 447.

Pode assegurar-se que toda a província tem gozado a mais profunda tranqüilidade. Nem por sombras se pode reçar que nela se reproduzam os deploráveis e melancólicos acontecimentos que têm cortado em flor a esperançosa prosperidade de algumas outras províncias do Império²¹⁷.

Ou ainda reafirmando a importância desse exemplo quando da eclosão das revoltas nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, em 1842, diz Paulino: “A experiência tem mostrado que os movimentos das capitais nas comoções políticas exercem uma influência extraordinária sobre o resto do país”²¹⁸.

Pode-se perceber aí uma forte herança que permaneceu nesta nova ordem política imperial, na medida em que o Rio de Janeiro, tendo sido sede do governo colonial desde o século XVIII e, portanto, o seu mais importante centro de poder político e administrativo, tornou-se capital do Império luso-brasileiro com a vinda da família real e, depois com a independência, virou a capital do novo Estado nacional. Desde os tempos coloniais, o Rio oferecia condições para o exercício de toda uma vasta política de soberania que precisava, sob o ponto de vista do projeto de nação dos Saquaremas, ser executada com rapidez e eficiência. Isso sugere que a cidade do Rio de Janeiro efetivamente adquiriu uma significativa preponderância ao longo dos séculos XVIII e XIX, atuando como aglutinadora de interesses, que por sua vez puderam emergir como uma suposta herança reivindicada por determinados projetos políticos de construção de uma nova ordem para os quais a recorrência a uma tradição poderia contribuir para o seu sucesso. Caso do projeto de nação imaginado pelo Visconde do Uruguai ao longo do chamado “Tempo Saquarema”, aqui delimitado. Podemos dizer, então, que a oposição sertão/litoral pôde assumir, em alguns momentos e para atingir determinados propósitos, outras formas e significados, como por exemplo: Corte/sertão.

Interessante pensar nas transformações ocorridas no *status* político-administrativo do Rio de Janeiro como capital do Império do Brasil para podermos estabelecer algum tipo de comparação com as difíceis relações de Buenos Aires com as outras províncias da República argentina, ao longo do processo de formação daquele Estado nacional. O Ato Adicional de 1834, ao dar à província do Rio de Janeiro o *status* de província pelo fato desta passar a ter uma Assembléia Legislativa e um presidente, criou o Município Neutro da Corte. O Rio de Janeiro, onde estava sediada a Corte,

²¹⁷ Paulino José Soares de Souza. *Relatorio do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª Legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1839 a 1840, op. cit., p. 1.*

²¹⁸ *Idem. Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça do anno de 1842 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na 1ª sessão da 5ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa, op. cit., p. 11.*

passava assim a compor uma unidade *sui generes*, um município, com o seu governo de vereadores e sob a direção do Ministério do Império. Segundo os defensores desta medida, a Corte precisava funcionar em um centro urbano onde não interferissem os elementos regionais, liberta, portanto, “de todas aquelas forças que perturbassem a ação do poder central, desviando-o para as competições e paixões puramente locais”²¹⁹. Só assim, diziam eles, o Rio poderia exercer, com mais vigor e liberdade, o seu papel de capital do Império, “centro aglutinador das vontades nacionais, ponto de encontro de todos os anseios que movimentavam as áreas regionais, tirando-lhes os aspectos rudes, aplainando-lhes e disciplinando-lhes os entusiasmos que pudessem prejudicar a unidade nacional”²²⁰. Evidentemente, a criação do Município Neutro só parecia assegurar boas relações entre a Corte e as províncias em um nível formal, pois sabemos que isto não impediu a existência de tensas relações entre elas ao longo de todo o processo de consolidação política do projeto centralizador de Império levado adiante pela Corte.

Coube a Joaquim José Rodrigues Torres, integrante da “trindade Saquarema”, inaugurar a 20 de agosto de 1834, o governo da província na sua condição nova, isto é, no gozo da autonomia de que desfrutavam as outras que compunham o quadro político do Império. Paulino José Soares de Sousa fez parte nesta época da primeira Assembléia Provincial eleita em fevereiro de 1835, tendo sido depois, como sabemos, presidente da província, de 1836 a 1840.

Paulino José Soares de Sousa, como Sarmiento, também vê outros elementos da natureza, como as lagoas, rios e córregos, como possíveis condutores da civilização. Estes se constituíam muitas vezes em importantes elementos de ligação entre o sertão e o litoral, daí ser necessário empreender esforços no sentido de torná-los navegáveis e, portanto, aproveitáveis como meios de transporte de homens, bens e mercadorias²²¹. Muitos foram os projetos para conhecer esses espaços, ocupá-los e preenchê-los com o intuito de transformá-los em espaços de civilização. A escassa representação geográfica dessas áreas reforçava o desafio da conquista e sua ocupação, pois os mapeamentos cartográficos de vastas regiões permaneciam inexistentes ou inexatos. Especialmente em seus Relatórios de Presidente da Província do Rio de Janeiro, Paulino costumava

²¹⁹ Arthur Cezar Ferreira Reis. “A Província do Rio de Janeiro e o Município Neutro”. In: Sérgio Buarque de Holanda. *Dispersão e Unidade*. 2º volume, Tomo II: O Brasil Monárquico. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1978, p. 334.

²²⁰ *Ibidem*, p. 334.

²²¹ Ver, como exemplo, o interessante estudo sobre a experiência de colonização do Vale do Rio Mucuri, área do nordeste de Minas Gerais habitada pelos índios botocudos, empreendida por Teófilo Otoni, entre 1847 e 1861, e relatada em Teófilo Otoni. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Organização de Regina Horta Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ressaltar, quando descrevia as condições das diversas Seções da província, a concentração desses elementos da natureza no litoral e a necessidade do aproveitamento desses recursos naturais pelo homem. Um exemplo disso está em seu Relatório de 1839:

As muitas lagoas, rios, córregos e brejos, que, principalmente no seu litoral, tem esta seção, e que, para o futuro bem dirigidos e aproveitados pela mão do homem, hão de ser uma inexaurível fonte de prosperidade, são hoje todavia, no estado da natureza, um poderoso obstáculo à existência de bons caminhos, que somente pode ser vencido à custa de muito trabalho e despesa, que ainda não se acha em proporção com a nossa população e recursos²²².

Mais uma vez, Paulino expressa aqui sua crença na necessidade da ação humana sobre a natureza, para transformá-la em fonte de progresso e civilização.

Podemos concluir então que, sejam o pampa ou o sertão, estas paisagens, ou melhor, estes espaços naturais assumiram em várias ocasiões e tempos diversos significados simbólicos altamente mobilizadores das atitudes dos homens que viveram aquela experiência de construção de Estados nacionais americanos. Estes se constituíram muitas vezes em fundamentos daquelas identidades nacionais, em explicações para especificidades culturais, em elementos de formulação de utopias nacionais e de legitimação para ações políticas, verdadeiros “mapas cognoscitivos” da terra natal. No nosso caso, por exemplo, vimos que aquelas paisagens estavam identificadas à barbárie, ao vazio, à selvageria, justificando a elaboração de projetos e a concretização de uma série de ações políticas “civilizatórias”, que justificavam o papel que aquela elite letrada reservava para si mesma naquele contexto.

Cabe ressaltar ainda que, se as representações da nação elaboradas nos textos de Sarmiento e Uruguai ao longo de sua vida pública foram construídas tendo como eixo central o par dicotômico civilização/barbárie e seu desdobramento em representações espaciais como sertão/litoral, pampa/cidades, isso não significa que para eles esses elementos fossem, na realidade, necessariamente excludentes, um só podendo existir sem o outro. Na verdade, o que deve ser destacado nessas elaborações é o fato de elas serem constituídas por elementos cambiantes – a barbárie pode transformar-se em civilização, o deserto, representando o vazio, a desordem e a selvageria, pode tornar-se “cheio” – de ordem, de população, de civilização. É a possibilidade da transformação de um em outro que dá sentido aos projetos “civilizatórios” de nação dos autores

²²² Paulino José Soares de Souza. *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª Legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1839 a 1840, op. cit., p. 67.*

estudados. Para reforçar esse argumento, tome-se o próprio subtítulo dado por Sarmiento ao seu livro *Facundo*: ele propõe e escreve, *Civilização “e” Barbárie*, apesar de toda sua argumentação habilmente levar a pensar em uma oposição – *Civilização “ou” Barbárie*. Ele estabelece assim uma imaginária relação entre dois mundos antagônicos e justapostos, estabelecendo por intermédio da ficção esta conjunção, escrevendo o livro na fronteira entre esses dois mundos²²³. Em Paulino José Soares de Sousa, não encontramos esta oposição formulada de maneira tão requintada, mas a encontramos recorrentemente como estratégia política que dá legitimidade à sua interpretação daquela realidade, aos seus discursos e intervenções políticas. Trata-se de uma visão dicotômica que procurava dar uma unidade de sentido mais vasta àquelas experiências históricas, como se eles vivessem realmente, naquele momento da constituição dos seus respectivos Estados nacionais, uma “luta obstinada” entre a civilização e a barbárie, mas na verdade constituíam discursos que deixavam entrever, como já dito, que algo de único e novo estava se constituindo nas Américas.

²²³ Alguns autores apresentam em seus trabalhos sobre o *Facundo* uma análise mais complexa do argumento sarmentino. Tulio Halperín Donghi, por exemplo, diz que não há tão somente repulsa na atitude de Sarmiento diante da barbárie. Se ele evoca a vida de Facundo como exemplo de barbárie, não é só para injuriar o inimigo morto, mas precisamente para entendê-lo, para conhecer as secretas leis que com ele triunfam. O outro não é só um objeto ou um sujeito, mas sim a expressão de um mundo alternativo. Sem dúvida, para ele, esse mundo da barbárie seguirá sendo seu inimigo, pois para Sarmiento, a compreensão diante dele não excluía a lealdade mais apaixonada por seu próprio mundo, a lealdade que sempre manterá pela causa da civilização. Tulio Halperín Donghi. “Facundo y el Historicismo Romántico”. In: *Ensayos de Historiografía*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1996, p. 23-26. Também na análise de Ricardo Piglia, a literatura não exclui a barbárie, ela a torna ficcional, pois o inimigo é um objeto que tem o privilégio de ser representado e esta é uma estratégia e uma habilidade da ficção. Precisa-se entrar no seu mundo, imaginar suas dimensões interiores, seus verdadeiros segredos, suas maneiras de ser, em suma, o outro precisa se fazer conhecido de modo a tornar-se civilizado. O bárbaro é sinédoque do que é real: em seus traços físicos se pode ler como em um mapa, as dimensões e as características da realidade que o determina. O outro não é só um objeto ou um sujeito, mas sim a expressão de um mundo alternativo, ele está do outro lado da fronteira, para conhecê-lo é necessário entrar no seu mundo, mover-se dentro de sua mente, neste enigmático território que começa entre os limites da civilização. Ricardo Piglia. “Sarmiento the Writer”. In: Tulio Halperín Donghi (org.). *Sarmiento. Author of a Nation*, op. cit., p. 133-134. E ainda os trabalhos de Noé Jitrik. *Muerte y resurrección de Facundo*. Buenos Aires: CEAL, 1868 e “Facundo: the riches of poverty”. In: Tulio Halperín Donghi (org.). *Sarmiento. Author of a Nation*, op. cit.

CAPÍTULO III

VENCENDO A BARBÁRIE: INSTRUIR, POVOAR, CIVILIZAR

“Nuestros padres nos han dejado una inmensa herencia desierta, y una inmensa tarea que llenar, para desempeñar nuestro papel de Nación y de parte constituyente del mundo”

(Domingo Faustino Sarmiento²²⁴)

Sarmiento e Uruguai pensaram a educação, a instrução pública, a imigração e a colonização como elementos centrais nos seus projetos civilizatórios de nação, apresentando-os como caminhos para a eliminação e/ou transformação da barbárie em civilização, progresso e ordem. Fazendo uso da comparação, estabelecendo semelhanças e, principalmente, diferenças entre seus projetos de nação, suas experiências e ações políticas nestes campos, tentaremos mostrar como ambos partiam da crença de que a civilização e o progresso não eram apenas resultados de um movimento histórico irresistível, mas também de uma ação humana consciente, eficaz e constante contra as “forças do atraso, da superstição”, dos modelos culturais herdados das metrópoles, da raça, dos costumes e do meio natural. Será na análise das suas diversas propostas e ações que encontraremos as respostas para os desafios que se impuseram como construtores de suas respectivas nações.

Instruir, educar e civilizar

No caso do Império do Brasil, o que poderíamos chamar de uma “construção cultural” da nação, mais próxima de um conceito étnico de nação, deu-se mais fortemente a partir da abdicação de D. Pedro I, em 1831, quando se solidificou a associação entre Império do Brasil e nação brasileira, propiciada pela construção do Estado imperial. Como afirma Ilmar Mattos, esta última implicou a própria constituição da nação, enquanto fruto do exercício de uma direção intelectual e moral dos seus dirigentes, que levou à eliminação das identidades coloniais herdadas. Para isso, foram

²²⁴ Domingo Faustino Sarmiento. “Sueños de 1850”. *El Nacional*, julho de 1878. In: *Obras Completas*. Tomo XXIII. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, 1899, p. 394.

fundamentais, a difusão de valores, signos e símbolos imperiais, a elaboração de uma língua, de uma literatura e de uma história nacionais, e o uso de instrumentos diversos como a instrução pública, a imprensa, uma política médica e as linhas de navegação a vapor que uniam as províncias à Corte²²⁵.

Esse processo de “expansão para dentro” somente se completaria em meados do século, sob a direção Saquarema, quando poderia, então, o Império do Brasil passar a reivindicar um lugar entre as “nações civilizadas”. Cabe recuperar aqui o nosso argumento inicial de que, neste momento, os Saquaremas, tendo consolidado sua posição no interior do mundo do governo e na organização do Estado, diminuiriam a ênfase no tema da ordem ou, pelo menos, passariam a associá-lo à necessidade, também, da difusão de uma civilização.

A estreita relação entre a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial, transformada em Povo, impunha, como já foi dito, uma dupla tarefa a esses dirigentes imperiais: a manutenção da ordem e a difusão da civilização – uma entendida como condição para a ocorrência da outra. Manter a ordem significava criar um conjunto de leis, de instituições políticas, administrativas, judiciárias e culturais que permitissem preservar a unidade territorial, a continuidade do trabalho escravo, o monopólio da terra e da violência e o fim das lutas que dilaceravam a sociedade imperial. Só assim seria possível, de fato, difundir a civilização, colocando todos os membros da boa sociedade em contato estreito com as idéias, valores e costumes que caracterizavam as outras “nações civilizadas”. É aí que a educação e a instrução públicas ganham destaque, junto com a imigração, a criação de escolas, a publicação de livros, jornais e pasquins, a criação de uma história e uma língua nacionais. Estas foram as tarefas que se impuseram os dirigentes imperiais, concretizadas nas ações que garantiram a difusão da ordem e da civilização.

Olhemos então de perto como, à maneira das “nações civilizadas”, os dirigentes imperiais, especialmente Paulino José Soares de Sousa, deram particular importância à organização da instrução pública, por meio da criação de um corpo de leis, decretos, provisões e outras medidas legais que conformavam a construção de uma ordem educacional. Percorrer o corpo legal referente à organização da instrução no Império no período aqui delimitado possibilitará não só recuperar grande parte dos objetivos, ideais e intenções dos dirigentes Saquaremas neste campo, como também perceber o tipo de

²²⁵ Ilmar Rohloff de Mattos. “Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”, *op. cit.*, p. 23.

Estado e de nação que pretendiam construir, e, principalmente, compreender o tipo de povo que se pretendia formar²²⁶.

De início, devemos apontar como foi importante o exemplo europeu para a formulação de uma política de instrução pública no Império do Brasil. Isto fica evidente não só na constante referência a textos legais franceses, como também em toda a conceituação e no entendimento filosófico da questão. No que diz respeito ao modelo francês, a maior influência vinha da reforma educacional empreendida por Guizot, em 1833, inspirada e em parte realizada pelo filósofo Victor Cousin²²⁷. A influência francesa determinou, entre outras coisas, a adoção do termo primário para designar um grau do processo educativo, assim como a palavra liceu para nomear instituições escolares. E ainda a utilização dos termos instrução e educação estava baseada na distinção estabelecida por Condorcet, para quem

[...] instrução eram os conhecimentos positivos e certos dos quais o Estado era o despenseiro natural, enquanto que educação eram os sentimentos em assunto religioso e político, domínio reservado onde o Estado devia abster-se de ingressar, declarando-se independente²²⁸.

Mas isso não significa que aqui simplesmente se copiasse e transplantasse aquele modelo. Havia uma clara percepção de que era necessário adaptá-lo às realidades locais, como demonstra a seguinte passagem de Paulino José, no seu Relatório como Presidente da Província do Rio de Janeiro, de 1838:

Algumas nações mais antigas que a nossa, que a ela se avantajam na carreira da civilização, e onde os diversos graus de instrução têm, principalmente nestes últimos tempos, recebido um desenvolvimento e perfeição em verdade admiráveis, nos oferecem como modelos, regulamentos a que presidem a mais profunda sabedoria e consumada experiência. Convirá porém adotá-los

²²⁶ Para conhecer o corpo de leis, decretos, provisões e medidas legais, referentes à organização da Instrução Pública no Império do Brasil, ver: Primitivo Moacyr. *A Instrução e as Províncias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939/4; Lorenzo Luzuriaga. *História da Educação Pública*. São Paulo, 1959; Adriano Campanhole e Hilton Lobo. *Todas as Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 1978; José Ricardo Pires de Almeida. *História da Instrução Pública no Brasil. (1500 – 1889). História e legislação*. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2000; Maria de Lourdes M. Haidar. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: EdUSP, 1972; Selma Rinaldi de Mattos. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

²²⁷ Para mais detalhes sobre essa lei, ver Lorenzo Luzuriaga. *História da Educação Pública*, *op. cit.*, e os anexos de Primitivo Moacyr. *A Instrução e as Províncias*, *op. cit.*

²²⁸ *Apud* Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*, *op. cit.*, p. 252.

sem modificações? Certamente que não, ao menos pelo que respeita a instrução elementar e essas modificações somente as pode apontar a experiência própria das nossas coisas e do País²²⁹.

São nos Relatórios como Presidente da Província do Rio de Janeiro, cargo que exerceu de março de 1836 a agosto de 1840, que encontramos as maiores e mais diretas referências de Paulino à questão da instrução pública. Ao proceder nestes relatórios a uma avaliação sistemática e profunda da instrução pública na província, fazia não só um balanço das condições locais em que esta se encontrava, como nos permitia perceber o papel por ela desempenhado na construção de um Estado centralizado, na constituição de uma determinada concepção de nação e de seus cidadãos.

Paulino José acreditava, como afirma em seus relatórios, que, do atraso em que ainda se encontrava a instrução primária àquela época, resultava, em grande parte, a barbárie em que a maioria da população vivia, a frequência de crimes, os focos de desordem e a ausência de tranqüilidade pública. Da mesma forma, apontava a disseminação da nossa população por um território tão extenso como um dos principais obstáculos para a difusão da instrução pública. Esta preocupação já estava presente na primeira Lei de Instrução Pública aprovada pelos dirigentes imperiais em 15 de outubro de 1827, que ordenava a criação de “escolas de Primeiras Letras” em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, e também a criação de “escolas de meninas” nas cidades e vilas com estas mesmas condições.

Como membro da direção conservadora que se impôs, Paulino não deixava de reafirmar no campo da instrução pública, como dissemos, a sua concepção de povo, nação e a maneira hierarquizada como concebia a sociedade imperial. Estas concepções estavam expressas no conjunto das mais importantes leis sobre instrução pública aprovadas neste período. A Constituição outorgada em 1824, por exemplo, assegurava no item XXXII do artigo 179, que se referia aos Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que “a Instrução Pública é gratuita a todos os Cidadãos”. Mas devemos lembrar que somente eram considerados cidadãos os nascidos no território do Brasil, ou os que eram portugueses, mas residiam no Brasil na época da independência, excluídos evidentemente desta noção os escravos negros²³⁰, o que tornava bastante restrita esta obrigação. Uma outra importante lei provincial de 21 de janeiro de 1837, que regulava

²²⁹ Paulino José Soares de Sousa. *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 3 de março de 1838*, p. 4.

²³⁰ *Constituição Política do Império do Brasil*. In: Adriano Campanhole e Hilton Lobo. *Todas as Constituições do Brasil, op. cit.*

toda a instrução pública primária da província do Rio de Janeiro, explicitava o público alvo das políticas educacionais, ao declarar que aos escravos e aos “pretos africanos, ainda que livres e libertos”, estava interditado o ingresso nas escolas públicas de instrução primária.

Assim, é importante destacar que, no caso de Paulino José, seus projetos acerca da instrução pública foram claramente dirigidos à chamada boa sociedade, constituída por aqueles que eram brancos, livres e proprietários de escravos e terras, atributos que a diferenciavam do restante da sociedade colonial, principalmente da massa de escravos e da plebe. A esses atributos se somavam ainda neste grupo um certo “sentimento aristocrático” e a pretensão de serem os possuidores da competência para governar não só a Casa – isto é, administrar a propriedade das pessoas e coisas –, como também o Estado, elaborando leis e fazendo com que fossem executadas, de modo a preservar tanto os monopólios que exerciam sobre suas propriedades quanto as diferenças e a hierarquização existentes naquela sociedade.

Neste sentido, para Paulino José, difundir as Luzes, instruir os cidadãos, impor uma disciplina, velar pelos preceitos morais e fortalecer o sentimento de identidade nacional e de pertencimento à nação eram tarefas que punham em destaque o papel dos professores, a fiscalização, a construção e a aplicação de um conjunto de leis e regulamentos referentes a essas questões. Não bastava só instruir, era necessário também educar: “É preciso, portanto juntar à instrução primária a educação, e educar o povo, inspirar-lhe sentimentos de religião e moral, melhorando-lhe assim pouco a pouco os costumes”²³¹. Educar como complemento do ato de instruir, que permitia a cada indivíduo adquirir as virtudes e a idéia de seus deveres como cidadãos, permitindo-os se reconhecerem como membros que compunham a sociedade civil²³².

Além disso, sendo um dos mais significativos membros da elite dirigente Saquarema, Paulino José acreditava que a constituição e a afirmação do Estado imperial tinha que priorizar a centralização das decisões e ações, entre elas as relativas à educação e instrução pública. É conhecida a passagem do *Ensaio sobre o Direito Administrativo* em que Paulino diz que as causas e agentes da centralização “são intelectuais e morais, religiosos, governamentais, administrativos, físicos e materiais” e

²³¹ Paulino José Soares de Sousa. *Relatorio do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª Legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1839 a 1840, op. cit., p. 5.*

²³² Sobre a diferenciação existente no século XIX entre o conceito de instrução e educação, ver Maria Celi Chaves Vasconcelos. *A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005, p. 203-224.

aponta quais seriam estes agentes nas sociedades modernas – a imprensa, o culto, as estradas, a navegação a vapor, os caminhos de ferro e a instrução pública²³³.

A partir da concepção de que cabia ao Estado tomar as rédeas e interferir nas práticas educacionais existentes como uma estratégia do projeto centralizador, Paulino vai defender e implementar, quando seu espaço de atuação política mais direta assim o permitia, uma série de medidas neste sentido. A educação havia estado até aquele momento constantemente submetida ao poder privado, da Casa, e romper com essas relações implicava estabelecer outras que muitas vezes encontravam forte resistência e provocavam acaloradas discussões. Era preciso delimitar a fronteira entre o campo do privado e o da autoridade pública, inaugurar novas relações, especialmente na área da educação, nas quais se definissem até onde a Casa permaneceria soberana e até onde dividiria seu domínio e se subordinaria ao Estado²³⁴.

No Relatório de 1836, ele fala da importância e do papel dos professores:

A necessidade de medidas que tirem a instrução elementar do estado deplorável a que tem chegado há sido por vós palpada e reconhecida. Somente providências mui valentes e heróicas poderão fazer nascer e medrar entre nós a carreira do magistério, que apesar de tão difícil e nobre, tem estado entregue até agora à indiferença e talvez ao desprezo. Uma lei que criasse essa profissão, que a revestisse da consideração e importância que lhe é devida, que desse uniformidade à instrução elementar na província, que sujeitasse os professores a uma fiscalização escrupulosa e ativa, que fixasse as regras de jubilação decorridos certos anos de serviço, e que adotando a vitaliciedade dos provimentos, marcasse todavia com clareza os casos em que os professores poderiam ser admitidos, não seria por certo o menor dos benefícios que a vossa solicitude tem de derramar ainda sobre esta província. Tudo está por fazer neste ramo²³⁵.

Este é um exemplo da sua visão dos professores como poderosos agentes que intermediavam as relações entre o governo do Estado e o governo da Casa na tarefa de manutenção de seus monopólios e da hierarquia daquela sociedade. A difusão tanto dos valores de ordem, de adesão ao Império e ao Imperador, de respeito à Constituição e aos poderes políticos, quanto da moral e dos bons costumes era, para Paulino, tarefa perfeitamente adequada ao espaço de atuação dos professores públicos. Como agentes do Estado, eles deveriam diferenciar-se daqueles que se ocupavam da educação doméstica e constituírem-se em um quadro especializado e distinto: “O emprego de Professor, quer vitalício, quer temporário, é pois um emprego público, cuja colação

²³³ Visconde do Uruguai. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, op. cit., p. 438-439.

²³⁴ Estas questões se encontram muito bem desenvolvidas e analisadas no livro de Maria Celi Chaves Vasconcelos, *A casa e os seus mestres*, op. cit.

²³⁵ Paulino José Soares de Sousa. *Relatório do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro*, Paulino José Soares de Souza, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 18 de outubro de 1836, p. 2.

somente pode recair sobre Cidadãos Brasileiros”²³⁶. Cabia a eles propiciar uma inclusão por meio da formação disciplinada dos futuros homens e cidadãos. Por isso, era preciso não só suprir a ausência de professores em vários pontos do Império, como também melhor capacitá-los, melhorando seus vencimentos e colocando-os sob a vigilância do Estado, ao qual caberia sua fiscalização. Foi com tais objetivos que o governo imperial criou escolas normais em Niterói, em 1835, na Bahia, em 1836, no Ceará, em 1845, e em São Paulo, em 1846.

No mesmo Relatório de 1836, Paulino fala das condições – ser cidadão brasileiro – e das qualidades requeridas para o exercício do magistério²³⁷ – “moralidade, clareza de entendimento, perseverança e paciência”. Escreve também sobre a necessidade de melhorar os rendimentos e oferecer vantagens para que a profissão se mostrasse vantajosa.

Difícilmente se encontrará em um país que tantos recursos oferece, número suficiente de mancebos, que se resolvam a dedicar dois anos, ou mais, da sua mocidade à freqüência da Escola Normal para gozarem, depois de sofrerem concurso, em que podem ser repelidos, o ordenado de 400U000 réis²³⁸.

Para sanar esse problema, ele defendia o pagamento de pensões aos estudantes que se apresentassem para a Escola Normal da província e que fossem bem avaliados.

Por intermédio de seus relatórios, ficamos sabendo, por exemplo, que em março de 1839 funcionavam na província do Rio de Janeiro 25 escolas públicas de primeiras letras, sendo 21 de meninos (em exercício, 18) e 4 de meninas, freqüentadas por 929 alunos, um terço a mais que no ano anterior; e que ainda se achavam sem escolas públicas seis municípios. Quanto às escolas particulares, o número não era certo, mas constava, desde o relatório anterior, a existência de 48 escolas privadas, freqüentadas por 514 meninos e 95 meninas, formando um total de 609 alunos. A Escola Normal

²³⁶ *Idem. Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 3 de março de 1838, op. cit., p. 3.* Apesar disso, Paulino defende, em seu Relatório de 1839, a modificação da lei, para que fosse possível a admissão de estrangeiros no cargo de professores públicos primários, “uma vez que soubessem bem a língua do país, e se mostrassem habilitados na forma da lei” (p. 34).

²³⁷ Os critérios para admissão de professores foram estabelecidos pela Lei de 1827. Sendo um cargo público, somente poderia ser exercido por cidadãos brasileiros que estivessem no gozo de seus direitos civis e políticos. Os novos professores deveriam ser admitidos por meio de exame público perante os presidentes em Conselho e, se aprovados, seriam nomeados pelo governo. Os professores em exercício só poderiam continuar a ensinar após fazer um exame obrigatório e receber a aprovação final.

²³⁸ *Idem. Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 18 de outubro de 1836, op. cit., p. 3.* Esta mesma observação aparece nos Relatórios de 1838, 1839 e 1840.

tinha 17 alunos, já havia formado dez professores, dos quais oito estavam em exercício. No Relatório de 1840, observamos que, apesar da diminuição de uma escola, houve um aumento no número de alunos, que passou para 1.078. Segundo o relatório, os melhoramentos na área da instrução pública primária caminhavam lentamente e eram obra tanto das instituições e do administrador, “mas também do tempo e da direção do espírito público”²³⁹. Sob a presidência de Paulino, foi criada em Niterói, em 1836, uma escola de arte mecânica, que se destinava ao ensino profissional de órfãos pobres e filhos de indigentes. A matrícula não devia exceder de cem aprendizes e mais uma vez era vedada aos escravos a admissão, “ainda que os seus senhores se queiram obrigar pela despesa”²⁴⁰.

Nada era mais importante do que alcançar a uniformização da instrução elementar e sujeitar os professores a uma fiscalização “escrupulosa e ativa”. De início, competia aos diretores da Escola Normal e das Escolas de Instrução Pública o exercício desta fiscalização. Com o tempo, a ampliação do número de escolas, dos alunos matriculados e dos professores, e com a percepção cada vez maior das dificuldades, o sistema de inspeção foi reorganizado. Foram atribuídas tarefas específicas ao inspetor-geral – nomeado pelo presidente da província –, aos inspetores e conselhos municipais e aos inspetores paroquiais nas suas freguesias. Com relação à fiscalização das escolas públicas e particulares, cabia inicialmente ao presidente da província em Conselho esta tarefa em sua jurisdição, e ao Ministério do Império a mesma tarefa na Corte. Em 1828, a inspeção das escolas passou a ser incumbência das Câmaras Municipais. Por volta do final da década de 1830, as opiniões a respeito da necessidade de uma fiscalização mais rigorosa começam a aparecer nos relatórios dos ministros do Império e nas falas de outros dirigentes, e a percepção de que eram necessárias uma maior uniformidade e eficiência levará a mudanças na fiscalização.

O Ato Adicional à Constituição, de 1834, coroando a tendência à descentralização política forte daquele momento, decreta a extinção dos Conselhos Gerais das províncias, substituindo-os por Assembléias Legislativas Provinciais, às quais passam a caber a atribuição de legislar sobre instrução pública primária e secundária, e de autorizar a criação de estabelecimentos próprios a promovê-la. O

²³⁹ *Idem. Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 1ª sessão da 3ª Legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1840 a 1841*. 2ª ed. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1851, p. 15.

²⁴⁰ Primitivo Moacyr. *A Instrução e as Províncias*, op. cit., p. 193.

mesmo Ato definia que também competia à Assembléia Geral, responsável pela legislação referente ao ensino superior, legislar sobre os ensinos elementar e médio no Município Neutro, criado pelo mesmo Ato. Desde suas primeiras sessões, as Assembléias Provinciais apressaram-se em fazer uso de suas novas prerrogativas e votaram um grande número de leis diferentes e que não guardavam entre si nenhuma coerência ou seguiam um mesmo plano ou método²⁴¹. Como sabemos, o futuro Visconde do Uruguai foi um crítico contumaz de medidas descentralizadoras também no campo da instrução pública, demonstrando mais uma vez as divergências, os embates e o importante papel das negociações com os projetos alternativos para assegurar a manutenção de seus interesses.

Em seus Relatórios de 1838 e 1839, Paulino refere-se de forma crítica à maneira como estava sendo aplicada a Lei Provincial de 21 de janeiro de 1837, que havia confiado à autoridade pública a ingerência e fiscalização sobre as escolas particulares, demonstrando sua preocupação em submeter o espaço privado da Casa ao Estado. Considerava esta lei em alguns aspectos muito limitada para que pudesse produzir resultados vantajosos. Por exemplo, ela não estabelecia nenhuma ingerência sobre a habilitação dos mestres e sobre o ensino no âmbito da Casa, tendo estes apenas que obter do governo uma licença, mediante duas atestações de boa moral, e fornecer aos inspetores informações e mapas de seus alunos. Nesse sentido, afirma ele: “Assim a Lei somente será cumprida por aqueles que lhe quiserem dar cumprimento, e não tem o Governo meios alguns coercitivos à sua disposição para manter essas Escolas em boa doutrina, proveitoso ensino, e moralidade”²⁴². Aqui, mais uma vez, podemos perceber que, para Paulino, a necessidade da ampliação do âmbito de atuação do Estado imperial passava pela centralização e pelo reconhecimento de uma autoridade que precisava ser negociada com a Casa, para se impor.

Com o intuito de alcançar uma uniformidade na instrução, Paulino, como outros, defendia a adoção de um método único – o método Lancaster ou sistema de Ensino Mútuo, já proposto na Lei Geral de 1827. Segundo esse método, cada grupo de alunos (decúria) seria dirigido por um deles (decurião), mestre da turma, o menos ignorante ou o mais habilitado. Dessa maneira, em que o professor explicava aos alunos e estes, divididos em turmas, mutuamente se ensinavam, bastaria um só mestre para uma escola

²⁴¹ Para conhecer dados relativos à Instrução Pública nas diversas províncias do Império, até o ano de 1840, ver José Ricardo Pires de Almeida. *História da Instrução Pública no Brasil, op. cit.*, p. 66-84.

²⁴² Paulino José Soares de Sousa. *Relatório do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 3 de março de 1838, op. cit.*, p. 3.

com um grande número de alunos. Esse método, já adotado na França no período da Restauração, permitia suprir, ao menos em parte, a insuficiência numérica de professores. Além disso, segundo Paulino José, ele permitia o desenvolvimento do senso moral e também propiciava “quando a parte disciplinar se acha bem desenvolvida, contrair hábitos de ordem, regularidade e deferência”²⁴³, que podiam favorecer a difusão da civilização que tanto se almejava. Interessante lembrar que, desde os primeiros tempos de construção do Império, em março de 1823, com o intuito de propagar este sistema de instrução, foi determinada a criação, na capital, de uma escola de ensino mútuo, seguida de uma ordem ministerial que exigiu de cada província do Império o envio de um soldado que aprenderia o método seguindo as lições desta escola, para propagá-lo depois na sua província de origem. Uma determinação que vinha ao encontro do que pensava Uruguai acerca do papel da província do Rio de Janeiro, onde estava instalada a Corte, como principal centro difusor de seu projeto civilizatório de nação.

A questão dos compêndios e manuais também aparece em destaque nos seus relatórios como fatores importantes para impor a uniformidade e regularidade na instrução pública. O governo provincial, na sua gestão, cuidou da tradução, impressão e distribuição aos professores dos estabelecimentos públicos e particulares de dois manuais: o *Curso Normal para Professores de Primeiras Letras*, de Marie Joseph Degerando, e o *Novo Manual das escolas primárias* ou *Guia completo dos professores*, organizado por um membro da Universidade de Paris e revisto pelo inspetor geral de estudos na França. Paulino defende a sua adoção, ressaltando as “idéias luminosas” que eles contêm e desejando que estas “calassem e se tornassem entre nós comuns e populares”²⁴⁴. Quanto aos compêndios dirigidos aos alunos, providenciou-se a impressão e distribuição dos seguintes: *Rudimentos de Leituras com Máximas Morais e Princípios de Moral precedido das Orações da Doutrina Cristã*.

Paulino também defendia a tradução, impressão e distribuição, entre os professores públicos, particulares e entre as autoridades, de outras importantes obras sobre educação elementar que estavam sendo publicadas em vários países da Europa, principalmente na Alemanha, Prússia, França e Inglaterra. A crença na importância da difusão dessas idéias estava bem expressa nestas palavras:

²⁴³ *Ibidem*, p. 8.

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 8.

Desenganemos-nos, Senhores, enquanto certas idéias não penetram a massa da população, enquanto não se tornam populares, muito difícil é que se estabeleçam e adquiram o desenvolvimento de que são suscetíveis. Quando elas se identificam, porém, com o modo geral de sentir, as coisas com facilidade se conseguem e caminham quase por si mesmas²⁴⁵.

Neste sentido, ele informa em seu Relatório de 1840 que, além dos dois primeiros compêndios de rudimentos de leitura, com algumas máximas morais, e dos princípios de moral, precedidos das orações da doutrina cristã, já impressos e distribuídos pelas escolas, acham-se organizados também pelo diretor das mesmas, e sendo impressos, outros dois – um de extratos de autores clássicos da língua para servirem à leitura e análise gramaticais e outro de geografia, precedido dos conhecimentos da esfera celeste. Acrescenta ainda que, para uso dos professores em suas escolas, se tinha mandado vir da Europa uma porção de cartas geográficas, de globos, de estojos geométricos, de dicionários portugueses, de gramáticas portuguesas e de regras metódicas.

O futuro Visconde do Uruguai também se mostrava atento à importância do que ele chamava de “organização material” das escolas. A falta de edifícios e prédios onde se pudessem montar as escolas nas diversas vilas e povoados era um sério problema:

É um fato incontestável, confirmado pela experiência, que as localidades e o número dos alunos modificam muito os métodos. Não é possível ter uma boa escola em mau edifício, insuficiente, insalubre, e defeituoso, porque não é possível em semelhante local classificar bem os alunos, distribuir e ordenar as classes, e dar ao seu ensino todos os precisos desenvolvimentos, muito principalmente com o sistema de ensino mútuo²⁴⁶.

Esta era talvez, para ele, uma das principais razões pelas quais a maior parte das escolas que possuíamos denominadas de Ensino Mútuo quase nada tinha verdadeiramente desse método:

Em verdade, Senhores, se confrontarmos as plantas das Escolas, quer de ensino mútuo, quer simultâneo, naqueles países, onde tem o seu necessário desenvolvimento e execução, com as casas a que damos aplicação semelhante, reconheceremos que a organização material das Escolas se acha ainda entre nós no maior atraso. Daí tem nascido o prejuízo vulgar de que o método Lancasteriano não se pode aclimatar no nosso país. Querer porém criar, e ver prosperar esse método de ensino entre nós, sem satisfazer a todas as condições da sua existência é querer um impossível. Não as satisfazer e acusá-lo de improfícuo, é uma injustiça²⁴⁷.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 8.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 5.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 5.

Mesmo não tendo tido uma atuação direta, é interessante notar que foi na época em que Paulino ocupava o cargo de presidente da província que foi criado, em 1838, o Imperial Colégio de Pedro II, para ser um grande colégio público de instrução secundária. O novo colégio expressava a intenção dos governantes imperiais de oferecer um exemplo aos outros colégios particulares que já existiam na capital. O primeiro regulamento do Colégio, de 1838, seguia o modelo francês, determinando estudos simultâneos e seriados, que substituiriam as aulas avulsas predominantes no ensino secundário até então. No decorrer de oito séries, os alunos deveriam cursar um amplo quadro de disciplinas, em que predominavam os estudos literários, seguidos pelas matemáticas, as línguas modernas, as ciências naturais e físicas e a história. Importante notar que, neste mesmo ano de 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em um esforço de criar uma História nacional, tão importante para a constituição de um sentimento de identidade nacional.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Colégio Pedro II e do Arquivo Nacional, no ano de 1838, mais do que uma coincidência de data aponta em direção a uma preocupação com relação à produção do conhecimento histórico, sua difusão pela via da educação, capaz de formar quadros segundo as exigências dos novos tempos, e a criação das condições para a preservação da memória administrativa e política do Estado, que no caso brasileiro confundia-se com a própria idéia de nação²⁴⁸.

Tratava-se, assim, do esforço daqueles dirigentes imperiais de empreender o que chamamos, no início, de “construção cultural” da nação, por meio da difusão de um conjunto de valores e idéias que representavam, para eles, a civilização; tratava-se, também, de estabelecer, por intermédio do embate e da negociação de certas medidas centralizadoras, o seu projeto de Estado imperial como projeto hegemônico entre tantos outros que se apresentavam naquele momento.

Em meados do século, em um contexto político bem diferente daqueles tempos das Regências, uma série de novas leis e regulamentos completará as tarefas de disseminação da instrução pública, fiscalização das escolas, escolha de métodos e mestres qualificados. Os dirigentes imperiais demonstravam assim as intenções de ampliar a “expansão para dentro” da nação e dos cidadãos que a constituíam, a partir da

²⁴⁸ Manoel Luiz Salgado Guimarães. “História e Nação: uma pedagogia para a modernidade”. In: Ana Magaldi, Claudia Alves e José Gonçalves Gondra (orgs.). *Educação no Brasil: cultura e política*. São Paulo: Bragança Paulista: EdUSF, 2003.

Corte, em um esforço de uniformização e centralização. Por essa época, em 1849, Gonçalves Dias foi encarregado pelo imperador de visitar as províncias do norte com a finalidade de elaborar um relatório sobre o estado da instrução pública naquela região. A conclusão deste relatório apontava a necessidade de uma reforma urgente e radical, que assegurasse ao ensino um centro de unidade de ação e uniformizasse a instrução em todo o Império.

Tornava-se, neste momento, evidente para os dirigentes imperiais que uma boa organização da instrução primária no município da Corte poderia e deveria servir de modelo às outras províncias do Império, e se espalharia em poucos anos por todo o território. Em setembro de 1851, um decreto legislativo autorizava o governo a reformar o ensino primário e secundário no Município Neutro da Corte. Em fevereiro de 1854, um novo e importante decreto punha em execução a Reforma Couto Ferraz, um Regulamento sobre a Instrução Primária e Secundária da Corte, que definia, entre outras coisas, os requisitos necessários ao exercício do magistério primário e secundário: ser brasileiro, maior, ter moralidade e capacidade profissional. Para isso, instituíam um exame escrito e oral que deveria ser feito por uma comissão de examinadores nomeados pelo governo. As idéias principais intentadas por esta nova lei podem se resumir deste modo: vulgarizar e difundir a instrução pública; dar ao corpo docente uma organização melhor, assegurando o presente e o futuro dos professores, mas também exigindo deles provas de real capacidade e todo zelo desejável na realização de seus deveres; regulamentar e regularizar o ensino privado; enfim, criar um centro de inspeção encarregado, em nome do governo, de dirigir e supervisionar todos os estabelecimentos de instrução da capital. Este regulamento estabelecia ainda um programa para a instrução primária, a partir da fixação de um quadro de disciplinas que deveriam ser ministradas em todas as escolas²⁴⁹.

No mesmo espírito, a Reforma de 1854 criava a Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município Neutro, diretamente submetida ao Ministério do Império. A este novo órgão cabia a responsabilidade pela fiscalização e orientação do ensino elementar e secundário, público e particular na Corte. Essas tarefas estariam a

²⁴⁹ As disciplinas eram: instrução moral e religiosa; leitura; escrita; noções essenciais de gramática; princípios elementares de aritmética; sistema de pesos do município; elementos de história e geografia, principalmente do Brasil; podendo compreender, ainda, a leitura dos evangelhos e da história sagrada; princípios das ciências físicas e da história natural aplicáveis aos usos da vida; agrimensura; geometria elementar; desenho linear; noções de música e exercícios de canto; ginástica; um estudo desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só do município da Corte, como das províncias do Império e das nações com que o Brasil tinha mais relações comerciais. Ver Maria de Lourdes M. Haidar. *O ensino secundário no Império Brasileiro*, op. cit., p. 113.

cargo de um inspetor geral, assessorado pelo Conselho Direto. Ao Conselho, competia mais especificamente examinar e comparar métodos e sistemas práticos de ensino, rever e propor os compêndios escolares, indicar a necessidade de se criarem novas escolas no município, além de julgar as infrações disciplinares dos professores. O inspetor geral era encarregado, entre outras coisas, de coordenar, cotejar os quadros e as informações que os presidentes de província enviavam cada ano ao governo central e de fazer sobre isso um relatório detalhado dos progressos realizados em cada província, comparando-os com o município da capital. É manifesta nessas determinações a idéia de fazer com que a organização da instrução pública no Rio de Janeiro se tornasse um modelo para as províncias e, por conseqüência, formasse cada vez mais, pelo exemplo, um sistema nacional de instrução e de educação.

A província fluminense cumpria assim o seu papel de laboratório, no qual os dirigentes Saquaremas, que controlavam o governo da província desde sua criação, testavam medidas, executavam e avaliavam ações que depois eram negociadas e estendidas à administração geral, sempre com a finalidade de consolidar a ordem e difundir a civilização por todo o Império. Ganham assim sentido as palavras do autor de *História da Instrução Pública no Brasil*, obra publicada em 1889:

[...] o governo procurara estabelecer, senão uma instrução primária e secundária nacionais, o que lhe era e é ainda impossível, em razão dos poderes conferidos às Assembléias Provinciais, ao menos um modelo que pudesse ser aconselhado e seguido em benefício da unidade nacional²⁵⁰.

Passemos então para a análise da questão da educação e da instrução pública no projeto de nação elaborado por Domingo Faustino Sarmiento. Assim como vimos que as idéias e ações políticas do Visconde do Uruguai, neste campo, estiveram profundamente marcadas pelo seu projeto político de nação, identificado a um Estado imperial forte, centralizado e escravista, as idéias de Sarmiento também trazem a marca de sua concepção de república. Nesse sentido, ele afirma:

Vamos, pues, a constituir la democracia pura, y para esto, no cuento sólo con los maestros, sino con toda esta juventud que forma una generación entera, que me ayudará en la obra. Para eso necesitamos *hacer de toda la República una escuela*. ¡Si!, una escuela donde todos aprendan, donde todos se ilustren y constituyan así un núcleo sólido que pueda sostener la verdadera democracia que hace la felicidad de las repúblicas²⁵¹.

²⁵⁰ José Ricardo Pires de Almeida. *História da Instrução Pública no Brasil*, op. cit., p. 89.

²⁵¹ Discurso pronunciado por Sarmiento quando retorna à Argentina, em 1868, depois de sua segunda viagem aos Estados Unidos, tornando-se logo depois presidente da República. Este discurso foi feito para

Este parece ser um bom começo para estabelecermos algumas importantes balizas de comparação entre os dois autores e seus projetos de nação.

Da leitura das obras de Sarmiento escritas no momento delimitado por esta pesquisa, pode-se facilmente concluir que os meios propostos por ele para superar o seu diagnóstico da barbárie que imperaria na República argentina de seu tempo se baseavam em três idéias fundamentais: transformar o elemento humano mediante a imigração européia; melhorar esse elemento, tanto autóctone quanto imigrante, pela educação pública; e construir a institucionalização do país, formulando princípios de governo, para dar-lhe autoridades estáveis que não caíssem nem no despotismo, nem na anarquia. Só assim se alcançaria o progresso e a civilização, entendidos, como já dito, não simplesmente como o resultado de um inexorável movimento histórico, mas sim como um estado a ser alcançado pela ação e pelos esforços conscientes dos homens.

Diferentemente do Visconde do Uruguai, que não teve na instrução pública o foco principal de suas reflexões e ações, qualquer que seja o ângulo da vasta obra de Domingo Faustino Sarmiento que se eleja para analisar, sem dúvida há de se deparar com a questão da educação pública, de seus esforços e de sua crença nesta como meio para se alcançar uma consciência cívica para a democracia, o progresso, a liberdade e a ordem, e para elevar as condições de vida moral e material dos povos. Na Introdução de seu livro *De la Educación Popular*, de 1849, ele afirma:

El lento progreso de las sociedades humanas ha creado en estos últimos tiempos una institución desconocida a los siglos pasados: la instrucción pública, que tiene por objeto preparar las nuevas generaciones en masa para el uso de la inteligencia individual, por el conocimiento aunque rudimental de las ciencias i hechos necesarios para formar la razón, es una institución puramente moderna, nacida de las disensiones del cristianismo i convertida en derecho por el espíritu democrático de la asociación actual²⁵².

Partindo da proposta inicial, podemos afirmar que suas idéias sobre educação pública estão estreitamente relacionadas à sua concepção de república, especialmente aquela mais próxima de um ideal republicano do humanismo cívico, baseada no antigo sonho de uma república de cidadãos mais igualitária. Seu sonho consistia em uma

uma delegação de professores que foram à sua casa homenageá-lo. Ver Natalio J. Pisano. *Cartilla Sarmientina*. 3ª ed. Buenos Aires: Instituto Sarmiento de Sociología e Historia, 1989, p. 19, grifo meu.

²⁵² Domingo Faustino Sarmiento. *De la Educación Popular*. In: *Obras Completas*. Tomo XI. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, Editor A. Belin, 1896, p. 17.

república capaz de instituir a virtude em seus membros por meio da educação pública, do exercício da liberdade política e da distribuição de pequenas propriedades agrícolas. Nesse sentido, a República norte-americana apresentava-se como “o mundo novo em política”, lugar da concretização deste sonho: “La sociedad, la civitas romana abraza hoy a todas las clases, i las confunde sin plebes, sin patricios, sin privilégios. El modelo está en América, i a la América, a nosotros, nos toca reproducirlo para obtener los mismos bienes”²⁵³.

Em *De la Educación Popular*, Sarmiento mostra a sua crença na estreita relação entre educação, cidadania e virtude:

Y esta igualdad de derechos acordada á todos los hombres, aun en los países que se rigen por sistemas tutelares, es en las repúblicas un echo que sirve de base á la organización social, cualquiera que sean las modificaciones que sufra accidentalmente por los antecedentes nacionales ú otras causas. De este principio imprescriptible hoy nace la obligación de todo gobierno á proveer de educación á las generaciones venideras, ya que no puede compeler á todos los individuos de la presente á recibir la preparación intelectual que supone el ejercicio de los derechos que le están atribuidos. La condicion social de los hombres depende muchas veces de circunstancias ajenas de la voluntad. Un padre pobre no puede ser responsable de la educación de sus hijos; pero la sociedad en masa tiene interés vital en asegurarse de que todos los individuos que han de venir con el tiempo á formar la nación, hayan por la educación recibida en su infancia, preparádose suficientemente para desempeñar las funciones sociales á que serán llamados²⁵⁴.

O cidadão argentino que Sarmiento desejava formar deveria ser então um cidadão ativo, com capacidade para discernir o bem comum, pegar em armas quando a nação requeresse, e participar, deliberar e decidir em nome do povo. Em sua visão, a república era não só uma instituição que propiciava a criação desse tipo de cidadãos, como também a garantia para a liberdade e para a existência de uma pacífica organização a serviço da cidadania e da nação. Como um parente distante dos humanistas do Renascimento, Sarmiento acreditava que a virtude cívica redimia e purificava. Assim, o modelo de república do humanismo cívico, que envolvia tanto a capacidade de ler e escrever quanto o estabelecimento da civilização da palavra escrita, representou o mais duradouro esforço de Sarmiento para transformar a sociedade civil em uma comunidade política²⁵⁵.

²⁵³ *Idem*. “Carta del Señor Sarmiento, Lima, abril de 1865”. In: *Obras Completas*. Tomo XXX. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, 1899, p. 277.

²⁵⁴ *Idem*. *De La Educación Popular*, *op. cit.*, p. 17.

²⁵⁵ Ver Natalio Botana, “Sarmiento and Political Order: Liberty, Power, and Virtue”, *op. cit.*, 1994.

Se para recolher as idéias de Paulino José sobre a instrução pública tínhamos como principais fontes de pesquisa apenas seus relatórios como presidente da província do Rio de Janeiro, o mesmo não se pode falar quanto ao vasto material deixado por Sarmiento neste campo. Ele utilizou todos os instrumentos ao seu alcance para difundir suas idéias sobre a educação como fundamento do processo civilizador de seu país: a imprensa periódica, a tribuna, a bancada legislativa, os contatos pessoais, sua correspondência, seus livros e memórias. Aí encontramos desenvolvidas suas idéias sobre métodos de ensino, organização das escolas, fundos para a educação, conteúdo dos programas, leitura e escrita, a formação de professores, o laicismo como base ideológica, e muitos outros aspectos da questão educacional. Deste farto material, selecionamos alguns textos com os quais trabalhamos mais detalhadamente. São eles: os seus livros *Viajes por Europa, África y América* e *De la Educación Popular*, publicados em 1849, *Educación Comum*, de 1855, e *Las escuelas, base de la prosperidad y de la República de los Estados Unidos*, de 1866; seus artigos sobre instrução pública, reunidos no tomo IV de suas *Obras Completas*, recolhidos dos periódicos *El Mercurio*, *El Progreso*, *Tribuna*, *La Cronica* e o *Monitor de las Escuelas Primarias*, escritos entre 1841 e 1854²⁵⁶.

Vale recordar brevemente as mais significativas ações de Sarmiento ao longo de sua vida no campo da educação. Ainda jovem, durante um breve retorno do seu primeiro exílio a San Juan, leva a cabo a primeira experiência de educação de mulheres ao criar, em 1839, o Colégio de Señoritas de la Advocación de Santa Rosa de Lima, um internato para meninas. Em 1842, o governo do Chile designa-o diretor e organizador da primeira Escola Normal de Preceptores aberta na América hispânica. Com Vicente López, futuro historiador, funda o Liceu, instituto particular de ensino, que existiu durante pouco tempo. É designado membro acadêmico da Faculdade de Filosofia e Humanidades de Santiago do Chile, em 1843, onde apresenta a “Memória sobre ortografia americana”, cuja proposta de reformas foi adotada em parte pelo governo chileno. Em 1845, o governo do Chile, na figura do ministro da Instrução Pública, Manuel Montt, envia-o em uma missão oficial de estudos dos sistemas educativos e de colonização nos países europeus. Desta sua viagem, como já dito, resultará a publicação posterior de seus livros *Viajes* e *De la Educación Popular*.

²⁵⁶ Além destes, nas suas *Obras Completas* ainda encontramos o tomo XXVIII, “Ideas Pedagógicas”, e o tomo XLVIII, “La Escuela Pampeana”, que tratam do tema da educação.

De volta à Argentina, em 1855, publica um estudo sobre agricultura, colonização e educação popular intitulado *Plan combinado de educación común, silvicultura e industria pastoril, aplicable al Estado de Buenos Aires*, além de publicar também *Educación Común*. Um ano depois, torna-se chefe do Departamento de Escolas do Estado de Buenos Aires. Em novembro de 1858, funda a revista *Anales de la Educación Común*. Depois de ser designado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República argentina nos Estados Unidos, publica, em 1866, *Las escuelas, base de la prosperidad y de la República en los Estados Unidos*.

Mais tarde, quando se torna presidente da República, entre outras iniciativas vinculadas à educação, funda o Colégio Militar e a Escola Naval, organiza o estudo de agronomia e veterinária, cria o Museu de História Natural, a Faculdade de Ciências, o Observatório Astronômico de Córdoba e ordena o primeiro levantamento cartográfico do país. Traz cientistas alemães com o intuito de afirmar uma tradição científica no país e incentiva a contratação de professoras norte-americanas, a fim de suprir a falta de mestres capacitados para a direção e docência superiores. Cria um grande número de colégios nacionais de instrução primária, secundária e escolas normais para formar professores. Inicia o funcionamento de uma Comissão de Bibliotecas Populares. Em 1875, já eleito senador, torna-se diretor-geral das Escolas da Província de Buenos Aires. Publica, um ano depois, a revista *La Educación Común en la Província de Buenos Aires*. Quando o general Roca é eleito presidente da República, em 1881, Sarmiento é nomeado superintendente de escolas do Conselho Nacional de Educação, cargo que ocupa por apenas um ano, quando participará de polêmicas sobre a orientação da escola pública, principalmente no que dizia respeito à laicização do ensino de que era um defensor. Em 1884, é aprovada a Lei nº 1.420 de Educação, que regeu durante muitos anos o funcionamento da escola pública na Argentina, na qual muito influenciaram as idéias de Sarmiento. No final de sua vida, viaja a Assunção, no Paraguai, para colaborar na preparação de um projeto de lei sobre educação naquele país.

As viagens de Sarmiento por países estrangeiros foram fundamentais para formar suas idéias sobre educação pública. Na sua primeira e mais longa viagem, percorre países da América, África e Europa, entre 1845 e 1847, visitando estabelecimentos educacionais na França, Alemanha, Holanda, Bélgica, Itália e Espanha. Os Estados Unidos proporcionaram-lhe talvez a maior fonte de inspiração. Ele chega a Nova Iorque em setembro de 1847, depois de já ter viajado por quase toda a Europa. Antes de chegar a este país, já havia lido o *Informe de un viaje educacional en*

Alemania, Francia, Holanda i Gran Bretaña, de Horace Mann, secretário do Conselho de Educação do Estado de Massachusetts, com o qual se sentiu bastante identificado. Nos dois meses e meio que durou sua visita aos Estados Unidos, percorreu as principais cidades americanas, nas quais muito observou e pôde recolher abundante documentação. Quinze dias depois de seu regresso à Argentina, em fevereiro de 1848, escreve o *Informe presentado al Ministro de Instrucción Pública*, então dom Antonio Varas, no qual deixa claro ter sido esta viagem a concretização de antigos desejos seus. Todo o cabedal recolhido resultará em seu livro *De la Educación Popular*, publicado em Santiago do Chile em 1849.

Neste livro, ele defende a obrigatoriedade, a direção e a fiscalização do ensino como tarefas do Estado e diz ser necessário ampliar o acesso à educação: “Hasta ahora dos siglos habia educación para las clases gobernantes, para el sacerdocio, para la aristocracia; pero el pueblo, la plebe, no formaba, propriamente hablando, parte activa de las naciones”²⁵⁷. Ressalta ser a igualdade de condições, sem distinção de classe, condição, nem educação, um direito de todos os homens. Daí conclui que a sociedade de massa tem interesse vital “en asegurarse de que todos los individuos que han de venir con el tiempo a formar la nación, hayan por la educación recibida en su infancia, preparándose suficientemente para desempeñar las funciones sociales a que seran llamados”. E, demonstrando a crença na educação como um valor fundamental para formar uma nação civilizada, diz:

El poder, la riqueza i la fuerza de una nación dependen de la capacidad industrial, moral i intelectual de los individuos que la componem; i la educación pública no debe tener otro fin que el aumentar estas fuerzas de producción, de accion i de direccion aumentando cada vez mas el número de individuos que la posean²⁵⁸.

Aqui cabe uma comparação com o que foi dito sobre os projetos de instrução pública defendidos pelo Visconde do Uruguai. Embora ambos defendam o papel do Estado como central na formulação e na aplicação de uma educação pública, suas concepções acerca do alcance destas políticas diferem bastante. Enquanto Uruguai pensa uma política de instrução pública voltada apenas para a boa sociedade no Império do Brasil, Sarmiento, partindo de sua concepção de república, defende o amplo acesso

²⁵⁷ Domingo Faustino Sarmiento. *De La Educación Popular*, op. cit., p. 17.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 19.

da população às políticas públicas de educação como meio de alcançar o que ele chama de uma república democrática.

Sarmiento estava convencido de que a barbárie sul-americana era resultado direto de uma deficiência no nível de educação da sua gente. Várias são as passagens em que ele faz referência e analisa esta idéia, muitas vezes fazendo-o em oposição a uma Europa civilizada ou, principalmente, a um idealizado Estados Unidos. Em *Viajes*, propõe que a paz e a harmonia observadas neste país deviam sua existência ao alto nível de instrução de toda a população. O fato de que todos os norte-americanos passavam vários anos de sua infância estudando na escola explicava o difundido exercício da razão. Em suas palavras: “un hombre no llega a la plenitud de su desenvolvimiento moral i inteligente sino por la educación”²⁵⁹. Com um tom humanista, Sarmiento explica a necessidade de todo cidadão de receber instrução acerca “de preceptos, de obligaciones, derechos i deberes que sirvan de regla a los individuos en relación con la masa, con la sociedad”²⁶⁰. Daí vem a sua idealização da população ianque: “veinte millones de habitantes, todos educados, leyendo, escribiendo, i gozando de derechos políticos [...] en este sentido país ninguno de la tierra cuenta con mayor número de seres racionales”²⁶¹. A educação popular na sociedade norte-americana cumpria, pois, para ele, a missão humanista de desenvolver as faculdades da inteligência. Graças à instrução, toda a população daquele país se comportava com um critério racional. Os resultados desta conquista educacional eram consideráveis: a liberação de toda carência material e um nível relativamente alto de participação social.

Esta singularidade dos Estados Unidos era, para Sarmiento, em grande parte, resultante, de sua história. Muitas vezes, refere-se aos “padres peregrinos” que, fiéis aos seus antecedentes religiosos, criaram escolas e universidades para preparar os futuros mestres e dirigentes “do progresso da aldeia”. A Universidade de Harvard nasceu muito cedo, em 1636. O primeiro estatuto de educação de Massachusetts foi formulado em 1642 e ordenava a quem tivesse filhos e empregados que lhes proporcionasse educação. Logo depois, em 1647, a Corte Geral de Massachusetts produz um famoso documento pelo qual estabelece que as aldeias que tivessem chegado a cinquenta famílias deveriam manter uma escola primária e as que tivessem chegado a cem, uma secundária. Sobre este fato, comenta Sarmiento:

²⁵⁹ *Idem. Viajes por Europa, África y América. 1845-1847, op. cit., p. 333.*

²⁶⁰ *Ibidem, p. 332.*

²⁶¹ *Ibidem, p. 315.*

Los peregrinos [...] se sentaron todos debajo de una encina, donde hoy está Boston, i después de dar gracias al Dios de Israel por su feliz arribo, discutieron las leyes que se darían para gloria de Jehová i su libertad personal [...] establecieron escuelas públicas, obligando a cada padre, tutor o patrón de niños a darles educación²⁶².

Assim, a educação era, para Sarmiento, um corolário central do componente político da civilização norte-americana. Não era algo que podia ou não estar condicionando o grau de desenvolvimento daquele país. A educação era a condição essencial para que a nação americana pudesse existir como tal. Provavelmente, pode-se afirmar que, a partir de *Viajes* e em *De la Educación Popular*, Sarmiento mostra claramente que a causa da prosperidade de um país não é tanto racial, mas, principalmente, seu sistema escolar. As raças imprimem, para ele, o atraso e a selvageria, mas a educação pode corrigir isto. Observe-se que, em nenhum momento, encontramos qualquer idéia parecida com esta nos textos do Visconde do Uruguai, o que só corrobora o argumento de que suas idéias sobre instrução pública se restringiam à parcela da sociedade imperial composta por brancos e mestiços, excluídos os negros, sequer considerados como passíveis de serem instruídos e, portanto, civilizados.

Após a sua segunda viagem aos Estados Unidos, em 1865, agora como ministro plenipotenciário do governo argentino, Sarmiento escreve um Informe ao Ministro da Instrução Pública, apresentando seu livro *Las escuelas, base de la prosperidad y de la República de los Estados Unidos*. Neste livro, escrito vinte anos depois do primeiro, ele reuniu suas impressões sobre a educação pública nos Estados Unidos daquele tempo, afirmando ter podido, por conta própria, constatar os enormes progressos ocorridos neste campo entre as duas viagens. Ele chama a atenção para o fato de ter chegado agora ali no momento posterior à abolição da escravidão e à Guerra Civil, quando novos desafios se apresentavam para aquela sociedade.

He llegado a los Estados Unidos en un momento solemne. Abolida la esclavitud, trátase de admitir en la asociación política a una raza tenida en la ignorancia e inferioridad durante siglos. Perplejos se muestran todos sobre si han de tener el derecho de sufragio, es decir, de gobernar los que tan mal preparados están para funcion tan alta; i sin embargo, los hombres de color de los Estados Unidos no se encuentran mas faltos de educación que los habitantes blancos de nuestras campañas²⁶³.

²⁶² *Ibidem*, p. 347.

²⁶³ *Idem*. “Informe al Ministro de instrucción Publica Dr. Don Eduardo Costa”. In: *Las Escuelas, op. cit.*

Ele observa, a partir de uma visão sempre muito positiva dos Estados Unidos, que, enquanto a questão dos direitos políticos dos ex-escravos agitava a sociedade norte-americana daquela época, grandes esforços estavam sendo feitos para difundir a educação entre os negros libertos do sul. Foi criada uma “Asociacion para Ayuda de los Libertos”, com a qual Sarmiento manteve contato logo ao chegar aos Estados Unidos. O objetivo desta Associação era, por meio da educação,

[...] preparar a los libertos para los nuevos deberes i responsabilidades que ya pesan sobre ellos, i las que les vendrían en adelante. Su primer cuidado es proveer incontinenti a sus necesidades inmediatas; pero sus altos deberes i sus mas estensos propósitos son habilitarlos a proveerse a sí mismos, i hacer de ellos útiles ciudadanos²⁶⁴.

Comparando este contingente de negros libertos, segundo ele “una raza reputada inferior” que está sendo educada para tornar-se civilizada, com a massa de “ignorantes e selvagens” que existem nas repúblicas da América do Sul, dizia ser necessário e possível imitar seu exemplo. Lembremos, como vimos, que, no caso do Império do Brasil, os negros, mesmo os libertos, sempre foram excluídos de qualquer acesso à instrução pública.

Os países da América hispânica ofereciam assim, na mente de Sarmiento, um forte contraste com o povo norte-americano quanto ao reino da razão e, por consequência, quanto ao papel da educação pública na sociedade. Segundo ele, fazia muita falta uma formação moral que possibilitasse “la vida inteligente y activa que como republicanos y como miembros de la familia cristiana deben llevar a cabo”²⁶⁵. De um lado, havia o atraso, a desordem crônica, a herança espanhola, o vazio de população, a pobreza; de outro, ao contrário, encontrava-se uma plenitude de prodígios. Tratava-se de duas partes de um mesmo continente, descobertas, povoadas, independentes e republicanas quase ao mesmo tempo, mas que o fazia se perguntar:

Vamos derecho al mal, donde está? Qué le falta a la América del Sud, para ser asiento de naciones poderosas? Digámoslo sin reparo. Instrucción, educación difundida en la masa de los habitantes, para que sean cada uno elemento i centro de producción, de riqueza, de resistencia inteligente contra los bruscos movimientos sociales, de instigación i freno al gobierno²⁶⁶.

²⁶⁴ *Idem. Las Escuelas, op. cit.*, p. 210.

²⁶⁵ *Idem. De la Educacion Popular, op. cit.*, p. 39.

²⁶⁶ *Idem. Las Escuelas, op. cit.*, p. 24.

Também esta condição de atraso da América do Sul resultava de sua história, principalmente da herança negativa da colonização espanhola. Em uma frase que sintetiza com grande força retórica a crença de Sarmiento nas diferentes heranças deixadas pela colonização nas Américas, ele afirma: “Washington i Rosas, dos sistemas de colonización”²⁶⁷, para depois concluir: “Nuestros esfuerzos deben ser mayores para educar completamente las generaciones próximas si se atiende a otras condiciones desfavorables que ha producido la colonización española”²⁶⁸. Além do legado do atraso intelectual e industrial, da inaptidão civil, da desordem administrativa, a colonização deixou um inconveniente com o qual as novas nações iriam lutar durante séculos: a incorporação no seu seio das “raças selvagens” dos indígenas e africanos, “una projenie bastarda, rebelde a la cultura, i sin aquellas tradiciones de ciencia, arte e industria”, formando o que ele chama de um “dañoso amalgama de razas incapaces o inadecuadas para la civilización”²⁶⁹. Por isso, ele se pergunta:

¿Qué porvenir aguarda a Méjico, el Perú, Bolivia i otros estados sudamericanos que tienen aun vivas en sus entrañas como no digerido alimento las razas salvajes o bárbaras indígenas que absorbió la colonización, i que conservan obstinadamente sus tradiciones de los bosques, su odio a la civilización, sus idiomas primitivos, i sus hábitos de indolencia i de repugnancia desdeñosa contra el vestido, el aseo, las comodidades i los usos de la vida civilizada?²⁷⁰.

Assim, diferentemente da população branca do campo, para Sarmiento, os índios “bárbaros e selvagens” não parecem ser civilizáveis.

Ao mesmo tempo, Sarmiento afirma que a educação pode ser o remédio mais eficaz para combater este mal herdado da colonização espanhola. “Ruda es sin duda nuestra tarea, puesto que nos cumple llenar el déficit dudoso que divide a los pueblos civilizados de los bárbaros, i el aumento de barbarie que nos trajeron la colonización i nos conservaron los indígenas”²⁷¹. E para levar a cabo esta tarefa, ele propõe o maior desenvolvimento possível das faculdades intelectuais e morais de todos os indivíduos que compõem a nação, por meio do acesso à educação. Neste sentido, ele afirma:

Qué le falta a la América del Sud, para ser asiento de naciones poderosas? Digámoslo sin reparo. Instrucción, educación difundida en la masa de los habitantes, para que sean cada uno elemento i

²⁶⁷ *Idem*. “Carta del Señor Sarmiento, Lima, abril de 1865”. In: *Las Escuelas*, *op. cit.*, p. 276.

²⁶⁸ *Idem*. *De la educación Popular*, *op. cit.*, p. 22.

²⁶⁹ *Ibidem*, p. 24.

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 23.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 24.

centro de produccion, de riqueza, de resistencia inteligente contra los bruscos movimientos sociales, de instigación i freno al gobierno²⁷².

As sociedades sul-americanas, sem este nível de instrução, sofriam como conseqüência da desordem e de conflitos sociais. Neste caso, cabia à escola cumprir a tarefa importante de civilizar a população. Entenda-se civilizar aqui também no sentido de impor a ordem. Sarmiento apresenta em *De la Educación Popular* vários dados estatísticos criminais para mostrar que o maior grau de moralidade adquirida pelos que receberam educação primária confirma sua tese dos efeitos moralizadores e ordenadores “obrados por la influencia de la cultura que dan al espíritu la adquisicion de los primeros rudimentos de la instruccion”²⁷³. Ele afirma que a criança, ao acostumar-se a freqüentar a escola, logra “habituarse el espíritu a la idea de un deber regular, continuo, le proporciona hábitos de regularidad en sus operaciones; añadir una autoridad más a la paterna [...] formar el espíritu a la idea de una autoridad fuera del recinto de la familia”²⁷⁴. A educação popular acrescentava assim à autoridade já exercida pelo pai de família o papel do mestre e, ainda mais importante, o papel do Estado. A educação popular, neste aspecto, servia tanto para acelerar as forças do futuro e combater os interesses retrógrados, quanto para fortalecer as redes de autoridade na sociedade tal como já existiam.

Aqui podemos pensar em um paralelo com o Império do Brasil. A idéia de que a educação popular proposta por Sarmiento para ser implementada pelo Estado seria acrescentada à educação privada, do âmbito da Casa, também está presente, como vimos, nos esforços empreendidos pelos dirigentes imperiais de ampliar o espaço, do público, do governo, no campo da educação e da instrução. Só que esta questão é quase sempre apresentada pela historiografia que se dedica ao estudo do Império como uma oposição, ou mesmo como espaços excludentes, quando na verdade sabemos que a imposição da autoridade do governo sempre teve que ser negociada, dando origem a arranjos que não levavam à exclusão, mas sim à complementaridade, às vezes desigual, destes dois espaços.

O caso de Nova Iorque de algumas décadas antes serviu a Sarmiento como um bom exemplo do papel indispensável da educação popular em uma sociedade atormentada pela desordem e pelo caos. Em meio a motins populares e agitações

²⁷² *Idem. Las Escuelas, op. cit.*, p. 24.

²⁷³ *Idem. De la Educacion Popular, op. cit.*, p. 34.

²⁷⁴ *Idem. Educacion Comun, op. cit.*, p. 48.

freqüentes, “el mejor y más barato sistema de policía que podía adoptarse”²⁷⁵ era precisamente a escola pública. A lição dos vizinhos ricos de Nova Iorque tinha de ser conhecida na América do Sul. Com certeza, a sociedade sul-americana estaria a favor de um sistema escolar que pudesse ajudá-la a educar seus próprios filhos, mas Sarmiento também achava que era do interesse desta sociedade apoiar um sistema público que pudesse educar os pobres, ensinando-os a respeitar a ordem e a “controlar suas paixões”. Desta maneira, a educação servia de “válvula de seguridad para sus propiedades y vidas en los tiempos difíciles”²⁷⁶.

Essas idéias ficam também evidentes nas passagens que Sarmiento escreve sobre o papel das forças militares na sociedade civil. Em *Viajes*, ele celebra as sociedades norte-americanas, cujas cidades e vilas raramente viram como necessárias a presença de soldados ou de um exército permanente. A situação era bem diferente nos países sul-americanos, cuja população, dizia, não apresentava um grau tão elevado de desenvolvimento cultural. Nestas sociedades menos ordenadas, soldados armados ou milícias muitas vezes protegiam-nas da desordem e da anarquia. Ele escreve em *De la Educación Popular*: “Gran necesidad es por cierto la existencia de los ejércitos para pueblos habituados á no sentir otros estímulos de orden que la coerción; la infancia de los gobiernos requiere también quizá esta ostentación de fuerza, que halaga aun á aquellos mismos sobre quienes su existencia gravita”²⁷⁷. Como Sarmiento estava convencido de que a falta de civilização era resultado direto de alguma deficiência no nível de educação do povo, por causa da sua imaturidade, as sociedades menos desenvolvidas requeriam muitas vezes um tipo de governo que poderia ser considerado autoritário para os “países mais desenvolvidos”. Em uma significativa passagem em *De la Educación Popular*, Sarmiento compara o papel da educação pública com a função dos militares: “el ejército satisface una necesidad de prevision del Estado; como la educación pública satisface otra mas imperiosa, menos prescindible”²⁷⁸. De acordo com esta perspectiva, tanto o exército quanto as escolas desempenhavam um papel importante na garantia da estabilidade e da ordem social.

Apesar de não aparecerem citadas por Sarmiento, estas idéias acerca do papel da educação pública e do exército como garantidores da segurança, da estabilidade e da ordem política e social estão presentes com muita força nos *Discursos à nação alemã*,

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 68.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 68.

²⁷⁷ *Idem. De la Educación Popular, op. cit.*, p. 39.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 40.

escritos por Johann Gottlieb Fichte, em 1807. Nestes *Discursos*, Fichte pretende despertar no povo alemão, naquele momento despedaçado pela dominação da França napoleônica, uma consciência de unidade e autonomia nacionais que deveriam culminar na posterior formação de um Estado alemão. Depois da derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana, de 1870, este texto, apesar de referido ao Estado alemão, vai ser erigido, na França, como modelo pedagógico de exaltação patriótica. O ideal proposto por Fichte para a nação alemã baseia-se na idéia de que a pátria é sobretudo espiritual e que o primeiro dever do Estado é o de assegurar por todos os meios possíveis a educação, pois só ela pode salvar o espírito e a independência do povo alemão. Esta educação pública deve ser estendida para a totalidade das massas que formarão os futuros cidadãos dessa nação alemã. E, segundo ele, somente o Estado possui o direito de usar a coação para impor a educação pública, como o faz para garantir o cumprimento do serviço militar obrigatório. Apesar das resistências, ele defende que a coação e a obrigatoriedade só serão necessárias nas primeiras gerações, já que os futuros cidadãos adquirirão a consciência do valor da educação pública e a disposição para portar armas pela pátria²⁷⁹.

Neste sentido, Sarmiento aproxima-se mais uma vez das idéias de Paulino José Soares de Sousa sobre o papel da instrução pública como elemento ordenador de uma nova ordem que deve ser responsabilidade primordial do Estado na esfera pública, e não mais somente do âmbito privado. Mas, como já foi mais bem desenvolvido no primeiro capítulo, existem diferenças importantes entre eles no que diz respeito à concepção desse Estado e de sua ação. Se, por exemplo, para Uruguai, o Estado deve ser sempre centralizado e forte, Sarmiento, principalmente inspirado no exemplo norte-americano, defende muitas vezes a descentralização. Como diz Jaime O. Pellicer: “En definitiva, el mensaje de Sarmiento en *Viajes* se resume así: el progreso de un pueblo se apoya en la tríada: descentralización, tolerancia y principalmente educación”²⁸⁰.

A educação para Sarmiento também poderia tornar a sociedade civilizada, em um outro sentido de civilização, mais ligada aos bons costumes, à idéia de civilidade, identificada com o adjetivo latino *civilis*, que, pela sua proximidade com a palavra congênere *civilitas*, indicava um ser cultivado, polido, afável, cortês e refinado, ou seja, o oposto do rústico, do campesino. Tratar-se-ia do controle dos impulsos por parte da

²⁷⁹ Johann Gottlieb Fichte. “Discours à la Nation Allemande (Extraits)”. In: Jöel Roman e Ernest Renan. *Qu’est qu’une nation? Et autres essais politiques*. Paris: Presses Pocket, 1992.

²⁸⁰ Jaime O. Pellicer. “Los Estados Unidos en Sarmiento”. In: Domingo Faustino Sarmiento. *Viajes por Europa, África y América. 1845-1847, op. cit.*, p. 950.

razão, a fim de ajustar os comportamentos a um conjunto de práticas que eram percebidas como sendo de “bom tom”. Neste sentido, ele escreve que

[...] los individuos que saben leer, visten de ordinario con más arreglo i aseo, tienden a adoptar el traje que pertenece a las clases superiores, que ha llegado a ser hoy el distintivo sine qua non de los pueblos cultos; i adquieren hábitos de limpieza en sus vestidos; siguiendo el desenvolvimiento de estas cualidades en la misma escala ascendiente en que marcha el grado de instrucción del individuo²⁸¹.

Por sua vez, o meio “seguro, infalible de llegar a estos resultados, es proveer de educación a los niños”²⁸².

Se escassas eram as escolas nos centros urbanos e muitos os analfabetos nas cidades, a situação do campo era muito pior. Aí a carência de instrução era quase total, as enormes distâncias, o isolamento dos povoados, a dificuldade de comunicação – males que Sarmiento assinalava como causas da “barbárie” – conspiravam contra toda possível ação educativa. Os professores que atuavam junto à população do campo tinham como missão “llevar a las extremidades la vida intelectual que se ajita en los centros. Su tarea es sembrar todos los años sobre terreno ingrato, a riesgo de ver la mies pisoteada por los caballos, con la esperanza de que uno que otro grano caído en lugar abrigado se logre”²⁸³. A partir desse diagnóstico, ele concebe suas idéias sobre a educação popular, que começa a pôr em prática desde os tempos de exílio e que, mais tarde, em sua gestão governamental, aperfeiçoa e corrobora com a experiência alcançada com o consistente conhecimento que tinha das experiências educacionais estrangeiras. A partir dessas experiências, todo um conjunto de leis e regulamentos deveria ser criado e aplicado “bajo todas las condiciones de localidad, i segun cada grado de civilización, i sistema de gobierno de las naciones que los han ensayado”²⁸⁴.

Todas as formas, graus e níveis da docência interessavam a Sarmiento. Formas diretas de relação entre alunos e professores, formas indiretas de relação entre o cidadão e o Estado, entre governantes e governados. Graus e níveis para a infância, a adolescência e a idade adulta: o ensino primário ou de primeiras letras, o ensino médio geral ou especializado e o profissional. Sua preocupação docente abarcava também a

²⁸¹ Domingo Faustino Sarmiento. *De la Educacion Popular, op. cit.*, p. 35.

²⁸² *Ibidem*, p. 37.

²⁸³ *Idem. Las Escuelas, op. cit.*, p. 153.

²⁸⁴ *Idem. De la Educacion Popular, op. cit.*, p. 40.

educação de crianças pequenas nas primeiras escolas da infância, conhecidas pelo nome de Salas de Asilo. Diz ele:

El exámen que de la educación pública he hecho en los países que mas han progresado en ella, me ha puesto por conclusión de manifiesto a la vista que hai ya en el mundo Cristiano, aunque en fragmentos aquí i allí dispersos, un sistema completo de educación popular que principia en la Cuna, se prepara en la Sala de Asilo, continúa en la Escuela Primaria i se completa en las Lecturas orales, abrazando toda la existencia del hombre²⁸⁵.

A instrução primária era considerada por Sarmiento como a “instrução nacional” ou “el grado de educación que tiene ó recibe un pueblo culto para prepararse debidamente al desempeño de las múltiples funciones de la vida civilizada²⁸⁶”.

Sarmiento também acreditava no livro e nas bibliotecas públicas como instrumentos de difusão da civilização. Acreditava serem os livros e as bibliotecas públicas o complemento das escolas, pois, se a criança não deveria ser educada como uma mera repetidora e se não havia dogmas oficiais, ela devia ter onde encontrar fontes indiscriminadas nas quais formar sua própria opinião.

Libros, libros, libros! Pero libros adecuados, distribuidos metódicamente, donde quiera que haya una autoridad, una escuela y un adulto que sepa leer, que si no los leen tan luego, los libros quedan, y aguardan al lector y dan tiempo al tiempo, que es esta la principal dote de la institución de las Bibliotecas Populares, que no solo cuida de la generación actual que descuida las escuelas, sino que mientras el niño se cría, está acumulándose un capital de medios de instrucción que encontrará formado cuando lo haya menester²⁸⁷.

Sarmiento queixava-se de que havia pouca quantidade de livros escritos e traduzidos para o espanhol; além disso, a maioria vinha do estrangeiro, eram poucos, muito caros e tratavam de assuntos referentes à história européia, pouco interessando à população em geral.

Mais uma vez, o exemplo dos Estados Unidos inspirou-lhe e sua Lei de Bibliotecas Populares tentou promover uma abundante distribuição de livros. Além disso, ele acreditava serem os livros fundamentais para difundir entre a população – e conseqüentemente formar uma opinião pública sobre – a importância da educação para o progresso dos povos.

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 11.

²⁸⁶ *Idem. Educacion Comun, op. cit.*, p. 7.

²⁸⁷ *Idem. Obras Completas, op. cit.*, vol. XII, p. 250.

Es preciso para obtener resultados rápidos emprender un trabajo sobre la opinión pública, ilustrándola, comunicándole las nociones que le faltan, i los datos que suministra el movimiento de otras naciones, con el espectáculo animador de sus consecuencias prácticas, el estudio de las legislaciones i sentimientos que los mantienen, alimentan o producen²⁸⁸.

Com relação aos métodos de ensino, é interessante conhecer a opinião de Sarmiento para podermos compará-la à defesa do método de ensino mútuo ou lancasteriano que faz Paulino José. Sarmiento diz que tanto o método de ensino mútuo quanto o simultâneo apresentam vantagens e desvantagens e que ambos devem ser bem conhecidos por quem vai exercer o magistério nas escolas para que seja escolhido aquele que mais convenha aos hábitos e necessidades de ensino do lugar. Sarmiento ainda afirma que, naquela época, nos países que mais se ocupam do ensino primário havia uma séria discussão sobre as vantagens do método de ensino mútuo sobre o simultâneo, e opina que, em uma nação sem livros populares, sem a possibilidade de colocá-los em ampla circulação, com carência de professores e escolas, o método mútuo pode parecer o mais vantajoso, sem desprezar seus inconvenientes²⁸⁹.

Quanto às rendas para sustentar a educação pública, Sarmiento defende em *De la Educación Popular* que estas sejam proporcionais ao número de crianças de 4 a 16 anos existentes e que não sejam arrecadadas e nem custeadas pelo Estado, mas pelos habitantes de cada localidade, inspirando-se no modelo norte-americano.

Obrando en cada localidad el interés particular, i el amor paterno, la renta de escuelas debe emanar de los fondos de los contribuyentes en beneficio de sus propios hijos, i los de los pobres de la vecinidad. Por tanto la renta no puede ser municipal simplemente, sino creada ex-profeso para la educación, i votada por los mismos contribuyentes²⁹⁰.

Sobre isto escreve ainda: “La renta de escuelas, como que va a emplearse en beneficio directo de los mismos contribuyentes, debe emplearse en la misma localidad donde se cobra”²⁹¹. Para organizar a educação, ele propõe que se dividam as cidades e os campos em distritos ou paróquias de escolas – círculos traçados ao redor de cada escola –, para que as crianças saibam que escolas devem frequentar e para fixar a renda

²⁸⁸ *Idem*. “Nota Confidencial dirigida a los Ministros Plenipotenciarios del Congreso Americano en Lima, dezembro de 1864”. In: *Las Escuelas*, *op. cit.*, p. 16.

²⁸⁹ Ver, de Domingo Faustino Sarmiento, especialmente o artigo “La Educación Pública en América”. *El Mercurio*, 17, 18, 22 e 23 de março de 1842. In: *Educación Común*, *op. cit.*, tomo XII, p. 162-164.

²⁹⁰ *Idem*. *De la Educación Popular*, *op. cit.*, p. 84 e 85.

²⁹¹ *Idem*. “Principios fundamentales de las leyes sobre instrucción pública”. *Tribuna*, 13, 14, 15 e 16 de junho de 1849. In: *Obras Completas*, *op. cit.*, tomo IV. Ortografía, Instrucción Pública. 1841-1854. p. 338.

dos indivíduos que devem subministrá-la. O distrito divide a massa de cidadãos entre partes compreendidas dentro de certos limites. Uma vez conhecidos os vizinhos, eles se reconhecem como membros de uma corporação, com deveres para com seus próprios filhos, cuja educação comum vão prover. O departamento deveria auxiliar os distritos pobres; a província, o departamento; e o Estado, a província pobre. Ao Estado deveriam caber somente os custos com as escolas normais e com a inspeção. “Pero una vez reunido un barrio, el interés de todos obra contra el interés individual, i la repartición de la renta se hace proporcionalmente a la fortuna prescrita o confesada de cada uno”²⁹².

Como o Visconde do Uruguai, Sarmiento defende que a inspeção das escolas públicas deveria ser tarefa do Estado:

Adquiere la obligación de inspeccionar el Estado desde el momento en que se reconoce obligado a cuidar de que todos sus miembros reciban en la infancia aquella parte de educación, que es indispensable por lo menos para que el hombre salga del estado de naturaleza i se halle apto por la adquisición de los conocimientos rudimentales para cultivar su inteligencia, i satisfacer a las necesidades de la vida civilizada²⁹³.

Ele defende a urgente criação de autoridades especiais que inspecionem o ensino público. Considera este um ramo da administração do qual devem participar profissionais que demonstrem capacidades específicas para o desempenho desta função. A inspeção deve ser local, diária, múltipla e suficientemente dotada de meios de ação, para que sua influência se faça sentir em todos os pontos onde existam escolas públicas.

Sarmiento, como Paulino José, também fala constantemente do importante papel dos professores, os “maestros de escuela”. Ele os considera os artífices ocultos das sociedades modernas da época, aos quais está confiada a maior obra que os homens podem executar:

[...] terminar la obra de la civilización del jenero humano, principiada desde los tiempos históricos en tal o cual punto de la tierra, transmitida de siglo en siglo de unas naciones a otras, continuada de generación en generación, en una clase de la sociedad, generalizada solo en este ultimo siglo, en algunos pueblos adelantados a todas las clases i a todos los individuos²⁹⁴.

²⁹² *Idem*. “Sobre Educación Popular”, carta al intendente de Valparaíso. *La Crónica*, 3 de fevereiro de 1849. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo IV. Ortografía, Instrucción Publica. 1841-1854. p. 335.

²⁹³ *Idem*. *De la Educacion Popular, op. cit.*, p. 88.

²⁹⁴ *Idem*. *Las Escuelas, op. cit.*, p. 147.

Os prédios das escolas também aparecem como uma preocupação de Sarmiento nas questões relacionadas à educação. Ele considerava como causas para o atraso na educação nas repúblicas sul-americanas não só a herança colonial espanhola, como também a falta de professores e de locais adequados para a aprendizagem.

Uma das suas mais importantes convicções dizia respeito à educação das mulheres. “Puede juzgarse el grado de civilización de un pueblo por la posición social de las mujeres”²⁹⁵, dizia ele. Além da já mencionada criação do Colégio de Pensionistas de Santa Rosa, em 1839, Sarmiento sempre se mostrou atento à questão da educação feminina e procurou manter contato ao longo de sua vida com educadoras. Escreveu conhecidos artigos sobre este tema nos periódicos *El Mercurio*²⁹⁶ e *El Progreso*, nos quais mostra a grande influência, em suas idéias, do livro de Louis Aimé Martin, *De l'éducation des mères de famille*, publicado na França, em 1834. Em Paris, ele visitou Madame Tastu, educadora consagrada na educação de mulheres. Em suas conversas com ela, refere-se a Lévi-Alvarès, famoso por ter se dedicado ao ensino de meninas, fundador de um método comentado por ele em *De la Educación Popular*, e do qual ele traduzirá duas obras pedagógicas²⁹⁷. Nos Estados Unidos, estabelece uma grande amizade com Mrs. Mary Mann, viúva do educador norte-americano Horace Mann. É também conhecida a contratação de inúmeras professoras mulheres norte-americanas para orientar a formação infantil e, especialmente, para preparar docentes para o ensino médio nas escolas argentinas. Ele acreditava que a mulher, por estar destinada pela natureza a ser mãe, possuía todas as qualidades necessárias para educar as crianças:

Las mujeres poseen aptitudes de caracter i de moral, que las hacen infinitamente superiores a los hombres, para la enseñanza de la tierna infancia. [...] su inteligencia dominada por el corazón se dobla mas facilmente que la del hombre i se adapta a la capacidad infantil por una de las cualidades que son inherentes a su sexo²⁹⁸.

É interessante conhecer a visão que Sarmiento tem da mulher nos Estados Unidos. Desde o princípio de sua primeira viagem, as jovens norte-americanas haviam exercido uma enorme fascinação no espírito do viajante argentino. Ele escreve: “pertenecen todas a una misma clase, con tipos de fisionomia que por lo jeneral honran

²⁹⁵ *Idem. De la Educacion Popular, op. cit.*, p. 130.

²⁹⁶ Ver os artigos “De la Educación de la Mujer”. *El Mercurio*, 20, 22, 23 e 24 de agosto de 1841. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo IV, Ortografía, Instrucción Pública. 1841-1854.

²⁹⁷ São elas: *Manual de la historia de los pueblos antiguos y modernos*, de 1848, e *El por qué o la Física al alcance de todos*, de 1849.

²⁹⁸ *Idem. De la Educacion Popular, op. cit.*, p. 134.

a la especie humana”²⁹⁹. A mulher solteira é “libre como las mariposas [...] viaja sola, vaga por las calles de las ciudades”. Contudo, depois de dois ou três anos deste flertar livre, Sarmiento experimenta uma mudança radical. Chega o momento de casar-se e tem que se despedir para sempre de um mundo “cuyos placeres gozó tanto tiempo con entera libertad”³⁰⁰. Resumindo, o ciclo vital passa, para as mulheres, da liberdade à restrição, no momento em que esta se submete à autoridade de seu marido.

Em contraste, ele se refere ao que chama de “idéias árabes” sobre a mulher, que a Espanha teria legado à América do Sul: “que no vió en ella en los tiempos de oscurantismo, sino un ser débil i susceptible que necesitaba celosias, el aislamiento i la vijilancia para su guarda”³⁰¹. Esta visão que a América do Sul tinha da mulher era, para Sarmiento, consequência das idéias peculiares recebidas da península espanhola, que dependiam de fatos históricos como o atraso de sua civilização em relação às outras nações da Europa e às características especiais dos costumes adquiridos com a ocupação moura.

Na pesquisa documental, deparei-me com um importante discurso parlamentar de agosto de 1858, no qual Sarmiento se refere ao estado da educação no Império do Brasil e na República argentina, comparando os dados de Buenos Aires e do Rio de Janeiro. Ele defende a idéia de a educação comum ser um princípio novo introduzido e profundamente ligado ao espírito e ao governo republicano, o que seria provado pela superioridade das condições da educação pública na cidade de Buenos Aires. Diz ele:

El Imperio del Brazil goza de paz hace treinta años, de una prosperidad innegable, de un gobierno e instituciones acatadas, de la civilización al parecer mas alta en América. Sus escuadras surcan nuestros rios, y su política nos incomoda á cada rato con pretensiones de engrandecimiento. Yo he querido interrogar cuál es el estado de la educación en la capital del Imperio, en la culta ciudad de Rio de Janeiro, de 360.000 almas, la ciudad mas grande de la América del Sud³⁰².

E, depois de dizer ter consultado os documentos públicos apresentados ao Congresso pelo ministro do governo do Império do Brasil naquele ano, afirma existirem 31 escolas públicas no Rio de Janeiro, enquanto a cidade de Buenos Aires, com um

²⁹⁹ *Idem. Viajes por Europa, África y América. 1845-1847, op. cit., p. 306.*

³⁰⁰ *Ibidem, p. 303.*

³⁰¹ *Idem. “De la Educación de la Mujer”. El Mercurio, 20 de agosto de 1841. In: Obras Completas, op. cit., tomo IV, p. 231.*

³⁰² *Idem. “Discurso Parlamentar de 5 de agosto de 1858”. In: Obras Completas, op. cit., tomo XVIII, p. 175.*

terço daquela população, tem trinta; freqüentavam essas escolas no Rio 829 mulheres e 1.460 homens, e em Buenos Aires 1.744 mulheres e 1.700 homens; e, tomando a educação pública e a privada juntas, em uma e outra cidade, no Rio de Janeiro, dos 360 mil habitantes, estavam em escolas 7.020 alunos, enquanto em Buenos Aires contavam os colégios secundários e as escolas públicas com 6.900 alunos. Sarmiento conclui dizendo que a razão para estarem em igualdade de condições numéricas em termos de educação, com dois terços a menos de população na cidade Argentina, é “el principio de gobierno; porque el Brasil tiene un emperador, y por base una esclavatura de dos millones de hombres para producir la riqueza en beneficio de sus amos que no necesitan la educación sino como ornato”³⁰³. Como dissemos, ele relaciona suas idéias sobre educação pública e o maior sucesso da Argentina nesta área à concepção republicana de governo, enquanto reputa o atraso do Brasil neste setor à forma monárquica de governo e à existência da escravidão.

A visão de Sarmiento sobre a escravidão pode ser tomada como um exemplo das muitas vezes contraditórias representações de suas próprias idéias. Nas passagens do texto de *Viajes*, em que ele trata das diferentes raças existentes nos Estados Unidos, percebemos sua tentativa de se incluir entre o distinto grupo de cidadãos do mundo que estariam situados no mais alto estágio de consciência moral, por não considerarem qualquer ser humano, independente da cor de sua pele, como um “inimigo” ou um “diferente pela raça”. Apesar dos supostos valores liberais professados por Sarmiento, as opiniões sobre os negros e sobre a escravidão neste país são bastante vagas neste livro. Pode-se observar que ele não critica os norte-americanos por terem tolerado a prática da escravidão nas suas fronteiras, mas por acreditar que esta instituição peculiar constituía uma úlcera que iria crescer em dimensões desastrosas. Em outras passagens, Sarmiento demonstra grande generosidade e uma visão positiva em relação à raça negra. No capítulo sobre o Rio de Janeiro, ele chama atenção para as características morais positivas dos negros e mulatos que ele observou na cidade e ressalta sua “educabilidade”.

Com relação às outras raças que habitavam o continente americano, seu pensamento apresentou alguma coerência ao longo de suas obras. Por exemplo, em *Viajes*, Sarmiento silencia sobre os índios norte-americanos. Apesar de durante aquela viagem ele não ter visitado nenhuma região com um significativo contingente de

³⁰³*Ibidem*, p. 176.

população indígena, seu silêncio parece mascarar um forte preconceito racial. São conhecidas as suas opiniões sobre a inferioridade biológica dos índios americanos e dos mestiços. Por exemplo, em *De la Educación Popular*, o mais conhecido de seus trabalhos pela sua promessa de instruir, civilizar e, portanto, levar o progresso para as massas do continente, Sarmiento exclui os índios pela sua “ineducabilidade”, assim como exclui os mestiços, “incapazes ou inadequados para a civilização”. No final de sua vida, publica *Conflictos y armonías de las razas en América*, em 1883, uma tentativa de aplicação de idéias científicas para provar que o atraso do continente era devido, em grande parte, à composição genética inferior da maioria de sua população composta por índios e mestiços.

Podemos dizer que certamente Sarmiento acreditava na educação popular, como o meio mais importante para se alcançar e concretizar seu ideal de uma nação republicana e civilizada. Apesar de muitas vezes mostrar-se incrédulo quanto à possibilidade da população negra, índia e mestiça, considerada “bárbara”, transformar-se em uma população culta e civilizada, seus inúmeros escritos, suas ações políticas e a atenção que ele dedicou à questão da educação pública nos levam a afirmar que ele pensava ser possível “hacer de toda la República una escuela”, justificando assim o papel de autor e ator na construção da nação argentina que ele arrogou para si mesmo.

Povoar e civilizar

Junto à educação, Sarmiento defendia vigorosamente a imigração como um meio de eliminar a barbárie e transformar a Argentina em uma nação moderna e civilizada. Sua intenção era incentivar a imigração dos povos supostamente mais civilizados da Europa, os nórdicos, de maneira que seu sangue e sua cultura fossem introduzidos no solo argentino e transformassem aquela nascente nação, constituída por uma população “maldita” marcada pela tradição espanhola e pela inadequação racial, em um exemplo de civilização ocidental. Sarmiento estava particularmente interessado em atrair imigrantes da Alemanha, Inglaterra e Europa do norte, vistos por ele como o melhor da Europa.

Os planos de Sarmiento para civilizar a nação argentina, principalmente o campo, onde, segundo ele, a barbárie estava mais concentrada, envolviam, além da questão da imigração, a eliminação dos grandes proprietários de terras e o estabelecimento de numerosas colônias agrícolas de imigrantes europeus, ou seja, uma

política de colonização. Juntas, estas mudanças iriam estimular a formação de novas fontes de trabalho e prosperidade e ajudariam na eliminação do sistema vigente, baseado essencialmente na relação entre poderosos caudilhos e uma imensa população rural que vivia na miséria e na servidão. Neste sentido, ele escreve:

Quien dice ley de tierras dice colonización, población; quien dice inmigración dice ley de tierras. Son dos cosas relativas. Antes de tener inmigración, podíamos pensar en tener exclusivamente cubierta de ganado la campaña; pero hoy que acude aquélla, y que necesitamos que acuda en mayor número, necesitamos ir eliminando paulatinamente la campaña, para distribuir la tierra, en lo que es del dominio del Estado, entre esos millares de pobladores, que nos ahorran tiempo, y que nos permiten resarcirnos en pocos años, de tres siglos perdidos de colonización lenta, vagabunda y sin ocupación, ni cultivo de la tierra³⁰⁴.

Seus estudos a esse respeito começaram em Santiago do Chile, em 1840, quando chegou expatriado àquele país, onde permaneceu até 1852. Ali analisou as características do trabalho agrário, da distribuição da terra, da imigração, e nos artigos publicados nos periódicos *El Nacional* e *El Mercurio* desenvolveu sua tese relativa à influência negativa do latifúndio, que, segundo ele, impedia a subdivisão da terra em lotes economicamente rentáveis e, por conseguinte, impedia todo o intento de colonização agrícola. Ele observa isto tanto em relação ao centro do Chile, quanto à extensa planície pampeana e ao litoral de seu país de nascimento.

Suas idéias são claras: há em ambos países suficiente extensão de terras públicas que podem ser distribuídas em lotes rentáveis entre os camponeses ou, especialmente, entre os imigrantes europeus, para fundar e desenvolver colônias agrícolas. O olhar de Sarmiento está posto no aproveitamento ordenado da terra, tanto na agricultura como na criação de animais, para o qual seu ideal é a “granja modelo”. Queixa-se constantemente da negligência ou ignorância dos camponeses da sua terra, que desperdiçam os produtos cultivados porque não sabem, por exemplo, aproveitar o leite para produção de derivados como manteiga e queijos. A crítica vai até os estancieiros, que não têm interesse em ordenar e desenvolver seus estabelecimentos, que se contentam com a criação de animais em liberdade, sem melhorar a raça com a devida mestiçagem, e que tampouco aproveitam seus campos para desenvolver uma agricultura organizada e produtiva.

³⁰⁴ *Idem*. “Ley de Tierras de Chivilcoy”. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo XXIII, p. 290.

Nos artigos publicados na imprensa, a partir de 1840, também aparece a idéia da necessidade de melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras como meio de regeneração social, de angariar apoio político e de eliminação da barbárie em que viviam. Escrevia Sarmiento em 1842, no *El Nacional* do Chile: “No despreciemos el bienestar de las clases trabajadoras; bien tratadas y felices, son aún en política un auxiliar poderoso; pareciendo irritadas, son, al contrario, un torrente destructor a quien nadie detiene roto una vez el dique”³⁰⁵.

Seu entusiasmo para atrair para o Chile ou para toda a América hispânica a imigração européia – especialmente nórdica – começa naqueles anos. Sem conhecer ainda pessoalmente a situação dos Estados Unidos a esse respeito, mas utilizando-se de publicações que consulta e de informes verbais ou escritos que recebe, forma uma clara idéia de como se havia formado a população agrícola e criadora de animais daquele país, que abriu suas portas aos estrangeiros e lhes assegurou o respeito à propriedade e à inviolabilidade de seus direitos. O modelo norte-americano se tornará desde então o grande exemplo a seguir.

Todas essas idéias já expostas no Chile entre 1840 e 1845 se desenvolvem em novas bases e de maneira mais consistente quando realiza sua viagem pela Europa ocidental, norte da África e Estados Unidos, entre 1845 e 1848. É interessante deter-se, por exemplo, nos parágrafos que Sarmiento dedica à colonização na sua descrição do uso da terra que os franceses realizam em Argel, em oposição aos muçulmanos. Esta seria um ensaio dos “falanstérios” propostos por Charles Fourier naquela época. Sarmiento inspira-se neste filósofo para escrever:

La villa del Sig que se construye, rehabilitará bien pronto la perdida ciudad romana, y una numerosa población europea afirmará, Dios quiera que para siempre, otro dominio que el de estos feroces pastores que han vuelto a la tierra, donde quiera que hayan elevado sus tiendas, su esterilidad primitiva. Acaso la llanura del Sig está destinada a obrar una de aquellas grandes revoluciones morales que de tarde en tarde trastornan la faz del mundo, curando alguna llaga especial de la especie humana. A corta distancia de la villa moderna se está preparando el terreno necesario para la formación de un Falanstério³⁰⁶.

Sarmiento retira de Fourier a idéia da necessidade de preocupar-se com as classes menos abastadas e orientá-las para o mundo do trabalho agrícola bem organizado.

³⁰⁵ *Idem*. “Legislación y Progresos en Chile”. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo X, p. 12.

³⁰⁶ *Idem*. *Viajes por Europa, África y América. 1845-1847, op. cit.*, p. 195-196.

Na Suíça e na Alemanha, entusiasma-se com a capacidade de trabalho e a indústria desses povos que fazem do trabalho um culto. Na Alemanha, entra em contato com o Dr. Wappaüs, da Universidade de Gotinga, com quem discute a possibilidade de emigração alemã para o Chile e a fundação de colônias agrícolas neste país. Sarmiento encanta-se com este intelectual que ajudará a difundir entre a população alemã o conhecimento da geografia sul-americana, indicando-lhes, entre outros países, o Chile como um dos mais adequados para serem povoados e o que mais vantagens prometia aos imigrantes. Sarmiento fornece a ele dados sobre a vida nas terras meridionais da América do Sul e colabora na publicação do estudo “Emigración Alemana al Rio de la Plata, Memoria escrita en Alemania, i enriquecida con notas sobre el Chaco i los paizes adyacentes a los rios interiores de la America del Sud, por el Dr. Wappaüs”, de 1851. Este é um informe escrito para ser apresentado ao governo do Chile, com o intuito de incentivar a imigração alemã. O estudo propõe uma política oficial para atrair alemães para a América do Sul, por meio da qual estes governos deveriam subsidiar as viagens, a instalação, a compra de ferramentas, sementes e a aquisição de terras para os recém-chegados. Na sua leitura, é possível perceber a clara influência das idéias de Sarmiento, principalmente quando se refere à situação da Argentina.

Nos Estados Unidos, onde completou esta sua famosa viagem, em 1847, a imigração aparece para Sarmiento como uma das causas principais do progresso daquele povo. Isto teria se dado, segundo ele, graças à filosofia fundamental adotada por aquele país desde sua origem, ou seja, ao clima de tolerância e de liberdade que atraiu para lá os elementos mais criativos e capazes dos outros países. Diz Sarmiento: “Un pueblo compuesto de todos los pueblos del mundo, libre como la conciencia, como el aire, sin tutores, sin ejercito i sin bastillas, es la resultante de todos los antecedentes humanos, europeos i cristianos”³⁰⁷. Recolheu naquele país, por observação direta e por informes de estudiosos, muitos conhecimentos em matéria de imigração e colonização. Completa ali o quadro de suas observações européias e anota detalhes que são de especial importância para seu futuro “plano civilizador”. Descreve a organização da vida agrária na América do Norte desde a ordenada distribuição dos lotes até a forma de alternar o trabalho entre o plantio, a granja e o cuidado para com os animais e suas crias. Elogia a laboriosidade e o empenho dos camponeses, comparando-os com o desleixo do gaúcho argentino ou do “roto” chileno. Não se detém apenas no que vê, vai mais além,

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 314.

observando e estudando as leis e regulamentações que organizam o trabalho. Sai dos Estados Unidos convencido de que, na colonização da terra, na criação de gado organizada, na granja e na imigração, estariam os meios necessários para cumprir seu plano de lutar contra a barbárie que imperava, para ele, na República argentina.

Voltou ao Chile disposto a redigir seus planos e buscar a oportunidade de concretizá-los. Em 1849, escreve um artigo no *La Crónica*, “Inmigración en Chile”, no qual afirma que “el medio de hacer inteligente, industriosa, la población futura de la República, es infiltrar en nuestras ciudades, en nuestros talleres, la inmigración con sus artes, hábitos industriales, sus instintos y su capacidad de progreso”³⁰⁸. A introdução de homens idôneos, auxiliados de todos os poderes da maquinaria moderna que centuplicam a força humana, faria com que os campos incultos se convertessem em cidades prósperas. E conclui enfatizando sua crença de que

[...] á todo esto responde la palabra inmigración, el ejemplo de los Estados Unidos y la degradación de los Estados sud-americanos, que no han querido comprender esta verdad, ó que no han podido mantenerse en diario contacto con la Europa, ni abrir sus puertas á los inmigrantes³⁰⁹.

Nesse artigo, afirma ainda que uma das principais causas para que os europeus não se sentissem atraídos para emigrar para a América do Sul era uma herança da colonização espanhola. Esta, com suas antigas leis proibitivas, teria, durante o período colonial, inculcado nas populações européias o sentimento de que, além de não serem bem-vindas, seriam sempre excluídas e consideradas estrangeiras. Assim, para promover a imigração não bastava contar somente com a ação do governo; era preciso antes convencer a opinião pública, fazê-la sentir as desvantagens da situação atual, remover os obstáculos e esclarecer as questões.

Sarmiento publica então a já mencionada *Memória* escrita por Wappaüs e, entusiasmado por sua prédica, escreve o trecho a seguir sobre a imigração alemã:

Una vez que se haya iniciado este movimiento de emigración alemana a la América del Sur, compañías de vastos capitales pueden encargarse del transporte de los colonos y adquirir territorios para establecerlos. Entonces todo podrá emprenderse a la vez, y las colonias, siguiendo el curso de los ríos u otras direcciones que la conveniencia dicte, y apoyándose unas en otras, avanzar hasta el corazón de la América, llevando la civilización, la agricultura y la industria a los países que cubren hoy bosques inútiles. La América del Sur podrá entonces

³⁰⁸ *Idem*. “Inmigración y Colonización”. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo XXIII, p. 55.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 55-56.

rivalizar en poder y riqueza con la del Norte, y grandes estados productores establecerán la balanza entre las dos razas principales que pueblan la América³¹⁰.

A idéia principal era incentivar a imediata colonização dos terrenos vazios do sul do Chile pelos imigrantes alemães que deixavam sua pátria para se estabelecer em novos territórios. Para isto, Sarmiento sugeria tanto a criação de oficinas de imigração na Alemanha, seguindo o modelo das várias companhias norte-americanas que exploravam esta indústria, quanto uma intensa propaganda na imprensa que tornasse popular o propósito de emigrar para o Chile, além da urgente votação no Congresso de uma legislação sobre o assunto.

Em matéria de colonização, expõe detalhadamente a experiência que já havia sido iniciada no Chile e a propõe como o futuro da região do Prata nesta questão. Deveria dar-se aos terrenos um valor módico, para que os colonos pudessem adquiri-los como propriedade, base essencial de uma efetiva colonização. O Estado, como não dispõe de recursos, deveria contrair um empréstimo na Europa para financiar o projeto de colonização. Os colonos amortizariam a dívida com o Estado, com a sua produção agrícola. Cada colônia requeria uma preparação prévia, que estaria a cargo de um sacerdote (ou ministro do respectivo culto), um médico e um engenheiro que deveriam falar a mesma língua dos imigrantes que chegariam depois. Os colonos “gozarán de los derechos personales de que gozaban en el país de su origen y de los que asegura la Constitución de Chile a los ciudadanos chilenos si así lo prefieren”³¹¹.

Em 1852, depois da queda de Rosas e de seus desentendimentos com Urquiza, Sarmiento regressa ao Chile, quando dedicará, de novo, grande parte de seu tempo à análise da colonização agrícola e da criação de gado. Envia ao Instituto Histórico da França, como membro honorário, uma “Memória” publicada no volume XVI de suas *Obras Completas*, intitulada *Estado de las Repúblicas Sudamericanas á mediados del siglo*. Esta *Memória* define com precisão o pensamento de Sarmiento sobre o latifúndio: este seria uma herança da colonização, fruto da má distribuição da terra no Chile e na Argentina, onde as autoridades espanholas, especialmente no Rio da Prata, concederam as terras em proporções enormes para a criação de gado. Com isso, detiveram toda intenção e possibilidades de desenvolver a agricultura. A “Memória” reflete fielmente a

³¹⁰ *Idem*. “Emigración alemana al Rio de la Plata”. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo XXIII, p. 177.

³¹¹ *Idem*. “Inmigración en Chile”. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo XXIII, p. 145.

posição de Sarmiento em 1853, quando ele se preparava para tomar parte ativa na reconstrução política e social de seu país.

Em 1855, Sarmiento publica um importante trabalho sobre a agricultura, com o título *Plan combinado de educación común, silvicultura e industria pastoril, aplicable al estado de Buenos Aires*. Começa estudando as condições físicas do estado de Buenos Aires e as compara com as dos Estados Unidos e Europa, fazendo notar suas vantagens sobre estas. Refere-se ao aproveitamento da planície bonaerense ou santafesina, nas quais a falta de meios auxiliares de civilização, como máquinas a vapor e moinhos, diminui o rendimento da terra. O gado, por estar sendo criado livremente, sem cercas, contribui para que os rebanhos sejam mantidos em estado selvagem. Além disso, as terras que estão consagradas exclusivamente à criação de gado afastam de sua superfície toda população que não esteja ligada a esta tarefa, o que acaba dificultando o povoamento da região e seu desenvolvimento. Quanto à agricultura, diz que,

[...] introducida al lado del pastoreo, puede suministrar a éste los auxilios que lo harían más perfecto. Produciendo cercas, madera, leña, etc., habría granjas, establos, apriscos, rediles o corrales en abundancia; y por estos medios de sujeción y limitación de los movimientos, se acabaría de domesticar al ganado, se utilizaría la leche y sería menos costosa la producción y mayor³¹².

Incentivar a agricultura para ajudar na transformação da terra exclusivamente voltada para o pastoreio e assim valorizá-la era sua idéia central.

O *Plan combinado* propõe ainda a necessidade de incentivar uma educação voltada para os interesses da população do campo, orientada para a agricultura, com um sentido pragmático que se aproximaria do ideal norte-americano. Com base neste critério, Sarmiento expõe o projeto de ensino agrícola, sobre a base do que ele chama de “Quinta Normal”. Este teria por objetivo a aclimação de plantas e o ensaio de agricultura. Funcionariam também em seu recinto “una escuela de preceptores de enseñanza común, un hospicio de huérfanos y una casa de reforma de niños abandonados, delincuentes, vagos o destituídos por falta de capacidad de sus padres de medios de vivir”³¹³. Estas Quintas Normales se estenderiam por todo o território do Estado em terras que estivessem disponíveis. Teriam o caráter de escolas agrônômicas, viveiros de árvores, estábulos-modelo para produção de leite, bibliotecas locais, morada

³¹² *Idem. Plan combinado*. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo XXIII, p. 224-225.

³¹³ *Ibidem*, p. 230-231.

do professor da escola agrônoma e posto de administração. O Plano estendia-se assim ao desenvolvimento agrícola, posto que contemplava a distribuição de terras vazias em lotes para o exclusivo uso da agricultura, e sua venda em público, com um preço razoável fixado pela lei. Quanto ao professor da Quinta, base importante do Plano, este “ha de ser un agricultor que se ha educado convenientemente en la quinta normal, y que ha traído de este depósito central plantas para propagar”³¹⁴.

Neste escrito, Sarmiento também chama a atenção para as diferenças entre a imigração européia que se dirigia para os Estados Unidos e a que vinha para a América do Sul. Para o território argentino, vinham na maioria habitantes “del mediodía de Europa”, as classes trabalhadoras que traziam braços robustos, hábitos de economia e sobriedade, mas uma instrução limitada. Para a América do Norte, iam os habitantes do norte da Europa, da Inglaterra e, sobretudo, da Alemanha, que traziam consigo tradições de indústria, instrução e ciência. Heranças diversas traduziam-se em resultados diversos. Enquanto os imigrantes que vão para os Estados Unidos rapidamente se amoldam ao espírito, hábitos e idéias do povo que os acolhia,

[...] nosotros necesitamos fundar la nacionalidad futura de esos elementos heterogéneos [...] Esta masa de arribantes que debe aumentar cada día mas, sofocará bien pronto la población indígena, sin imprimirle carácter ninguno, porque no puede tenerlo esta mezcla heterogénea y aun sin impregnarse del nuestro, no solo por la poca influencia que ejercería nuestro pequeño número, sino porque ningún rasgo apetecible tenemos de carácter nacional, ni en moral, ni en instituciones, ni en prácticas gubernativas, ni en tradiciones, ni en costumbres, sino son las de la barbarie³¹⁵.

A solução proposta por Sarmiento será a extensão da educação pública comum aos imigrantes, o que impedirá que os filhos de portugueses, italianos e espanhóis abandonem os hábitos de seus pais e adotem os de barbárie das massas aqui existentes, e permitirá que construam um caráter nacional predominante.

Em março de 1855, Sarmiento retorna à Argentina, quando começa a participar ativamente do governo e retoma suas atividades nos periódicos nacionais. No jornal *El Nacional*, escreverá uma série de artigos iniciando uma nova campanha colonizadora, a partir de sua experiência no Chile, de sua viagem para a Europa e especialmente para os Estados Unidos. Defende a idéia de que se deveriam estimular os estancieiros a instalarem em suas próprias terras colônias agrícolas e granjas.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 232.

³¹⁵ *Ibidem*, p. 266.

O primeiro ensaio importante de Sarmiento para estimular a colonização agrícola refere-se a Chivilcoy. Ele havia percorrido essa zona com a expedição de Urquiza em 1852, e se propôs a lutar para que os colonos daquela região, a maioria estrangeiros, conseguissem ser donos das terras nas quais trabalhavam. Estas pertenciam a favorecidos por Rosas que se haviam feito donos de todas as parcelas plantadas pelos colonos e as exploravam. Por intermédio da imprensa bonaerense, Sarmiento iniciou e desenvolveu, a partir de 1855, uma campanha para favorecer aos chivilcoyanos, defendendo a concessão da propriedade de seus fundos e a anulação dos privilégios de quem se havia apossado da zona. Apresenta ao Parlamento seu “Proyecto de ley sobre distribución y venta de las tierras de propiedad pública en Chivilcoy”, que não é aprovado. Apesar dessa derrota inicial, dois anos mais tarde são anulados os *boletos* dos que exploram os agricultores e se faculta ao Poder Executivo a alienação dos lotes, com instruções precisas para que possam ser adquiridos pelos colonos que os ocupam. Estes se transformam em proprietários e nasce assim a primeira experiência de associação de agricultores, que se tornará modelo para outras que se instalarão no país. Sobre este fato, escreve Sarmiento:

Del objeto económico de la venta de tierras nada diremos por ahora, porque nada ha sido cuestionado; y sin embargo es esta ley sobre las tierras el primer paso que se da hacia un nuevo sistema de administración de las tierras públicas, que va a cambiar en pocos años la faz del país, por la subdivisión de la propiedad territorial³¹⁶.

Esta experiência em Chivilcoy deveria ser, segundo ele, “punto de partida de la transformación de las campañas, en campinas agrícolas, morales, ricas y pobladas de seres humanos, los cuales serán los baluartes ante los cuales vendrá en vano á estrellarse la revuelta de haraganes”³¹⁷.

Outras importantes campanhas periodísticas de Sarmiento nesse período foram a discussão sobre a lei de venda de terras públicas, a defesa das colônias agrícolas e a que iniciou para justificar e estimular a imigração. Examinemos mais de perto duas delas. Em julho de 1855, pouco depois de chegar a Buenos Aires, Sarmiento publica no *El Nacional* um amplo estudo sobre os efeitos da imigração. Considera em primeiro lugar que o número de estrangeiros que chegam ao país é insuficiente para cumprir os planos

³¹⁶ *Idem*. “La Revolucion Económica”. *El Nacional*, 27 de setembro de 1856. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo XXIII, p. 323.

³¹⁷ *Idem*. “Ley de Tierras de Chivilcoy”. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo XXIII, p. 305.

de civilização que constituem a base de sua constante prédica; segundo estatísticas informadas por ele neste artigo, em lugar dos 4.500 que ingressaram no país em 1854, deveriam ser 50 mil por ano. Aborda também os efeitos da incidência da entrada e estabelecimento de estrangeiros sobre o salário dos jornaleiros.

Em outro artigo do *El Nacional*, de dezembro de 1856, analisa as várias políticas de incentivo à imigração intentadas pelos diversos estados americanos. E mais uma vez nos deparamos na pesquisa documental com um precioso texto em que Sarmiento fala dos poucos avanços conseguidos pelo Brasil para atrair imigrantes, apesar dos esforços feitos pelo governo e por particulares. A razão principal para isto, segundo ele, estaria na concorrência que o trabalho escravo fazia ao trabalho livre, mantendo o nível do salário à altura dos lucros que se obtinha com o custo de um negro. Afirma ele: “Esta sola causa bastaría para destruir todo progreso en la inmigracion”. Outras razões menores também contribuía, segundo ele, para o pouco sucesso das políticas de imigração no território brasileiro: “el clima no es agradable al europeo, el suelo está cubierto de enmarañada selva, y de rocas graníticas que impiden despojarlo en muchos años y hacerlo productivo; los cereales no se producen, y el sistema de alimentación repugna el extranjero”; além disso, o “Rio de Janeiro está infestado por la fiebre amarilla que diezma á los inmigrantes”³¹⁸. Já em Buenos Aires os salários eram altos, o clima era benigno e análogo ao europeu, não havia enfermidades endêmicas e a fama de prosperidade atraía os imigrantes, o que explicava a predileção dos imigrantes por esta cidade. Mas uma condição era, para Sarmiento, fundamental para o sucesso desta empreitada em qualquer nação americana: a paz e a ordem política, daí se justificarem todos os esforços empregados para tal. Nesse sentido, concorda com o Visconde do Uruguai ao ressaltar a necessidade da existência de uma ordem política estável que pudesse garantir as políticas civilizatórias de imigração.

Nos meses de setembro e outubro de 1856, Sarmiento escreve uma série de artigos sobre os debates que estão ocorrendo em torno das leis de distribuição das terras públicas, outra de suas campanhas periodísticas. Acusa o governo Rosas de ter aprofundado o problema da falta de terras e do aumento dos latifúndios com a sua política de concessão de vastas extensões de terras públicas a particulares seus aliados, por meio dos chamados *boletos*. Estes davam os presumidos direitos destes particulares

³¹⁸ *Idem*. “La inmigracion”. *El Nacional*, 29 de dezembro de 1856. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo XXIII, p. 364 -365.

sobre estas terras e se constituíram em objeto de ampla discussão no país após a queda de Rosas.

Em 1852, o Dr. Vélez Sarsfield, ministro do novo governo, fez sancionar uma lei que proibiu ao Poder Executivo alienar terras públicas com o intuito de evitar a continuidade de práticas ilegais. Tratava-se agora de estabelecer novas leis que regulamentassem as propriedades destas terras e incentivassem a ocupação produtiva de terras incultas com a vinda de imigrantes e a criação de colônias agrícolas. O ministro toma o exemplo das terras de Chivilcoy, onde uma comissão foi nomeada para examinar a questão das terras públicas e que, ao tentar declarar nulos e inválidos esses *boletos*, encontrou uma forte resistência tanto da população local, como da opinião pública.

Uma política de concessão de terras públicas também era extremamente importante para assegurar a ocupação de áreas estratégicas como as fronteiras do sul. Escrevendo sobre a política de concessão de terras que o governo tenta promover no Rio Negro, Sarmiento afirma que esta tem por objetivo levar a população àqueles extremos do território, para que sirvam de defesa à parte que já está povoada, colocando obstáculos às invasões. Diz ele: “Crear poblaciones allá, es crear riqueza e intereses argentinos, pues la tierra desnuda e insegura no es riqueza ni tiene valor alguno, mientras la mano del hombre no la haga producir”³¹⁹. O povoamento destas áreas também “afastaria os bárbaros” ou forçaria-os a se fixarem definitivamente.

Quando Mitre assume a presidência, em 1862, Sarmiento torna-se governador de San Juan. Define aí sua prioridade política: subdividir a terra, evitando a formação de latifúndios, fundar colônias agrícolas e incentivar a imigração. Cria uma “Quinta Normal”, uma escola normal para a preparação de professores rurais, onde os alunos adquiririam os conhecimentos e a prática da horta e da granja. Mais tarde, como ministro plenipotenciário nos Estados Unidos, se dedicará a estudar de novo e mais a fundo as instituições daquele país, sua população, seu desenvolvimento agrícola, sua educação e sua política de imigração. Prepara informes para o governo argentino e envia-os também para periódicos, sempre advogando essas políticas como meios para se alcançar a civilização. Estimula a imigração européia, especialmente a nórdica, dá instruções precisas sobre a melhor forma de dividir as terras, semeá-las, obter boas colheitas, favorecer a criação de gado e criar granjas-modelo para o melhor aproveitamento dos produtos cultivados.

³¹⁹ *Idem*. “Concesiones de tierra em el Rio Negro”. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo XXIII, p. 357.

Quando regressa desta segunda viagem pelos Estados Unidos, Sarmiento é eleito à presidência da República, em 1868. Um dos primeiros atos, antes de tomar posse, é viajar para Chivilcoy para comprovar os progressos daquelas colônias agrícolas, onde faz um famoso discurso em que anuncia:

Digo, pues, a los pueblos todos de la República, que Chivilcoy es el programa del presidente don Domingo Faustino Sarmiento [...] A los gaúchos, a los montoneros, a Elizalde y a todos que hacen el triste papel de bandidos, decidles que me den el tiempo necesario para persuadir a mis amigos, que no se han engañado al elegirme presidente, y les prometo hacer cien Chivilcoy en los seis años de mi gobierno y con tierra para cada padre de familia, con escuelas para sus hijos³²⁰.

Para completar seu “programa civilizador”, Sarmiento enviou ao Congresso, em 1873, um amplo projeto de colonização. Não obstante a falta de apoio no Congresso, sua propaganda imigratória obteve bons resultados e a chegada de agricultores estrangeiros aumentou de forma acelerada entre 1868 e 1874.

No final de sua vida, já não apoiava tão firmemente a imigração europeia nórdica, convencido da necessidade de atrair imigrantes de outras nacionalidades, como espanhóis e italianos. Queria que o estrangeiro se arraigasse e se tornasse nacional; advogava pela seleção imigratória. Em todo o volume XXXVI das *Obras Completas*, pode-se encontrar abundante material relativo à imigração e à cidadania dos estrangeiros. Numerosos artigos do *El Nacional*, escritos entre 1881 e 1888, demonstram sua constante preocupação com este tema. Todavia, os imigrantes argentinos acabaram vindo primordialmente da Espanha e Itália, fato que, na visão de Sarmiento, contribuiu para o “fracasso” da nação. Neste sentido, em um de seus mais controversos livros, *Conflictos y armonías de razas en América*, escrito no final de sua vida e mais de trinta anos depois do *Facundo*, Sarmiento descreve o fracasso da Argentina para criar instituições democráticas como o resultado da baixa qualidade do contingente de imigrantes atraídos para o país.

Podemos concluir, reconhecendo o papel central que a imigração, a colonização e a questão da distribuição de terras públicas tinham para Sarmiento na constituição de uma nação civilizada e próspera, com um trecho extremamente significativo de um artigo escrito por ele em 1856: “No es el territorio lo que nos ha de constituir nación, sino el número de habitantes y la riqueza acumulada en torno de ellos. Con desiertos,

³²⁰ *Idem. Obras Completas, op. cit., vol. XXI, p. 259.*

seremos siempre juguete de influencias extrañas, porque son los hombres y los intereses los que oponen resistencia”³²¹. Assim, políticas de colonização tinham por objetivo estender o território povoado, tomar posse da terra e reunir homens “que se han de vincular á la tierra, la que les ha de dar patria, nacionalidad, pues el suelo hace á los hombres”³²².

Vejamos como foram pensadas por Paulino José Soares de Sousa as questões da imigração, da colonização e da terra no Império do Brasil. A primeira e fundamental consideração a fazer para estabelecer qualquer comparação entre os dois autores e seus projetos nacionais é que esta foi uma nação que se constituiu sob o signo da escravidão, diferencial que lhe imprime uma marca definitiva. Marca com a qual terá que lidar uma nação que se quer civilizada e que promove para tal um processo de expansão para dentro. Expansão esta que, como já dito, deu-se pela constituição de uma história, de uma língua e de uma literatura nacionais, da invenção de tradições e da conformação de um povo civilizado por meio da educação, da instrução pública e da imigração. Podemos dizer ainda que tal expansão ocorreu recuperando um certo jogo de inversões por intermédio do qual a civilização deveria ter aqui, na escravidão, a sua face complementar.

Seguindo o argumento de Ilmar Mattos de que em meados do século passado os Saquaremas se distinguiram, entre outras coisas, por pensar de maneira interligada as questões da terra e da mão-de-obra, do tráfico negreiro externo e do tráfico interno, da corrente imigratória africana e da européia, impõe-se a necessidade de destacar a ação política conjunta desses líderes políticos no que diz respeito a estes assuntos. Nesse momento de consolidação do Estado imperial, eles souberam articular a idéia de soberania nacional à questão da escravidão e, “por meio da Coroa, levaram a cabo políticas específicas, estreitamente articuladas entre si, caracterizando a direção e a dominação que exerciam”³²³.

Começamos pela questão da extinção do tráfico negreiro, uma das mais importantes ações políticas levadas a cabo por este grupo dirigente, em meados do século XIX. Ela punha em evidência dois aspectos – a política inglesa de repressão ao tráfico e as insurreições de escravos cada vez mais freqüentes, que, naquele momento, revelavam com mais clareza a crise do escravismo colonial e sua relação com a questão

³²¹ *Idem*. “Emigración solicitada por Francia para deportados políticos”. *El Nacional*, 6 de junho de 1856. In: *Obras Completas, op. cit.*, tomo XXIII, p. 381.

³²² *Ibidem*, p. 381.

³²³ Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema, op. cit.*, p. 221.

da soberania nacional. Nesse sentido, trataremos então de recuperar tanto as relações entre o Império do Brasil e o Império britânico, como também as medidas tomadas para garantir a ordem e a segurança internas do Império.

Desde o início do século XIX, a Inglaterra tornou-se, por razões econômicas bastante conhecidas, a maior inimiga do tráfico de escravos. Pelo *Bill* de 25 de março de 1809, o Parlamento britânico aboliu o tráfico nas suas colônias e a diplomacia britânica, desde então, procurou fazer com que as outras potências imitassem a Inglaterra. No Congresso de Viena, em 1815, Lord Castelay, plenipotenciário inglês, conseguiu que as nações ali representadas declarassem que concorreriam para a execução, a mais pronta e eficaz, das medidas tendentes à abolição do tráfico. No que diz respeito especificamente às relações entre Portugal e Inglaterra, ainda em Viena, na véspera de se encerrar o Congresso, ambas nações celebraram um tratado no qual Portugal se comprometia a extinguir o tráfico ao norte do Equador e, por outro tratado, estabeleceram a época em que o tráfico cessaria para sempre nas colônias portuguesas. Por essas estipulações, a título de indenização, recebeu Portugal da Grã-Bretanha a quantia de 600 mil libras esterlinas. Dois anos depois, pela convenção de 28 de julho de 1817, estabeleceram ainda Portugal e Inglaterra as medidas a serem empregadas para a abolição do tráfico e estipularam o direito de visitas recíprocas e a criação de comissões mistas.

Desta época em diante, o Império britânico conseguirá de quase todos os países da Europa e das Américas, pela assinatura de vários tratados, a mais completa abolição do tráfico, além de condená-lo definitivamente, desde 1841, como pirataria. Com o Brasil, as coisas foram mais complicadas. Este celebrara com a Grã-Bretanha outra convenção em 23 de novembro de 1826, obrigando-se a acabar com o tráfico três anos depois da data da ratificação, quando então este passaria a ser considerado pirataria, e aceitou completamente os artigos da convenção adicional celebrada com Portugal, em 28 de julho de 1817. Acedera também o Império à apreensão de barcos conduzindo africanos, ao direito de visitas, às comissões mistas e, pelo artigo adicional de 1823, à apreensão de barcos, quando provado que se destinassem ao tráfico. Sabemos, porém, que a Convenção de 1826 não foi jamais cumprida pelo Brasil.

A Inglaterra tentou, por meio de uma nova convenção, ampliar ainda mais os casos de apreensão de navios, pretendendo também o direito de apreender, como empregados no tráfico, os barcos que levassem a bordo determinados objetos suspeitos. Foram muitas as discussões sobre possíveis novas convenções e as propostas de artigos

adicionais feitas às já existentes, mas não ratificadas pela Assembléia. Os dois governos esperaram a expiração do prazo, em março de 1845, tendo o ministro dos Negócios Estrangeiros brasileiro notificado a legação inglesa na véspera, sem, no entanto, fazer novas aberturas para outra convenção que substituísse a que acabava de caducar. Meses depois, o governo imperial tinha conhecimento do *Bill Aberdeen*, de 8 de agosto de 1845, votado pelo Parlamento inglês, por meio do qual se autorizava o alto tribunal do almirantado a proceder ao julgamento e à adjudicação dos navios brasileiros empregados no tráfico, e de suas cargas, quando capturados pelos navios ingleses. O governo imperial protestou, enérgica e solenemente, contra o que foi entendido como um atentado à soberania da nação, sem obter resultados.

Esta era a situação do tráfico de escravos quando Paulino assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em outubro de 1849. A questão estava naquele momento exacerbada pelas tensas negociações com as legações britânicas e pelas constantes violações dos mares territoriais, dos portos e navios brasileiros, pelos cruzeiros britânicos, durante estes últimos quatro anos de vigência do *Bill Aberdeen*. Além disso, em vez de surtir o desejado efeito, o *Bill* elevou consideravelmente a importação de africanos para o Brasil. Segundo as estatísticas, de 1842 a 1845, os anos anteriores à execução da lei, a média de africanos que chegou ao Brasil foi de 20.825 por ano. De 1846 a 1849, os quatro anos de execução do *Bill* inglês, a média subiu a 55.124; a máxima em 1848, com a importação de 60 mil africanos e a mínima, em 1846, com 50.324³²⁴. Estes números serão amplamente utilizados pelos partidos políticos, politizando a questão, ampliando a discussão e exacerbando os ânimos.

A oposição liberal aproveitou-se da situação criada pela execução do *Bill Aberdeen* para lançar sobre os conservadores a culpa do que chamavam “as violências inglesas”. De um lado, exploravam o que consideravam uma débil oposição às agressões dos cruzeiros britânicos como prova de fraqueza do governo; do outro, exploravam a exaltação da opinião pública diante desses fatos, apresentando-os como ameaças à soberania da nação. Além disso, os Luzias insistiam em denunciar as relações íntimas entre os traficantes negreiros e os Saquaremas. O ministério conservador opta pela defesa da repressão ao tráfico e Paulino José, um de seus mais expressivos integrantes, no seu relatório como ministro dos Negócios Estrangeiros, de 1850,

³²⁴ Estes dados estatísticos foram retirados do Quadro 7, Importação de Escravos, 1840 – 1853, do Foreign Office, memorando de 4 de agosto de 1864, citado por Leslie Bethell. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade*, p. 388-393 *apud* José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem*, *op. cit.*, p. 301.

escreve: “A questão do tráfico é inquestionavelmente uma das de maior transcendência, não só quanto às nossas relações internacionais, mas ainda quanto ao estado e futuro do país”³²⁵.

Como já dito, ele, como membro do governo, sempre procurou associar a questão da pressão inglesa para a extinção do tráfico com os direitos soberanos da nação: “Ao mesmo tempo que põe todo o empenho e emprega todos os esforços para reprimir o tráfico, tem o governo imperial repellido e repelirá sempre pretensões, que sejam incompatíveis com os direitos que tem o Brasil como nação soberana e independente”³²⁶. A nação aqui compreendida como estreitamente vinculada ao seu território:

[...] as baías, os ancoradouros, os portos, os mares ao alcance das baterias de terra são dependências do território, e foram sempre considerados como fazendo parte dele. São propriedades da nação cujo território banham. Somente ela tem sobre essas águas direito de soberania. Ora, a visita e detenção nessas águas por parte de uma nação estrangeira viola abertamente esses direitos³²⁷.

Importante lembrar a observação de Ilmar Mattos de que, ao colocarem a questão da soberania nacional no centro da discussão referente ao tráfico negreiro, os Saquaremas criavam uma alternativa que servia para justificar perante o Povo as medidas repressivas que foram adotadas e as diferentes políticas em implantação: ou soberania nacional ou tráfico negreiro intercontinental³²⁸.

Sobre a posição assumida pela Grã-Bretanha com o *Bill Aberdeen*, Paulino dizia, no mesmo relatório, que a Convenção de 23 de novembro de 1826

[...] por si só não autoriza o direito de visita e julgamento de súditos brasileiros por outros tribunais que não sejam os ordinários do Império. Nem os podia autorizar, porque naquela época estavam estabelecidos em outra convenção e regulamentos que expiraram. Expirando essa convenção e regulamentos, ficava em pé somente a obrigação contraída pelo art. 1º da Convenção de 1826, que devia ser explicada, desenvolvida e assegurada por novas convenções.

³²⁵ Paulino José Soares de Souza. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros do anno de 1850 apresentado a Assembléa Geral Legislativa, na terceira sessão da oitava legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Souza*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851, p. 14.

³²⁶ *Idem*. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros do anno de 1851 apresentado a Assembléa Geral Legislativa, na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Souza*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1852, p. XIV.

³²⁷ *Idem*. Discurso Pronunciado na Sessão do dia 15 de julho de 1850, na Câmara dos Srs. Deputados, p. 543.

³²⁸ Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema, op. cit.*, p. 222-223.

A essas novas convenções nunca se negou o Governo Imperial. Quer porém discuti-las; não quer que lhe sejam impostas, e pretende que encerrem garantias para o Brasil³²⁹”.

Diz estar se ocupando da organização de um contra-projeto por meio do qual o governo imperial procurará garantir “os interesses legítimos do império, resguardar o comércio de cabotagem, e evitar os abusos praticados durante o passado convênio³³⁰”.

Contudo, a questão do tráfico iria se agravar ainda mais quando a Inglaterra, assinando em 1849 a Convenção Southern com o governador de Buenos Aires, Juan Manuel Rosas, retirou vários navios que se encontravam no Rio da Prata e juntou-os à sua esquadra do Atlântico que vigiava os mares brasileiros, o que aumentou o número de apreensões. A partir daí, Paulino começa a pressionar o ministro inglês, James Hudson, pedindo maiores esclarecimentos sobre episódios de apreensão de navios brasileiros, até passar a qualificar os atos dos cruzeiros britânicos como atos de vandalismo, pois: “Para o qualificar bastará notar que ele viola e excede o mesmo *Bill* do parlamento britânico de 8 de agosto de 1845, que o governo imperial não reconhece, e nunca reconhecerá, e contra o qual protestou e protesta³³¹”. Quanto ao direito da Inglaterra de aprisionar navios brasileiros, fundado na Convenção de 1826, Paulino critica-o com energia: “O governo de S. M. Britânica não tem direito algum de visitar e deter navios brasileiros³³²”. Protesta ainda “contra a transgressão de todos os princípios de direito das gentes, por fatos altamente atentatórios da dignidade, soberania e independente como o é a Grã-Bretanha, embora não tenha força para obstar a semelhante procedimento³³³”.

Em uma tentativa de dar uma solução política para esta questão, o governo faz uma consulta ao Conselho de Estado em 11 de julho de 1850. A opinião quase unânime dos conselheiros foi de que o Brasil não tinha mais condições morais e materiais de resistir às pressões inglesas e devia negociar um novo tratado; além disso, achavam que as circunstâncias já tornavam possível reprimir o tráfico ou, pelo menos, reduzi-lo substancialmente. No dia seguinte, o governo apresenta o projeto à Câmara e, tendo sido discutido em sessões secretas, foi aprovado cinco dias depois e remetido ao Senado, onde foi também aprovado.

³²⁹ Paulino José Soares de Souza. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros do anno de 1850 apresentado a Assembléa Geral Legislativa, na terceira sessão da oitava legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Souza, op. cit., p. 15.*

³³⁰ *Ibidem*, p. 16.

³³¹ *Ibidem*, p. 17.

³³² *Ibidem*, p. 18.

³³³ *Ibidem*, p. 18.

Paulino teve uma atuação significativa nestes episódios. Ele apresentou no Conselho de Estado a necessidade de se extinguir o tráfico por uma lei brasileira que fosse observada pelas autoridades do país, recebendo um parecer favorável a esta idéia. No dia 15 de julho de 1850, compareceu à Câmara e pronunciou um conhecido discurso sobre a questão do tráfico. Nele, fez um completo histórico do tráfico, desde o momento em que a Inglaterra tomou para si o encargo de extingui-lo, até os últimos acontecimentos de 1850, vistos por ele como efeitos da política inglesa adotada nos últimos cinquenta anos, e apontou a extinção do tráfico como a solução para tal questão. Disse ele:

Quando uma nação poderosa, como é a Grã-Bretanha, prossegue com incansável tenacidade, pelo espaço de 40 anos, o empenho de acabar o tráfico com uma perseverança nunca desmentida [...] quando o tráfico está reduzido ao Brasil e a Cuba, poderemos nós resistir a essa torrente que nos impele, uma vez que estamos colocados neste mundo? Creio que não. [...] E devemos nós continuar a dormir o sono da indolência, para daqui a 10, a 15 ou 20 anos acharmo-nos tão atrasados nas medidas que convém adotar para substituir os braços africanos como nos achamos hoje? A extinção do tráfico há de produzir algum abalo, não já, mas tratemos de o ir prevenindo³³⁴.

Na continuação, pronuncia-se claramente sobre a solução para a extinção do tráfico:

O que resulta daí é que devemos procurar os meios para contrabalançar esse mal, para aperfeiçoar a nossa produção; porque mais valor tem 10.000 arrobas de café bem preparado, do que 20.000 mal amanhado. Procuremos arredar das nossas cidades esta multidão de escravos que as entulham [...] A solução que tem de ser dada a estas questões da atualidade é uma solução mui ampla e muito importante [, que] não concorra para prejudicar o futuro engrandecimento do país³³⁵.

Era evidente aqui a tentativa de dar sua versão política dos acontecimentos, reconhecendo a ação inglesa, mas exaltando o papel do ministério conservador de setembro de 1848 no encaminhamento da questão. Em uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 24 de outubro de 1850, assinada por Paulino José, ele exalta as atitudes tomadas pelo governo imperial, “sem as quais por maior que fosse a sua boa vontade (do governo inglês), seria como tem sido até agora impossível ao governo

³³⁴ Discurso Pronunciado na Sessão do dia 15 de julho de 1850, na Câmara dos Srs. Deputados, p. 570-571.

³³⁵ *Ibidem*, p. 570-571.

imperial reprimir eficazmente o tráfico”³³⁶. Como disse ele no discurso da Câmara, os conservadores não tinham que se defender por ter o país sofrido a intervenção inglesa em 1850, pois já havia vinte anos que o governo brasileiro, fosse liberal ou conservador, vinha sabotando o cumprimento do tratado de 1826. Diz ele: “A respeito destes 20 anos que encheram esse cálice de amargura que fomos obrigados a beber gota a gota, é que todos têm que justificar-se”³³⁷. E continua: “Qual dentre nós não teve relações com um ou outro envolvido no tráfico em épocas em que não era estigmatizado pela opinião?”³³⁸

Em 4 de setembro de 1850, foi sancionada a Lei Eusébio de Queiroz, que extinguiu definitivamente o tráfico de escravos no Brasil. A Inglaterra, porém, demorou a reconhecer a resolução do governo brasileiro de extinguir o tráfico e continuou ainda por algum tempo a questionar o governo e a defender o direito inglês de apreender navios brasileiros suspeitos. Em resposta a esta atitude, escreve Paulino em nota ao ministro britânico Hudson, em 8 de fevereiro de 1851:

Nenhuma glória ou vantagem pode vir à nação mais poderosa do mundo, de reduzir ao desespero, e ostentar a sua força contra o Império nascente, com o qual, aliás, tem cultivado relações comerciais vantajosas a ambos, e que não tem meios e recursos bastantes para fazer valer o seu direito por meio das armas. O Brasil, que vê e sente os esforços do seu Governo para a extinção do tráfico, há de vir a acreditar unanimemente que não é esse o fim que tem em vista o governo Britânico [...] – Desengane-se o Governo de S. M. Britânica. Não há de conseguir a extinção do tráfico sem o concurso do Governo do Brasil³³⁹.

A Lei Eusébio de Queiroz e as demais ações do governo são apresentadas por Paulino como provas irrecusáveis da firme e sincera intenção do governo imperial de reprimir severamente o tráfico, não só porque assim estaria cumprindo a obrigação contraída pela convenção de 1826, como porque ele entende que isto estaria “nos verdadeiros interesses do país”. Além disso, o futuro Visconde do Uruguai faz questão de apresentar a repressão ao tráfico não como simples fruto da pressão ou de acordos

³³⁶ Nota do governo imperial à legação de S. M. B., de 24 de outubro de 1850, Anexo B. Relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Questão do Tráfico. In: Paulino José Soares de Souza. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros do ano de 1851 apresentado a Assembléa Geral Legislativa, na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Souza, op. cit., p. 41.*

³³⁷ Paulino José Soares de Souza. Discurso Pronunciado na Sessão do dia 4 de junho de 1852 na Câmara dos Srs. Deputados, p. 602.

³³⁸ *Ibidem.*, p. 602.

³³⁹ Nota do governo imperial à legação de S. M. B., de 8 de fevereiro de 1850, Anexo B. Relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Questão do Tráfico. In: Paulino José Soares de Souza. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros do ano de 1851 apresentado a Assembléa Geral Legislativa, na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Souza, op. cit., p. 50.*

assinados com o governo britânico, mas por uma iniciativa do governo imperial e “porque a isso nos comprometemos perante o mundo, e porque é isso indispensável para a dignidade, segurança, moralidade e verdadeira felicidade de nosso país”³⁴⁰.

Respondendo no Senado a Holanda Cavalcanti, um dos seus maiores opositores na questão da extinção do tráfico, Paulino José expõe sua opinião acerca da escravidão como uma herança maléfica que teve que esperar a hora certa para ser extirpada:

Há certas épocas, certas circunstâncias, certos homens, certas nações, que podem dar à sua política uma direção diversa daquela que lhes imprimiu o passado, dominar os acontecimentos e mudar-lhes rapidamente a face. Não estamos neste caso. Todo o nosso passado nos embaraça por tal modo, que só lentamente nos podemos ir livrando das peias que nos pões³⁴¹.

Ao lembrar que a escravidão está extinta em quase todo o mundo, especialmente nos estados da América meridional que cercam o Império do Brasil, que esta questão está ameaçando a união dos estados que compõem os Estados Unidos da América do Norte, e ao invocar a “pressão das idéias do século em que vivemos”, as “idéias humanitárias que vão em progresso”, Paulino questiona a continuidade do tráfico e pergunta: “Não nos aconselhariam todas as considerações de moral, de civilização, da nossa própria segurança e de nossos filhos, que puséssemos um termo à importação de africanos, ainda mesmo que a Inglaterra, em virtude de um tratado, o não exigisse?”³⁴²

Podemos depreender daí que, como quase todos os políticos do Império naquele momento, Paulino reconhecia a obrigação moral e legal de extinguir o tráfico. Todavia, como ministro dos Negócios Estrangeiros, membro, portanto, do governo imperial, tanto defendia a necessidade da negociação com a Inglaterra, na medida em que isto podia representar uma ameaça à soberania do Estado imperial, como também demonstrava preocupação com as conseqüências econômicas deste ato. Ficava então entre a necessidade de responder à pressão moral e à violência de um país estrangeiro, suas convicções pessoais e a força dos interesses dos donos de escravos e dos traficantes. José Murilo de Carvalho, na sua Introdução ao volume dedicado ao Visconde do Uruguai, afirma que além da razão de Estado, caracterizada pela defesa da

³⁴⁰ *Idem. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros do anno de 1852 apresentado a Assembléa Geral Legislativa, na primeira sessão da nona legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Souza.* Rio de Janeiro: Typographia do Diário de A & L. Navarro, 1853, p. XII.

³⁴¹ Discurso de Paulino José Soares de Sousa no Senado, em 24 de maio de 1851 *apud* José Antonio Soares de Souza. *A Vida do Visconde do Uruguai.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 223.

³⁴² *Ibidem*, p. 223.

soberania nacional frente à pressão inglesa, Paulino alegava, a favor da abolição, uma razão moral. Para tal, o autor baseia-se no trecho do Discurso de 24 de maio de 1851 na Câmara dos Deputados, transcrito no parágrafo acima, no qual Paulino responde a seu opositor Holanda Cavalcanti, e também no Relatório dos Negócios Estrangeiros de 1852. Mas devemos observar, discordando desse autor, que em ambos documentos Paulino fala em questão moral, não se referindo à escravidão, mas exclusivamente ao tráfico. É este um detalhe que chama atenção. É significativo que, com um envolvimento tão intenso na questão do tráfico, Paulino não tenha se pronunciado claramente com relação à escravidão. A verdade é que ele nunca enfrentou diretamente o problema.

Tendemos a concordar com o argumento de Ilmar Mattos de que, nesse momento, o Estado imperial e seus dirigentes Saquaremas, forçados a uma defensividade, procuraram eliminar ou restringir as razões de sua vulnerabilidade ao defenderem a extinção do tráfico intercontinental como uma maneira de preservarem a escravidão e o monopólio da mão-de-obra. Como procura explicar melhor este autor:

[...] a disjunção ou Soberania Nacional ou tráfico negreiro intercontinental acabou por impor a associação íntima entre Império e Escravidão. Uma associação que implicava um desdobramento em políticas específicas e profundamente articuladas de um lado; uma associação que era a força e toda a fraqueza do Estado Imperial – e dos Saquaremas – ao mesmo tempo, por outro lado³⁴³.

À extinção do tráfico intercontinental corresponderá, assim, como veremos, tanto um incentivo ao tráfico interprovincial e intra-regional, quanto uma tímida política de incentivo à imigração e uma política de terras que, regulamentando a colonização, produziu os trabalhadores necessários à continuidade da grande lavoura.

Além disso, muito provavelmente Paulino partilhava dos temores de muitos membros dirigentes de que o grande aumento na importação de escravos após o *Bill* de 1845 teria produzido um grande desequilíbrio entre o número de livres e o de escravos, o que poderia se tornar um “perigo gravíssimo” para a manutenção da ordem interna no Império. Havia entre estes políticos uma aguda consciência do perigo que representava para a ordem pública a agitação da massa escrava, e os exemplos do Haiti, São Domingos, Guadalupe e Martinica estavam vivos em suas memórias. Para aumentar estes receios, havia o fato de a cidade do Rio de Janeiro, centro político do governo imperial, contar, naquela época, com um significativo número de escravos em sua

³⁴³ Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*, op. cit., p. 228.

população. Este argumento com certeza também pesou no posicionamento favorável à extinção do tráfico por parte da elite governante. E o fato do tráfico não ter sido retomado após o *Aberdeen* de 1850 deveu-se certamente à ação do governo. Uma ação que resultou de um poder acumulado desde as reformas centralizadoras de 1837, “sobretudo pela criação dos chefes de polícia e respectivos delegados, pelo fortalecimento dos juízes de direito e pelo maior controle sobre as autoridades provinciais”³⁴⁴. Centralização que será ainda reforçada pela aprovação, em setembro de 1850, da lei que colocava a nomeação de toda a oficialidade da Guarda Nacional nas mãos do ministro da Justiça.

A questão da extinção do tráfico estava estreitamente relacionada tanto à internalização do mercado de trabalho, por meio do tráfico interno, quanto à questão da substituição desta mão-de-obra pelo trabalho livre do imigrante, já que havia a convicção de que a escravidão ainda seria por muito tempo crucial para o funcionamento da grande lavoura que sustentava a economia imperial. Assim, o fim do tráfico constituiria, em médio prazo, uma ameaça para os proprietários se não fosse acompanhado pelo incremento do tráfico interno ou pela solução da importação de imigrantes europeus que pudessem substituí-los. Paulino José demonstra sua preocupação com esta questão em seu relatório de 1850, ao escrever:

A cessação do tráfico três anos depois da troca das ratificações da Convenção de 23 de novembro de 1826, tinha de privar o nosso único gênero de indústria, a agrícola, dos braços que por séculos está acostumada a empregar [...] Na época da celebração daquela convenção e nas posteriores teria sido indispensável empregar toda a atenção, toda a perseverança, todos os meios os mais valentes para trazer a um país essencialmente agrícola uma substituição equivalente de braços, de que aquela convenção o privava. Não se tratou disso; é tarde, mas é menos tarde do que será daqui a alguns anos³⁴⁵.

Paulino expõe sua visão de que a extinção do tráfico, para ser de fato efetivada, deveria ter sido acompanhada de uma política de substituição desta mão-de-obra pelo trabalho livre: “É um erro combater de frente as necessidades da única indústria que tem o país, sem procurar ao mesmo tempo satisfazê-las, por um modo diverso, mais útil, mais moral e mais humano, isto é, por meio do trabalho livre”³⁴⁶. Daí vem a defesa de Paulino para o estabelecimento em larga escala, de uma política de colonização,

³⁴⁴ José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem*, op. cit., p. 302.

³⁴⁵ Paulino José Soares de Sousa. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros do anno de 1850 apresentado a Assembléa Geral Legislativa, na terceira sessão da oitava legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Souza*, op. cit., p. 14.

³⁴⁶ *Ibidem*, p. 14.

“calculada de modo que supra os braços que forem faltando aos nossos estabelecimentos de lavoura, a fim de que a nossa produção, em vez de retrogradar, ao menos se mantenha, quando não aumente”³⁴⁷. Contudo, pode-se afirmar que Paulino apenas indicava a consciência desta necessidade, pois não encontramos em nenhum discurso, relatório ou texto seu, uma explícita e mais bem formulada proposta política de substituição da mão-de-obra escrava pela livre. A defesa do recurso ao imigrante europeu pode ser explicada em Paulino muito mais como uma prova da sua filiação aos ideais da civilização e do progresso, cruciais no seu projeto de nação. Além disso, não podemos deixar de ver neste seu posicionamento a expressão das tensões, contradições e ambigüidades próprias do posicionamento político e das intensas negociações de um dos mais importantes dirigentes e representantes do governo imperial nas suas relações com a Corte, com os grandes proprietários escravistas da região cafeeira e com os das demais províncias do império.

A escravidão, a extinção do tráfico e a substituição da mão-de-obra escrava pelo imigrante estavam também estreitamente relacionadas à questão da política de terras e assim, de forma conjunta, serão apresentadas e tratadas pelos dirigentes imperiais. Mais uma vez as diferenças entre as idéias e os projetos nacionais de Paulino José Soares de Sousa e de Sarmiento saltam aos olhos. Sarmiento adota sem dúvida uma posição mais explícita na sua luta pela adoção de uma política de terras que combatesse a grande propriedade. Paulino, como membro do governo imperial, terá que se ver às voltas com as relações entre a questão das terras e os proprietários rurais que teriam seus interesses profundamente atingidos com isso. Um exame mais aprofundado da política de terras adotada no Império nesse momento de sua expansão para dentro pode ajudar no entendimento das idéias do futuro visconde sobre esta questão. Para isso, vamos recuperar o intenso debate legislativo que ocorreu sobre a política de terras no Conselho de Estado, na Câmara dos Deputados e no Senado, acompanhado de perto pelos ministérios do Império e da Agricultura, e do Comércio e Obras Públicas.

A situação da política de doação de terras por meio de sesmarias à época da independência apresentava-se bastante confusa. Havia uma expectativa de que a Constituinte de 1823 regulamentasse a matéria, mas nada foi feito. Foi somente após a Maioridade que a questão foi retomada, quando o ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana, solicitou, em julho de 1842, à Seção dos Negócios do Império do

³⁴⁷ *Ibidem*, p. 14.

Conselho de Estado, que elaborasse propostas de leis sobre sesmarias e colonização estrangeira. Nesta época, já havia a clara convicção de que mais cedo ou mais tarde o tráfico seria extinto, dada a pressão internacional e o fato de que só o Brasil e Cuba ainda o sustentavam, o que tornava a tentativa de resolução das matérias afins uma necessidade. Além de regulamentar a questão da terra, tratava-se também de retomar as propostas de povoamento relegadas durante o período regencial. O pequeno fluxo imigratório ocorrido até 1830 havia sido estancado, e o governo estava proibido, desde 1831, de fazer despesas com a imigração.

A proposta foi enviada em agosto de 1842 ao Conselho de Estado, tendo sido debatida em seis sessões durante os meses de setembro, outubro e novembro. O parecer da sessão que serviu de base para o projeto, redigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro, vinculava os dois problemas – o da substituição da mão-de-obra e a questão das terras – e dizia ter como principal objeto “promover a imigração de trabalhadores pobres, moços e robustos”, “tendo em mira evitar a decadência ou ruína de nossa indústria”. Assim se resolveria tanto o problema da redução da oferta de braços para trabalhar na agricultura, provocada pelas pressões para a extinção do tráfico, quanto o problema das terras, que passariam a ser vendidas e não mais doadas ou ocupadas, aumentando assim o seu valor e levando a que “o emigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter os meios de se fazer proprietário”³⁴⁸.

Este projeto foi inspirado nas idéias de Edward Gibbon Wakefield³⁴⁹, expostas em seu folheto *A Letter from Sidney*, publicado em 1829. Nele, o autor discutia a

³⁴⁸ Parecer da Seção do Conselho de Estado, Exposição e Projeto sobre Colonização e Sesmarias Aprovados na Sessão de 8 de agosto de 1842, Arquivo Nacional, Códice 49, v. 1 ou IHGB, lata 212, doc. 12.

³⁴⁹ O economista inglês Edward G. Wakefield ganhou certa fama nas ilhas britânicas durante a década de 1830 como um dos participantes do debate que envolveu as relações entre abundância de terras e escassez de mão-de-obra nas colônias. A questão começou a aflorar em decorrência do elevado salário que os capitalistas das colônias britânicas eram obrigados a pagar para reter trabalhadores a seu serviço, e do desejo do governo britânico de estimular a emigração de colonos pobres para as colônias. Mas o problema que mais inquietava os capitalistas das colônias era a possibilidade de todo colono recém-chegado tornar-se proprietário. Esta possibilidade acarretava a elevação dos salários em virtude de uma permanente escassez de mão-de-obra. Os salários altos por sua vez possibilitavam que em pouco tempo os recém-chegados instalassem seus próprios negócios e viessem, até mesmo, a competir com os capitalistas que os haviam trazido. Foi justamente para sanar esta dificuldade que Wakefield desenvolveu suas teorias a respeito da colonização. Sua teoria resume-se no essencial, na estipulação de um “sufficient price” (preço suficiente) para as terras. Com a colocação de um preço suficiente nas terras vagas, os capitalistas poderiam obter mão-de-obra barata pagando pela emigração de pessoas pobres. A influência exercida por ele entre nossos políticos parece ter sido mais difusa do que geralmente se supõe, porque suas teorias tinham certos pressupostos que estavam ausentes da sociedade brasileira de 1840, na qual predominava a escravidão.

colonização na Austrália, lugar onde a terra era abundante e barata e a mão-de-obra cara e escassa, o que favorecia a que todo imigrante se tornasse rapidamente proprietário, impedindo a acumulação de capital. O autor propunha então que o governo encarecesse artificialmente as terras para que o imigrante tivesse dificuldade para comprar um lote de terra e se tornasse assim um mero trabalhador. Várias são as evidências dessa influência na política imperial de terras. Em primeiro lugar, a associação da questão de terra com a questão da imigração; segundo, a proposta de tornar mais dificultosa a aquisição de terras. Havia ainda a referência na exposição de motivos a “naturalizar” doutrinas e a citação nominal de Wakefield nos debates parlamentares que ocorreram por ocasião da apresentação do projeto na Câmara. Tomemos o exemplo da fala do Sr. Deputado Souza Franco, na sessão de 21 de julho de 1843:

É um dos princípios reguladores do sistema de Wakefield que os terrenos todos devolutos sejam vendidos, que seu preço seja empregado em mandar vir braços, e que, se pondo deste modo em algum nível a demasiada abundância de terrenos com a carestia de braços, subam de preço aquelas e desçam estes, e tenham todos os possuidores de terras a facilidade de obterem trabalhadores, e estes afinal o desejo de se tornarem proprietários, e a possibilidade também de obterem a seu turno trabalhadores assalariados³⁵⁰.

A proposta era composta por dez artigos que dispunham sobre sesmarias, posses e imigração. Proibia novas concessões de sesmarias e novas posses, mas mandava respeitar as posses tomadas depois da Resolução de 1823. Obrigava os sesmeiros a cumprirem as condições das datas de sesmarias, sob pena de perda da concessão e dava ao governo a possibilidade de dilatar o prazo para esse cumprimento de um a seis anos. Sobre a imigração estrangeira, determinava no seu artigo 4º que fosse proibido aos estrangeiros, cuja passagem tivesse sido paga (pelo governo ou pelos particulares), virem “alugar seus serviços” no Império, ou seja, comprar, aforar, arrendar ou de qualquer modo obter o uso de terras antes de decorrido o prazo de três anos. Autorizava gastar os recursos provenientes da venda da terra para financiar viagens de trabalhadores pobres em qualquer parte do mundo e autorizava ainda a naturalização de todos os estrangeiros após três anos de residência, mesmo sem solicitação. Ficavam também proibidos de “estabelecer casa de negócio, ou ser dela caixeiro ou administrador, ou vender de porta em porta antes de decorrido o mesmo prazo”. Eram

³⁵⁰ Ata da Câmara dos Deputados da sessão de 21 de julho de 1843, p. 349.

previstas multas para os que não obedecessem à lei e o governo seria autorizado a expedir um regulamento prevendo até pena de prisão.

O projeto apresentado como ministerial à apreciação dos deputados em junho de 1843, pelo ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres, consistia em uma versão ligeiramente modificada e mais detalhada da proposta do Conselho de Estado. A primeira parte tratava da questão da regularização da propriedade territorial. Previa a possibilidade de que as sesmarias caídas em comisso, isto é, aquelas cujos concessionários não haviam cumprido as condições da doação, fossem revalidadas. Propunha também a legitimação das posses de mais de um ano e um dia que não ultrapassassem em superfície meia légua quadrada nos terrenos de cultura e duas léguas nos campos de criação. Os proprietários deveriam efetuar a medição e a demarcação das suas terras e registrá-las dentro de um prazo de seis meses. Esgotado este prazo, previam-se multas para os desobedientes e, se ao final de seis anos a demarcação e o registro não tivessem sido efetuados, as terras seriam incorporadas ao patrimônio da nação como terras devolutas.

A segunda parte do projeto dizia respeito às atribuições do Estado. Previa a criação de um imposto territorial anual de quatro mil-réis por légua quadrada de terrenos cultivados ou não e isentava o possuidor de menos de meio quarto de légua. Foi também instituída a cobrança de taxas para a revalidação das sesmarias e para a legitimação de posses, no valor de 36 mil-réis por légua quadrada. O governo imperial promoveria a venda das terras devolutas, em porções nunca inferiores a um quarto de légua quadrada, e reservaria terras para a colonização indígena e para a construção naval. Foi proibida a concessão de novas sesmarias, mas o governo podia conceder terras gratuitamente na faixa de trinta léguas da fronteira. As posses estavam terminantemente proibidas, e cabia às autoridades policiais, ajudadas pelos juizes de direito, zelar pelo patrimônio público. As penas previstas para os invasores das terras devolutas ou particulares para nelas fazerem derrubadas, queimadas ou roças eram a expulsão e a perda das benfeitorias e até a prisão por seis meses.

Por fim, no que diz respeito à colonização estrangeira, o projeto previa que os recursos arrecadados na venda das terras, assim como os impostos, serviriam para financiar a vinda de “colonos livres de qualquer parte do mundo”. O projeto conservou a proposta do Conselho de Estado de que os trabalhadores que viessem com a passagem paga pelo governo fossem proibidos de comprar, aforar, adquirir ou arrendar terras antes de três anos de permanência no país e também “de estabelecer casa de negócio ou

administrá-la, ser caixeiro ou vender de porta em porta”, a menos que indenizassem as despesas feitas com o seu traslado. Importante ressaltar que o projeto mantinha também o artigo que previa a naturalização automática, depois de três anos, dos colonos importados à custa da nação.

O ministro da Marinha, José Joaquim Rodrigues Torres, defendeu a proposta do governo explicando a questão da venda das terras e de seu encarecimento. Ele afirmava que não interessava que os trabalhadores estrangeiros se instalassem nas terras por conta própria, daí a idéia do projeto de encarecer as terras. Este argumento do governo de que todos sairiam ganhando com a valorização das terras não pareceu muito convincente aos deputados, já a idéia de que só o governo tinha condições de financiar a imigração obteve, aparentemente, um grande apoio.

Acompanhando as discussões que se seguiram à apresentação do projeto³⁵¹, percebemos que as maiores polêmicas giraram em torno das questões da propriedade das terras, dos impostos e que, de modo geral, as medidas relativas ao suprimento de mão-de-obra geraram menos discordâncias. Os deputados reagiram fortemente às cláusulas sobre medição e demarcação de terras, alegando não haver gente competente para tal tarefa. A obrigatoriedade da revalidação das sesmarias também não foi bem aceita, já que quase todos os concessionários de sesmarias não haviam cumprido as condições de cessão. A limitação no tamanho das posses causou bastante indignação, chegando a ser considerada um atentado à propriedade privada. Recorde-se que muitas das sesmarias concedidas antes de 1822 tinham caído em comisso, isto é, tinham perdido a validade, e que todas as propriedades ocupadas até aquela data eram posses não legitimadas. Portanto, as propriedades com títulos regularizados eram certamente minoria naquela época. Em vista disso, a versão final modificou a cláusula sobre o tamanho das posses, estabelecendo que as posses de mais de vinte anos, isto é, anteriores a 1822, poderiam ser legitimadas sem restrições. Como as taxas de revalidação e legitimação e os impostos territoriais foram considerados extorsivos, baixou-se o valor do imposto para um mil-réis por légua quadrada.

Com relação à questão da mão-de-obra, o projeto não inovava muita coisa. Já em 1834, Carlos Augusto Taunay havia apresentado na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional algumas idéias sobre a colonização como meio de ajudar na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Ele afirmava que os projetos de colonização

³⁵¹ Ver as atas das sessões de 21 de julho e 16 de setembro de 1843.

havia falhado no seu intuito de substituir o escravo pelo trabalhador branco livre imigrante, porque, dispondo este de alguns recursos, tornava-se proprietário de escravos também. Recomendava então que se trouxessem imigrantes sem nenhum recurso que não a sua força de trabalho e, principalmente, que não se cedesse terras gratuitamente a eles de jeito algum.

Deve-se ressaltar as profundas diferenças entre este projeto apresentado e defendido pelos conservadores, grupo do qual Paulino era um de seus representantes mais destacados, e as propostas de Sarmiento com relação à política de incentivo à imigração e lei de terras na República Argentina. Como vimos, tanto na proposta do Conselho de Estado, quanto no projeto enviado e aprovado na Câmara havia uma cláusula que proibia os imigrantes de comprarem, arrendarem, aforarem ou de qualquer modo obterem o uso da terra, ou mesmo se estabelecerem no comércio por três anos a contar de sua chegada, prevendo-se multas e até mesmo prisão para os que desobedecessem esta proibição. Bem diferente das propostas de Sarmiento, que visavam não só incentivar a vinda dos imigrantes, como facilitar o seu acesso à propriedade da terra. O que podemos concluir é que, de fato, não se estava investindo na criação de um mercado de trabalho livre, regulado pelas leis de mercado, mas sim se estava propondo um sistema híbrido de retenção de mão-de-obra por formas de coação extra-econômicas. O que nos sugerem os debates suscitados pelo projeto de sesmarias e colonização na Câmara é que os grandes proprietários brasileiros e seus representantes retiveram o aspecto de que era preciso pagar pela imigração de trabalhadores pobres para trabalhar nas fazendas, apenas se não se pudesse mais dispor de escravos. A idéia defendida era de que o governo, e não os proprietários, deveria arcar com as despesas da imigração. Neste sentido, afirma Rodrigues Torres na defesa do projeto: “é muito difícil que os particulares possam mandar vir colonos por sua conta para empregá-los nos trabalhos de suas fazendas, força é que o governo se encarregue disso”³⁵².

É preciso notar que o projeto foi apresentado a uma Câmara majoritariamente conservadora, eleita após a derrota das rebeliões liberais de São Paulo e Minas Gerais. Apesar de uma quase unanimidade, os debates foram intensos, envolveram muita negociação, duraram dois meses e o projeto foi aprovado em 16 de setembro de 1843. Entre os seus mais fervorosos defensores estavam os Saquaremas Rodrigues Torres, Eusébio de Queiroz e Paulino José Soares de Sousa, além dos conservadores Bernardo

³⁵² Anais do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Senhores Deputados, 2ª Sessão de 1843, tomo II, p. 410.

de Souza Franco, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, irmão de Bernardo, e Manuel José de Albuquerque.

Com certeza o endurecimento das medidas adotadas pela Inglaterra para acabar com o tráfico, sobretudo o tratado assinado com Portugal em 1842 e o apresamento de um número cada vez maior de navios brasileiros por simples suspeita de envolvimento no tráfico, conseqüência dos compromissos assumidos no tratado de 1826, levou os homens do governo, entre os quais Paulino José, a considerarem seriamente a possibilidade da efetivação da extinção do tráfico e suas possíveis conseqüências para o país. Além disso, naquele momento, quando o cultivo do café se alastrava pelo Vale do Paraíba e se tornava líder nas exportações, era natural que os políticos da província do Rio de Janeiro ou a ela ligados fossem os mais interessados no problema. Daí ser significativo o fato de o projeto ter sido solicitado ao Conselho de Estado e apresentado à Câmara dos Deputados pelos gabinetes conservadores de 1841 e 1843.

Segundo José Murilo de Carvalho, houve uma forte oposição ao projeto por parte dos proprietários de fora do Rio, principalmente de Minas, São Paulo e Pernambuco. No que diz respeito às províncias de Minas e São Paulo, vinculadas ao café em expansão, o problema da mão-de-obra não era ainda tão premente e, sendo áreas de ocupação mais recente, “os custos de medição e revalidação de sesmarias e principalmente da medição e legalização de posses seriam para eles muito mais altos”³⁵³. O fato é que a necessidade de mão-de-obra e as questões de terra não eram iguais em todas as províncias do Império, o que fazia crer aos proprietários e políticos de fora do Rio de Janeiro que esta era uma injusta tentativa de repartição de custos e uma privatização de benefícios por parte dos cafeicultores fluminenses que não deveria ser aceita.

Muitos são os argumentos que nos levam a concordar com esta versão. Com certeza a concentração da população na região do Rio de Janeiro pode ter levado os representantes dessa região a apoiarem a regulamentação da propriedade da terra para diminuir os inúmeros conflitos de terras que ocorriam naquela época. Além disso, a abertura de novas áreas de cultivo para o café podia provocar o desejo dos plantadores do Vale do Paraíba de garantir o monopólio da terra “nas férteis terras do sul” e fechar a fronteira a novas posses, como afirma Ilmar Mattos. E ainda a possível falta de mão-de-

³⁵³ José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem*, op. cit., p. 338.

obra na eventualidade da cessação do tráfico atingiria mais a região da lavoura cafeeira, principalmente o Rio de Janeiro.

Pode-se dizer então que, nessa época, e até bem mais tarde, os grandes proprietários em geral e o governo imperial não haviam acatado com vigor a idéia da substituição do trabalho escravo por um sistema baseado no mercado de trabalho livre. Havia a percepção de que em uma época não muito distante o escravo teria que ser substituído, mas não se podem subestimar as forças escravistas ainda presentes tanto na sociedade quanto no próprio Estado. A quase totalidade das propostas elaboradas naqueles tempos se baseava na intenção de reter os trabalhadores livres que viessem para cá por meio de meios extra-econômicos. A venda de terras certamente representava mais um dos meios de o governo imperial obter fundos necessários à imigração, do que um meio de reter os trabalhadores nas fazendas. Os outros meios seriam as taxas de revalidação e legitimação e o imposto territorial.

O projeto aprovado na Câmara dos Deputados acabou engavetado no Senado, de outubro de 1843 a 1850, anos de predomínio político de gabinetes liberais. A complexidade dos interesses em jogo e o fato dos liberais mostrarem-se um tanto resistentes a medidas centralizadoras e de reforço da autoridade imperial, que de um modo ou de outro estavam presentes na questão da regulamentação territorial, podem ajudar a entender esta demora. Para os grandes proprietários de terra em geral, a questão da regularização da propriedade da terra não aparecia com premência enquanto o antigo sistema de produção colonial, baseado no trabalho escravo e na apropriação livre das terras, pudesse se manter. Além disso, o desenvolvimento da economia cafeeira que começava a se firmar no país continuava centrado no trabalho escravo e na possibilidade de incorporação contínua de novas terras.

O aumento da pressão externa pelo fim do tráfico de escravos e a ascensão de um gabinete conservador em 1848, entre outras coisas, contribuíram para que o projeto fosse desengavetado, reformulado e reapresentado na Câmara e no Senado, dando origem à primeira lei de terras do Brasil, em 1850. É fundamental destacar que o gabinete conservador que governou de 1848 a 1852 – sob cuja direção serão aprovadas tanto a Lei Eusébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico, como a Lei de Terras de 1850 – contava, entre seus membros, com Paulino José Soares de Sousa, Rodrigues Torres e Eusébio de Queiroz, a nossa já tão conhecida “trindade Saquarema”. A aprovação das duas leis em um espaço de tempo tão curto demonstra a intenção desses dirigentes de

solucionar conjuntamente, e por meio de uma forte atuação do Estado imperial, estas questões.

Para Lígia Osório Silva³⁵⁴, foram dois os motivos pelos quais a discussão foi retomada e uma solução esboçada simultaneamente à extinção do tráfico. Em primeiro lugar, a extinção do tráfico abriu novas perspectivas para a economia na medida em que liberou um enorme volume de capital que passaria a ser investido na terra, o que tornava necessário que se pusesse ordem no caos existente em matéria de propriedade territorial. Em segundo lugar, o fim do tráfico colocava no horizonte, mesmo que não imediatamente, o problema da transição para o trabalho livre por meio da imigração estrangeira. Isto demandava recursos, e uma forma de financiar este processo seria a venda das terras devolutas da Coroa. Mais uma vez, a resolução das questões relativas à apropriação territorial e à demarcação das terras devolutas tornava-se premente.

Torna-se necessário ressaltar que esta vinculação da questão da terra à imigração expressava, como afirma Ilmar Mattos, a visão Saquarema acerca da forma de conduzir o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a consolidação do Estado imperial³⁵⁵. Esta visão consistia, do ponto de vista da substituição da mão-de-obra escrava, na defesa da emancipação gradual paralela à introdução de imigrantes pelo governo. E no centro de toda a proposta de solução destes dirigentes para estes problemas estava a questão da demarcação das terras devolutas. Uma vez demarcadas, elas poderiam ser vendidas a nacionais ou a estrangeiros, e o dinheiro arrecadado poderia ser utilizado no financiamento da imigração. Assim, “a trajetória saquarema não deixaria de se confundir, em parte, com a trajetória de lapidação do projeto entre 1843 e 1850, quando foi finalmente promulgada a Lei de Terras”³⁵⁶. A Lei de Terras desempenhou, portanto, para estes dirigentes imperiais, um papel fundamental no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

³⁵⁴ Lígia Osório Silva. *Terras Devolutas e Latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

³⁵⁵ Esta “visão Saquarema” concorria com outros entendimentos diferentes das questões da terra e da mão-de-obra, do tráfico e da imigração, representados, por exemplo, por outros segmentos da classe senhorial, como os liberais, chamados Luzias, os setores mais radicais republicanos e a burguesia industrial inglesa. Para isto, ver, entre outras, as seguintes obras: Ilmar Mattos, *O Tempo Saquarema*; José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: A Política Imperial*; Leslie Bethell, *A Abolição do tráfico de escravos no Brasil*, 1970; Robert Conrad, *Os Últimos anos da escravatura no Brasil*, 1978; Paula Biguelman, *Formação política do Brasil*, 1967; Emilia Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 1979; José de Soza Martins, *O cativo da terra*, 1979; e Eulália Maria Lobo, *História Político-Administrativa da Agricultura Brasileira. 1808 – 1889*, 1979.

³⁵⁶ Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema, op. cit.*, p. 239.

Para Ilmar Mattos, a articulação entre a política de mão-de-obra e a política de terras tinha como objetivos tanto poupar imediatamente o consumo de mão-de-obra escrava – isto é, transformar o maior número possível de escravos exclusivamente em escravos da grande lavoura –, quanto sujeitar os novos e futuros ocupantes do mundo do trabalho, fossem eles elementos nacionais, imigrantes ou ex-escravos. Estas eram transformações vistas e apresentadas pelos dirigentes imperiais como inevitáveis conseqüências do progresso e da civilização. Não podemos esquecer que a agricultura era vista como fonte de civilização e, portanto, a escravidão era tida como o sustentáculo desta atividade civilizadora no Império.

No que diz respeito à imigração, a visão do governo imperial neste momento não trazia grandes novidades diante do que sempre havia sido dito. Defendiam o branqueamento da população por meio da introdução de imigrantes europeus, falavam na difusão da pequena propriedade por intermédio da venda de lotes de terras devolutas da Coroa, mas mostravam-se particularmente sensíveis aos reclamos da grande lavoura para incentivar a vinda de trabalhadores imigrantes livres para as suas propriedades. Por volta de 1850, estes dois tipos de imigração eram vistos de maneira bem diferenciada. O primeiro, denominado de “imigração espontânea”, referia-se aos imigrantes que vinham para o país por conta própria, com recursos próprios para isso e também para comprar seus lotes de terras e se tornar pequenos proprietários. O segundo tipo de imigração, chamado de “regular”, tinha que ser financiado pelo Estado e serviria mais para o trabalho na grande lavoura.

O nosso histórico em relação às experiências imigratórias não era dos melhores. Até meados do século, a imigração de colonos brancos livres, fosse para trabalhar nas fazendas, fosse para regiões onde eles se tornassem pequenos proprietários, havia sido muito pouco expressiva. Muitos fatores contribuíram para isso: o número de trabalhadores negros entrados no país era muito maior que o de trabalhadores livres, até porque o conceito de que gozava o trabalhador negro escravizado era muito superior ao que se fazia do trabalhador livre, fosse nacional ou estrangeiro; além disso, a pouca informação sobre as características do país e o temor de se mudar para um país em que predominava o trabalho escravo fazia com que o conceito de que gozava o Brasil na Europa fosse muito baixo, tornando-o pouco atrativo para os imigrantes europeus. As experiências na introdução de trabalhadores livres estrangeiros haviam sido, portanto, limitadas, e mesmo o tão conhecido sistema de parcerias, implementado pelo Senador Vergueiro, não tinha sido responsável por uma grande transferência de imigrantes.

Lembremos que o próprio Sarmiento, ao comparar as experiências imigratórias na América do Sul, já havia detectado muitas das causas do fracasso dessas experiências no Império do Brasil.

Também aqui, como na Argentina, dava-se preferência aos alemães e suíços, mas chegou-se também a pensar que imigrantes chineses poderiam servir perfeitamente para os fins desejados, com a ressalva de que viessem apenas para trabalhar e não para aqui se instalarem, já que a sua miscigenação com os nacionais não era vista com bons olhos.

Quanto à colonização, desde os tempos de D. João VI que uma série de medidas haviam sido tomadas para promover o povoamento do território por meio da distribuição de pequenos lotes que seriam doados a colonos estrangeiros. Durante o reinado de D. Pedro I, formaram-se e fundaram-se várias colônias, quase todas baseadas no princípio da doação de terras, mas a lei orçamentária de 1830, que proibiu despesas com a colonização, fez estancar esse processo. Em 1834, o Ato Adicional deixou a cargo dos governos provinciais promover e estimular, em colaboração com o poder central, o estabelecimento de colônias de língua estrangeira. Seja por iniciativa dos governos provinciais, seja por iniciativa de particulares, a colonização sofreu um pequeno impulso.

Mas a análise da experiência da colonização até este momento nos leva a concluir também que pouco se progrediu nesta questão. Os núcleos de colonização eram situados geralmente em locais distantes, sem meios de comunicação adequados e sem o apoio administrativo necessário. As companhias de colonização, na ganância de garantir seus lucros, não cumpriam seus contratos e a fiscalização do governo era lenta e pouco eficaz. Os problemas com a falta de liberdade religiosa para os colonos protestantes eram inúmeros. Tendo em vista todos esses problemas, não surpreende que em 1855 existissem no Brasil apenas cerca de oitenta colônias de imigrantes agricultores, cuja população total era de aproximadamente 40 mil pessoas.

É o fim do tráfico que coloca de novo na ordem do dia as questões da imigração e, conseqüentemente, da colonização por meio da pequena propriedade. Não podemos esquecer também que a experiência dos Estados Unidos na sua política de colonização era vista como bem-sucedida. E, apesar de sabermos que esta política apresentou muitos problemas, o seu sistema de parcelamento e venda de terras públicas, que atraía para lá um número cada vez maior de imigrantes, contribuiu para a retomada da política de colonização nestes termos.

O projeto de lei de sesmarias e colonização foi discutido e finalmente aprovado no Senado pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Este projeto, apesar de diferir bastante da proposta inicial aprovada na Câmara, guardava, entretanto, as suas características fundamentais que estavam na união do problema da imigração e da regulamentação da propriedade da terra em um mesmo projeto, e no papel central que o governo deveria desempenhar tanto nas questões relativas às terras quanto na importação de trabalhadores livres, conforme pensavam os dirigentes imperiais. Neste sentido, a fala do Sr. Deputado Sayão Lobato nos debates da sessão de 3 de setembro de 1850 é bastante expressiva:

O que tem em vista a lei é extremar o domínio público do particular, e por este modo reservar para o estado uma fortuna que lhe pertence, que não deve ser desperdiçada como tem sido, até mesmo para que faça dela uma aplicação a mais vantajosa possível, como seja adquirir colonos ao país, e desta maneira fazer com que as terras sejam aproveitadas, sejam um manancial de riqueza para o tesouro, e de engrandecimento e opulência para o país³⁵⁷.

Nas discussões no Senado que se seguiram à apresentação do projeto, o problema dos posseiros e sesmeiros em situação irregular voltou a ser questionado e o fracasso da experiência da Austrália, baseada no sistema Wakefield, junto com as notícias do êxito dos Estados Unidos com a venda de pequenos lotes de terra animaram os debates. Os dispositivos mais controversos do projeto da Câmara, como o imposto territorial e a perda da propriedade para quem não a registrasse dentro dos prazos, foram eliminados. Extinguiu-se também a determinação do respeito ao tamanho das posses de mais de vinte anos, mas em compensação aumentou-se o tamanho máximo de legitimação de posses para uma sesmaria de cultura ou criação. Houve maiores esforços em facilitar a vinda de colonos, eliminando-se várias medidas do projeto anterior que visavam impedir que se desviassem do trabalho assalariado. Os lotes de terra eram menores, os colonos não eram mais proibidos de comerciar, propunha-se a naturalização em três anos dos que comprassem terras e a isenção do serviço militar no Exército e também na Guarda Nacional.

Aprovado no Senado, o projeto retornou à Câmara e foi aprovado integralmente após quatro sessões de debates. Nos seus artigos iniciais, a lei proibia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não a compra, e determinava que competia ao Estado a venda dessas terras. Em seguida, vinham os artigos sobre as atribuições dos

³⁵⁷ Anais da Sessão da Câmara dos Deputados em 3 de setembro de 1850, p. 785-786.

possuidores particulares e as atribuições do governo. Estes estabeleciam que seriam revalidadas as sesmarias ou outras concessões do governo geral ou provincial que se achassem cultivadas, ou com princípios de cultura e morada habitual do respectivo sesmeiro (ou seu representante), mesmo que nenhuma das outras condições estabelecidas originalmente tivesse sido cumprida. Seriam legitimadas as posses mansas ou pacíficas (posses de posseiros não contestadas ou impugnadas judicialmente) que se achassem cultivadas ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo posseiro (ou seu representante). Em casos de disputa entre posseiros e sesmeiros, o critério mais importante seria sempre favorecer aquele que efetivamente cultivasse as terras. Ficou estabelecido, modificando o projeto de 1843, que as posses poderiam ser legitimadas do tamanho que fossem, sem restrições de data de ocupação, e ainda se concedia outro tanto de terreno devoluto contíguo.

O governo marcaria os prazos dentro dos quais deveriam ser medidas as posses e as sesmarias, designaria e instruiria as pessoas que fariam as medições, podendo, caso julgasse conveniente, prorrogar os prazos marcados. Os possuidores que deixassem de proceder à medição nos prazos estabelecidos seriam reputados caídos em comisso e perderiam os benefícios da lei, conservando apenas o direito de se manterem na posse do terreno que ocupassem com efetiva cultura e morada habitual, considerando-se devoluto o que se achasse inculto. Nesse caso, o posseiro não obteria título de propriedade e não poderia vender nem hipotecar sua posse. Para que se pudessem realizar estas operações, era necessário o título de propriedade obtido após a medição e o pagamento dos direitos de chancelaria. Ao governo, por sua vez, caberia realizar a medição das terras devolutas, respeitando os direitos dos posseiros e sesmeiros, o que significava respeitar os prazos marcados para o cumprimento das determinações da lei.

Cabia ainda ao Estado prover os meios práticos pelos quais seria extremado o domínio público do domínio particular, especificando quais as autoridades que procederiam administrativamente na execução dessa tarefa. Essas regras seriam especificadas no regulamento que seguiria a lei. O governo deveria também reservar as terras devolutas que julgasse necessárias para a colonização indígena, para a fundação de povoações e para a construção naval. Ele estava autorizado a vender as terras devolutas em hasta pública ou fora dela, como e quando julgasse conveniente. Os lotes mediriam 500 braças de lado (121 hectares). O preço da terra variaria dentro dos seguintes limites: meio real e dois réis por braça quadrada, segundo a qualidade e a situação dos lotes.

Com relação à imigração, a lei autorizava o governo a mandar vir anualmente, à custa do Tesouro, um certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que fosse marcado, em estabelecimentos agrícolas, nos trabalhos dirigidos pela administração pública ou na formação de colônias nos lugares que estas mais conviessem, tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achassem emprego assim que desembarcassem. A lei determinava ainda que os estrangeiros que comprassem terras e nelas se estabelecessem seriam naturalizados depois de dois anos de residência, e ficariam isentos do serviço militar, mas não do serviço na Guarda Nacional do município. A lei introduzia a via da colonização oficial, ausente do projeto de 1843, mas mantinha o apoio do governo à via da imigração regular, tentando contemplar assim, ambas as vias de imigração. Sabemos que nas condições vigentes na sociedade brasileira da época, para que a via da colonização oficial desse certo, seria preciso, além de outras coisas, que a terra fosse dada de graça aos imigrantes, pelo menos inicialmente. Estas iniciativas visavam também a criação de uma reserva de trabalhadores não escravos, mas que deveriam estar sujeitos aos interesses dominantes, em uma economia que se orientava, como já observado, para poupar o trabalho escravo para a grande lavoura.

Assim, reafirmando a proposta da lei de resolver os dois problemas conjuntamente, ficava estabelecido que o produto da venda das terras e dos direitos de chancelaria seria aplicado na posterior medição das terras devolutas e na importação de colonos livres. Cedendo a pressões, a lei aboliu o imposto territorial previsto no projeto anterior e aprovado em 1843 na Câmara, deixando o governo sem uma fonte de recursos que poderia ser utilizada para financiar a imigração e que desestimularia a manutenção de grandes latifúndios improdutivos. Ficava o governo autorizado a estabelecer uma Repartição Geral das Terras Públicas, encarregada de dirigir a medição, divisão e descrição das terras devolutas e sua conservação, e ainda de fiscalizar a sua venda e distribuição e promover a colonização nacional e estrangeira.

Quando a lei foi publicada, convocou-se novamente o Conselho de Estado para elaborar o regulamento que criava os mecanismos necessários para sua execução, o que foi feito em 1851, mas só foi publicado em 1854. Neste mesmo ano, foi criada a Repartição Geral de Terras Públicas³⁵⁸, que, chefiada por um diretor-geral das Terras

³⁵⁸ A Repartição Geral de Terras Públicas chegou a possuir delegacias em algumas províncias, mas foi extinta em 1861 por causa da criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sendo então substituída pela 3ª Diretoria de Terras Públicas e Colonização do novo ministério.

Públicas, deveria dirigir e organizar a medição, descrição e divisão das terras devolutas e propor ao governo quais as terras que deveriam ser reservadas para a colonização indígena e estrangeira, quais as destinadas à fundação de povoações, à venda e à marinha. Deveria também promover a colonização nacional estrangeira e organizar o registro das terras no domínio particular em todo o Império. Essa Repartição estava diretamente subordinada ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império. Cada província teria uma repartição especial das terras públicas subordinada aos presidentes de província e dirigida por um delegado do diretor-geral das Terras Públicas. A partir daí foram nomeados funcionários para medir essas terras, ordenando-se ainda aos juízes e delegados de polícia que informassem ao governo a existência de terras devolutas nas diversas províncias. Os párocos foram encarregados de fazer o registro de terras e remeter os livros respectivos ao governo central.

A medição e demarcação das terras particulares ficavam diretamente subordinadas aos presidentes de província. Assim que o regulamento entrasse em vigor, os presidentes deveriam exigir que os juízes de direito, juízes municipais, delegados, subdelegados e juízes de paz informassem detalhadamente sobre a existência ou não de posses e sesmarias sujeitas à legitimação ou revalidação nas suas comarcas, termos ou distritos. Obtidas essas informações, os presidentes de província nomeariam para isto um juiz comissário de medição. Um detalhe importante a se notar é que este só poderia entrar em ação a partir do requerimento dos particulares.

Sabe-se que a aplicação da Lei de 1850 teve de enfrentar obstáculos de diversas naturezas, principalmente as questões da separação e medição das terras públicas, as resistências ao registro paroquial das terras, à revalidação de sesmarias e à legitimação de posses com as respectivas medição e demarcação. As informações enviadas pelas províncias sobre terras devolutas, sesmarias e posses que exigiam revalidação e legitimação eram sempre incompletas e incipientes e as resistências foram de toda ordem.

No que diz respeito à intenção de atrair imigrantes europeus, a lei também fracassou. O Brasil não mostrou ter condições de competir com outros países, principalmente com os Estados Unidos, que ofereciam facilidades maiores para a aquisição de terras, apresentavam maiores progressos nos transportes e melhor qualidade das terras postas à venda, além de não terem de concorrer e conviver com a escravidão negra nas áreas de colonização. As estatísticas demonstram que houve um aumento significativo na entrada de imigrantes em 1853, em decorrência,

principalmente, do afluxo de portugueses. A partir daí, e até 1870, as entradas anuais permaneceram estacionárias, um pouco acima de dez mil, e com grande parte destes imigrantes se dirigindo menos para o trabalho na grande lavoura do que para as colônias do Estado. Pode-se mesmo dizer que, até os anos 1870, diferentemente do que fez o governo argentino, o governo brasileiro pouco fez para modificar a imagem internacional do Brasil, no sentido de se tornar uma opção atraente para o imigrante. Além da Lei de Terras de 1850, foi elaborado o Regulamento para a Introdução de Imigrantes de 1867, baseado nas “Instruções para a Introdução de Imigrantes”, do Marquês de Olinda, de 1858, e ocorreu a publicação de algumas obras no estrangeiro, com o objetivo de fazer propaganda das medidas implementadas pelo governo imperial.

Podemos concluir dizendo que, no Império do Brasil, o problema da terra nunca se colocou de maneira tão vigorosa como o da extinção do tráfico ou o da posterior abolição da escravidão. Como vimos, no caso do tráfico, houve uma forte pressão externa por parte da Grã-Bretanha, vista pelos dirigentes imperiais, entre eles Paulino José Soares de Sousa, como uma ameaça à soberania da nação. No caso da questão da terra, esta parece só ter se apresentado como premente pela sua vinculação com o problema mais sério do suprimento de mão-de-obra para a grande lavoura. A eliminação na Lei de 1850 do pagamento do imposto sobre a terra, existente na proposta inicial de 1843, e o fracasso no processo de legitimação e revalidação, no cadastramento e na arrecadação de multas demonstram uma resistência dos proprietários em geral em arcar com os custos da imigração. Desta forma, só aos poucos a questão da terra foi se desvinculando do problema da imigração, e esta foi passando a ser financiada por verbas orçamentárias tanto do governo geral como dos governos provinciais, que subsidiavam a imigração e a colonização, companhias de transporte, fazendeiros e imigrantes.

Ao compararmos as propostas para a imigração, a colonização e a questão das terras no Império do Brasil e na República argentina, a partir das propostas do grupo de dirigentes imperiais ao qual pertencia o Visconde do Uruguai e de Sarmiento, naquele momento na oposição, encontramos algumas semelhanças e muitas diferenças. Os dirigentes Saquaremas procuraram, desde a década de 1840, formular seus projetos e soluções para estes problemas com uma perspectiva nacional, a partir de uma expressiva atuação do Estado, mas sempre limitados pela questão da escravidão e ligados aos interesses da Corte e também da grande lavoura fluminense, que identificavam aos interesses do Império. O projeto previa que o Estado passasse a interferir e regular a

questão da propriedade das terras, da colonização e vinculá-las à imigração. O êxito das propostas dependia assim, em boa parte, do aumento da capacidade reguladora do Estado imperial, o que ia ao encontro da visão conservadora que arrogava um papel centralizador ao Estado, tão cara ao Visconde do Uruguai naquele momento. Nesse sentido, diz José Murilo de Carvalho:

Em 1843 os interesses da centralização, o aumento do controle do Estado sobre a classe proprietária, coincidiam com os interesses dos cafeicultores do Rio de Janeiro. Este setor de classe naquele momento precisava da intermediação do poder do Estado Central para viabilizar as medidas de promoção da imigração³⁵⁹.

No caso de Sarmiento, devemos observar que, apesar da inexistência da questão da escravidão, ele também pensou e formulou suas propostas sobre imigração, colonização e política de terras conjuntamente e com uma clara consciência de que elas estavam interligadas e que o sucesso de uma dependia do sucesso das outras. Parece que, se para o Império do Brasil e para o Visconde do Uruguai, a questão que se destacava como pano de fundo para todas as outras era a escravidão, para Sarmiento e suas propostas de nação argentina, a questão que parecia permear todas as outras era a questão da terra, a imensidão do território, visto como um deserto que, quando ocupado, o foi pela grande propriedade e pela barbárie do pampa. Este seu diagnóstico pode ser explicado em parte pela sua oposição política a Rosas, a quem via como um continuador da maldita herança colonial. Se a colonização havia deixado para a nova nação argentina as heranças do vazio, da ocupação do solo por meio da grande propriedade e das raças bárbaras, Rosas havia perpetuado tudo isto, já que para governar reproduziu e aumentou o sistema de distribuição de grandes propriedades, muitas delas improdutivas, e aliou-se às “raças bárbaras”. Assim, apresentar e concretizar um projeto nacional que previsse a regularização, a distribuição das terras e seu maior aproveitamento, acompanhado de uma política de colonização e de imigração que, branqueando a população, civilizasse o povo e povoasse o deserto argentino, permitia a Sarmiento colaborar na conformação do que ele acreditava ser uma nação verdadeiramente republicana.

Vimos então como, pela análise das diversas propostas e ações de Sarmiento e do Visconde do Uruguai para a educação, a instrução pública, a imigração e a

³⁵⁹ José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem*, op. cit., p. 350.

colonização, encontramos respostas para o desafio que eles se impuseram como construtores de suas respectivas nações. Suas propostas expressavam com clareza seus ideais de nação: para Paulino José, foram instrumentos importantes na “expansão para dentro” que o Estado imperial concretizava naquele momento de sua consolidação; para Sarmiento, tratava-se de meios para concretizar os ideais republicanos que conformavam sua concepção de nação. Todavia, estas propostas expressavam, sobretudo, a profunda crença de ambos de que só por esses caminhos deixariam para trás a barbárie e alcançariam a civilização, o progresso e a ordem.

CONCLUSÃO

Chegamos ao fim do jogo comparativo proposto para a análise da construção da idéia de nação e de identidade nacional, a partir das idéias de Domingo Faustino Sarmiento e de Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, em duas experiências históricas distintas – a da República argentina e a do Império do Brasil. É hora de recuperar as intenções iniciais, as hipóteses formuladas, fazer um balanço dos caminhos percorridos e, principalmente, indicar os resultados alcançados.

O fio condutor deste trabalho foi a hipótese de que o binômio civilização/barbárie foi o eixo central da representação da nação nas Américas no século XIX, especificamente nos casos da Argentina e do Brasil e nos projetos dos autores analisados. Vimos como estes termos, a civilização e a barbárie, adquiriram desdobramentos e significados próprios e diversos – políticos, espaciais, culturais e simbólicos –, nos discursos desses autores e em cada uma das experiências e contextos históricos.

O caminho percorrido para recuperar os diversos significados destes termos, nos projetos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai, foi o de reconstruir o contexto histórico em que eles se constituíram, identificar seus interlocutores e tentar reconstruir como suas idéias e intenções foram formuladas em seu próprio tempo, evitando assim a postura teleológica e o tão condenado anacronismo. Tentou-se, enfim, como proposto inicialmente, recuperar a identidade histórica precisa desses textos, recriando a linguagem da época em que foram escritos, situando-os no seu campo específico de “ação” ou de atividade intelectual.

Reconstruir a história do pensamento ou a dos discursos implicou enfocar relações: entre discursos e práticas, entre valores e comportamentos, entre palavras e coisas. No caso do problema complexo que representa a reconstrução das identidades coletivas assumidas por distintos grupos humanos ao longo da história, essas dificuldades são potencializadas. As identidades coletivas – culturais, políticas, sociais – nunca são fenômenos homogêneos nem constantes. Sujeitas ao passar do tempo, e em grande medida postuladas sobre a base do que dizem não ser, do que excluem ou apartam de seu interior, elas buscam permanentemente uma coerência, um ponto de estabilidade. A relação que elas guardam com os termos que buscam denotá-las é,

muitas vezes, paradoxal. Enquanto o propósito dos vocabulários e dos léxicos é o de fixar sentidos, sujeitá-los a normas, classificá-los, as identidades denotadas são – por sua própria natureza histórica – convenções culturais imprecisas e permanentemente cambiantes.

Neste sentido, pudemos constatar como a idéia de nação e de identidade nacional nas Américas foi formulada tanto em uma dimensão política, quanto em uma dimensão cultural e étnica, como definida no início deste trabalho. A dimensão política foi mais desenvolvida no primeiro capítulo, quando analisamos a estreita relação entre as concepções de Império e República, de ordem política centralizada e unitária, e os projetos de Estado nacional do Visconde do Uruguai e de Sarmiento, respectivamente. Vimos que manter a ordem para Uruguai significava defender as instituições básicas do Império do Brasil: manter a unidade territorial, fortalecer e dar estabilidade à monarquia, fonte de estabilidade política do sistema, acentuando a construção de uma oposição entre esta monarquia e as repúblicas do restante da América vistas como caudilhescas e bárbaras. E o caminho que ele propôs para isso foi o da centralização ou da construção de um Estado centralizado, capaz de sobrepor-se ao “poder centrífugo” dos poderes locais; capaz de estabelecer as regras mínimas e mediar as relações entre as elites; capaz de conter os conflitos sociais e manter a ordem interna. Já para Sarmiento, a ordem política da República argentina imaginada por ele – fosse ela mais próxima de uma concepção de república liberal ou da antiga idéia de república inspirada no humanismo cívico – deveria ser baseada no unitarismo.

A dimensão cultural e étnica esteve mais desenvolvida no segundo capítulo, com a discussão do papel central que a natureza desempenhou na construção de identidades nacionais singulares nas Américas; e no desdobramento disso na recorrente utilização de imagens ou representações espaciais como o deserto, o sertão, o pampa, as cidades e o litoral, na construção dos argumentos que deram suporte aos projetos nacionais destes autores.

Com a análise dos textos de Sarmiento e Paulino José, pudemos fortalecer o argumento de que a exaltação da natureza vigorosa e exuberante nas Américas, que parecia prometer um desenvolvimento futuro ilimitado, teria substituído o papel que a tradição e a herança histórica deveriam desempenhar no processo de legitimação dessas novas identidades. Muitas vezes esta paisagem apareceu também lida por um viés negativo, como algo que tinha de ser domado, especialmente a cruel e rude geografia do pampa e do sertão, relacionada à dispersão do povoamento, à existência de grandes

espaços vazios, levando-os a um tema dominante no discurso sobre as nascentes nações americanas: o deserto.

Cabe aqui ressaltar como a dicotomia civilização/barbárie, proposta na hipótese deste trabalho como sendo uma das mais importantes representações da nação, esteve sempre e fortemente associada nos dois autores à idéia de deserto. Era preciso colocar o problema da construção das nações nestes termos. Havia um desafio naquele contexto pós-independências de construir novas redes de identidade que substituíssem as antigas, que se pretendiam agora nacionais e, para isso, era preciso partir da idéia do deserto como vazio – de governo, de ordem, de leis, de população, de educação, de luzes, de progresso – para, então, preenchê-lo com projetos e ações políticas civilizatórias concretas.

Devemos lembrar ainda uma outra importante leitura feita aqui: a imagem do pampa, no *Facundo*, de Sarmiento, e a imagem do sertão no Visconde do Uruguai, como exemplos de apropriação étnica da paisagem e de construção e difusão de mapas cognoscitivos da terra natal de uma comunidade histórica particular, no caso, a nação argentina e o Império do Brasil. Assim, Sarmiento e Paulino inscreveram-se entre aqueles que acreditavam que a ênfase dada pela história natural às singularidades da natureza oferecia as bases para a constituição de um ser americano distinto, original e autônomo.

A dimensão cultural também foi privilegiada no terceiro capítulo, no qual analisamos como a instrução pública, a educação e a imigração foram instrumentos privilegiados no que chamamos de uma “expansão para dentro” no processo de construção dessas nações. Percebemos como Sarmiento defendia a idéia de a educação pública ser um princípio novo e profundamente ligado ao espírito e à concepção republicana de governo, especialmente aquela mais próxima de um ideal republicano do humanismo cívico, baseada no antigo sonho de uma república de cidadãos mais igualitária, em uma república capaz de instituir a virtude em seus membros por meio da educação pública e do exercício da liberdade política. Já as idéias e ações políticas do Visconde do Uruguai, neste campo, estiveram profundamente marcadas pelo seu projeto político de nação, identificado a um Estado imperial forte, centralizado e escravista. Assim, seus projetos acerca da instrução pública foram claramente norteados pelos valores da chamada boa sociedade, excluindo a participação de escravos e libertos. Quanto à questão da imigração, observamos que os dois autores a pensavam estreitamente relacionada a uma política de colonização e à questão da terra. Mas

constatamos muitas diferenças, entre elas a mais importante: para Sarmiento, a imigração sempre foi uma de suas maiores bandeiras, diferentemente do Uruguai, para quem a adoção de uma efetiva política de imigração esteve sempre condicionada à existência da escravidão no Império do Brasil e aos limites impostos por ela.

Tratava-se enfim de estreitar o sentimento de identidade daquelas comunidades, não só por meio da associação contratual e voluntária, baseada em uma escolha individual, de pertença a um dado Estado organizado, mas também pela expansão de outras dimensões que se converteram, muitas vezes, no fator de legitimação política desses Estados. Só este esforço, como dissemos, explica e justifica a dimensão dada aqui de autores/atores para Sarmiento e Paulino José Soares de Sousa, que encontraram nessa expansão as bases para a formulação de seus projetos e a justificativa para suas atuações políticas.

Ao longo do trabalho, tentamos esclarecer a profunda relação entre as duas dimensões da construção da nação – a política e a cultural –, constatando que foram as concepções tanto de império, quanto de república, dos autores escolhidos que imprimiram ou moldaram seus discursos e seus projetos civilizatórios de educação, de instrução pública, de imigração, de colonização e política de terras. Era como se estas identidades nacionais tivessem sido primeiramente definidas em termos de princípios e objetivos políticos, para que, então, este processo pudesse ser completado com a construção da dimensão cultural e étnica destas nações. Na segunda metade do século XIX, conforme as instituições políticas daqueles Estados nacionais foram gradualmente se cristalizando em alguma coisa mais permanente, o discurso sobre a natureza daquelas identidades nacionais tendeu a oscilar entre a ênfase nas dimensões política e cultural; mas mesmo quando foram ressaltados os atributos culturais, isso foi sempre emoldurado ou subordinado ao republicanismo, no caso argentino, e às concepções de Império, no caso do Brasil.

Podemos dizer, assim, que o estudo dos casos argentino e brasileiro nos levou a questionar a idéia de que o poder de coerção das instituições estatais e dos grupos que as controlavam foi o fator decisivo na definição das identidades políticas. Esse exercício da coerção é fundamental na explicação de qualquer processo de construção de instituições políticas “nacionais”, mas quando a pergunta que se formula se centra tanto na questão das identidades, como na das instituições políticas que as representam, também aparecem como importantes outros fatores que não se resolvem em uma mera referência ao emprego imediato do poder de coerção. A pergunta sobre a identidade é

também uma pergunta sobre os significados e se esses processos incorporam indubitavelmente uma dimensão que não pode ser entendida somente em termos das dinâmicas de poder inerentes a todo o processo social. Enfim, os processos de formação de identidades incluem também uma dimensão essencialmente “cultural”, cuja especificidade não pode ser ignorada sem que a análise se empobreça e se desvirtue.

Pudemos verificar também como a construção destas nações implicou a existência de intensas negociações e embates com outros projetos identitários, regionais ou locais que, muitas vezes, pensaram a idéia de nação e Estado nacional de maneiras diversas. O que observamos foi que, tanto na Argentina, quanto no Brasil, a construção dos Estados que se pretendiam nacionais foi o resultado de conflitos e negociações entre diversos setores sociais e entre poderes políticos locais que deveriam integrar estas novas nações, tornando necessário apreender a complexidade de suas formulações, concretizadas muitas vezes na forma de tensas relações entre centro e regiões ou províncias. Neste sentido, é importante dizer que não se tratou aqui de privilegiar unicamente a produção discursiva de um setor da sociedade – o dos letrados, dando por certo que as definições e enunciados elaborados por eles podiam servir de evidência válida para o conjunto da sociedade.

No caso do Império do Brasil, como vimos, mesmo as atuais revisões historiográficas que criticam a visão Saquarema da imposição do centralismo como projeto único reconhecem a necessidade da manutenção da escravidão como um dos principais elementos para os arranjos políticos e os compromissos que levaram à manutenção da monarquia, da unidade territorial e da concretização de um determinado projeto hegemônico centrado na Corte, representado aqui pelo Visconde do Uruguai. No caso da Argentina, a relação entre as províncias que defendiam um projeto descentralizado de tipo federal ou confederativo e as tentativas de construção de identidades que se queriam nacionais, centradas em Buenos Aires, foram, além de mais longas, tensas e difíceis, marcadas por um elevado grau de provisoriedade.

Mas sempre foi possível perceber, nas duas experiências, a multiplicidade de identidades políticas existentes, portadoras de concepções de Estado e nação muito diferentes, constituindo projetos diversos, em constante embate. Não houve, assim, um único projeto de nação, mas projetos no plural, e foi o embate entre esses projetos que levou à formação de uma idéia de nação que se caracterizou por ser múltipla, entendida como uma formação tanto cultural, étnica e simbólica, como também política, econômica e social. Mais do que tudo, concluímos que, ao tratar da questão da

construção das nações e das identidades nacionais, não podemos minimizar as ambigüidades e contradições, pois as identidades coletivas são sempre plurais e superpostas, e suas fronteiras são quase sempre indefinidas. Daí nos parece que nem sempre as identidades políticas locais, provinciais ou regionais tenham sido incompatíveis com as identidades políticas “maiores” ou nacionais. Com certeza, as identidades sobrepuseram-se, sem que uma implicasse a anulação das outras.

Outro ponto importante a ressaltar nesta conclusão foi o papel crucial que as viagens tiveram na vida e na formulação das convicções políticas tanto de Sarmiento quanto do Visconde do Uruguai. A viagem a outros lugares e o contato íntimo com realidades sociais, políticas e culturais tão diferentes das próprias agiram profundamente na consciência destes autores. No Chile, durante seu exílio, foi possível, por exemplo, a Sarmiento, ir fortalecendo uma identidade argentina, sentida como específica, como própria, na medida em que se diferenciava da chilena, que ofereceu aos pensadores românticos argentinos um modelo de república e um modelo de sociedade que, em um contexto de indeterminação constitucional que ainda imperava na Argentina, souberam calar fundo entre eles. Muito se falou também aqui do impacto que as viagens de 1846 à América, Europa, África e Estados Unidos tiveram para Sarmiento, convertendo-se este último país, a partir daí, no seu grande modelo inspirador. O mesmo foi observado para o Visconde do Uruguai quando da sua viagem para a Europa em 1855, ocasião em que irá viver, segundo ele próprio afirma, uma das experiências mais marcantes de sua vida. Nestas viagens, puderam conhecer e colocar em xeque suas idéias e idealizações acerca dos principais modelos políticos da época para os intelectuais americanos: o francês e o anglo-americano.

Além destas questões mais centrais, foi possível perceber as significativas diferenças entre os estilos, os textos e a produção dos autores estudados. O texto de Sarmiento nunca é um texto que causa indiferença, é sempre um texto que provoca uma forte impressão e deixa, por isso, uma intensa presença no leitor, seja ele argentino ou não. Uma razão para isso é sua rica prosa, que engloba um mundo de possibilidades, cheio de estratégias e intencionalidades que visam convencer o leitor da validade de suas hipóteses. O mesmo não acontece com os textos do Visconde do Uruguai que, apesar da erudição, da riqueza e da força política de seus argumentos, não atrai o leitor. Isto não nos impediu de constatar que, fosse na oposição, como Sarmiento esteve durante quase todo o tempo delimitado nesta pesquisa, fosse na situação, caso do Uruguai, cada um a seu modo e estilo soube se utilizar largamente da palavra escrita, de

discursos e da ação política para expressar seus argumentos, efetuar seus lances e alcançar seus objetivos políticos.

Assumimos a falta de um estudo mais aprofundado e de uma ênfase maior na dimensão externa do processo de construção dos Estados nacionais aqui estudados. Temos toda a consciência do fato de que a formação de um Estado nacional ocorre necessariamente dentro de um contexto internacional, em interação com outros países, diante dos quais deve se posicionar e se legitimar. Inclusive sabemos a importância disso na construção das fronteiras de um território entendido como nacional. Não podemos deixar de reconhecer o papel importante que os autores escolhidos, principalmente o Visconde do Uruguai, desempenharam nas questões externas que envolveram suas respectivas nações. Isto foi decorrência de uma opção consciente pela ênfase no que chamamos aqui de dimensão étnica e cultural do processo de construção das nações e das identidades nacionais, o que nos levou a privilegiar outras questões.

Finalmente, podemos concluir que, definitivamente, a experiência da construção das nações nas Américas constituiu uma experiência original, pois, apesar de inspirada nas idéias herdadas do “velho mundo” europeu ou mesmo do “novo mundo” que se constituía na América do Norte, elas foram aqui resignificadas, ganhando novos contornos. Com certeza, esta afirmativa não nega o importante papel das heranças, das permanências e das continuidades neste processo, mas quer ressaltar o que de novo, de diferente e de ruptura existiu nesta experiência. O processo de construção de instituições e identidades certamente partiu de formas identitárias previamente existentes e moldadas durante séculos sob o domínio colonial, mas isso não quer dizer que existisse nenhuma identidade nacional preexistente que apontasse ou trouxesse em si um fim necessário e preestabelecido ao processo de independências iniciado nas primeiras décadas do século XIX.

FONTES DE INVESTIGAÇÃO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai)

SOUSA, Paulino José Soares de. *Relatório do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, apresentado à Assembléa Legislativa Provincial em 18 de outubro de 1836.*

_____. *Relatório do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, apresentado à Assembléa Legislativa Provincial em 3 de março de 1838.*

_____. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça do anno de 1840 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na sessão ordinaria de 1841, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1841.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça do anno de 1842 apresentado à Assembléa Geral Legislativa, na 1ª sessão da 5ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros do anno de 1849 apresentado a Assembléa Geral Legislativa, na primeira sessão da oitava legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Souza.* Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1850.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros do anno de 1849 apresentado a Assembléa Geral Legislativa, na segunda sessão da oitava legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Souza.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros do anno de 1850 apresentado a Assembléa Geral Legislativa, na terceira sessão da oitava legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Souza.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

_____. *Relatorio do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª Legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1839 a 1840.* 2ª ed. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1851.

_____. *Relatorio do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 1ª sessão da 3ª Legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1840 a 1841*. 2ª ed. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1851.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros do anno de 1851 apresentado a Assembléa Geral Legislativa, na quarta sessão da oitava legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Souza*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1852.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros do anno de 1852 apresentado a Assembléa Geral Legislativa, na primeira sessão da nona legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Souza*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de A & L. Navarro, 1853.

URUGUAI, Visconde do. *Bases para melhor organização das Administrações Provinciais*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858.

_____. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1862.

_____. *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

Obras de Domingo Faustino Sarmiento

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras Completas de D. F. Sarmiento. Publicadas bajo los auspícios del Gobierno Argentino*. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, 1899/1900; Paris: Ed. A. Belin Sarmiento; Paris: Belin Hermanos, Editores, 1909.

_____. *Argirópolis. Capital de los Estados Confederados*. In: *Obras Completas*. Tomo XIII. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, Editor A. Belin, 1896.

_____. *Educacion Comun*. In: *Obras Completas*. Tomo XII. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, Editor A. Belin, 1896.

_____. *De la Educacion Popular*. In: *Obras Completas*. Tomo XI. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, Editor A. Belin, 1896.

_____. *Artículos Críticos I Literários 1841-1842*. In: *Obras Completas*. Tomo I. Paris: Belin Hermanos, Editores, 1909.

_____. *Artículos Críticos I Literários 1842-1853*. In: *Obras Completas*. Tomo II. Paris: Belin Hermanos, Editores, 1909.

_____. *Ortografía, Instrucción Pública 1841 – 1854*. In: *Obras Completas*. Tomo IV. Paris: Belin Hermanos, Editores, 1909.

_____. *Política Argentina 1841 – 1851*. In: *Obras Completas*. Tomo VI. Paris: Belin Hermanos, Editores, 1909.

_____. *Instituciones Sud-Americanas*. In: *Obras Completas*. Tomo IX. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, Editor A. Belin, 1896.

_____. *Las Ciento y Una. Época pre-constitucional*. In: *Obras Completas*. Tomo XV. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, Editor A. Belin, 1897.

_____. *Emigración y Colonización*. In: *Obras Completas*. Tomo XXIII. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, 1899.

_____. *Ideas Pedagógicas*. In: *Obras Completas*. Tomo XXVIII. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, 1899.

_____. *Las Escuelas. Base de la Prosperidad y de la República en los Estados Unidos*. In: *Obras Completas*. Tomo XXX. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, 1899.

_____. *Condición del Extranjero en América*. In: *Obras Completas*. Tomo XXXVI. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, 1900.

_____. *La Escuela Ultra-Pampeana*. In: *Obras Completas*. Tomo XLVIII. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno, 1901.

_____. *Emigración Alemana al Río de La Plata*, Memoria escrita en Alemania por D. F. Sarmiento i enriquecida con notas sobre el Chaco i los países adyacentes a los ríos interiores de la América del Sud, por el Dr. Vappaüs, profesor de estadística i geografía en la Universidad de Gotinga. Santiago: Imprenta de Julio Belinica, 1851.

_____. *Recuerdos de Provincia*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1979.

_____. *Facundo o Civilización y Barbarie*. 2ª ed. Barcelona: Biblioteca Ayacucho, 1985.

_____. *Campaña en el ejército grande aliado*. México: Fondo de Cultura, 1988.

_____. *Facundo. Civilização e Barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Viajes por Europa, África y América. 1845-1847*. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997.

Livros, Artigos e Teses

ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da Organização Política da Argentina*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

ALMEIDA, Angela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2001.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil. (1500 – 1889). História e legislação*. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2000.

AMADO, Janaína. “Região, Sertão, Nação”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: vol. 8, nº 15, 1995.

ANAIS da Câmara dos Srs. Deputados. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico/Imprensa Nacional, anos de 1849 a 1853.

ANAIS do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional/Imprensa Nacional, anos de 1849 a 1853.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London: Verso, 1991.

ANNINO, A; LEIVA, L. C.; GUERRA, F. X. *De los Imperios a las Naciones: Iberoamerica*. Zaragoza/Espanha: Ibercaja, 1994.

ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (coord.). *Inventando lá Nación*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

ANSALDI, W.; MORENO, J. L. *Estado y Sociedad en el Pensamiento Nacional*. Buenos Aires: Cántaros Ed., 1989.

APPIAH, Kwane. “Cultura, comunidade e cidadania”. In: *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. São Paulo: EdUSC, 2000.

AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: Um Estudo dos Conceitos de Civilização e Progresso na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- BAHBHA, Homi K. “Disseminação, o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna”. In: *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BALAKRIHMAN, Gopal (org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BALIBAR, Etienne. “The Nation Form: History and Ideology”. In: ELEY, Geoff; SUNY, Ronald Grigor (eds.). *Becoming national: a reader*. New York: Oxford University Press, 1996.
- BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/Iuperj, 2000.
- BARMAN, Roderick J. *Brazil. The forging of a nation, 1798 – 1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- BEIGUELMANN, Paula. *A Crise do Escravismo e a Grande Imigração*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, 2 vols.
- _____. *Formação política do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- BENVENISTE, Émile. “Civilización. Contribución a la historia de la palabra”. In: *Problemas de Lingüística General*. México: Siglo Veinteuno Editores, 1974.
- BETHELL, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the Slave Trade Question, 1807 – 1869*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- _____. *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, Vols. V, VI, VIII, IX e X.
- _____. (org.). *A Cultural History of Latin America. Literature, Music and Visual Arts in the 19th and 20th Centuries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- _____. *História da América Latina. Da Independência até 1870*. Vol. III. São Paulo/Brasília: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fundação Alexandre Gusmão, 2001.
- BIAGINI, Hugo E. *La Generación del Ochenta. Cultura y Política*. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1995.
- BLOCH, Marc. “História comparada e Europa”. In: *História e Historiadores*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOER, Pin den. “Civilization: Comparing Concepts and Identities”. *Contributions to the History of Concepts*. Vol. 1, nº 1. Rio de Janeiro: Iuperj, março 2005.
- BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas*. São Paulo: Globo, 2000.

- BOTANA, Natalio R. "Sarmiento and Political Order: Liberty, Power, and Virtue". In: HALPERÍN DONGHI, Tulio (org.). *Sarmiento. Author of a Nation*. Berkeley: University of California Press, 1994.
- _____. "Facundo y el Historicismo Romantico". In: *Ensayos de Historiografia*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1996.
- _____. *La Tradición Republicana. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados Recompuestos. Campos e Canteiros da História*. Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. "Tempo do Mundo". In: *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV – XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CAMPANHOLE, Adriano; LOBO, Hilton. *Todas as Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 1978.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos*. 4ª ed. São Paulo, 1971.
- _____. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. "O método comparativo na História". In: *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARMAGNANI, Marcello (coord.). *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica/El Colégio de México, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- _____. "História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura". *Topoi: Revista de História*, nº 1, Rio de Janeiro: UFRJ, setembro de 2000.
- _____. (org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século. André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj-UCAM, 1998.

- CHARTIER, Michel. “Impérios”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 14. *Estado – Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Pensamiento de la Ilustración*. 2ª ed. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1992.
- _____. “El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX”. In: CARMAGNANI, Marcello (coord.). *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica/El Colégio de México, 1993.
- _____. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes da la Nación Argentina (1800 – 1846)*. Buenos Aires: Compañia Editora Espasa Calpe, 1997.
- _____. “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”. In: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003.
- CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSENTINO, Francisco Carlos. “Caudilhismo e Construção do Estado na América Latina”. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, ano VI, nº 10, abril 1998.
- COSER, Ivo. “Civilização e Sertão no pensamento social do século XIX”. *Caderno CRH*. Salvador, vol. 18, nº 44, mai/ago 2005.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.
- COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles, o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo/Campinas: EdUnicamp/Ed. Hucitec, 1996.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DIAS, Maria Odila Silva. “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites regionais e a construção do Estado Nacional”. In: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003.

- _____. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- ELEY, Geoff; SUNY, Ronald Grigor (eds.) *Becoming national: a reader*. New York: Oxford University Press, 1996.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ENCICLOPÉDIA Einaudi. Volume 14, Estado-Guerra, “Estado”, “Nação” e “Impérios”. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A História Cultural. Rascunhos de História*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1991.
- _____. “História das Idéias”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____. *História Cultural. Uma nova Visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FEBVRE, Lucien. “Civilisation. Évolution d’un mot et d’un groupe d’idéas”. In: _____ et al. *Civilisation – le mot et l’idée*. Paris: La Renaissance du Livre, 1930.
- _____. et al. *Civilisation – le mot et l’idée*. Paris: La Renaissance du Livre, 1930.
- _____. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998.
- FERNÁNDEZ, Mario Rodríguez. *Antologia de Cuentos Hispanoamericanos*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2003.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império. O debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; MACHADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- FICHTE, Johann Gottlieb. *Introducciones a la Doctrina de la Ciencia*. Madrid: Editorial Tecnos, 1987.
- _____. “Discours à la Nation Allemande (Extraits)”. In: ROMAN, Jöel; RENAN, Ernest. *Qu’est qu’une nation? Et autres essais politiques*. Paris: Presses Pocket, 1992.
- FRANCO, Jean. *An Introduction to Spanish-American Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- GADIS, John. *Paisagens da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

- GARATE, Miriam Viviana. *Olhares Cruzados: entre Sarmiento e Euclides da Cunha*. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 1995.
- GARRELS, Elizabeth. "Sarmiento and the Woman Question: from 1839 to the *Facundo*". In: DONGHI, Tulio Halperín (org.). *Sarmiento. Author of a Nation*. Berkeley: University of California Press, 1994.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1983.
- GERBI, Antonello. *La Naturaleza de Las Indias Nuevas. De Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.
- _____. *O Novo Mundo: história de uma polêmica. 1750 – 1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOLDMAN, Noemí (org.). *Nueva Historia Argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. Tomo 3. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.
- GOMBRICH, E. H. *Meditations on a Hobby Horse and other essays on the theory of art*. London: Phaidon Press Limited, 1994.
- GORELIK, Adrián. "Mapas de identidad. La imaginación territorial en el ensayo de interpretación nacional: de Ezequiel Martínez Estrada a Bernardo Canal Feijóo". In: *Prismas. Revista de Historia Intelectual*. Nº 5. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2001.
- _____. *Miradas sobre Buenos Aires: historia cultural y crítica urbana*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.
- GUERRA, François-Xavier. "A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades". In: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos*, nº 1. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- _____. "História e Nação: uma pedagogia para a modernidade". In: MAGALDI, Ana; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves (orgs.). *Educação no Brasil: cultura e política*. São Paulo/Bragança Paulista: EdUSF, 2003.
- GUTIÉRREZ, Juan María. *Cartas de un porteño. Polémica en torno al idioma y a la Real Academia Española*. Buenos Aires: Taurus, 2003.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. "El federalismo liberal en Argentina: 1852 - 1930". In: CARMAGNANI, Marcello (coord.). *Federalismos Latinoamericanos*:

México/Brasil/Argentina. México: Fondo de Cultura Económica/El Colégio de México, 1993.

_____. (org.). *Sarmiento. Author of a Nation*. Berkeley: University of California Press, 1994.

_____. *Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Editora Espasa Calpe Argentina S.A./Ariel, 1995.

_____. *Ensayos de Historiografía*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1996.

_____. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Editores de América Latina, 1997.

_____. *El Espejo de la Historia. Problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.

_____. *Historia Argentina 3. De lá Revolución de Independência a la Confederación Rosista*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 2000.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Edusp, 1972.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HAUPT, Heinz-Gerhard. “O Lento surgimento de uma História Comparada”. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados Recompuestos. Campos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.

HERDER, Johann Gottfried Von. “Reflections on the Philosophy of the History of Mankind”. In: DAHBOUR, Omar e ISHAY, Micheline R. (eds.). *The Nationalism Reader*. New Jersey: Humanities Press, 1995.

HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. Buenos Aires: Editorial Losada S. A., 2002.

HERZOG, Tamar. “Identidades modernas: Estado, comunidade e nação no império hispânico”. In: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 1: O Processo de Emancipação. São Paulo: Difel, 1962.

_____. “Dispersão e Unidade”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 2. São Paulo: Difel, 1978.

- _____. “Do Império à República”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 5. São Paulo: Difel, 1983.
- HORA, Roy; TRIMBOLI, Javier. *Pensar la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1994.
- JAMES, Paul. *Nation Formation: Towards a Theory of Abstract Community*. London: Sage Publications, 1996.
- JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003.
- _____; PIMENTA, João Paulo. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Ed. Senac, 2000.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1997.
- _____. “História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, fascículo 57. ANPOCS: São Paulo, 2005.
- JITRIK, Noé. *Muerte y resurrección de Facundo*. Buenos Aires: CEAL, 1868.
- _____. “Facundo: the riches of poverty”. In: DONGHI, Tulio Halperín (org.). *Sarmiento. Author of a Nation*. Berkeley: University of California Press, 1994.
- KATRA, William H. “Rereading *Viajes*: Race, Identity, and National Destiny”. In: DONGHI, Tulio Halperín (org.). *Sarmiento. Author of a Nation*. Berkeley: University of California Press, 1994.
- _____. *La Generación de 1837*. Buenos Aires: Emecé, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, Rio de Janeiro, 1992.
- _____. *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona/Buenos Aires/México: Ediciones Paidós, 1993.
- _____. *Los Estratos del Tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.
- LEMOGODEUC, Jean-Marie. *L'Amérique Hispanique al Xxe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- LIMA, Luiz Costa. “Natureza e história nos trópicos”. In: *O controle do imaginário. Razão e imaginação no Ocidente*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj-UCAM, 1999.
- LOBO, Eulália Maria Lamayer. *História Político-Administrativa da Agricultura Brasileira. 1808 – 1889*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1979.
- LUDMER, Josefina. *El género gauchesco. Un tratado sobre la patria*. Buenos Aires: Libros Perfil, 2000.
- _____. *O Corpo do Delito*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação Pública*. São Paulo, 1959.
- LYNCH, John et al. *Historia de la Argentina*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.
- MAGALDI, Ana; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves (orgs.). *Educação no Brasil: cultura e política*. São Paulo/Bragança Paulista: EdUSF, 2003.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil. (1808-1912)*. São Paulo: Unesp, 1997.
- _____. “O Estado em busca do seu território”. In: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do estado e da Nação*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, 2003.
- MANHEIN, Karl. *Essays in the Sociology of Knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul, 1952.
- MARTÍNEZ ESTRADA, Ezequiel. *Radiografía de la Pampa*. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Ed. Hucitec/INL, 1987.
- _____. “O Lavrador e o Construtor. O Visconde do Uruguai e a Construção do Estado Imperial”. In: PRADO, Maria Emilia (org.). *O Estado como vocação. Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.
- _____. “Um ‘País Novo’: a formação da identidade brasileira e a visão da Argentina”. In: *A visão do outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: Funag, 2000.
- _____. “A construção do Império da boa sociedade”. In: MAGALDI, Ana; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves (orgs.). *Educação no Brasil: cultura e política*. São Paulo/Bragança Paulista: EdUSF, 2003.
- _____. “La experiencia del Imperio del Brasil”. In: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (coord.). *Inventando lá Nación*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

_____. “Do Império do Brasil ao Império do Brasil”. In: *Estudos em Homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

_____. “Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. Texto apresentado no Seminário Internacional Independência do Brasil: História e Historiografia, São Paulo, 2004.

_____; GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O Império da Boa Sociedade. A consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual Editora, 1991.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. *Um imenso Portugal*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MICHELET, Jules. *Le Peuple*. Paris: Editions D’Aujourd’Hui, 1977.

MITRE, Antonio. “A Parábola do Espelho”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 5, nº 12, fevereiro 1990.

MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936/38, 3 volumes.

_____. *A Instrução e as Províncias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939/4, 3 volumes.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. Volume XXI. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MORAES, Antonio Carlos Robert. “Notas sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil”. *Estudos Históricos*, vol. 4, nº 8, Rio de Janeiro, 1991.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

MYERS, Jorge. *Orden y Virtud. El discurso republicano en el régimen rosista*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

_____. “La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas”. In: GOLDMAN, Noemí (org.). *Nueva Historia Argentina*.

Revolución, República, Confederación (1806-1852). Tomo 3. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.

_____. “Una cuestión de identidades. La búsqueda de los Orígenes de la Nación Argentina y sus aporías”. *Prismas Revista de História Intelectual*, ano 3, nº 3. Buenos Aires: Universidade de Quilmes, 1999.

_____. “Representations of the Nation: Language, History and Politics in the Elaboration of an Argentine Identity 1840-1880”. Texto apresentado no Congresso de Americanistas, Chile, 2003.

_____; BATTICUORE, Graciela; GALLO, Klaus (orgs.). *Resonancias románticas: ensayos sobre historia de la cultura argentina 1820-1890*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5ª ed. 2 volumes. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NORA, Pierre (dir.). “Paysages”. *Le Lieux de Mémoire*. Vol. II. La Nation. Paris: Éditions Gallimard, 1986.

OTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Organização de Regina Horta Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da História. Nove entrevistas*. São Paulo, Ed. Unesp, 2000.

PALTI, Elías. *La Nación como problema. Los historiadores y la “cuestión nacional”*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

PAMPLONA, Marco Antonio. “Nação e Modernidade nos Escritos de Sarmiento e Nabuco”. In: *A Visão do Outro: seminário Brasil – Argentina*. Brasília: Funag, 2000.

_____. “Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, nº 32, 2003, p. 3-31.

PERKINS, Mary Anne. *Nation and Word, 1770-1850*. Aldershot: Ashgate, 1999.

PIGLIA, Ricardo. “Sarmiento the Writer”. In: DONGHI, Tulio Halperín (org.). *Sarmiento. Author of a Nation*. Berkeley: University of California Press, 1994.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata 1808-1828*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.

PISANO, Natalio J. *Cartilla Sarmientina*. Buenos Aires: Instituto Sarmiento de Sociologia e História, 1988.

_____. “La política agraria de Sarmiento”. Comision Permanente de Homenaje a Sarmiento. *Vigencia de Sarmiento*. Buenos Aires: Museo Historico Sarmiento, 1988.

- PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Vol. 2. São Paulo/Campinas: Memorial/Unicamp, 1994.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- POMER, Leon (org.). *Sarmiento: política*. São Paulo: Ática, 1983.
- POZZI, Pablo A. “Estados Unidos y Sarmiento: una visión para el desarrollo nacional”. In: ARGÜELLO, Ana Rosa Suárez; WEISS, Víctor A. Arriaga (comp.). *Estados Unidos desde América Latina. Sociedad, política y cultura*. México: Centro de Investigación y Docência Econômicas, El Colégio de México, 1995.
- PRADO, Maria Emilia (org.). *O Estado como vocação. Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.
- PRADO, Maria Ligia. *A Formação das Nações Latino-Americanas*. São Paulo: Atual Editora, 1985.
- _____. “Introdução”. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo. Civilização e Barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *América Latina no Século XIX. Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Edusp, 1999.
- PRATT, Mary Louise. “Humboldt e a Reinvenção da América”. *Estudos Históricos*, vol. 4, nº 8. Rio de Janeiro, 1991.
- _____. *Imperial Eyes, Travel Writing and Transculturation*. Nova Iorque: Routledge, 1992.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650 – 1720*. São Paulo: Ed. Hucitec/Edusp/Fapesp, 2002.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RECALDE, José Remón. *La Construcción de las Naciones*. México: Siglo Veintiuno, 1982.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. “A Província do Rio de Janeiro e o Município Neutro”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Dispersão e Unidade. Volume 2, Tomo II: O Brasil Monárquico. História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1978.
- RENAN, Ernest. “O que é uma nação?”. In: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidades em Guerra. Cadernos da Pós/Letras*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997.
- RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo. Hobbes escrevendo contra seu tempo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

- RICHTER, Melvin. "More than Two-way Traffic: Analyzing, Translating, and Comparing Political Concepts from Other Cultures". *Contributions to the History of Concepts*. Vol. 1, nº 1. Rio de Janeiro: IUPERJ, março 2005.
- RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROCCA, Paola Cortés. "El gesto pedagógico en el discurso de Sarmiento". In: *3as. Jornadas Sarmiento y su tiempo. Ensayos seleccionados*. Buenos Aires: Museo Histórico Sarmiento, 1995.
- ROCHA, Justiniano José da. "Ação; reação; transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil". In: MAGALHÃES JR., Raimundo (org.). *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo, 1965.
- ROMERO, José Luis. *Las Ideas Políticas en Argentina*. 3ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1981.
- _____; ROMERO, Luis Alberto (orgs.). *Pensamiento Conservador (1815-1889)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.
- _____. *Pensamiento Político de la Emancipación*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977, 2 vols.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le Moment Guizot*. Paris: Gallimard.
- ROSENBLAT, Ángel. *Argentina. Historia de un nombre*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1949.
- ROSSI, Pietro (org.). *La storia comparata. Approcci e prospettive*. Milano: Il Saggiatore, 1990.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente. Introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*. Coleção Os Pensadores. Vol. XXIV. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- SABATO, Hilda (coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México: Fondo de Cultura/Colégio de México, 1999.
- _____; LETTIERI, Alberto (comp.). *La vida política en la Argentina del siglo XIX. Armas, votos y voces*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- SALAS, Ruben Dario. *Lenguaje, Estado y Poder en el Rio de La Plata (1816-1827)*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1998.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- SCHEIDT, Eduardo. “Concepções de ‘República’ nos países do Prata na época do regime de Rosas (1829 – 1852)”. Anais do Encontro da ANPHLAC, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Maria. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- SEBASTIÁN, Javier Fernández; FUENTES, Juan Francisco (org.). *Diccionario político y social del siglo XIX español*. Madrid: Alianza Editorial S. A., 2003.
- SHUMWAY, Nicolás. *La Invención de la Argentina. Historia de una Idea*. Buenos Aires: Emecé Editores S. A., 2002.
- SILVA, Lúgia Osorio. *Terras Devolutas e Latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- SKINNER, Quentin. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. In: TULLY, James (ed.). *Meaning and Context. Quentin Skinner and his Critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- _____. “Motives, intentions and the interpretation of texts”. In: TULLY, James (ed.). *Meaning and Context. Quentin Skinner and his Critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- _____. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- _____. “Significado y comprensión en la historia de las ideas”. *Prismas. Revista de historia intelectual*, nº 4. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2000.
- SMITH, Anthony D. “Comemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales”. *Revista Mexicana de Sociología*, año LX, nº 1, 1998.
- _____. *The Nation in History. Historiographical Debates about Ethnicity and Nationalism*. Hanover: University Press of New England, 2000.
- SMITH, Henry Nash. *Virgen Land. The American West as Symbol and Myth*. Cambridge: Harvard University Press, 1950.
- SOLER, Ricaurte. *Idea y Cuestión Nacional Latino-americana – de la independencia a la emergencia del imperialismo*. México: Siglo Veintiuno, 1980.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada. O Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- SOUZA, José Antonio Soares de. *Honório Hermeto no Rio da Prata*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

- _____. *A Vida do Visconde do Uruguai*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- STAROBINSKI, Jean. *As Máscaras da Civilização: Ensaio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- TAMINIAUX, Pierre. "Sacred Text, Sacred Nation". In: GARCÍA-MORENO, Laura; PFEIFFER, Peter C (eds.). *Text and Nation: Cross-Disciplinary Essays on Cultural and National Identities*. Columbia: Camden House, 1996.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América. Livro I. Leis e Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870 - 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VERGARA, Moema de Rezende. *A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio, agosto de 2003.
- WEINBERG, Albert. *Manifest Destiny. A Study of National Expansionism in American History*. Baltimore: Johns Hopkins, 1935.
- WEREBE, Maria José Garcia. "A Educação". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 4: Declínio e queda do Império. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1974.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ZEA, Leopoldo. *América Latina en sus Ideas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1986.
- _____. *Discurso desde la marginación y la barbarie*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. *La Filosofía como compromiso de liberación*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1991.

_____. (org.). *Fuentes de La Cultura Latinoamericana III*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____; MAGALLÓN, Mario (orgs.). *Latinoamérica cultura de las culturas*. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia/Fondo de Cultura Económica, 1999.

ZILLY, Berthold. “A Barbárie: antítese ou elemento da Civilização? Do *Facundo* de Sarmiento a *Os Sertões* de Euclides da Cunha”. In: ALMEIDA, Angela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2001.

Dicionários

ALONSO, Martin. *Enciclopédia del Idioma*. Madrid: Aguillar, 1982.

ARAÚJO, Corrêa de; LACERDA, José Maria de Almeida. *Diccionario Encyclopedico ou Novo Diccionario da Lingua Portuguesa para uso dos Portugueses e Brasileiros*. 4^a ed. Lisboa: F. A. da Silva, 1874.

AULETE, Francisco Julio Caldas. *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa. Feito sobre um plano inteiramente novo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

_____. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 3^a ed. Lisboa: Sociedade Industria de Tipografia Ltda., 1948.

BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Taddeo Ferreira, 1789.

CAMPOS, Laudelino Freire J. L. de. *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite Editora, 1943.

CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa*. 6^a ed. Paris: Editor Angelo Francisco Carneiro Filho, 1858.

CUNHA, Antônio G. da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DUZAL, Albert et al. *Dictionnaire étimologique de la langue française*. Paris: Larousse, 1993.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tavares Cardoso e Irmão, 1899.

- FONSECA, José da; ROQUETE, José Inácio. *Diccionario da Língua Portuguesa e Diccionario de Sinônimos*. Paris: Guillard, Aillaud, s.d.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- MONLAU, Pedro Felipe. *Diccionario etimológico de la lengua castellana*. Buenos Aires: Librería Ateneo, 1946.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Briguiet, 1932.
- PINTO, Luis Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, Reformado e Acrecentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- _____. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 2ª ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- _____. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 3ª ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1823.
- _____. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 4ª ed. Lisboa: Imprensa Régia, 1831.
- _____. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 5ª ed. Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1844.
- _____. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 6ª ed. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1858.
- _____. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 7ª ed. Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense, 1877.
- _____. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 8ª ed. Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense, 1890.
- SIMPSON, J. A.; WEISNER, E. S. P. *The Oxford English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- WEEKLEY, Ernest. *A concise Etymological Dictionary of Modern English*. London: Secker & Warburg, 1952.